

**VERA LÚCIA DO LAGO SOUZA**

Dissertação de Mestrado

**ATHENAS DO SUL DE MINAS**

**ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS E  
REPRESENTAÇÕES DAS ELITES DE CAMPANHA – 1870/1930**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**ÁREA-3 – HISTÓRIA, FILOSOFIA E EDUCAÇÃO**

**2006**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**TÍTULO: ATHENAS DO SUL DE MINAS – Memória e História da Educação:  
Práticas e Representações das Elites de Campanha – 1870/1930**

**Autora: VERA LÚCIA DO LAGO SOUZA  
Orientadora: PROFA. DRA. EDIÓGENES ARAGÃO DOS SANTOS**

**Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Vera Lúcia do Lago Souza e aprovada pela Comissão Julgadora.**

**Assinatura:.....**

**Orientadora**

**COMISSÃO JULGADORA:**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**2006**

© by Vera Lúcia do Lago Souza, 2005.

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca  
da Faculdade de Educação/ UNI CAMP**

Souza, Vera Lúcia do Lago.

So89a Athenas do sul de Minas : memória e história da educação : práticas e representações das Elites de Campanha – 1870/1930 / Vera Lúcia do Lago Souza. -- Campinas, SP: [s.n.], 2006.

Orientador : Ediógenes Aragão Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação – História. 2. Memória. 3. Elite (Ciências sociais). 4. Representação social. 5. Cultura. 6. Campanha (MG) – História. I. Santos, Ediógenes Aragão. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

06-011-BFE

**Keywords:** Education – History; Memory; Elite (Social science); Social representation; Culture; Campanha (MG) – History.

**Área de concentração:** História, Filosofia e Educação.

**Titulação:** Mestre em Educação

**Banca examinadora:** Profa. Dra. Ediógenes Aragão Santos  
Profa. Dra. Doris Accioly e Silva  
Prof. Dr. Sérgio Eduardo Montes Castanho  
Profa. Dra. Lúcia Emília Barreto Bruno  
Profa. Dra Maria Cristina Menezes

**Data da defesa:** 20/02/2006

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta pesquisa à **MARIA NANCY DO LAGO**, profissional da educação em Poços de Caldas, minha estimada irmã e incentivadora dos meus estudos, tão precoce e subitamente falecida no dia três de julho de 2005. Nancy, como era conhecida, tinha como principal ideal de vida o entendimento de que todas as pessoas neste mundo são importantes, sem distinções.

## AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas envolvidas pelos pesquisadores em seu trabalho de pesquisa. Algumas pessoas, que defino como o primeiro grupo envolvido, o são por injunções profissionais, por estarem à frente das instituições afins; no caso do historiador, as dos centros de memória como arquivos e museus, de cujo relacionamento não se pode prescindir para a elaboração do conhecimento histórico. A pesquisa presente tomou corpo, inicialmente, graças ao desvelo profissional e atenção com que fui recebida pelos profissionais do Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort e Biblioteca Pública Municipal Cônego Vítor de Campanha aos quais faço um agradecimento especial, principalmente à diretora dessas duas instituições Angelica Andres. Agradeço também aos profissionais envolvidos com a preservação de material fotográfico dessa cidade, conscientes de sua importância histórica, e ao Centro de Memória Cultural do Sul de Minas. Em Belo Horizonte, estou grata aos funcionários do Arquivo Público Mineiro pela presteza no atendimento compreendendo as minhas necessidades, dadas ao meu escasso tempo, nas várias vezes em que lá estive para coleta de dados. Em Poços de Caldas, pude contar sempre com a atenção da diretoria e funcionários do Museu Histórico Geográfico durante as consultas que lá fiz. Agradeço e aproveito para relevar o empenho de sua atual gestão pelos novos projetos implantados para a disponibilização do acervo que em muito contribuirá para o ensino e a pesquisa histórica local e regional.

Outras pessoas, as do segundo grupo envolvido pelos pesquisadores, o são pelos vínculos profissionais que têm com eles, ou seja, são aquelas que respondem pelos afastamentos legais das funções destes, necessários à produção da pesquisa

Mas há um terceiro grupo de pessoas presentes na faina de uma pesquisa que, muitas vezes, nela são envolvidas à revelia de suas vontades ou disponibilidades. Refiro-me ao círculo

familiar: filhos e esposos principalmente, de cuja compreensão pelas ausências, absorção de tempo e pela ajuda nas coisas mais básicas do cotidiano, o pesquisador se vê na dependência. Este é o meu caso. Não serei nunca suficientemente agradecida: ao meu marido Francis, de quem roubei muitas horas de sono ao acompanhar-me em horas absurdas às rodoviárias para os meus deslocamentos; ao meu filho Alexandre pelo incentivo constante e, principalmente à minha filha Andréa, ainda adolescente, pelo auxílio e esforço em capacitar-me neste inexorável uso do computador para levar em frente uma pesquisa.

Aos meus pais o reconhecimento pelo exemplo de vida dado que leva a perseverar no alcance do conhecimento a partir de uma base por eles encaminhada para mim ou, nos termos desta própria pesquisa, o meu “capital cultural”. Minha mãe, Maria Júlia do Lago, professora durante quarenta anos no sul de Minas, de cuja trajetória somos personagens e frutos ao mesmo tempo eu e meus irmãos, já que, dentre os dez filhos que teve, oito construíram suas carreiras como profissionais da educação nos três níveis de ensino em Minas Gerais. A eles minha gratidão e homenagem sempre.

Um sentimento especial de gratidão quero manifestar aos Professores Doutores: Doris Accioly e Silva e Sérgio Eduardo Montes Castanho que, gentilmente, aceitaram fazer parte da banca de defesa dessa dissertação. A eles o meu reconhecimento de que contribuíram preciosamente, com seu brilho e generosidade, para o meu crescimento pessoal e intelectual.

Reservo o meu agradecimento final à minha orientadora nesta pesquisa, Professora Doutora Ediógenes Aragão dos Santos. Além da admiração por sua atividade de pesquisadora da história da educação no Brasil e no exterior, ressalto o privilégio de ter sido sua orientanda, contando sempre com seu apoio nas dificuldades circunstanciais e nos momentos de tensão. As insuficiências que poderão estar presentes nesta pesquisa são de minha inteira responsabilidade e devidas às minhas idiossincrasias.

“NO DOMÍNIO DA REPRESENTAÇÃO, AS COISAS DITAS, PENSADAS E EXPRESSAS TÊM UM OUTRO SENTIDO ALÉM DAQUELE MANIFESTO.”<sup>1</sup>

“A MEMÓRIA, ONDE CRESCE A HISTÓRIA, QUE POR SUA VEZ A ALIMENTA, PROCURA SALVAR O PASSADO PARA SERVIR O PRESENTE E O FUTURO. DEVEMOS TRABALHAR DE FORMA A QUE A MEMÓRIA COLETIVA SIRVA PARA A LIBERTAÇÃO E NÃO PARA A SERVIDÃO DOS HOMENS.”<sup>2</sup>

“...ESTA PREOCUPAÇÃO PELO HOMEM CULTURA E NÃO PELO HOMEM MÁQUINA, METÁLICO, FEZ COM QUE A CIDADE FICASSE OBSCURECIDA E NÃO ACOMPANHASSE O PROGRESSO DAS CHAMINÉS, QUE POLUEM E ENTORPECEM O HOMEM NOS DIAS DE HOJE.”<sup>3</sup>

“AURO SOLI, FIDE, CULTU, CIVILIBUSQUE VIRTUTIBUS  
FILIORUM EFFULSIT.”

(Refulgiu pelo ouro da terra e pela fé, pela cultura e pelo civismo de seus filhos)<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> - PESAVENTO, Sandra Jatháí. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário-**Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.15, n.29, 1995, p. 15.

<sup>2</sup> - LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1984, p.477.

<sup>3</sup> - MORAIS, Vinícius Vilhena de. **Lendas e fatos da Campanha**. Campanha (MG). Memória, p.116.

<sup>4</sup> - VALLADÃO, Alfredo de Vilhena. **Campanha da Princesa**. R.Janeiro: Ed.Leuzinger Ltda., v. I, 1937- p.30. versão para o latim de Pe. Augusto Magne (Jesuíta de Campanha).

## **LISTA DE SIGLAS:**

APM – Arquivo Público Mineiro

E.N – Escola Normal

IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

IHGGMG – Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais

ABE - Associação Brasileira de Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

## **NOTA**

Neste trabalho optou-se por utilizar a ortografia atual do português, transformando a da época utilizada pelos memorialistas. Conservou-se apenas a grafia antiga de ATHENAS.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Figuras:

01 – Cap. Cândido Ignácio F. Lopes – Primeiro Diretor da I E. Normal de Campanha .....	101
02 – Profa. Mathilde Xavier Marianno.....	128
03 – Primeiro Grupo Escolar de Campanha – 1908 .....	139
04 – Primeiro Corpo Docente do Grupo Escolar de Campanha – 1908.....	143
05 – Colégio Notre Dame de Sion – 1908.....	144
06 – Ginásio Santo Antonio .....	146
07 – Ginásio Diocesano São João .....	147
08 – II E.Normal de Campanha – 1930.....	155
09 – Primeiro Corpo Docente da II E. Normal de Campanha – 1930.....	158
10 – Noviciado Jesuíta de Campanha – 1903.....	170
11 – Inauguração do Monumento Comemorativo do Bi-Centenário de Campanha –1937 .....	174
12 – Prédio Histórico da II E. Normal de Campanha – e Monumento ao Bi – Centenário .....	175
13 – Família Valladolid – 1871/1882 .....	185
14 – Desdobramento de Municípios mineiros a partir da criação, em 1711, de Vila Rica .....	231
15 – Exame de Desenho – 1. Ano - I E. Normal de Campanha – 1897 .....	239
16 – Exame de Desenho –2. Ano - I E. Normal de Campanha – 1897 .....	241

### Quadros

01 – Dados Populacionais de Campanha – 1831/1929 .....	37
02 – Ensino Clássico em Minas e em Campanha – até meados do século XIX.....	50
03 – Cadeiras primárias públicas de Campanha – 1890.....	99
04 – Ensino primário público, cadeiras e professores de Campanha – 1905 .....	99
05 – Currículo das Escolas Normais de Minas Gerais – 1887 .....	108
06 – Proposta de Currículo para as E.Normais da Província de Minas feita pelo Inspetor de Instrução Pública Dr. Mathias de Vilhena Valladolid – 1887 .....	110
07 – Matrícula da Aula Prática do Sexo Feminino Anexa à I E.N. - Campanha – 1873 .....	125
08 – Terminalidade da I E. Normal de Campanha – 1906 .....	129
09 – Relação de professores da I E. Normal em disponibilidade – 1907 .....	130
10 – Entre a memória e a história – escolas, seminários, instituições culturais de Campanha 1870/1930.....	163
11 – Dados Populacionais e dados de Matrícula nas Escolas de Campanha – 1831/1929.....	166
12 – Campanhenses formados nos Cursos Superiores e Seminários Brasileiros no Período: 1830 a 192 .....	214
13 – Difusão do Ensino Primário em Minas Gerais – 1870/1905 .....	94
14 – Reformas Educacionais Federais – 1892/1930.....	205

### Gráficos

01 – Total de campanhenses formados no Ensino Superior por década – 1830 a 1929.....	212
02 – Total de campanhenses formados por curso – 1830 a 1929 .....	212

### Mapas

01 – Mapa de toda e extensão da Campanha.....	233
02 – Mapa da localização do Morro do Lopo.....	235
03 – Mapa da Região Sul de Minas – divisão em Sub-Regiões - 1830/32.....	237

## RESUMO

Este trabalho está inserido no Histedbr. Refere-se à compreensão e desvelamento da metáfora “Athenas do Sul de Minas” criada para a cidade sul-mineira de Campanha, entendida aqui como representação através da interpretação da obra dos memorialistas do lugar à luz da História da Educação regional/nacional e dos referenciais teórico-metodológicos da História Cultural e suas categorias de práticas e representações, bem como das noções de estratégia, distinção e capital cultural de Bourdieu. Para tal, buscou-se, através da análise de fontes primárias coletadas nos arquivos públicos, verificar se Campanha havia sido privilegiada por políticas públicas de educação, em relação às demais cidades de Minas, que sustentassem a metáfora, o que não se confirmou. A análise das práticas culturais da elite campanhense, já sem os recursos do ouro, revelou que, na gênese da representação “Athenas do Sul de Minas” para Campanha, estavam as estratégias de manutenção do status-quo dessa camada social através da busca de nobilitação pelos títulos oriundos da formação nos cursos superiores do país que lhe possibilitassem a inserção na política e nos quadros burocráticos do Estado tanto imperial como republicano no período de 1870/1930.

**Palavras-chave:** Educação – História; Memória; Elite (Ciências sociais); Representação social; Cultura; Campanha (MG) – História.

## ABSTRACT

This work is inserted in the Histedbr. It refers to the understanding and unveiling of the metaphor " Athens of the South of Minas" created for the city in the south of Minas called Campanha, understood here as representation through the interpretation of the work of the "memorialistas" of the place to the light of the History of the National/ Regional Education and of the theoretical-methodological references of the Cultural History and their categories of practices and representations, as well as of the notions of strategy, distinction and cultural capital of Bourdieu. For such, it was searched through the analysis of primary sources collected in the public files to verify if Campanha had been privileged by public politics of education in relation to the other cities of Minas that sustained the metaphor, which was not confirmed. The analysis of the cultural practices of the "campanhense" elite, already without the resources of the gold, revealed that in the genesis of the representation Athens of the South of Minas for Campanha were the strategies of maintenance of the status-quo of this social layer through the "nobilitization" search for the titles originating from the graduation in the universities of the country that made possible insert in the politics and in the bureaucratic pictures of the State, so much imperial as republican in the period of 1870/1930.

**Key-words:** Education - History; Memory; Elite (Social science); Social representation; Culture; Campanha (MG) – History.

## SUMÁRIO:

<b>Dedicatória</b> .....	<b>v</b>
<b>Agradecimentos</b> .....	<b>vii</b>
<b>Epígrafe</b> .....	<b>ix</b>
<b>Lista de Siglas</b> .....	<b>xi</b>
<b>Listas de Ilustrações</b> .....	<b>xiii</b>
<b>Resumo</b> .....	<b>xv</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>xvii</b>

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>01</b>
1.1- JUSTIFICATIVA .....	07
1.2- ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO .....	07

### CAPÍTULO I

1.1 - A ORIGEM DO TEMA E DO PROBLEMA .....	11
1.2 - DELIMITANDO O CAMPO DA PESQUISA .....	13

### CAPÍTULO II

<b>O TEXTO E O CONTEXTO - ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES</b> .....	<b>21</b>
---	-----------

2.1 - A ATHENAS E O SUL DE MINAS – CAMPANHA NO CONTEXTO HISTÓRICO CULTURAL DA REGIÃO E LOCAL .....	22
O termo de Campanha .....	22
Povoamento, cultura, história .....	38
O Ensino Clássico em Minas e em Campanha .....	45
Ecos da Arcádia em Campanha .....	52
2.2 - A ATHENAS ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES: CAMPANHA E O CONTEXTO HISTÓRICO EDUCACIONAL EM DOIS MOMENTOS: A ATHENAS SENDO ERIGIDA E A ATHENAS SENDO REVISITADA .....	57

2.2.1 - A ATHENAS SENDO ERIGIDA: A LATINIDADE COMO BASE DA REPRESENTAÇÃO E AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS NA CAMPANHA PROVINCIAL .....	60
--	----

A - A MEMÓRIA – OS MEMORIALISTAS .....	61
1 - Francisco de Paula Ferreira Rezende e suas recordações .....	62
A escola e o mestre-escola .....	62
A aula de latim e o Padre Mestre .....	65
O acesso ao curso jurídico de São Paulo .....	67
2 - Alfredo de Vilhena Valladão e sua elegia à Campanha .....	68
As Práticas Culturais e o papel da Igreja em Campanha .....	70
Os letrados de Campanha: políticos e intelectuais .....	80

B - A HISTÓRIA.....	89
Aulas Públicas de Primeiras Letras em Campanha .....	96
A I Escola Normal Oficial de Campanha .....	101
O Externato Oficial anexo à I Escola Normal .....	117
As Aulas Práticas anexas à I Escola Normal.....	124
<b>2.2.2 - A ATHENAS SENDO REVISITADA: A EDUCAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO NA CAMPANHA SOB A REPÚBLICA.....</b>	<b>132</b>
<b>A - A POLÍTICA AO RAIAR DA REPÚBLICA.....</b>	<b>133</b>
A política Educacional de João Pinheiro – 1890 – 1906/1908.....	134
O primeiro Grupo escolar da Campanha .....	139
Dois Colégios Particulares de Campanha: Colégio Notre Dame de Sion e Ginásio São João.....	144
<b>B - OS ANOS 20 E A CULTURA REFORMADORA DA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>149</b>
A política educacional de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada – 1926/1930 .....	151
A II Escola Normal de Campanha.....	155
<b>C – ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA .....</b>	<b>159</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>O INTELLECTUAL AUSENTE - FERNANDO DE AZEVEDO</b>	
<b>UMA OUTRA REPRESENTAÇÃO? .....</b>	<b>167</b>
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>MANDARINS EM CAMPANHA: A ATHENAS DESVELADA.....</b>	<b>177</b>
<b>4.1 - OS MANDARINS DA CAMPANHA IMPERIAL.....</b>	<b>187</b>
A origem dos exames de preparatórios .....	193
<b>4.2 - OS MANDARINS DA CAMPANHA REPUBLICANA.....</b>	<b>196</b>
<b>4.3 - ANÁLISE DOS GRÁFICOS .....</b>	<b>209</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>219</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>225</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>231</b>
<b>REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO .....</b>	<b>243</b>

**ATHENAS DO SUL DE MINAS**  
**Entre a Memória e a História da Educação: Práticas e Representações das**  
**Elites de Campanha**  
**De 1870 a 1930**

*“ A metáfora é a transposição para uma coisa  
do nome que designa uma outra diferente ”*  
(Aristóteles,  
*Poética*)

## **INTRODUÇÃO**

A Athenas do Sul de Minas, com “th” mesmo, como escreviam os memorialistas propagadores desta metáfora, especialmente Alfredo de Vilhena Valladão, memorialista da cidade sul-mineira de Campanha, sempre me chamou a atenção ao ler as suas obras que tratam dos valores que engendram a cultura campanhense. Estes memorialistas, homens letrados, são integrantes da elite de Campanha.

Essa metáfora (palavra de origem grega, metaphora, que significa transposição, que consiste na transferência do sentido do termo concreto para um contexto abstrato), que classifico conceitualmente como representação, é o que procurei compreender e desvelar neste trabalho.

Esta figura de linguagem, que se originou entre os campanhenses letrados a partir da primeira metade do século XIX, nasce de um sentimento, uma idéia, enfim, de um imaginário erigido em torno do valor do ensino da língua latina e da cultura humanista latina que desde os primeiros tempos de sua história, era ensinada em Campanha. Este imaginário está presente sobretudo no interior da camada social elite, já sem muita posse no período posterior à

decadência do ciclo da mineração, e que vê-se obrigada a desenvolver atividades de subsistência agro-pastoril e comercial, que lhe permitirá o desenvolvimento de toda uma rede de relações sociais locais e com a Corte. É desse imaginário que aflorará, entre essa camada social, a representação Athenas do sul de Minas para a cidade de Campanha. Mas, afinal, que valores legitima esse imaginário? Os memorialistas consultados propagam a força, a beleza e perfeição do latim ensinado nas escolas frequentadas pelas elites de Campanha, as quais consideravam ser a cidade privilegiada quanto ao número de escolas existentes. Esse acesso à cultura letrada de qualidade era considerado a arma principal que levaria essa camada social aos cursos superiores e destes, aos cargos burocráticos da administração pública local, de outras cidades de Minas Gerais e do país.

É essa cultura latina que faz com que encontremos a presença das elites campanhenses nos tribunais, nas profissões liberais, advocacia, medicina e na política, trajetória vista por eles como lhes sendo natural, já que pertenciam à classe dos “homens bons”. A partir dos títulos acadêmicos conquistados, a manutenção do status-quo dessa camada social estaria garantida com o acesso dos seus filhos na burocracia do Estado. Nesse percurso acadêmico, que buscavam árdua e ardentemente, dedicavam-se com rigor aos estudos, já que a mesada da casa paterna não lhes permitia “gazetear”, e a família e a cidade aguardavam pelas glórias dos filhos ilustres

Na base da força da latinidade de Campanha estava a Igreja, de cujas tradições católicas Minas é grande representante. Campanha pertencia ao bispado de Mariana e ao tempo do bispo D. Antonio Ferreira Viçoso e de seu sucessor, D. Silvério Gomes Pimenta, Minas se torna o berço da reforma católica: o “tridentismo”<sup>1</sup> personificado, segundo AZZI (1997, pp 53-54) onde Campanha se informa. Os embates e tensões no interior da Igreja e entre esta e o Estado revelam

---

<sup>1</sup>-com base no Concílio de Trento -1546/1563 – orientação no sentido de preservar a ortodoxia da Igreja Católica contra o avanço dos protestantes. No caso do Brasil também contra os espíritas, pela manutenção de uma ética sexual e familiar conservadora e contra a penetração da mentalidade liberal de inspiração burguesa.

as dificuldades na transição do Império para a República, pois haverá em Campanha um clero dividido entre conservadores e republicanos.

AZZI (1997, p.55) esclarece que “uma das consequências da fidelidade tridentina, reforçada pelo espírito ultramontano, era uma mentalidade bastante conservadora em matéria política. Daí a simpatia pelo governo monárquico”. Em 1896, sob D. Silvério Gomes, a Igreja se recusou a abençoar a bandeira republicana por considerá-la símbolo da doutrina positivista. Já em 1894, a Companhia de Jesus escolheu Campanha como cidade ideal para fundar um noviciado em Minas Gerais.

Em 1908, a cidade será sede de bispado pelo empenho de D. João de Almeida Ferrão, seu primeiro bispo, que assimilou a encíclica “Rerum Novarum”,<sup>2</sup> trazendo então uma abertura.

Historicamente, as práticas culturais e políticas das elites campanhenses datam do I Império, quando da construção do Estado-nacional. Campanha participou do movimento pela abdicação de D. Pedro I, que ocorreu em 7 de abril de 1831. A família dos Veigas, liberais moderados, se instala em Campanha no início do século XIX. Evaristo da Veiga foi pioneiro desse movimento liberal na Corte, onde fundou o jornal “Aurora Fluminense”, veículo de combate a D. Pedro I. Em Campanha, seus irmãos Lourenço da Veiga e Bernardo Jacyntho da Veiga fundaram, em 1832, o “Opinião Campanhense”, reproduzindo e divulgando as teses defendidas por Evaristo da Veiga no Rio de Janeiro. Com os Veigas de Campanha, participaram também do “7 de Abril” o Padre José Bento Leite Ferreira de Mello, campanhense que formulara a Constituição de Pouso Alegre<sup>3</sup> juntamente com o Padre Custódio Dias e ambos eram amigos

---

<sup>2</sup> - Encíclica de Leão XIII – 1891 – Papa de espírito avançado que se deu conta da classe operária e seus embates, introduzindo a Igreja católica no século XX- Rerum Novarum: tradução: Das Coisas Novas.

<sup>3</sup> - Projeto de Constituição Liberal proposta para substituir a Constituição outorgada por D. Pedro I EM 1824

do Padre Diogo Feijó<sup>4</sup>. Cabe observar, no entanto que, durante o século XVIII as elites coloniais fundadoras de Campanha apoiaram as decisões políticas da MetrÓpole e se submeteram a elas.

Após a abdicação de Pedro I, durante os governos regenciais, o país é sacudido por rebeliões que, segundo FAUSTO (2002, p.164) “não se enquadram numa moldura única. Elas tinham a ver com as dificuldades da vida cotidiana e a incerteza da organização política, mas cada uma delas resultou de realidades específicas provinciais ou locais.”<sup>5</sup>

Essas rebeliões irão motivar o “golpe da Maioridade”, tornando D. Pedro II imperador do Brasil aos 15 anos e a implantação do movimento político conhecido como “Regresso” (centralização do poder e reinterpretação do Ato Adicional de 1834), liderado, entre outros, pelo mineiro Bernardo Pereira de Vasconcellos, que de liberal passara a conservador. A destituição do gabinete liberal de 1841 trará a Revolução Liberal de 1842 de que Campanha participa: a cidade se divide em liberais e conservadores. Bernardo Jacyntho da Veiga de Campanha, antes um liberal e agora regressista, será escolhido pelo império para governar a Província de Minas.

É no segundo Império que a metáfora “Athenas do Sul de Minas” se propaga e se consolida, intui-se a partir das memórias do campanhense Dr. Alfredo de Vilhena Valladão. Constata ele que, nos cursos superiores fundados a partir de 1827 no Brasil (Direito, Medicina e Engenharia), Campanha se faz representar formando seus “doutores”, reluzindo a terra natal, na medida em que vão se engajando nas tribunas e foros de todo o país, do município, da província e da corte. Realizam esses jovens as trajetórias traçadas por suas famílias de Campanha participando das diferentes instâncias do poder político. Estão também nas cátedras, nas ciências, nas letras, nos institutos como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, no Arquivo Nacional, nas sociedades sábias e no púlpito. Valladão dá notícia de mais de uma centena desses jovens

---

<sup>4</sup> - Governou o Brasil de 1831 a 1837 quando renunciou, durante o Período Regencial (1831/1840)

<sup>5</sup> - Cabanagem no Pa-1835/40- Sabinada na Ba.11837/38- Balaiada no Ma.1838/40- Farroupilha no RGS-1836/45

entre os anos 1830 a 1940 e afirma que nenhuma outra cidade ofereceu tamanho número de filhos ilustres ao país e que nenhuma outra refulgiu tanto no cenário nacional/regional/local, através de seu civismo e cultura motivados por uma ânsia de saber e tendo como base a Latinidade.

Além da gênese da representação “Athenas”, outras perguntas surgem dos discursos que a contêm: o que será do ensino da latinidade e da cultura latina no decorrer do tempo? Em que se transformará com a República esta educação de Campanha? Terá sido a representação de Athenas como metáfora um constructo de todas as camadas sociais ou fora um imaginário restrito a algumas famílias de elite? Haverá transformação nas relações sociais e culturais com as mudanças introduzidas pelo Estado Republicano e no modelo educacional baseado na cultura latina? Ou na verdade, o “fenômeno” irá até 1930 quando os frutos da latinidade se esgotam, pois esta está inserida num ideal de educação esgotado porque os tempos são outros, e um Brasil arcaico sofrerá a ação dos que o querem moderno e, para isto, vão pensar um outro ideal educacional que chegará à Campanha. Mas, curioso, dela, desta Athenas, um dos pioneiros desse novo ideal terá levado suas imagens mais basais que o levarão a contestá-la: estou falando de Fernando Azevedo. Sua terra natal, São Gonçalo do Sapucaí, pertencera à Campanha até o final do século XIX.

Foi a educação em Campanha privilegiada em termos de oferta de escolarização por parte do poder público ou esteve inserida nos mesmos contornos das Leis erigidas por políticas públicas educacionais da província e mais tarde do Estado de Minas? Ou a representação Athenas é mesmo a ânsia de aprender de filhos de uma determinada classe social ocultada enquanto estratégia. Para isto lançaram mão de aulas particulares, ensino privado e colégios confessionais, que podiam custear, e também da parca oferta pública de ensino e chegaram aos cursos superiores. Aí sim puderam concretizar a manutenção do status -quo que os

títulos acadêmicos possibilitavam. Desenvolverão práticas políticas, sociais, culturais e profissionais, com poder de decisão.

Antes de envolver-me com a pesquisa, eu nunca havia estado em Campanha. Eu a conheci primeiro como a “Athenas do Sul de Minas”. Durante a busca de publicações sobre história regional e local e de leituras feitas de obras de alguns memorialistas, chamou-me a atenção o fato de inúmeros campanhenses terem participado da administração pública tanto no Império como na Primeira República. Eleita como meu objeto de pesquisa, lá fui pela primeira vez para localizar as fontes para o meu trabalho. Lá se chega pela Rodovia Vital Brasil, nome que homenageia o cientista, que carrega em seu nome a cidade onde nasceu: Vital Brasil Mineiro da Campanha. Ao me aproximar, a primeira imagem que vi foi a de uma colina encimada por palmeiras e, dentre elas, avistei o que supus serem torres de uma igreja. Imagens ao cair da noite. Fiz as primeiras incursões na cidade durante a manhã admirando o casario antigo, notando as atrações e limitações da rede de comércio, observando o estado de dificuldade de conservação da cidade, aliás, como em todo interior de Minas. Conjunturas que se explicam até mesmo com o senso comum hoje.

Mas impossível foi deixar de notar como reagiam as pessoas. O hábito refinado dos mais velhos em dar bom dia a desconhecidos, quando cruzavam comigo nas ruas. No atendimento ou serviços prestados são sempre atenciosos e gentis. Constatei o orgulho em apresentarem o que foi preservado, nos lugares de memória, o que fora Campanha num passado ainda recente. Os campanhenses, pelo menos com os quais tive a oportunidade de contato através da pesquisa, são ciosos de seu passado, agregaram os discursos de memória sobre a cidade à sua identidade.

## 1.1 - JUSTIFICATIVA

Justifico a minha pesquisa porque integro a carreira dos profissionais da educação, mais especificamente como professora de história da educação em minha cidade, Poços de Caldas, onde pretendo contribuir enquanto pesquisadora da história da educação local. Para isso estarei agregando os conhecimentos que auferir ao desenvolver a minha pesquisa Athenas do Sul de Minas que tem como foco as imagens e representações erigidas pela elite da cidade de Campanha tendo por base o seu universo cultural, educacional e simbólico.

Penso que esta pesquisa se justifica também por eu estar levando à universidade a minha contribuição ao conhecimento coletivo, trazendo à luz uma história local e regional da educação porque, enquanto professora dessa disciplina, percebo a ausência de produção de pesquisa, mesmo com a criação de linhas de pesquisa de história regional como o Histedbr da Universidade Estadual de Campinas, que acolheu-me em seu Curso de Pós-Graduação

## 1.2 - ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

No Capítulo I, apresento o histórico da pesquisa e justifico a opção pela abordagem na perspectiva da História Cultural cujo caráter, a meu ver mais auspicioso, é o da interdisciplinaridade, que julguei apropriada diante do meu tema e problema: A Athenas do Sul de Minas – Entre a Memória e a História: Práticas e Representações das Elites de Campanha – 1870 a 1930.

No Capítulo II, “O Texto e o Contexto - Entre a Memória e a História da Educação: Práticas e Representações”, tomo o texto entendido como o discurso dos memorialistas,

impregnado de suas representações do real, mas que brotam de um real vivido no social, no político e educacional onde a memória exposta revela também o que oculta: as representações erguidas em torno da cidade de Campanha. Tomo o contexto entendido como o discurso construído pelos historiadores a partir da historiografia selecionada e fontes primárias. Estabeleço então a articulação texto/contexto, memória como fonte da história.

Começo situando Campanha no contexto histórico-cultural da região e local, cujo objetivo é apresenta-la e ao mesmo tempo remete-la ao passado, imersa no Sul de Minas em período anterior ao da pesquisa.

Faço então a articulação texto/contexto em dois momentos:

No primeiro momento – “A Athenas sendo erigida...” - trago as duas obras de memória que estão entre os documentos que elegi para compreender como se origina a representação “Athenas” :

- de Francisco de Paula Ferreira de Rezende - Minhas Recordações – editada pela Imprensa Oficial de Minas Gerais integrando a Coleção Documentos Brasileiros – 2 ed.
- de Alfredo de Vilhena Valladão – Campanha da Princesa – v.1-1937 e v.2-1940- Ed.Leuzinger S/A-RJ, v.3-1942 e v.4-1945- Gráfica Revista dos Tribunais-SP.

Trago também, no primeiro momento: outros memorialistas, referenciais da história da educação e a análise dos documentos primários que coletei no Arquivo Público Mineiro e na Biblioteca Pública e Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort e imagens do Centro de Memória do Sul de Minas sediado em Campanha.

No segundo momento, “A Athenas sendo revisitada...” além dos documentos primários, utilizo também jornais e uma revista da época editada em Campanha.

Permeando os dois momentos, considero as tensões oriundas das transformações da sociedade agro-exportadora para uma sociedade industrial e estabeleço o diálogo com os referenciais teórico-metodológicos.

No Capítulo III, trago o intelectual, nascido em São Gonçalo do Sapucaí, vila que integrara o Termo de Campanha, ausente e silenciado nas memórias: Fernando de Azevedo. Apresento Valladolid e Azevedo como discursos antitéticos.

Enfim, no Capítulo IV, exponho através do conceito de “mandarim”, o desvelamento da Athenas do Sul de Minas como representação para Campanha, que brota do imaginário de sua elite, sobre o valor de sua escola, mas que se revela pelas suas práticas culturais.

Na dissertação, deslizei entre as práticas e os discursos para interpretar a Athenas do Sul de Minas. Como diz BURKE (2004, p.10): “o terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações.”

## CAPÍTULO I

### 1.1 - A ORIGEM DO TEMA E DO PROBLEMA

Esta pesquisa surgiu do desejo de conhecer a história da educação da minha região natal, o sul de Minas Gerais. O título dado ao meu projeto “Athenas do Sul de Minas” foi inspirado na referência que se fazia (talvez ainda se faça) à cidade sulmineira de Campanha, a mais antiga da região e décima terceira cidade mais velha do Estado. A menção “Athenas” feita à Campanha por seus memorialistas como irradiadora da cultura, berço de juristas e políticos e de clero abundante, já sugeria uma cultura clássica erudita das humanidades cujo ensino convencionou-se chamar de letrado e verbalista. Estas constatações levaram-me a intuir que Campanha poderia ter sido o polo irradiador da instrução para o sul de Minas. Instrução entendida como escolarização, privilegiada por políticas públicas de expansão de escolas e formadora de mestres para toda a região.

A metáfora “Athenas” para Campanha sempre foi o meu interesse mais genuíno, portanto o meu tema. O que engendrou esta metáfora, que agora classifico conceitualmente como representação, quais os sentidos dela era a minha problemática. Desvelar esta cultura como base da metáfora, estudar essas políticas públicas de instrução e as escolas decorrentes delas, revelar esses mestres por elas formados e sua difusão na região eram os principais objetivos do meu projeto.

Com as primeiras questões colocadas para reflexão sobre o tema, surgiu a necessidade de adequação do projeto às condições reais de pesquisa. Os objetivos eram amplos demais e os primeiros dados levantados já revelaram que: a Athenas não se fez por ter sido privilegiada por políticas públicas de instrução. Era necessário buscar suas origens. O projeto foi reformulado mas mantendo a “Athenas do Sul de Minas” como meu objeto de pesquisa,

propondo-me agora a desvelar quem são os seus protagonistas, quais as práticas políticas e culturais e suas implicações no processo educacional da cidade.

O meu objetivo geral se define então como: desvelar, à luz da história da educação brasileira e de Minas, como foi erigida e como foi revisitada a representação Athenas do Sul de Minas para a cidade de Campanha, interpenetrada pelo cultural e pelo político no período de 1870 a 1930.

Essa periodização se justifica considerando o levantamento realizado e os papéis assumidos na administração pública pelos homens letrados campanhenses durante esse tempo, os quais, dotados de uma educação latinizada e superior, são “nobilitados” socialmente por esse capital cultural. Transito então entre dois séculos, ou seja, envolvo-me com uma Campanha monárquica e uma Campanha republicana.

Ao cumprir as disciplinas do curso de Mestrado e com as sugestões feitas durante a orientação, fui delimitando a opção teórico-metodológica, definindo-me pelas referências da história cultural.

Com as incursões feitas no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, bem como na Biblioteca Cônego Vítor, Centro de Estudos Monsenhor Lefort e Centro de Memória do Sul de Minas sediados em Campanha, para coleta de documentação primária, fui penetrando no universo em que se criara a Athenas do Sul de Minas.

Elejo as obras dos memorialistas de Campanha, especialmente a de Valladolid<sup>1</sup> e a de Rezende<sup>2</sup>, como meus documentos, juntamente com a documentação primária dos arquivos públicos.

---

<sup>1</sup> -VALLADÃO, Alfredo de Vilhena – Campanha da Princesa. R. Janeiro: Ed.Leuzinger S/A, v.1- 1937, v.2 –1940-S.Paulo: Ed.Gráfica Revista dos Tribunais, v.3- 1942, v.4-1945.

<sup>2</sup> -REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de Rezende-Minhas Recordações-Imprensa Oficial de MG-1987

## 1.2 – DELIMITANDO O CAMPO DA PESQUISA

Para a análise e compreensão da problemática desta pesquisa, selecionei um corpus conceitual de categorias da História Cultural na perspectiva de CHARTIER (1987). Também me apoiarei nas noções de distinção e hábitos, nas metáforas de estratégia e capital cultural de BOURDIEU (1975, 1983, 1997, 1998) . Utilizarei o conceito de elite das ciências sociais e as interfaces entre a memória e a história.

CASTANHO (2004, pp.77-81) analisando as **relações entre história e memória**, do ponto de vista do que as aproxima e do que as distingue afirma: “A memória é o principal nutriente da história. Mas não se identifica com ela, assim como a semente não é o passarinho que, não obstante, nutre.” Do ponto de vista do que as aproxima, enfatiza: “ambas são seletivas” e deixa claro que ambas não são neutras. Quanto aos agentes dessa seletividade, lembra este autor “que mecanismos como os do poder não são nem um pouco negligenciáveis”. Sobre a memória esclarece: é individual ou coletiva sendo que a individual “é tudo aquilo que, vindo do passado, se incorpora ao patrimônio profundo do indivíduo e que, em certo momento, é trazido à tona para se fazer intervenção no mundo presente.” Já a memória coletiva são os “lugares de memória (como os monumentos, museus, bibliotecas, arquivos) e de práticas sociais (como comemorações, o calendário, festividades, leigas e religiosas, etc)”. Castanho, agora considerando um aspecto da história afirma: “o discurso histórico, a cargo de historiadores oficiais ou mesmo seus sucedâneos entre autoridades militares, civis e eclesiásticas, desempenham um papel muito importante na definição, caracterização e significação dessa memória social.”

Relacionando todas essas considerações à problemática da pesquisa, aproximarei os discursos de memória selecionados (o texto) ao cotejamento das fontes documentais e bibliográficas (o contexto). Parto da premissa de que é possível decifrar a representação através da sua articulação texto/contexto, onde as práticas sociais/culturais se evidenciarão.

Com referência à perspectiva da História cultural, seus conceitos de **práticas culturais e representação** serão trazidos, a seguir, através de Chartier, Le Goff e outros, assim como o conceito de **imaginário** que juntos contribuem para a compreensão do tema desta pesquisa.

Lembra CHARTIER(1987, p.27):

As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações e os esquemas que as modelam, que constituem o objeto de uma história cultural levada a repensar a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com um real bem real[...]e as representações, supostas como refletindo-o ou dele se desviando

No percurso da renovação histórica de que decorre a história cultural, promovida pelo movimento dos Annales, sucedem-se vários momentos em que se tem nuns a prática do espírito de síntese histórica e noutros, os recortes mais particularizados e específicos. As noções de conhecimento histórico, de fato histórico, de documento histórico e de método também vão se colocar em novas bases.

Para BLOCH (4.ed. p.55) “o passado é por definição um dado que coisa alguma pode modificar mas o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa.”

LE GOFF (1990, pp 31-32) alerta sobre a nova noção de fato histórico: “Não há realidade histórica que se entregaria por si mesma ao historiador[...]todo homem de ciência

deve fazer a sua opção, não simples coleta mas construção científica do documento cuja análise deve possibilitar a reconstituição ou a explicação do passado.” Ainda sobre fato histórico, Le Goff atuando na década de 1970/80, no terceiro momento dos *Annales* dirá associando à objetividade em história:

As condições nas quais trabalha o historiador explicam[...] porque se tenha colocado e se ponha sempre o problema da objetividade do historiador. A tomada de consciência da construção do fato histórico, da não inocência do documento lançou uma luz reveladora sobre os processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico.(LE GOFF, 1994, p.11)

O que quer dizer Le Goff nesta citação é que quem cria o fato histórico é o historiador a partir dos documentos que elege e da sua interpretação sobre eles. Os dados não falam por si mesmos. Portanto não há neutralidade na produção da ciência história. Considerando as ponderações de Le Goff, selecionei como fonte obras dos memorialistas de Campanha como documentos para análise do meu objeto, com a preocupação de captar-lhes os sentidos enquanto uma representação construída sobre o passado pois a história, assim como a memória são frutos de discursos construídos, embora sobre um real vivido.

Na historiografia francesa renovada privilegia-se objetos ligados ao cotidiano e às representações, sentimentos como o amor, a morte, a relação com o corpo, o chorar, o comer, a loucura, recortes minúsculos do social numa abordagem de estilo narrativo. Característica fundamental desta historiografia como de toda a Nova História é o diálogo interdisciplinar.

Considerando a importância de LE GOFF (1994, p.12) para analisar as práticas e representações das elites campanhenses, transcrevo aqui esta sua fala:

Junto à história política, à história econômica e social, à história cultural, nasceu uma história das representações. Esta assumiu formas diversas: história das concepções globais da sociedade ou história das ideologias; história das estruturas mentais comuns a uma categoria social, a uma sociedade, a uma época, ou história das mentalidades, história das produções do espírito ligadas

não ao texto, à palavra, ao gesto, mas à imagem, ou história do imaginário que permite tratar o documento literário e o artístico como documentos históricos de pleno direito, sob condição de respeitar sua especificidade; história das condutas, das práticas, dos rituais, que remete a uma realidade oculta, subjacente ou história do simbólico[..]

Muitos historiadores franceses fizeram a sua produção dentro do campo historiográfico das mentalidades, mas hoje já abandonado. Reavaliando as práticas e o conceito de mentalidades, retomando o valor do simbólico, mas atenta ao verossímil e ancorada em documentação, consolidar-se-á a Nova História em História Cultural.

Segundo VAINFAS (1997, pp 148-150) a História Cultural não recusa as expressões culturais das elites ou classes letradas, mas resgata a cultura popular. Resgata também o papel das classes sociais, da estratificação e mesmo do conflito social. E principalmente é uma história plural, apresentando caminhos alternativos para a investigação histórica. São três as principais maneiras de tratar a história cultural: à maneira de Carlo Ginzburg, historiador italiano, com seu conceito de circularidade cultural<sup>3</sup> - à maneira de Edward Thompson, historiador inglês que fez uma versão marxista da história cultural e por fim a do historiador francês Roger Chartier. Integrado nesta temática está o sociólogo Pierre Bourdieu que também lida com o conceito de representação, edifica os conceitos de poder e capital simbólico bem como várias outras noções como a de estratégia e capital cultural, com trânsito entre os historiadores da cultura.

CHARTIER (1987, p.23) propõe o conceito de cultura enquanto prática e sugere para o seu estudo as categorias de representação e apropriação. A representação é vista por ele como a pedra angular numa abordagem de história cultural. Pode ser entendida “quer como algo que permite ver uma coisa ausente, quer como exibição de uma presença.” Ou ainda:

---

<sup>3</sup> - Interpretado por mim como a interpenetração das culturas erudita e popular

A) delimitação e classificação das múltiplas configurações intelectuais através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos.

B) as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto, uma posição.

C) as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais os representantes (instancias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. O conceito de apropriação é o centro do conceito de representação.

Parafrazeando PESAVENTO (1995, pp.11-14), entendo que a História Cultural abriga várias correntes, dentre elas uma nova história política e dentro destas correntes vários campos temáticos. O campo temático do **Imaginário** é sem dúvida um dos que se apresentam dentro da História Cultural, como um dos mais instigantes para análise do contemporâneo, diante da perda de sentido em se ter uma teoria geral de interpretação dos fenômenos sociais. Insere-se o imaginário no quadro geral de declínio das posturas científicas e racionalizantes de compreensão do mundo iniciadas por Descartes e solidificadas pelo positivismo, que hoje não dão mais conta do real, diante da complexidade do mundo contemporâneo. O conceito de imaginário serve à análise “das atitudes e representações coletivas, resgatando as complexas mediações entre a concreticidade da vida real dos homens e as representações que os homens produzem de si mesmos.”

VEDRINE (1990)<sup>4</sup> apud PESAVENTO (1995), em suas considerações sobre o conceito de imaginário cita: “O imaginário não pode ser o impensado ou o não expresso. Neste sentido, ele necessariamente trabalha sobre a linguagem, é sempre representação e não existe sem interpretação”.

Neste sentido é que tomo os memorialistas de Campanha para compreender a representação Athenas. È através destes discursos que me é possível captar o hábitus de

---

<sup>4</sup> - VEDRINE, Hélène – Les grandes conceptions de l’imaginaire. Paris, Librairie, General Française, p.5-6-1990

aquisição do capital cultural da elite campanhense como estratégia de distinção que redundará em capital político que a levará a ocupar as posições na burocracia estatal, não raro iniciando-se pelas funções no magistério de Campanha, especialmente em sua Escola Normal do período. Valladão especialmente, constrói um discurso em que estas estratégias são colocadas como naturais e tomadas no sentido de dar notoriedade à sua terra.

Para PESAVENTO (1995, p.15):

O imaginário faz parte de um campo de representação e como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade. Mas imagens e discursos sobre o real não são exatamente o real, ou em outras palavras, não são expressões literais da realidade, como um fiel espelho

Chartier entende que não há oposição antitética entre mundo real e mundo imaginário. O discurso e a imagem, mais do que meros reflexos estáticos da realidade social, podem vir a ser instrumentos de constituição de poder e transformação da realidade.

O caminho indicado por Chartier para decifrar a construção de um sentido num processo determinado é o cruzamento entre práticas sociais e historicamente diferenciadas com as representações feitas.

A elite letrada de Campanha construiu e pensou a sua realidade social que foi dada a ler pelos memorialistas do lugar, eles mesmos integrantes desta elite.

DOSSE (1994, p.211) situando a abordagem cultural para a elaboração histórica alerta: “[...] O trabalho histórico reside no confronto sem cessar das diversas temporalidades e a evidência dos descompassos, das discordâncias entre a realidade social e a representação ideológica que não evoluem em perfeita sincronia.”

O conceito de elite também será utilizado para classificar a camada social que está imbricada no tema desta pesquisa. **Elite**<sup>5</sup> é um grupo de pessoas que, numa sociedade qualquer ocupam posições eminentes. No verbete elite do Dicionário de Ciências Sociais (1986, p.389) encontra-se que: “enquanto conceito analítico, em ciências sociais e políticas foi popularizado por Pareto. H.D. Lasswell mais recentemente definiu elite como aqueles que dispõem de maior acesso aos valores e ao seu controle. O número de elites é tão grande quanto o de valores. Além da elite do poder (elite política) existem elites de riqueza, responsabilidade e conhecimento. Como é preciso um termo para designar as pessoas que constituem elite em relação a uma série de valores, utiliza-se a expressão a elite da sociedade.”

Extremamente relevantes para o escopo deste trabalho são os conceitos de estratégia e capital cultural de Bourdieu. Afirma BURKE (2004, p.77), interpretando os usos de Bourdieu que, ambos os conceitos foram transformados por ele em metáfora. O primeiro, **estratégia**, foi apropriado das práticas militares. O segundo, **capital cultural** foi inspirado na teoria econômica, como metáfora abrangente, “analisando a cultura em termos de bens, produção, mercado, capital e investimento”.

Para Bourdieu, o Estado é resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital: capital da força física ou instrumento de coerção (exército, polícia), capital econômico, capital cultural e capital simbólico, com poder sobre outros tipos de capital e sobre os seus detentores. “O Estado exerce ação unificadora na questão da cultura[...]sobretudo através da escola. A unificação cultural e lingüística é acompanhada pela imposição da língua e da cultura dominantes como legítimas e pela rejeição de todas as outras como indignas”. (BOURDIEU, 1997, pp 99, 107)

---

<sup>5</sup> - Dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas

Acrescenta Bourdieu que a cultura escolar não é neutra – é a cultura da classe dominante. Sobre o capital cultural BOURDIEU (1993, p.204) ainda afirma ser: “ capital herdado que tem como propriedade o fato de ser incorporado e portanto aparentemente natural [...]capital da informação”.

As duas noções, de distinção e de habitus são assim mencionadas por BOURDIEU (1993, pp 9-105) : **distinção** chama de distintas as condutas que se distinguem do comum, do vulgar, sem intenção de distinção. O lucro da distinção é o lucro que proporciona a diferença, que separa do comum; **habitus** (atualizada por Bourdieu) como: as disposições adquiridas, as maneiras duráveis de ser ou de fazer que se encarnam nos corpos[...]se refere a algo que é histórico, que é ligado à história individual.(grifos meus)

Além do uso dos referenciais da História Cultural e dos conceitos de Bourdieu, busquei também em Max Weber, em CUNHA (1986) e em RINGER(2000) o conceito de “**mandarim**” para expor o núcleo revelador da representação Athenas do Sul de Minas do qual também me aproprio, na análise e interpretação do tema em questão.

A inspiração em me apropriar do conceito de “mandarim” portanto, além de Cunha, vem da descrição que RINGER (2000, p.22) faz do “ tipo mandarim”, com relação ao contexto alemão que ele estuda. Cito aqui sua fala:

Eu definiria a elite social e cultural que deve seu status muito mais às qualificações educacionais do que à riqueza ou aos direitos hereditários. O grupo constitui-se de médicos, advogados, clérigos, funcionários do governo, professores de escolas secundárias e professores universitários, todos eles com diplomas de curso superior, concedidos com base na conclusão de um currículo mínimo e na aprovação num conjunto convencional de exames.

**CAPÍTULO II**  
**O TEXTO E O CONTEXTO**  
**ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS E**  
**REPRESENTAÇÕES**

Texto é entendido aqui, neste trabalho, como sendo os discursos dos memorialistas de Campanha que contribuem como fonte para a compreensão da representação “Athenas” para esta cidade. São textos carregados da subjetividade de seus autores em que as decisões com relação ao que contar sobre sua terra natal estão sob um inextricável plano de escolhas.

Memória não é história mas é fonte fundamental para a história, desde que o historiador exerça o seu ofício no qual, de acordo com o paradigma da Nova História, está prescrito que o documento não fala por si mesmo. Segundo PESAVENTO (1995,p.12) “Como um mestre da narrativa , este é alguém que munido de um método, resgata da documentação empírica as chaves para recompor o encadeamento das tramas sociais.”

Tanto Francisco Rezende como Alfredo Valladão assim como a maioria dos memorialistas de Campanha que pertencem à elite envolvida com a política desta cidade, produzem seus discursos construindo uma imagem despida de atração para os negócios, como se estivessem sempre dissociados de seu mundo material e voltados unicamente à causa de suas atividades públicas. Lembrando Lenharo que também interpretou o Sul de Minas:

Esse enfoque aparece sempre reforçado por outra preocupação que perpassa estes textos: as personagens não só se dedicam despojadamente à causa pública, como também primam pela manifestação de virtudes pessoais e familiares .  
(LENHARO, 1992, p.98)

Alfredo Valladão apresenta o fenômeno “mais de uma centena de doutores filhos de Campanha formados nos cursos superiores do país no período entre 1830 e 1940 a reluzir a terra natal nas tribunas, nos foros, nas cátedras”. Mas o faz como se se tratasse de uma trajetória perseguida pelo conhecimento em si e para o engrandecimento de sua terra.

Na contextualização serão priorizados os referenciais da História da Educação nacional, regional e local do período com o cruzamento entre os dados coligidos, as práticas culturais dos homens letrados e dirigentes políticos provenientes das fontes, tendo em vista a compreensão da representação Athenas como metáfora para Campanha, objeto desta pesquisa.

Para contextualizar a “Athenas do Sul de Minas” é extremamente importante conhecer como se deu o alcance da instrução pública em Campanha, especialmente o significado da existência da Escola Normal nessa cidade.

As informações sobre o contingente populacional de Campanha no período focado é relevante para a análise e problematização. O quadro n.1 mostra os dados de Campanha, embora não seriado, afim de contribuir na argumentação em relação à instrução de Campanha e a representação Athenas.

## 2.1- A ATHENAS E O SUL DE MINAS – CAMPANHA NO CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL DA REGIÃO E LOCAL .

### **O Termo de Campanha**

A expressão “Termo” está vinculada à administração da justiça. Significando subdivisão da comarca, sob a jurisdição de um juiz ou pretor para o qual se define o território geográfico que configurará este termo. Ao Termo da Vila de Campanha foi destinado o território

que corresponde ao sul de Minas, desmembrado da Comarca do Rio das Mortes cuja sede era São João Del Rei.

Do Termo de Campanha foram desmembrados, ao longo do século XIX todos os municípios que se situam no Sul de Minas.

PAIVA (1996, p.198) assim delimita a região sul de Minas à época de 1831/32: “As fronteiras sul e oeste são definidas por limites de províncias. A fronteira norte é definida pelo Rio Grande, Rio das Mortes e a leste é definida pela Serra da Mantiqueira”. Em linhas gerais, esta definição corresponde aos relatos dos memorialistas de Campanha e se ajusta ao mapa n.1 em anexo. Paiva, entretanto, faz uma adaptação destes limites a partir de suas fontes (relatos de viajantes do século XIX e mapas de população de 1831/32 do APM) tendo em vista o escopo de sua pesquisa. Nesta adaptação a região sul de Minas foi assim subdividida ( mapa n.3 em anexo):

Subdivide-se em três sub-regiões. Sub-região sudoeste, compreendendo o município de Jacuí; Sub-região sul central compreendendo o município de Campanha e a parcela do município de São João Del Rei que posteriormente vai ser o município de Lavras; Sub-região sudeste, compreendendo o município de Baependi, parcela do município de São João Del Rei e parcela do município de Barbacena. (PAIVA, 1996, p. 200)

Considerando as informações dos memorialistas, a emancipação de Campanha em relação à Comarca do Rio das Mortes tem um histórico ao qual se deve a grande extensão de seu termo, que trarei adiante. Da análise dessas fontes observo desdobramentos dessa luta campanhense que tiveram como resultado a inserção política e econômica de sua elite fundadora calcada na questão social e cultural

PAIVA (1996, p.36)<sup>1</sup> informa que no século XIX Minas tinha dezesseis vilas sendo que as nove primeiras tiveram como origem o ouro e se consolidaram como núcleos urbanos até 1729. As demais datam da segunda metade do século e tem origem mais diversa.

Em REZENDE (1987, pp.43-44), de certo modo há consonância com Paiva: no começo do século XVIII até quase à independência, a província de Minas só tinha uma única cidade que era Mariana; quatro comarcas, que eram as de Vila Rica, Rio das Mortes, Serro e Rio das Velhas; e apenas dezesseis vilas das quais as principais eram Vila Rica, Sabará, São João Del Rei, Barbacena, Paracatu, Serro e Campanha.

Fora este o limite do termo de Campanha de acordo com REZENDE (1987, p.40)

Tendo de um lado o Rio Grande e do outro as divisas de São Paulo, vai sempre subindo e se alargando até que vai por fim fechar-se nesse alongado e tão majestoso muro que altíssimo lhe forma a Mantiqueira entre o Morro do Lopo e o Mirantão [...] Campanha é a primeira cidade e a primeira vila que existiu no sul de Minas e de Baependi para baixo a primeira paróquia e a mais antiga povoação que ali fundou.

O mapa n.2, em anexo, situa o ponto referencial “Morro do Lopo”. Entretanto interessante é notar que nas memórias que selecionei, um dado não converge com Paiva. Nestes discursos não há inclusão de Barbacena nesse território de Campanha. Lembro aqui a questão da seletividade da memória e da história.

De acordo com a figura 14 (em anexo), as vilas de Baependi e Jacui são as que se desmembraram primeiro de Campanha (1814), a seguir, Lavras e Pouso Alegre (1831) e as demais durante o século XIX para além. Cada vila desmembrada mobilizava um rearranjo

---

<sup>1</sup> - São estas as vilas: 1) Vila Real de Nossa Senhora do Carmo, Vila Rica, Vila Real da Conceição de Sabará, Vila de São João Del Rei, Vila Nova da Rainha, Vila do Príncipe, Vila Nova do Infante das Minas do Pitangui, Vila de São José Del Rei, Vila do Bom Sucesso das Minas Novas do Fanado.

2) Vila de São Bento do Tamanduá, Nobre e Leal Vila de Barbacena, Vila de Queluz, Vila de Paracatu do Príncipe, Vila de Campanha da Princesa da Beira, Vila Santa Maria do Baependi e Vila São Carlos do Jacui.

territorial e seus respectivos desdobramentos políticos e sociais e econômicos, que na verdade eram o ponto de origem de sua emancipação.

Como contribuição ainda no sentido de situar geograficamente o termo de Campanha, trago a seguinte nota: “A Universidade de São Paulo adquiriu ao Dr. Alberto Lamego uma coleção de mapas e documentos referentes ao antigo Termo de Campanha”.<sup>2</sup>

Quanto à origem do nome Campanha para esta cidade “mãe” do sul de Minas, o memorialista campanhense Lefort citando vários dicionários etimológicos define:

Campanha veio do latim *campania*, os campos, a planície ou *campina*; é o plural neutro, tornado substantivado do adjetivo *campaneus*, derivado de *campus* ou extensão de *campania*, nome da fértil planície em volta de Nápoles. No sentido militar, o vocábulo veio-nos por intermédio do francês, no século XVII. Portanto à sua própria situação geográfica deve Campanha o seu nome [...] campos dilatados, *campina extensa*. (LEFORT, 1968, pp. 39-40)

Campanha já nasce urbana<sup>3</sup>, um arraial clandestino, encontrado e legalizado a partir das primeiras providências tomadas neste sentido pelo ouvidor-mor de São João Del Rei ( cabeça da Comarca do Rio das Mortes ), Cipriano José da Rocha, que para a região erma ao sul dessa comarca se deslocara para averiguação de denúncias feitas ao governador da capitania de Minas Gerais, D. Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. O teor destas denúncias era de que no local havia faiscadores, vindos no rastro dos bandeirantes paulistas, atrás dos novos focos de ouro, cuja atividade era clandestina se ao rei não se os informava e não se contribuía sobre o novo ouro descoberto. Há um entendimento defendido por LEFORT (1968, pp 32-33)) de que “os denunciastas foram os próprios faiscadores que serviram de acompanhantes do ouvidor-mor ao local. Com isto fogem à cena de serem pegos na região” e ainda se constituem nos

---

<sup>2</sup> -Notícia dada pelo Jornal Sul de Minas em sua edição de 8 de novembro de 1936 -Campanha

<sup>3</sup> -Há uma lenda citada pelos memorialistas que teria sido um quilombo tomado aos negros por dois fugitivos da cadeia de Vila Rica no início do séc.XVIII que lá se estabelecem fazendo alianças e casando-se com filhas de fazendeiros próximos.

participantes do leilão, que de acordo com as disposições régias, tinha que se proceder com as novas minas.

Assinalo aqui portanto, pela importância que tem para a minha argumentação o conceito de estratégia, porque conforme a citação acima, Campanha já nasce de uma grande estratégia de seus primeiros homens.

Dois ofícios escritos pelo ouvidor-mor Cipriano José da Rocha ao governador da capitania de Minas, D. Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, são os documentos eleitos pelos historiadores memorialistas de Campanha para explicar a fundação desta cidade. Estes ofícios foram descobertos por Veiga, de onde extraio este fragmento:

Fundei um arraial em forma de vila, a que se deu o nome de São Cypriano, que está povoado com praças e ruas em boa ordem e muito boas casas e ficava-se entendido de fazer igreja. Determinei terra para casa de Intendência que será precisa [...] Vai entrando muita gente, tem mantimentos em abundância[...] será preciso criar-se vila com justiças[...] (VEIGA, 1897, PP.913-914)

A data do ofício do ouvidor é de dois de outubro de 1737. Portanto é esta a data oficializada como de fundação da cidade.

O nome São Cipriano dado ao arraial não se fixa, sendo outros adotados sucessivamente: Santo Antônio do Val da Piedade da Campanha do Rio Verde, em homenagem ao santo de origem portuguesa escolhido padroeiro do lugar, cuja paróquia foi fundada em 1739 pelo bispado do Rio de Janeiro. Com a criação do bispado de Mariana em 1745, Campanha passa a pertencer-lhes.

Campanha foi elevada à condição de vila com um juiz de fora do cível, crime e órfãos por alvará de 20 de outubro de 1798. Em 1775, fora um julgamento da Comarca do Rio das Mortes por uma provisão de 20 de junho do conselho ultramarino. Antes, porém, em 1752, por uma ordem régia, fora considerada freguesia.

Junto à condição de vila, o arraial de Campanha recebe o curioso título de “Vila da Campanha da Princesa”, por alvará de Lisboa, concedido pela rainha D. Maria I, um ano antes de seu filho D. João se tornar regente em Portugal. Casadei traz o Alvará que transcrevo aqui:

Eu a Rainha: Faço saber aos que este meu Alvará virem. Que sendo-me presente em Consulta do Conselho Ultramarino no muito que se tem aumentado o Arraial de Campanha do Rio Verde, Comarca do Rio das Mortes, que pelo crescido número de seus habitantes e de outros mais lugares, que povoam a vasta extensão do seu Distrito, se tem feito por considerável, que é uma das Povoações mais importantes da Capitania de Minas Gerais, e que por situada em longa distancia da Vila de São João Del Rei, Cabeça de dita Comarca, compreendendo alguns lugares distantes da mesma mais de cem léguas, padecia os moradores gravíssimos prejuízos e incômodos na decisão de seus eleitos, pela dificuldade do recurso ao ouvidor da referida Comarca, e que, por este motivo, já Eu os tinha atendido de alguma maneira, mandando por Minha Provisão de vinte de junho de mil setecentos e oitenta e cinco criar naquele Arraial novo Julgado, independente da jurisdição não obstante esta Providência continuam os mesmo Povos a sofrer, na falta de uma regular Administração da Justiça aqueles detrimientos, que são inevitáveis nos Governos das grandes Povoações, regidas por Juízes Ordinários e Leigos, principalmente em tão remotas distâncias, e para obviar os sobreditos inconvenientes, pedia a necessidade que Eu fosse servida a erigir em Vila o dito Arraial da Campanha, e criar nela um lugar de Juiz de Fora, do Cível, Crime e Órfão, a que deverão ficar sujeitos todos os mais lugares que compreende o termo da sua Demarcação.  
Lisboa, 20 de outubro de 1789. (CASADEI, 1987, p.12)

O alvará real esboça o esforço dos campanhenses pela emancipação da vila. Este esforço revela a disputa pelo poder político, a luta por maior autonomia da população e as tensões vividas por Campanha em relação a São João Del Rey que a subjugava e desclassificava politicamente. Lefort informa sobre essa luta campanhense:

Em 1795, os moradores do distrito, alegando vários fatores de ordem superior, entre eles a distancia de 35 léguas entre Campanha e São João del Rei, a existência de mais de 8.000 habitantes, prejuízos e incômodos sem número, levantaram diretamente um pedido à Rainha de Portugal, D. Maria, para que se dignasse de contemplá-los com o título de Vila. E D. Maria, antes de decretar o beneficio insigne, pede informações à Câmara de São João Del Rei, no Tocante à justa pretensão.  
Consultada, a Câmara responde pela negativa e invoca muitos motivos para tanto: população constante de “mulatos, escravos e mestiços... descaso dos habitantes para a Igreja Matriz, apesar das lavras redondas de ouro” . E inclui: “eles são mais dignos de castigo que de graças” porque “são moradores pérfidos, vingativos e malfeitores”. (LEFORT, 1968, p.15)

Com o decreto do alvará real enfim cumprido por São João Del Rei, os campanhenses iniciam a tomada das providências necessárias para a instalação da Vila e nomeados os diversos oficiais como o 1º Juiz de fora Dr. Joaquim Carneiro de Miranda Costa. Mons. Lefort em sua monografia dá uma descrição da prática do ritual de empossamento de autoridades quando da criação das vilas coloniais:

Era o juiz ordinário de então Luis Antônio de Azevedo, que nas cerimônias que foram realizadas depôs a Vara Vermelha e entregou a Vara Branca ao novo Juiz de Fora do cível, crime e órfãos, no dia 1º de janeiro de 1800. A vara Branca é símbolo da autoridade judicial. Nesse mesmo dia foram empossados os oficiais a Vila.

A publicação do Alvará Régio fora feita a 26 de dezembro do ano anterior, com a presença, entre outras, do Coronel Miliciano Matias Gonçalves Moinhos de Vilhena. Capitão Mor Regente e Intendente José Manuel Pinto Coelho Coutinho, Sargento Mor do Terceiro Regimento Tomás Joaquim de Almeida Trant, Juiz Ordinário Luiz Antônio de Azevedo, Vigário Pe. Antônio De Souza Monteiro Galvão, Vigário da Vara Manuel Joaquim Pereira Coimbra, Doutor Faustino José de Azevedo, Capitão Comandante da Vila e Guarda Mor Francisco Moreira de Pisa Barreto, Capitão de Ordenança Antônio Luiz Cardoso, Capitão de Cavalaria João da Fonseca Silva, Capitão de Milícias Vicente Ferreira de Paiva Bueno, além de outros e mais outros. Todo esse pessoal iria imprimir nova mentalidade do progresso à nova Vila. ( LEFORT, 1968, p. 81)

Quanto à constituição do monopólio da violência nos dizeres de Bourdieu, ilustrativo é o esclarecimento que o memorialista Lefort faz sobre como eram constituídas as forças militares nas vilas coloniais e em Campanha:

No século XVII, as tropas mineiras constituídas de “dragões, milicianos, ordenanças de pé, cavalaria auxiliar”. Posteriormente é que foram organizados os Regimentos as Companhias.

“As tarefas que cabiam aos dragões iam da condição de correspondência especial até a guarda e proteção dos grandes transportes de ouro das Intendências para Vila Rica e desta para o Rio de Janeiro.” Assim, “cada Regimento era composto de Companhias e estas eram formadas por um capitão, um tenente, um alferes, 4 cabos e 53 praças.” Entre as Companhias mineiras a mais citada pertencia ao “Regimento da Campanha, sob o comando de um Coronel.”

Em 1785, o regimento da Campanha era composto de 19 Companhias, com ramificações em diversas localidades. Denominava-se “Primeiro da Cavalaria Auxiliar”. Era seu Comandante Antônio Corrêa de Lacerda, que foi substituído

em 24-6-1785 pelo poeta Inconfidente Dr. Inácio José de Alvarenga Peixoto.(LEFORT, 1968, p.85)

A presença do poeta Alvarenga Peixoto, de sua esposa Bárbara Heliodora e filhos na história de Campanha é um dos elementos que instigam o imaginário das elites campanhenses acerca da posição cultural de Campanha.

O que explica o título “Real Vila da Campanha da Princesa” para a cidade é o fato de a exemplo de algumas vilas portuguesas, a Vila da Campanha ter sido a primeira do Brasil a oferecer a terça parte de suas rendas à rainha como sinal de sua fidelidade, obediência e gratidão. Isto foi consignado a 10.02.1800 pelo clero, nobreza e povo da Campanha . Esta explicação sobre como Campanha obteve a sua emancipação de São João Del Rey é dada por todos os memorialistas de Campanha, mas sempre com o intuito de vangloriar a astúcia campanhense. Entretanto, eu interpreto o fato como sendo mais uma estratégia que integra o discurso que promove para a cidade a representação Athenas. Eis a citação comum nestas memórias:

A Consignação destinava-se aos Alfinetes da Rainha. Teve duração vitalícia. O produto arrecadado devia, cada ano, ser remetido à Corte (Rio de Janeiro), “sempre em ouro fundido de melhor quilate que aparecer, dentro de um cofre, capaz de aparecer na presença da Princesa nossa Senhora, mas resguardado por outro de madeira forte, que possa resistir ao Conselheiro Ministro do Estado presidente real do Erário”

Semelhante consignação voluntária tanto agradou à Rainha D. Maria que ela própria se dignou de conceder novo título à Vila. Dali em diante, para todos os efeitos, ficaria conhecida com o título de “Nobre e Leal Vila da Campanha da Princesa”. E os papéis oficiais, para distinção, deveriam trazer, todos eles, esse título.

Foi espontâneo o gesto campanhense. Gesto de gratidão e amizade. E a população não regateou esforço, em todos os sentidos, para que os Alfinetes da Rainha pudessem fulgir, por muitos anos, nas cortes européias, e perpetuar a memória de uma vila distante que se lembrou, um dia, de retribuir o benefício recebido.

Casadei explica que essa contribuição para os “alfinetes da Sereníssima Princesa da Beira” (gastos pequenos de uma senhora ou moça), seria tirada na compra e venda de alguns

gêneros mais abundantes e menos necessários produzidos na Vila e no seu termo, como cachaça, fumo, toucinho, criação de gado e enviada em cofre separado da remessa dos reais quintos do ouro. Mas ambos os valores saíam juntos de Campanha para o Real Erário de Portugal anualmente. Cita ainda esse autor, a instrução do satisfeito Príncipe Regente:

Eu, o Príncipe Regente, vos Envio muito saudar. Tendo subido à minha Real Presença o Ato de reconhecimento de amor e fiel Vassalagem, que em Vosso Nome, e no da Nobreza e Povo dessa Vila com tanto respeito Me dirigiste(sic), manifestando o vosso gosto contentamento por vos haver resgatado dos vexames e opressões que antes padeceis( sic) para obteres o pronto deferimento em vossas causas e dependências pela facial Administração da Justiça, que depois da criação dessa Vila Haveis de alcançar pelos providentes eleitos de minha real Grandeza e Beneficência e querendo vos dar um testemunho mais constante que faça durável na Posteridade do vosso agradecimento pelas mercês e Graças que Benignamente vos tenho Liberalizado Oferecer de um modo voluntário e perpetuamente, a terça parte da Consignação que haveis feito para o aumento das Rendas Públicas, para o cofre e serviço da Princesa do Brasil Minha sobre todas muito Amada e prezada Mulher, com cujo Augusto e Real Nome dignamente se enobrece essa Vila: Louvando pois muito o vosso zelo, como de Vassalos tão fieis e em reconhecimento de um amor e lealdade, tão distinta e benemérita, a qual se fará sempre recomendável na memória de vossos Netos e Descendentes Sou Servido de fazer a benigna aceitação de vossa sobredita oferta e determino que a soma da mesma terça parte venha sempre anualmente remetido ao Erário régio em cofre separado, para nunca se confundir com quaisquer outras remessas que venham dirigidas ao mesmo Erário, afim que imediatamente se faça logo entregar à Princesa do Brasil Minha sobre tudo muito amada e prezada Mulher, confio pois vosso amor e decida Lealdade que conformando-vos com esta Minha Real determinação, tudo assim cumprires e a fareis cumprir muito fielmente. Escrita em Mafra aos seis de novembro de 1800 – PRINCIPE. (CASADEI, 1987, p.125)

O príncipe em questão é D. João VI, regente de Portugal. O paradoxo que este fato encerra é que, enquanto a Real Vila da Campanha da Princesa se regozijava com o título, um outro acontecimento sombrio envolvia Campanha e todo o Brasil colônia: a Inconfidência Mineira.

O movimento “Inconfidência Mineira” tem relação direta com todos os aspectos da história de Minas: econômica, política e cultural. Tem suas raízes econômicas no ouro e diamantes descobertos nestas terras e políticas na truculência do regime colonial absolutista de

Portugal, na exploração e arrecadação de impostos sobre esse ouro. As raízes culturais também estão ligadas ao ouro, pois os “mineiros” puderam se dar conta da opressão exercida pela Metrópole, exatamente porque de Coimbra trouxeram ideais liberais, embora muito mais pelo contato com outros estudantes europeus do que através do ensino obtido na Universidade de Portugal. Segundo Fausto:

Em 1787, dentre os dezenove estudantes brasileiros matriculados na Universidade de Coimbra, dez eram de Minas. Coimbra era um centro conservador mas ficava na Europa, o que facilitava o conhecimento das idéias e a aproximação com as personalidades da época[...]como Thomaz Jefferson embaixador dos Estados Unidos em 1786. (FAUSTO, 2002, p.114)

Da história pessoal dos inconfidentes mineiros, constata-se que tinham como razão para o descontentamento, além do ideal de liberdade na economia e na política, um outro motivo relevante: o da conservação da distinção. Fausto dá a seguinte informação sobre estes inconfidentes:

Todos eles tinham vínculos com as autoridades coloniais na capitania.[...] O entrosamento entre a elite local e a administração da capitania sofreu um abalo com a chegada a Minas do governador Luís da Cunha Meneses em 1782. Meneses marginalizou os membros mais significativos da elite, favorecendo seu grupo de amigos. (FAUSTO, 2002, p.115)

Tiradentes, embora não pertencendo à elite, sente-se especialmente prejudicado e espezinhado pois, de acordo com Fausto, “perdera o seu posto de comando do destacamento dos Dragões que patrulhava a estratégica estrada da Mantiqueira” Dentre os projetos defendidos pelos inconfidentes, um deles sendo a criação da Universidade em Minas, a abolição da escravidão não figurava. Tiradentes e Alvarenga Peixoto eram os únicos a defendê-la.

O movimento inconfidente vai sendo amadurecido em reuniões e recrudesce com o decreto da derrama (cobrança do total da dívida acumulada do imposto “o quinto” do ouro devido pelos donos das minas). Com o final trágico para todos os inconfidentes, mais para

Tiradentes, que será transformado em herói nacional dentro do projeto republicano. Lembrando FAUSTO (2002, p.118): “ A relevância da Inconfidência Mineira deriva de sua força simbólica”

Sobre a ligação com Campanha, interessante é notar o registro da opção de sobrevivência que restou aos dois filhos de Alvarenga Peixoto. Grande senhor de escravos em suas fazendas do termo de Campanha, viria a governar o Brasil se o movimento houvesse vingado, pai da bela menina Maria Efigênia, chamada por Valladão de “a princesa do Brasil”. Segundo as memórias selecionadas pela autora CASADEI (2002, p.15):

No século XVIII, vivia na Campanha uma irmã de D. Bárbara Eleodora Guilhermina da Silveira, esposa do conjurado Coronel de Milícias, Inácio de Alvarenga Peixoto, chamada Iria Umbelina Claudiana casada com o Coronel Matias Gonçalves Moinhos de Vilhena. Esse casal possuía o belo sobrado situado na rua Direita, hoje Saturnino de Oliveira, nº 200, onde D. Bárbara e o marido, de passagem para suas minas de ouro de São Gonçalo da Campanha, se hospedavam freqüentemente quando encetavam essas longas jornadas, de Vila Rica à São Gonçalo. Ali, após a denúncia, prisão e morte do marido na África, foi que D. Bárbara encontrou acolhida e proteção por parte do cunhado e da irmã. Mãe extremosa, viu-se de uma hora para outra, sem os seus bens que foram seqüestrados e responsável pelos quatro filhos, a menina mais velha, Maria Efigênia, que perderia logo depois em desastre sofrido em caminho para São Gonçalo e os três meninos, João Evangelista, José Eleutério e Tristão Antônio este também falecido durante a vida da mãe, de tuberculose pulmonar, em 1816.

João Evangelista, afilhado de Tomás Antônio Gonzaga, foi professor de Latim na Campanha de cuja carreira foi anos mais tarde afastado, por doença e junto com seu irmão José Eleutério, por mais que requeressem, mesmo já durante o governo de D. Pedro I, nunca receberam a parte da herança paterna a que tinham direito. Os sofrimentos continuados fizeram com que D. Bárbara envelhecesse precocemente e ficasse incapacitada de gerir sua vida, daí ter interdição apesar do grande apoio recebido do seu compadre, o rico contratador João Rodrigues de Macedo, talvez também , de idéias iguais as de Alvarenga Peixoto, mas que não foi apanhado pelas malhas diversas.

Nesse relacionamento Corte com a Metrópole, Campanha ainda comparece em outros fatos, desta vez em torno da chegada da Corte ao Brasil. A citação a seguir, traz informações coligidas por Lefort, que revelam para mim o objetivo de tal relacionamento: os vereadores

campanhenses de 1813 / 1817 / 1822 tiveram o beneplácito do Príncipe e de sua Majestade que os nomeia para o cargo. Ainda em 1825, a Câmara recebe aprovação régia.

Notificada a vinda de D. João VI ao Brasil, “reflexo da política napoleônica” Campanha uniu-se às muitas solenidades levadas a efeito no País. Para suavizar os naturais e enormes gastos da Corte, a Vila da Princesa remeteu-lhe Ferrados”. Coube ao vereador Joaquim Inácio Vilas Boas da Gama a representação da Câmara e o transporte dos animais para “o grande e incomparável príncipe Nosso Senhor[...] o melhor dos soberanos do mundo” Fora feita uma lista entre os ofertantes, notando-se que o intendente João Manuel Pinto Coelho Coutinho concorria para S. Alteza Real com 6.000 cruzados, segundo auto testamentário.

Em outra oportunidade, Campanha ainda mandou à Corte, então no Rio de Janeiro, “730 cabeças de gado e 250 capados”. Tudo isso para o “sereníssimo senhor” e sua Corte. Também não se fizeram esperar os louvores régios por parte daquele que se intitulava “Rei de Portugal, duque de Guimarães, duque de Barcelos, duque de Bragança, marques de Viçosa, conde de Ourém, conde de Barcelos, conde de Faria, conde Guimarães” e que era casado com D. Carlota Joaquina de Bourbon, filha de Carlos IV, Rei de Espanha.

Outro acontecimento que feriu a população campanhense, foi a morte de D. Maria I, a 20 de março de 1816.

A piedosa Rainha, esposa de Pedro III, fora a jubilosa estrela da Vila. Como sinal de tristeza, foi decretado na Vila de Campanha “luto oficial por um ano”, luto esse “rigoroso nos seis primeiros meses e aliviado nos outros seis”.

Logo que se divulgou a infausta notícia, todos os moradores da Vila “se vestiram de rigoroso luto, em demonstração da pena mágoa de uma Senhora tão católica e de tantas virtudes”. Na Igreja do Rosário, foi levantado “um mausoléu sustentado de quatro colunas todo de preto com as competentes banquetas circuladas de galão de ouro, com velas todas de libra, e em cima da cúpula o cetro, e jóias de preciosas pedras, que faziam a mais brilhante vista debaixo de um dossel de renda guarnecida de franjas de ouro” Houve missa, pregação etc. , oficiando como pregador das exéquias e Pe. José Maria Fajardo de Assis, vigário de Pouso Alto e um dos mais afamados pregadores sul-mineiros. (LEFORT, 1968)

Campanha pertencia à Comarca do Rio das Mortes, encabeçada por São João Del Rei. Uma vez senhora de grande termo e vila emancipada, Campanha, reivindica essa condição para si em 1815. Violentos protestos ocorrem em de São João Del Rei alegando a ausência de preparo intelectual das elites de Campanha. Na fala de Lefort: “Campanha não tem bacharéis formados nem pessoas letradas o suficiente, alega São João e nega”

A rivalidade que se configura entre Campanha e São João Del Rei, traz a constatação das práticas econômicas que tiveram como alcance, além da economia, a inserção política de Campanha na corte, o que lança sombras sobre a posição de São João perante o reino.

A lei mineira nº 163, em seu art. 1º, eleva Campanha à categoria de cidade em 1840 juntamente com Barbacena, Paracatu e Minas Novas, sob o mandato do campanhense Bernardo Jacinto de Veiga – Presidente da Província de Minas Gerais, irmão de Evaristo da Veiga. De liberal moderado na campanha do 7 de abril de 1831 quando pressiona pela abdicação de Pedro I, transita para conservador. Em 1837, morre Evaristo após longa estadia em Campanha. Bernardo, do “golpe da maioria” não participa. É formado o gabinete que privilegia os liberais (articuladores do golpe) no início do II Império. O “Regresso” é deflagrado em 1841 com a escolha do novo gabinete conservador. Nova lei de interpretação do Ato Adicional 1834 é dada em que se restitui o Conselho de Estado, centraliza-se o poder da violência transferindo para o governo central a justiça de primeira instância (juiz de paz nos municípios) e a nomeação das autoridades policiais. Contra o Regresso se levanta a Revolução Liberal em 1842 em Minas. Campanha está dividida politicamente. Uma parte de sua elite é liberal, mas a maioria, resguardando a “salutar” convivência com o mercado da corte, é conservadora. Teófilo Ottoni o líder desta Revolução em Minas é julgado, absolvido, recebido como herói entre os liberais mineiros incluindo os de Campanha. Na fala de REZENDE (1987, p.163) cujo pai, um liberal campanhense fora julgado com os demais revoltosos dessa cidade, mas tendo sido todos “despronunciados pelo juiz de Campanha.”

Segundo REZENDE (1987, p.163) “Antes de 1844, não me consta que jamais houvesse na Campanha um só advogado formado; em 1842, além de alguns solicitadores, ali só

havia dois ou três rábulas[...], um deles foi o advogado do meu pai”. Por esta fala de Rezende, percebo que a representação Athenas ainda não estava consolidada.

No fragmento de suas memórias a seguir, dá a perceber o que José Murilo Carvalho expôs em sua obra : não há identidade social mas ideológica entre a elite brasileira:

Pois bem; apenas os rebeldes foram vencidos, o ódio por toda a parte como que por encanto, cedeu imediatamente o lugar à compaixão ou antes à generosidade, e aqueles que ainda na véspera não recuavam diante de medidas às vezes cruéis ou quase atrozes, de repente serenaram.

Não pretendo com isto dizer que os ressentimentos desaparecera; porque tais ressentimentos não poderiam ser tão cedo, já não digo esquecidos, mas nem sequer perdoados; porém, o que quero dizer e o que digo é que, à exceção ou a despeito de algumas dessas almas baixas ou mesquinamente odientas que nunca deixam de existir em todos os tempos e em todos os lugares, os rebeldes não acharam em parte alguma que é tão comum em quase todas as guerras civis, isto é, as denúncias infames ou nas perseguições puramente acintosas; porém que por toda a parte muito mais ainda lamentamos do que mesmo odiamos nem talvez houve quem não achasse no meio das suas desgraças um ou muitos protetores no próprio seio do partido contrario.

O próprio Teófilo Ottoni, o incendiário, o republicano, o mais odiado de todos eles, e que por ordem do governo teve de ser julgado em um júri, onde a sua condenação parecia inteiramente certa, nem esse foi condenado; mas, pelo contrario, como se a província quisesse protestar contra este espírito de perseguição que se levantava contra ele, Teófilo Ottoni. (REZENDE, 1987, p.163)

Sobre a glória e decadência de Campanha, Rezende tudo atribui a: fatos econômicos (não há mais ouro), religiosos (não há padres suficientes) e de comunicação (longe das vias férreas que se foram abrindo), reafirmando orgulhoso:

Entretanto, se grande é a decadência da Campanha, se essa decadência, como disse, parece que tende a aumentar-se; uma glória que nunca se lhe há de tirar, há de ser esta: - que, não só durante mais de meio século, ela foi uma das maiores e mais importantes povoações da nossa província; mais ainda e muito principalmente, que, tendo sido, por assim dizer, a mãe de quase todas as povoações que se foram criando e se estendendo por todo aquele abençoado vale do Sapucaí, ela pela sua grandeza, sua riqueza e, sobretudo pelo seu adiantamento moral, tornou-se, de fato, e por muito tempo, o verdadeiro e luminoso lar da civilização de todo aquele canto de Minas, que hoje, já tão povoado, se prepara para as grandes conquistas do futuro, e que tão cheio de esperança e com toda a justiça, na sua nova geração, já orgulhoso conta, entre seus filhos além de tantos outros respeitáveis, José Bento e Honório Hermeto.(REZENDE, 1987, p.49)

O mineiro de Jacuí ( outrora pertencente ao termo de Campanha) Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná promove em 1855 a “Conciliação”, em que se unem os interesses de conservadores e liberais. Enfim, nesse jogo político em que em Campanha as práticas sociais evoluem até 1870 – a moderação, o regresso e a conciliação de interesses da elite ou “Ação, Reação e Transação” de acordo com o famoso panfleto do jornalista Justiniano José da Rocha citado por BARRETO (1982, p.80)

Nos fragmentos de memórias de Rezende citadas acima, percebe-se que a representação “Athenas” para Campanha já se afirma em meados do século XIX. Entretanto será Alfredo de Vilhena Valladão o propagador da metáfora, no século XIX.

Um elemento importante para a argumentação, neste trabalho, são os dados estatísticos da população de Campanha. Entretanto, os do período enfocado 1870/1930, são de difícil acesso. Demonstro os dados disponíveis no quadro a seguir.

Nesse quadro, consto a população total do termo de Campanha e relativa à cidade referente aos primeiros tempos de sua história. Os dados de 1831/32 são da classificação de PAIVA(1996) de que selecionei apenas os da sub-região sul-central onde ela situa Campanha, para este trabalho. Os dados de 1837 de CABRAL(1928) são os mais detalhados e servem como parâmetro para a análise dos outros. Há uma informação em VEIGA de 1862, apenas relativa ao termo de Campanha. Consto também os dados do ano de 1890 de BUENO, em que o antigo termo já fora desmembrado em várias cidades no sul de Minas, compondo o município de Campanha nesta época ainda duas paróquias: a de Águas Virtuosas e Bom Jesus de Lambari. Acrescento os dados populacionais isolados de Campanha em 1922 elaborados pelo serviço de

Estatística da Secretaria da Agricultura de Minas. Apenas a título de comparação, acrescento a população de Minas Gerais proveniente dos censos realizados no país.

**Quadro 1 - Dados populacionais de Campanha e Minas Gerais**

Ano	Cidade	Total do Termo	Total do Município	Total de MG
* 1831/1832	5.500	35.476		
1837	2.084	19.791	8.733	
1862		27.472		
1872				2.102.689
1890	10.941		16.185	3.184.099
1900				3.594.471
1920				5.888.174
1922	9.129		12.367	

**Fontes:**

- . BUENO, Júlio – Almanaque do Município da Campanha-p.40-1900
- . CABRAL, Mário V.Veiga-Compêndio de Chorografia do Brasil- pp.125/127-RJ-1928
- . MATOS, José Raimundo da C.-Corografia Histórica da Província de MG-p.86-v.1-1837- n.3-1979
- . \* PAIVA, Clotilde-População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX –Tese-USP - 1996  
população Sul-Central- Relação Nominal dos Distritos de Paz por Região – p.166
- . VEIGA, Bernardo Saturnino- Almanach Sul-Mineiro-p.29-Campanha-1972
- . Álbum Chorográfico Municipal do Estado de Minas Gerais – Imprensa Oficial -BH-1927

Como se pode observar em relação à população mineira, Campanha é uma cidade de população não muito densa. No início e em meados do século XIX o grande contingente representava a população do termo. Em 1890, a elevação da população da cidade em relação a do total do município se deve à emancipação das vilas que compunham o termo de Campanha em cidades no sul de Minas. Em 1922 Campanha possuía apenas um distrito ainda não emancipado: Ponte Alta, de acordo com o serviço de estatística do Estado. A população decresce em razão da nova e reduzida jurisdição territorial de Campanha.

### **Povoamento, cultura e história**

Já na última década do século XVII, o território que hoje corresponde ao atual Estado de Minas Gerais sofreria uma invasão de paulistas não só atentos à caça do índio, mas também na busca do seu ouro e de suas pedras preciosas. A partir desse momento, estabeleceram-se alguns núcleos de forasteiros e paulistas tentando encontrar a riqueza e a prosperidade. Assim, o primeiro momento do fenômeno cultural mineiro se identifica com o fluxo de forasteiros e paulistas que aqui acorreram para encontrar ouro e diamante. Ocorreria então um fluxo demográfico no sentido centrípeto. Os paulistas seriam os primeiros desbravadores das terras mineiras recebendo como recompensa inúmeras garantias da Coroa Portuguesa na exploração aurífera.

Se os paulistas gozavam de privilégios régios, grande contingente de forasteiros vindos da Bahia, Rio de Janeiro e outros nativos ambicionaram partilhar de tais regalias até então exclusivas dos bandeirantes paulistas. Os primeiros povoadores de Minas iriam se dividir em duas classes distintas: uma representada pelos paulistas, os senhores do ouro; outra representada pelos não paulistas, aventureiros que receberam nome indígena de Emboabas. As duas classes logo iriam se antagonizar já em 1709 na luta entre os paulistas e emboabas, Os últimos sairiam vitoriosos e expulsariam o governador da capitania elegendo para o cargo Manuel Nunes de Viana, um cristão-novo ligado aos interesses dos emboabas. Segundo muitos intérpretes, a vitória dos emboabas ligados ao sentimento nacional, a uma identidade, significou a primeira manifestação de uma consciência local e regional . O resultado mais imediato da luta dos emboabas foi a separação de Minas e São Paulo, por iniciativa de D. João V, criando assim a capitania de Minas em 1720. Não só estava fundada a capitania de Minas, como também se

estabeleceram os primeiros povoamentos mineiros, misturando mamelucos paulistas, baianos, reinóis e escravos e índios. Isso nos primeiros idos dos setecentos.

A partir desse momento, se inicia, propriamente falando, o desenvolvimento da cultura em Minas voltada para a exploração do ouro e do diamante. Semelhante desenvolvimento cultural destoa completamente do exemplo clássico e tradicional das cidades ligadas ao campo, funcionando como prestadoras de serviços e dependentes das áreas rurais próximas.

Esses povoamentos, muitas vezes próximos uns dos outros, com a expansão da produção aurífera, cresciam e ligavam-se entre si, formando as futuras vilas ou cidades. O exemplo mais significativo é Ouro Preto (antiga Vila Rica) que foi construído por uma fusão de dois arraiais, originalmente inimigos: Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, dos Emboabas e Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, dos Paulistas.

O fluxo centrípeto significou o processo de ocupação do solo durante todo o período da produção aurífera.

Nas últimas décadas do século XVIII, as fontes auríferas já estariam com sua capacidade de produção quase que totalmente esgotadas. As manifestações estéticas do barroco e o movimento da Inconfidência se situam no contexto da exploração aurífera, portanto, no momento primeiro do fenômeno cultural mineiro, ou seja, o momento de Minas. O segundo momento desse fenômeno vai se completar com o fluxo centrifugo ou seja inúmeros contingentes populacionais de Minas Gerais são expulsos para as outras partes do atual território mineiro. É uma expulsão voluntária em que esses contingentes, premidos pelas circunstâncias adversas, políticas e econômicas, vão para outras partes em busca de novas terras. Aqui representa o momento da exportação da cultura mineira. Este segundo momento da evasão de Minas para os Gerais se inscreve, então, no instante da decadência da produção aurífera. O

fluxo centrífugo coincide com o término do ciclo do ouro, quando as minas já estão exauridas e exauridas também estão as possibilidades de afirmação dos mineiros, por isso pode-se vinculá-lo à perseguição política em 1789 advinda da crise da Inconfidência. A alternativa que restava a Minas seria descer das montanhas e se espalhar pelos campos. Os mineiros trocariam Minas pelos Gerais. Nas palavras de RODRIGUES (1986, p.27), “É a diáspora pós - inconfidência”.

Assim a história de Minas Gerais pode ser compreendida sob esse duplo movimento: em sentido centrípeto, com os primeiros povoamentos e o conseqüente desenvolvimento econômico e político, no qual as manifestações estéticas tem possibilidade de uma ampla difusão. No momento do século XIX se efetiva o segundo movimento em sentido centrífugo, quando Minas expulsa sua população, ou seja, exaurido o ouro e com a tragédia da inconfidência, novas terras de ocupação na própria província, com as atividades da pecuária e a agricultura para abastecimento, se apresentam como solução.

Com relação ao sul de Minas, LENHARO (1992, p.79) esclarece sobre um outro corredor ( caminho) que escapava da ação imediata de São João Del Rei e que configurava uma outra forma de organização mercantil dos proprietários do sul de Minas, mais independentes da prática urbana do comércio de tropas, e que tinham condições de se porem diretamente em contato com o mercado da Corte. “A menor distância do mercado consumidor e o acesso através da estrada real Rio-São Paulo, na parte oposta da comarca do Rio das Mortes, é o que tornava isso possível”.

Lenharo cita o esforço dos proprietários do sul de Minas “fazendo as vezes administrativas do Estado na construção da estrada de Picu”, revelador das tensões vividas por Campanha e São João del Rey ao meu ver:

Trata-se de um projeto posto em prática pelos proprietários de Campanha, Baependi, Pouso Alegre que se encarregaram de construir uma estrada que

atravessando a Mantiqueira em Picu, alcançava a estrada de São Paulo para o Rio de Janeiro, abaixo das Areias. Essa realização, pronta em 1822 abreviava em cinco dias o caminho do sul de Minas para a Corte.(LENHARO, 1992, p.69)

A consequência deste feito espelha uma estratégia que favoreceu a economia da região sul-mineira através da prática do abastecimento. Lenharo informa ainda:

A penetração na esfera do poder do setor abastecedor, até então excluído, confirmou-se em 1831. O comércio de abastecimento e a fixação de interesses na Corte é que viabilizaria a projeção dos seus representantes políticos. Ganhando o mercado os políticos do abastecimento começaram também a ganhar notoriedade a partir da experiência parlamentar de 1826. Enfrentavam um sistema político fechado, fundamentado sob um regime elitista de nobilitação e selecionada distribuição dos principais cargos administrativos. (LENHARO, 1992, p.71)

A difusão das idéias filosóficas e políticas em Minas, ao longo do século XIX, esteve condicionada a essas circunstâncias não só históricas, mas também físicas e geográficas. A repressão da Inconfidência, que se abateu sobre Minas, significou a ruptura de uma consciência mineira, deixou marcas profundas no inconsciente coletivo e uma nova tentativa de reencontro consigo mesma, com seus ideais, que seria tentada ao longo do século XIX.

As leituras realizadas revelam que a Minas Gerais do século XIX está inserida nos debates filosóficos e políticos que se desenvolvem nos principais centros culturais do país, trazendo a emergência do debate entre suas elites sobre o escravismo, o republicanismo, a separação Igreja/ Estado e a educação.

No final do Império, em Minas, João Pinheiro da Silva e Antônio Olinto do Santos Pires, esse professor da Escola de Minas de Ouro Preto, entre outros, assumem a liderança do movimento republicano. Também no campo da meditação filosófica, Augusto Franco, filósofo mineiro positivista, evolucionista, discípulo de Silvio Romero, em Minas, prossegue a temática filosófica modernizadora. O ocaso do Império reclamava uma urgente modernização das

estruturas vigente até então, nos planos culturais e político-sociais brasileiros. Diante do exposto, pode-se afirmar já a existência de uma autêntica consciência mineira que se caracteriza pelas peculiaridades da moderação, da aceitação do debate a um nível elevado, onde os diversos interesses podem ser discutidos sem o monopólio autoritário. Tal é o projeto cultural mineiro construído ao longo de sua História. Para RODRIGUES (1986, p. 29) “O pensamento mineiro em vista dessa amplitude de influências, nunca será levado ao radicalismo político e ao dogmatismo filosófico, permanecendo aberto a toda sorte de diálogo.”

Entretanto, vale a pena assinalar o fato de que intermináveis foram as discussões parlamentares sobre a mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, pela consequência negativa em relação à formação de professores <sup>4</sup>. Nestes debates travados, os nexos entre civilização, urbanidade e educação estavam presentes. A civilização vista dentro dos moldes europeus com as teorias científicas da época, as discussões sobre o anacronismo do regime monárquico e a publicação de manifestos republicanos. Ressalta-se aqui o urbanismo idealizador da nova grande capital, de largas avenidas, palacetes neoclássicos, um cinturão a separar núcleo administrativo e distinto do da periferia, onde o operário e a indústria se localizariam assegurando o higienismo. Enfim a cidade em que a república se daria a ver.

Em Campanha, localizada no sul de Minas, no início do século XIX, os vínculos econômicos se estabelecem diretamente com a Corte. Premente era defender e manter esses vínculos, o que significava atrelar-se sempre à luta política que subjazia à ordem monárquica. Esse microcosmo de Campanha espelhará sempre os nexos entre o econômico, o político e o cultural. A organização social e econômica de Campanha, após o ciclo do ouro, adota a

---

<sup>4</sup>- Negativa por vir a onerar o Estado e provocar o fechamento das Escolas Normais Oficiais por falta de recursos.

atividade agro/pastoril, matizada de camadas médias comerciantes, latifundiários e escravos. Sua economia dependia dos mercados consumidores do Rio de Janeiro no tempo imperial.

Em sua classificação sócio-econômica no sul de Minas de 1831/32, Paiva informa que o desenvolvimento na sub-região sul-central do sul de Minas era de nível médio enquanto que, na sub-região sudoeste, era baixo e, no sudeste, nível alto. Entretanto, situa 740 casas de negócios no sul-central enquanto que no sudeste, havia 480. Em suas palavras:

O sudeste possuía vigorosa atividade comercial, exportava para o Rio de Janeiro vários tipos de produtos sendo os mais importantes os agropecuários: toucinho, bovinos, tabaco, suínos e queijo[...]As atividades econômicas do sul-central estavam concentradas na sua parte central em torno de Campanha. Registrou-se a produção de ouro e a presença de grandes fazendas diversificadas. Não há informações sobre o comércio intra-regional, apenas referências secundárias ao comércio de bovinos com o Rio de Janeiro. As vilas e arraiais estavam localizadas no centro do território da região sendo a mais importante Campanha ( PAIVA (1996, p.123)

Nas memórias de Rezende, ao descrever a vida nas fazendas do sul de Minas, dá a perceber o poder dos ricos, suas relações de mando político e seu cotidiano. Laivos do patriarcalismo numa economia já mista e dinâmica de comércio de gêneros para o abastecimento.

Eis a citação:

O fazendeiro, esse era livre; tudo lhe era permitido; e se ele não usava e não abusava do seu poder e da sua liberdade, era unicamente porque em geral, os seus costumes eram mais ou menos puros[...]a família do fazendeiro passava todo o dia num vasto salão, onde a dona de casa, sentada sobre um estrado como uma rainha sobre seu trono, via-se cercada de toda a sua corte que eram as filhas a coser e a bordar junto dela, e em roda do salão e um pouco mais longe, uma grande fila de escravas que se empregam em diversos misteres[...] (REZENDE, 1987, p.202 )

As adesões político-ideológicas no Sul de Minas tinham um norte: o econômico e o político. As estratégias escolhidas pelas camadas médias e altas, numa Campanha já sem os recursos do ouro para a manutenção do status-quo, foram engendradas dentro de um projeto político: 1- manter as relações de mercado para seus produtos; 2 - apropriar-se dos recursos

disponíveis principalmente os de cultura; 3 - encastelar-se nas sendas burocráticas do governo, seja de que ordem for.

Tais estratégias não significaram rupturas definitivas com o projeto cultural mineiro. Em momentos de radicalização na luta política em Campanha - campanha republicana- as tradições culturais, associadas ao religioso, continuaram presentes. A teatralização da Semana Santa com músicas barrocas, continuaram acontecendo. Ainda hoje a Paixão de Cristo é encenada pela Igreja com participação da população, cantores e músicos campanhenses, atraindo pesquisadores <sup>5</sup> e turistas. Sua identidade também está ligada ao legado do ouro, irmana-se com as demais cidades antigas de Minas.

Padres e suas igrejas a religar a população – para tudo se entoava o Te Deum. do rito absolutista, citado por CHARTIER (1990, p.221)), até a chegada da República.

O ambiente cultural de Campanha, que justifica, segundo os memorialistas citados, o epíteto “Atenas do Sul de Minas”, além do “fenômeno” educacional das escolas de latim, congrega colégios vários, escolas de primeiras letras e a I Escola Normal ( a segunda em Minas Gerais). Da criação da cidade até a República, a cultura campanhense também é povoada de raridades: são eles: sua Catedral de Santo Antônio que é o maior templo de taipa do Brasil (paredes de 1 metro de largura), o cultivo da música barroca desde sua origem em Minas e o culto à elaboração histórica ligado à sua raiz intelectual latina. De Campanha saíram muitos dos membros do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, como Bernardo Saturnino da Veiga, autor da primeira Enciclopédia Popular do Brasil, editada em 1879, dos Almanques Sulmineiros de 1874 e 1884, e Jose Pedro Xavier da Veiga, autor também da volumosa obra “Efemérides Mineiras”, organizador e primeiro diretor do Arquivo Público Mineiro em 1895 e seu primeiro

---

<sup>5</sup> - Recentemente, a pesquisadora Suzel Ana Reily, natural de Ponta Porã/MS, etnomusicóloga, Profa. da Queen's University Belfast, Irlanda do Norte, produziu uma pesquisa histórica sobre a evolução da música em Campanha, disponível em <http://www.qub.ac.uk/as-old/resources/HolyWeek/index.html>

diretor, Perdigão Malheiro, jurisconsulto e teórico do Direito, Alfredo de Vilhena Valadão, Eugênio Vilhena de Moraes entre outros. Sem exceção, esses escritores assumiram cargos na administração pública, local, nacional, nos tribunais jurídicos das capitais e se vincularam à política, conservadora ou liberal, nobilitados e reconhecidos socialmente devido à sua formação cultural. Remeto o leitor aos perfis em apêndice, onde evidencio as práticas de alguns desse grupo.

Associações de Cultura como a Palestra Campanhense, fundada em de 1872, no estilo Conferência da Glória a que D. Pedro II era assíduo, em Campanha, existiram sempre. Nas atas de reuniões da Associação Palestra Campanhense, dentre a elite letrada que são os seus sócios, estão os professores da I Escola Normal de Campanha. Debateram o ensino para turmas mistas e a necessidade da fundação de escolas agrícolas, além do engajamento de muitos na campanha republicana e pela separação Igreja/Estado.

Durante os debates legislativos sobre a mudança da capital, dois filhos de famílias ilustres de Campanha se destacaram: Alexandre Stocker, republicano e urbanista, liderança na concepção da nova capital, a favor da separação Igreja/Estado e José Pedro Xavier da Veiga, conservador/monarquista, opositor da idéia da nova capital e combatente da idéia do Estado laico. O memorialista Francisco de Paula Rezende, republicano ferrenho, tendo inclusive dado nomes de romanos republicanos aos seus filhos, mas que paradoxalmente, se revolta pelas perdas sofridas com a libertação dos escravos de sua fazenda será nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça com a proclamação da República, para glória de Campanha.

### **O Ensino Clássico em Minas e em Campanha**

Desde os tempos coloniais era ministrado em Minas o ensino clássico.

MOURÃO (1956, p.149-150)), a respeito desse ensino, informa: “A influência da Universidade de Coimbra foi manifesta nessa modalidade educacional, bem como nos estudos de grau superior. A educação da mocidade era feita em moldes humanísticos, sob os auspícios e orientação da Igreja Católica, oficial na Metrópole”.

Em 1750, foi fundado o Seminário de Mariana. Em seu primitivo currículo constavam gramática, filosofia e teologia moral. Antes tais disciplinas não eram ensinadas nos estudos públicos do bispado e serviram de razão para a fundação do seminário em Mariana.

Para Carvalho, a Universidade de Coimbra teve um período de dois séculos de controle jesuítico (XVI ao XVIII), durante o qual:

[...]a universidade se isolou do progresso intelectual e científico europeu. Em 1599 os jesuítas implantaram a Rátio Studiorum que privilegiava o ensino do latim e do grego sobre a língua pátria, a teologia sobre a filosofia, o aristotelismo e o escolasticismo sobre o cartesianismo. (CARVALHO, 1980, p. 52)

Essa influência se instala no ensino brasileiro como herança do período jesuítico, mesmo após a reforma da Universidade de Coimbra feita pelo Marques de Pombal ministro de D.José I Rei de Portugal, em que todo o sistema de ensino português é modernizado pelo iluminismo pombalino. Segundo Maxuell:

[...]a década de 1760 marcou um período de consolidação e amplificação das reformas iniciadas durante a década anterior. Estas incluíam a estruturação de um novo sistema de educação pública para substituir o dos jesuítas, a afirmação da autoridade nacional na administração religiosa e eclesiástica, o estímulo a empreendimentos industriais e a atividade empresariais e a consolidação da autoridade para lançar impostos[...] (MAXUELL, 1996, p.96)

A intervenção de Pombal no ensino em Portugal e seus domínios caracterizou-se pela reforma dos Estudos Menores (primário e secundário) e dos Estudos Maiores (Ensino Superior), expulsando os jesuítas em 1759 e sua influência escolástica (dos quais reteve todo o patrimônio).

Para custear essa reforma do ensino criou o “Subsídio Literário” novo imposto sobre o vinho, a aguardente e a carne verde. Eram esses os objetivos de Pombal quanto à esta reforma: trazer a educação para o controle do Estado, secularizá-la e padronizar o currículo. Carvalho assim se refere a esse momento na história do ensino:

A ênfase deslocou-se para as ciências físicas e matemáticas[...], mas com a morte de D. José I em 1777, Pombal deixou o governo e teve início a reação contra a sua obra.[...] A Viradeira teve como consequência o abandono da ênfase nas ciências naturais e a volta do direito à antiga predominância. A maior parte dos políticos brasileiros da primeira parte do século XIX estudou em Coimbra após esta reação. (CARVALHO, 1980, p.55)

FARIA FILHO e SALES (2002) afirmam, assim como Carvalho, que Bernardo Pereira de Vasconcellos é um destes políticos de formação coimbrã. Terá ele grande influencia participando da organização do Estado brasileiro após a independência enquanto conselheiro e senador do Império. Pertencente à elite mineira, ao retornar de Coimbra começa sua carreira como deputado na Assembléia Mineira tendo sido também vice-presidente da Província. Será autor da primeira lei de ensino em Minas, Lei n.13 de 1835, como também participara dos debates sobre a Primeira Lei Geral de Ensino no Brasil, de 15 de outubro de 1827.

Apesar da lei mineira ser de 1835, já há uma informação de 1827 sobre a existência do ensino clássico em Campanha:

Em 1827 o Conselheiro Bernardo Pereira de Vasconcelos expôs ao governo da Província o estado da instrução pública em Minas: eram 33 escolas oficiais de Primeiras letras e 117 aulas de Latim. Em 1828 na Ata da sessão do Conselho Provisório propôs conservar as de primeiras letras e as de latim da “Imperial Cidade de Campanha”. (MOURÃO, 1956, p.304)

Mas, alguns anos depois da Independência, já funcionavam em Minas, várias aulas de ensino clássico. As aulas de gramática latina ou de “Latinidade” como se dizia à época, eram

muito comuns. O grau de ensino de latim era considerado elevado pois faziam-se versões difíceis de trechos literários. Mourão informa sobre a expansão oficial do ensino clássico em Minas:

A Lei 60 de 7 de março de 1837, autorizou o governo a criar aulas de latim, francês, filosofia, retórica, geografia e história onde não houvessem colégios públicos ou particulares que ensinassem tais matérias. Autorizou também criar estas aulas nos Círculos Literários. (MOURÃO, 1956, p.152)

Os Colégios, Liceus e Externatos da Província tais como: Emulação Sabarense, Colégio Barbacenense e Colégio Assunção de Ouro Preto eram geralmente localizados nas cidades mais importantes, mas a instrução secundária de molde clássico era muito mais disseminada porque havia aulas avulsas de latim, francês, filosofia, retórica e outras disciplinas em numerosas cidades ou vilas do interior após a independência até os dias da república.

Os professores eram nomeados para estas aulas avulsas. Havia quatro categorias de professores: provisórios, interinos, efetivos e vitalícios.

O Colégio do Caraça, envolto numa aura emblemática das tradições escolásticas e patícipe dos aspectos históricos de formação da elite dirigente de Minas e do clero, integra naturalmente esse painel do ensino clássico aqui exposto. Segundo Andrade:

Depois da instalação da casa de recolhimento feminino de Macaúbas (1716), onde se ministravam aulas, e do Seminário de Mariana (1750), o Colégio do Caraça é, possivelmente o mais antigo estabelecimento de ensino secundário de Minas. À feição dos antigos colégios jesuítas na Colônia, destacava-se prioritariamente a formação clássica. (ANDRADE, 2000, p.72)

O tradicional Colégio Caraça (1820-1912), fundado pelos irmãos Lazaristas, tem em seu histórico alunos “ilustres” principalmente por terem sido presidentes, governadores e políticos em geral. Mas não há nenhum campanhense em seus livros de matrícula de acordo com

os dados encontrados por Andrade. Entretanto, muitos dos livros utilizados em seu currículo, também o foram em Campanha.

O quadro 2 sobre a difusão do ensino clássico em Minas até meados do século XIX, que pode estar incompleto, com novas pesquisas sobre história cultural regional e consulta à outras fontes poderá ser ampliado. Os dados mostram que a condição de Campanha quanto à oferta de aulas clássicas era semelhante às demais localidades como São João Del Rei, Sabará, Diamantina, Barbacena, Mariana, Ouro Preto, etc.

O que faz Campanha sobressair-se é mesmo a antiguidade da existência ( início do século XIX) das suas cadeiras de ensino clássico em relação às demais, que só foram criadas após a primeira Lei Mineira n.13 de 1835 que organizou o ensino. As cadeiras do século XVIII, mencionadas no quadro 2, foram criadas pela Provisão da Mesa da Consciência e Ordens após a Reforma da Instrução promovida por Pombal. Afirma Mourão que, desde 1839, pelo menos, houve em Campanha professor público de filosofia e retórica. Em 1842 nessa cidade, o Professor Boaventura Hardy das cadeiras de francês, geografia e história, por ter lutado ao lado dos liberais na Revolução de 1842, é demitido pelo governo de Bernardo Jacynto da Veiga, de Campanha, grande amigo e aliado político de Bernardo Pereira Vasconcellos.

MOURÃO (1956, p.313) traz ainda várias notas sobre o ensino clássico em Campanha e nomeações de professores. Segundo uma referência : “ Em 20 de setembro de 1854, o Cônego Antonio Felipe de Araújo, professor de Latinidade e Poética de Campanha, por ter sido eleito deputado provincial. foi substituído pelo Sr. Domingos de Oliveira Carvalho Vilhena, As informações sobre as práticas quanto ao ensino de latim em Campanha assinalam que:

“De dois anos, no mínimo constava o ensino de Latinidade ministrado na Campanha. A célebre “Artinha” do Padre Antonio Pereira era desde logo posta nas mãos dos alunos, só mais tarde lhes sendo dado ter conhecimento do “Novo Método”. A “Syntaxe” de Dantas constituía a alta gramática e vinha depois”.

(VALLADÃO (1942, p.77)

RODRIGUES [1986] informa que o autor da mencionada “Sintaxe”, Antonio Rodrigues Dantas, lecionava latim no Seminário de Mariana sob a administração do bispo D. Domingos da Encarnação Pontével em 1780-1792. Era contemporâneo do inconfidente Padre Luiz Vieira, professor de filosofia do seminário.

Quanto ao ensino da língua nacional, este estava previsto na legislação a partir da Lei n. 62 que modifica a primeira lei mineira para o ensino n.13 de 28.3.1835. Integravam essa modificação os esforços pela construção do Estado Nacional, política dos magistrados que integravam os quadros burocráticos do governo após a independência do país.

Excluído esse ensino pela Lei n. 1064 de 4.10.1860, só retorna através do Regulamento n.56 de 10.5.1867 que também institui o sistema métrico nas escolas mineiras. O sistema métrico foi introduzido no ensino francês a partir da obra dos geômetras Mechain e Delambre, segundo Mourão, e, após procederem –se investigações em Mina, chegou-se à conclusão de que era aplicado no ensino de apenas seis cidades incluindo Campanha que o ensinava nas suas escolas masculinas

## Quadro 2 - Ensino Clássico em Minas – até meados do século XIX

Ano	Cidade / Vila	Aulas Públicas	Professor	Observações
1800 1830	Campanha	Latim Filosofia Retórica  Francês Geografia História	. Ver p. Memória Joaquim Lobo Leite Pereira  Boaventura Hardy	. Ver p. Memória Deixou o cargo ao obter carta/licença p/ advogar  Participou da Revolução Liberal, foi demitido em 1842
**1786	Mariana	Retórica Lógica	Rev. Antônio José Ribeiro Behring	

		Latinidade Inglês Francês História Geografia Matemática Elementar	Pe. José de Souza e Silva Pe. Miguel Arcanjo da Encarnação	Lei nº 445 de 20/10/1849 anexou ao Seminário estas cadeiras
*#1774 1837	São João Del Rey	*# Latim Filosofia e Retórica	Pe. José Antonio Marinho	Participou da Revolução Liberal – foi demitido em 1842.
1820	Colégio da Serra do Caraça	Ensino Clássico	Irmãos Lazaristas	Fechado em 1842 Reaberto em 1859 e ativo até 1912
	Barra Longa	Latinidade	Rodrigo José Ferreira Bretas	Lei nº 60 de 07/03/1837 autorizou a criar aulas de ensino clássico onde não houvesse colégios públicos ou particulares- **Anexada ao Colégio Emulação Sabarense
	Pouso Alegre	Latim		
1842	Diamantina	Latim		
1842	Pitangui	Latim		
**1786 1854	Sabará	Latim	Francisco de Paula Rocha	
1844	Minas Novas	Latim e Poética		
1847	Itabira do Mato Dentro	Latim e Poética		Lei nº 297 de 26/03/1846
1847	Curvelo	Latim e Poética		Lei nº 318 de 13/03/1847
1849	Tamanduá (Itapecirica)	Filosofia e Retórica	Zacarias Xavier Rabelo	Lei nº 443 de 20/10/1849
1847	Pomba	Latim e Poética		Lei nº 321 de 22/03/1847
**1786 1840	Ouro Preto I Escola Normal Oficial 1ª fase	Latim Reunia Aulas Clássicas e Formação de Professores para a província		Fechada em 1842 em consequência da Revolução Liberal por Bernardo Jacinto da Veiga
1842	Colégio Assunção	Reunia Aulas Clássicas		
1844	Estudos Intermédios	Aulas Clássicas		
1849	I Escola Normal Oficial 2ª Fase	Reunia Aulas Clássicas e formação/ Prof.		Reabertura pelo Vice diretor Instrução Pública J. A.Ribeiro Behring
1854	Liceu Mineiro	Ensino Clássico Humanista		Estabelecimento Oficial criado em 05/02/1854 fechado em 1861

* 1859	Campanha	Liceu Campanhense – Aulas Clássicas		Fechado em 1861
--------	----------	---	--	-----------------

**Fontes:**

Coleção Leis Mineiras-apud MOURÃO, Paulo K.C– O Ensino em Minas Gerais no Tempo do Império.Ed.Centro Regional de Pesquisas Educacionais- MG, 1959,

VALLADÃO, Alfredo de V– Campanha da Princesa – Volume III – Gráfica dos Tribunais-RJ, 1940.

\*\* RAPM – v.1-Ano XXIV – 1993- pp 347, 366, 383,388

\* APM – Assuntos Mineiros n. 10 – Discurso por ocasião da criação do Liceu Campanhense.

ANDRADE, Mariza C.- A Educação Exilada – Colégio do Caraça – Ed.Autêntica-2000

\*# AZEVEDO, Fernando – A cultura Brasileira – p.542- Ed.Unb - 1963

\*# - Data de implantação desta aula de latim como sendo, junto à do Rio de Janeiro, as primeiras implantadas no Brasil após o Alvará de criação das Aulas Régias (1772) da Reforma Pombalina.

\*\* - Feu de Carvalho em seu artigo Primeiras Aulas e Escolas de Minas Gerais - Instrução Pública 1721/1860 publicado na RAPM referida acima cita a criação destas Aulas Régias pela Provisão da Mesa da Consciência e Ordens.

Em 1854 – com a política de conciliação de Honório Hermeto Carneiro Leão – mineiro de Jacuí, que “pacificou” Liberais e Consevadores, surgiram em Minas vários Colégios particulares mas que recebiam subvenções do Governo Provincial em dinheiro e em anexação de cadeiras de aulas públicas clássicas avulsas aos seus cursos. Exemplo: Colégio Barbacenense – Colégio Emulação Sabarence – Colégio Baependiano – Colégios de São João Del Rei – Colégios de Mariana – Colégios de Diamantina. O Colégio Caraça reabriu suas portas em 1855 à formação da elite.

**Ecos da Arcádia em Campanha**

Um dos ecos que ressoam deste contexto de inserção de Campanha em Minas e na região sul é o do Arcadismo. Mas, antes de abordar esse eco, um outro se antecipa a partir da simples presença do nome Athenas. Se estou a perscrutar a idéia que transborda dos discursos dos memorialistas, especialmente Valladão, ou seja: que a excelência do latim seria a “pedra angular” da Athenas do Sul de Minas, a primeira coisa a abordar é: porque latim em Athenas?

Parece tácita a associação, mas me dedicarei a pautá-la sucintamente, do ponto de vista que interessa a esta pesquisa.

Retroagindo no tempo, ao século V a.C, encontraremos a Atenas mãe da civilização ocidental em plena Grécia clássica, onde vemos as reflexões transcenderem da *physis* (natureza) para o *anthropos* (homem) pela ação dos sofistas (sábios, professores de sabedoria). A noção antiga grega de *paidéia* (simples educação de meninos) se amplia para a formação contínua do adulto, no sentido de repensar por si mesmo a cultura do seu tempo. Para isso os sofistas introduzem a gramática, a retórica e a dialética (o *trivium* - humanísticas) nessa formação. Por influência dos pitagóricos, desenvolvem também a aritmética, geometria, astronomia e música (o *quadrivium* - científicas) que são as sete artes liberais, sistematizando esse ensino.

A classe social para o qual se dirige esse ideal de formação é a classe dos cidadãos que representava uma pequena parcela da população dentre a grande maioria de escravos.

No século IV, os retóricos se elevam perante os filósofos. A ação política na vida da polis requer cidadãos que saibam convencer pela palavra. No final do século, a *paidéia* se transforma em enciclopédia, a formação do homem culto. As cidades-estado gregas começam a decair, sua cultura é absorvida pelas civilizações que as dominam. É o período helenístico, em que Atenas é vista como a escola do mundo. Bibliotecas e ginásios são fundados no oriente e no Egito, os padrões da cultura helênica são levados ao mundo antigo. A Academia (de Platão) e o Liceu (de Aristóteles) se fundem e originam a Universidade de Atenas. No século II a.C, Roma em sua plena expansão, anexa a Grécia, em plena fase helenística, aos seus domínios.

O cenário que explica a questão posta está armado. Roma, fundada no Lácio, no século VIII a.C, berço do latim, já no século II a.C é senhora de todos os povos do mediterrâneo, aos quais não impõe sua língua. Absorve espontaneamente a cultura grega, sua filosofia, suas

artes, especialmente o idioma grego e a paidéia helenística que em Roma é transformada em humanitas. Nos séculos I a.C e I d.C, Roma realiza sua plena pujança cultural. Os artífices da humanitas são, dentre outros, os escritores Cícero, Vírígio, Horácio e Tito Lívio. Horácio, citado por ARANHA (2005, p.59) sintetiza magistralmente numa frase esse processo pelo qual a civilização grega se torna a cultura greco-romana: “ A Grécia vencida conquistou por sua vez o rude vencedor e levou a civilização ao bárbaro Lácio”

Pela ação de Roma, os padrões culturais gregos se tornam herança da humanidade. No percurso, das sete artes liberais, a retórica se sobressai como arma a serviço dos políticos e à burocracia de Estado, mesmo ainda em Roma. Atravessada pelo tempo e pelo cristianismo, a herança grega chegará ao Brasil em seus primórdios no século XVI pelas mãos dos jesuítas, vinda de Portugal.

AZEVEDO (1963, p.278) esclarece sobre a forma com que a herança grega foi passada aos brasileiros, respondendo à questão da ligação entre Atenas e o latim:

As humanidades clássicas, quase exclusivamente latinas, pois o grego, não foi incluído entre as disciplinas do ensino superior senão mais tarde pelos frades de São Francisco, constituíam, de fato a base sobre que repousava toda a instrução ministrada nos colégios jesuíticos e nos seminários. A gramática, a retórica e a filosofia, estudadas freqüentemente nos próprios autores latinos que recolheram e tornaram mais assimilável a herança dos gregos, tinham, sobre o interesse decorrente dos seus objetivos especiais, nesse ensino impregnado de humanidades, o de verdadeiros instrumentos para desenvolver a cultura latina, situada no âmago da instrução. A herança da escolástica e da cultura clássica, com o predomínio do latim, da gramática e da retórica, transmitia-se sem se enriquecer nem transformar-se, através de gerações de letrados, até os fins do século XVIII.

Sobre o arcadismo, situarei sinteticamente a origem da Arcádia em seus aspectos históricos e conceituais. A Arcádia chega até nós pelas mãos dos poetas árcades mineiros, no final do século XVIII. Arcádias eram as associações de poetas interessados em retornar à herança estética e filosófica da cultura greco-romana em sua forma original, matizada pela visão bucólica

da natureza e acrescida dos ideais iluministas. Esteticamente representa uma recusa ou intenção de transformar o barroco onde a estética espelha a tutela ideológica do Santo Ofício, ou seja, a “arte espetáculo” a serviço da contra-reforma. No Brasil, especialmente em Minas, se traduz em dois momentos a ação tridentina (contra-reforma): o Triunfo Eucarístico (1733) (auge do ouro) e o do Áureo Trono Episcopal (1745) – quando da criação do Bispado de Mariana (decadência). A igreja precisava dar-se a ver e usou a arte para isso. Nas palavras de LUCAS (1998, p. 28): “A igreja como fator de unidade da consciência pública”. À este espetáculo do barroco chegam as idéias libertárias iluministas através da sensibilidade de Cláudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto e Tomás Antonio Gonzaga, os árcades mineiros.

Sabe-se que, “A primeira Arcádia foi fundada em Roma em 1690 por alguns poetas e críticos “[...] com o programa de exterminar o mau gosto onde quer que se aninhasse.” (BOSI, 1975, p.61). Portanto seria um “Quinhentismo” próximo ao movimento renascentista quando já se procurava livrar a cultura clássica das influências medievais. Para Bosi, o Arcadismo se explica por dois momentos no século XVIII: a) o poético, que nasce do encontro da natureza e dos afetos comuns ao homem refletidos através da tradição clássica e b) o ideológico, que se impõe no meio do século e traduz a crítica da burguesia culta aos abusos da nobreza e do clero. Quanto ao arcadismo brasileiro, são as teses ilustradas o traço mais comum dos nossos árcades. Em relação ao sentido da Inconfidência Mineira, Bosi adota a visão já atualizada onde os inconfidentes são vistos dentro de um quadro ideológico além do político: “Vinhã, pois, repercutir no contexto colonial as vozes da inteligência francesa do século”. Portanto, refletiam o ideal burguês de fundamento jurídico da propriedade, ao renegarem a gana do fisco absolutista português. Os três árcades mineiros estiveram na Europa em pleno fervor da ilustração.

LUCAS (1998 p.28) define: [...] o movimento arcádico, partindo dos exemplos do Classicismo, buscou restaurar os princípios estéticos da literatura pastoril, explorando os valores naturais. A tradição greco-latina se mescla com o ideário ilustrado, o racionalismo proposto pelos enciclopedistas.( grifos meus)

CÂNDIDO (2000, pp. 90-91) informa que a Arcádia Luzitana, fundada em 1756, empreendeu a campanha neoclássica em Portugal, reajustou conforme os seus preceitos a forte vocação barroca numa espécie de quinhentismo, dela tendo sido contemporâneo Cláudio Manoel da Costa que, apegado à terra natal em seus aspectos físicos, o ouro e sua angústia fiscal, empreendeu cantar a vitória das normas civis e sobre o caos da zona pioneira de aventureiros, narrando a epopéia da Capitania de Minas Gerais. Seu amigo, Inácio José de Alvarenga Peixoto, com as mesmas preocupações políticas, deixou obra pequena, mas embebida na realidade. Ambos companheiros de Tomás Antonio Gonzaga ao qual se atribui as Cartas Chilenas, sátira violenta ao governador de Minas. (grifos meus). Cândido ainda afirma: “Estes três poetas se envolveram na Inconfidência Mineira[...]foram duramente castigados[...]representam no Brasil até hoje o maior holocausto da inteligência às idéias do progresso social”

Quanto aos ecos da Arcádia em Campanha, em primeiro lugar soam na própria metáfora “Athenas do Sul de Minas”. Em segundo lugar é possível dizer que eles se manifestam pela simbiose entre o cultivo das tradições da cultura clássica como a valorização da língua latina expressos nos discursos dos memorialistas e a consciência mineira plasmada por um culto de liberdade, nativismo, canto ao seu pedaço de chão e o culto à memória de Alvarenga Peixoto e Bárbara Heliodora. Entretanto, é um cenário complexo e contraditório, pois ao mesmo tempo, Campanha desenvolve uma arraigada ligação com a Igreja Católica incluindo aí os dois momentos de manifestação estética do barroco em sua cultura. Elementos barrocos estes que são

principalmente a música lá desenvolvida e até hoje conservada e a Igreja Matriz de Santo Antonio. Mais complexo ainda se torna diante do “habitus” da elite desta sociedade campanhense no sentido da manutenção do status-quo político-social, tangível nas suas memórias. No campo de análise sócio-econômica e política, encontra-se uma estrutura de classes onde proprietários de terra transitam para comerciantes urbanos ou acoplam as duas atividades, latifundiários escravistas, negociantes de gêneros de abastecimento. Uma sociedade tendo em vista os objetivos econômicos atrelados ao mercado do Rio de Janeiro, de prevalência da ordem conservadora inclusive na república. No período pesquisado –1870/1930, mas que retroage à fundação de Campanha, na perspectiva da História Cultural, a Athenas do Sul de Minas foi uma representação que conteve uma teia de elementos constitutivos, dentre eles, o arcadismo.

## 2.2– A ATHENAS ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES – CAMPANHA E O CONTEXTO HISTÓRICO EDUCACIONAL EM DOIS MOMENTOS: A ATHENAS SENDO ERIGIDA E A ATHENAS SENDO REVISITADA.

O contexto histórico educacional de Campanha será dividido em dois momentos: 1870 /1889 e 1890 / 1930, nos quais estarão sendo captadas suas práticas educacionais. Esta divisão se justifica por razões de ordem teórica diante do tema e da exposição da pesquisa.

As tensões histórico-políticas no período 1870/1930, geradas pela crise do escravismo, a questão militar e religiosa, ou seja, os elementos presentes na queda do império e fundação da república no Brasil vão orientar as transformações de uma sociedade agro-exportadora para uma sociedade industrial. Inseridos nesta perspectiva, estão também os projetos educacionais que têm como horizonte a escolarização do brasileiro. Havia um consenso por parte dos políticos que fizeram a campanha republicana em remeter ao império a prática de uma educação elitista e abandono da educação do povo. Penso que se não havia desenvolvimento

econômico equânime no país, e do pouco que houve não foi priorizado o investimento no ensino deixado por conta das províncias, nenhuma idéia pedagógica surtiria resultado já que demandam uma materialidade e uma espacialidade que não foram atendidas. Além disso, dos investimentos havidos em educação só uma determinada camada social se aproveitou.

Rui Barbosa se destaca em 1882/1883 com seus “Pareceres” onde critica a escolarização imperial e propõe o Método Intuitivo como solução pedagógica modernizante do ensino. A este político se uniram intelectuais e profissionais liberais como os médicos e higienistas a pensar a reforma do Brasil através da reforma do povo, entendido aqui como camada popular sem caráter, sem saúde porque mestiços e sem civismo, de acordo com as teorias vigentes. Portanto criaram projetos de combate ao analfabetismo nos primeiros anos da república para moldar o povo amorfo.

Várias foram as correntes ideológicas presentes neste período: os positivistas e liberais que fizeram a república mas que foram educados pelo modelo elitista do império.

SANTOS <sup>6</sup> sintetiza claramente esse cômputo de idéias presente na formulação desses projetos:

A educação republicana é darwinista, positivista, evolucionista, não é popular, nem democrática. Seu papel é a regeneração do povo, doente moralmente, espiritualmente e fisicamente para o trabalho fabril. Deveria ensinar os elementos que tornassem o homem do povo inculto em culto, para a ordem e para o progresso, suprimindo as diferenças étnicas, religiosas e lingüísticas, forjando uma identidade nacional.

Nos anos 1910 a 1920 os nacionalistas e no decorrer dos anos 20 a 30, o Tenentismo na política, o Modernismo nas artes integram o movimento modernizador do Brasil. mas são os profissionais da educação que mais agem no movimento reformador do Brasil e dos brasileiros

---

<sup>6</sup> - SANTOS – Ediógenes Aragão dos – Representações e Práticas na Construção da Escola Republicana: O Olhar Etnocêntrico nos Manuais Escolares – V Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação.

com a proposta de inserir o país no capitalismo moderno. Presentes nessa conjunção ideológica também estavam os socialistas e anarquistas como vozes dissonantes. NAGLE (2001) decodifica esta variação dos discursos reformadores em: “entusiasmo pedagógico e otimismo pedagógico”

Sobre os entusiastas da educação assim Carvalho se refere:

Perpassa fortemente o imaginário desses entusiastas da educação o tema da amorfia. Referido ao país, marcava-o como nacionalidade em ser a demandar o trabalho conformador e homogeneizador da educação. Referido às populações brasileiras, proliferava em signos da doença, do vício[...]da degradação e degenerescência. O trabalho é, nessas figurações, elemento ausente da vida nacional. (CARVALHO, 1989, pp .9-10)

A Associação Brasileira de Educação – ABE- fundada em 1924 no Rio de Janeiro, aglutinou o movimento em torno da educação na primeira república. Para Carvalho, a ABE originou-se do malogro da criação do Partido Democrático do Distrito Federal. Sua ação não se restringiu ao Civilismo (campanha contra o analfabetismo para ampliar o número de votantes).

Em minha leitura CARVALHO (1989) interpreta o Otimismo Pedagógico e a ação da ABE como: o abandono da ênfase na difusão do ensino não significou uma despolitização do campo educacional mas a transformação do Entusiasmo em Otimismo Pedagógico que aglutinou, além da erradicação da ignorância, o projeto político de uma grande reforma de costumes que ajustasse os homens através da subordinação da ensino a razões técnicas ou estritamente pedagógicas para dominação. (grifos meus)

Em Minas Gerais foi realizada a 3.Conferência de Educação da ABE, patrocinada pelo governo de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.

Em Campanha, esses novos discursos chegarão e as novas práticas educacionais, paulatinamente, diante dos recursos destinados à educação, serão implantadas e com isto a representação Athenas se transformará.

### 2.2.1- A ATHENAS SENDO ERIGIDA: A LATINIDADE COMO BASE DA REPRESENTAÇÃO E AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS NA CAMPANHA PROVINCIAL

O latim é hoje língua morta. No seu percurso histórico de constituição passa por ciclos de transformação e resgate. De modo que houve o latim clássico ou literário (greco-romano), o latim médio (medieval conservado pela Igreja cristã) e o latim vulgar – a língua do povo e a língua dos negócios pois o literário não se ligava à vida comum no mediterrâneo. Assim, passa o latim a ser substituído pelas línguas neo-latinas, constituídas a partir dele.

O latim constituiu a disciplina de mais visibilidade e simbolismo dentre o ensino das chamadas humanidades que chegaram ao Brasil junto com os jesuítas no século XVI e o “Rátio Studiórum”<sup>7</sup>, interpretado como ensino clássico de longa história na educação ocidental. Varela e Uria (1992) citando Bourdieu, constroem um perfil da prática deste ensino nos colégios jesuítas. Afirmam que nestes colégios haverá o processo de desconectar o saber produtivo do saber escolar que favorecerá a fissura com a vida real e:

[...] todo tipo de formalismos que se colocam em relevo não somente na importância que os jesuítas conferem à aprendizagem e manipulação das línguas - especialmente o latim -, senão também na repetição de exercícios de urbanidade e boas maneiras. Formalismos que, por outro lado, não devem ser subvalorizados ou ignorados já que jogam um importante papel de distinção e valorização das classes distinguidas. (VARELA E URIA, 1992, p.85)

Em Campanha, no discurso dos memorialistas, esse ensino é visto como a pedra angular da cultura campanhense que origina a metáfora Atenas para a cidade mas que eu classifico como representação, conforme a busca dos dados que empreendi. Essas memórias e as

---

<sup>7</sup> - Plano Pedagógico instituído em 1599 pela Companhia dos Jesuítas.

interfaces com a história constituirão os itens deste capítulo, onde as práticas educacionais serão dadas a perceber, ora em consonância com a memória, ora em conflito.

#### A - A MEMÓRIA – Os memorialistas

Não é incomum que sobre uma mesma sociedade haja memórias diferentes ou até mesmo em disputa. No trato com os discursos de memória, há que se considerar o que motivou a transmissão dessas lembranças.

Segundo BOSI (1979) o ciclo dia e noite é vivido por todos os grupos humanos mas tem, para cada um, sentido diferente. O tempo social absorve o tempo individual que se aproxima dele. Cada grupo vive diferentemente o tempo da família, o tempo da escola, o tempo do escritório[...] Em meios diferentes ele não ocorre com a mesma exatidão. Cada geração tem de sua cidade, a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história. O caudal das lembranças, correndo sobre o mesmo leito[...] (grifos meus)

Francisco Rezende e Alfredo Valladão, cujas memórias sobre a educação em Campanha (especialmente o ensino do latim) foram aqui selecionadas, são de gerações diferentes, porém, pertencentes ao mesmo grupo social – a elite. Ambos escreveram suas memórias após os 60 anos. Mas, enquanto Rezende escreve “com a intenção de deixar uma simples lembrança para meus filhos”, Valladão o faz para compensar a omissão dos historiadores de Minas sobre a importância de Campanha, de acordo com o discurso que proferiu em 1912 quando de sua admissão no IHGB.

Eis aqui pistas da “Athenas” enquanto representação.

## **1 - Francisco de Paula Ferreira de Rezende e suas recordações:**

As memórias de Rezende são tomadas como fonte para remeter às práticas educacionais do período imediatamente anterior ao recortado por esta pesquisa, de onde emergem elementos que me levam a compreender a “Athenas.”

Filho, neto e bisneto de proprietários mineiros e políticos, nascido em Campanha no ano de 1832, lá tendo, mesmo antes dos oito anos, frequentado as aulas públicas de cujas práticas educacionais faz um relato precioso em sua obra de final de vida “Minhas Recordações”. Relata também o caminho feito por ele, indo dessas aulas aos exames de preparatórios do Curso Jurídico de São Paulo. Caminho feito por mais de uma centena de campanhenses iniciando-se no período anterior ao da pesquisa até 1930. Está Rezende entre o grupo social que vou chamar de “Elite Mandarin” para compor a exposição da representação Athenas. Forma-se em 1855 e, retornando a Minas, alterna sua carreira de advogado com a de fazendeiro e, por fim Ministro do Supremo Tribunal Federal com a proclamação república. Além do que se refere à sua formação, Rezende traz nesta obra seu testemunho do que viu e viveu no cenário cultural e político brasileiro em sua época.

### **A escola e o mestre-escola**

O século XIX foi o século da organização paulatina do ensino primário público, chamado à época de escola de primeiras letras no país. Rezende seleciona suas memórias sobre essa escola pública que frequentou em Campanha, reveladoras de práticas tais como: organização do tempo e espaço dessa escola, punições permitidas e da formação precária dos mestres.

“A escola era pública, os meninos muitos e os mestres ruins”, registra ele, tornando o seu relato um contraponto ao discurso de Valladão que considerarei em outro momento. Continua ele: “ a freqüência era muito grande, pois que a matrícula era de cento e muitos meninos. O ensino se fazia por classes; e como o mestre não tinha tempo para pessoalmente se ocupar de tantos meninos, as classes inferiores eram desprezadas e bem pouco se adiantavam[...]No tempo que freqüentei a escola os mestres, muito pouco tempo duravam[...]os de que me lembro foram José Brandão, um fulano Coutinho que os meninos chamavam de biscoitinho, um João Joaquim Lopes de Figueiredo de família metida a advogados; e finalmente o meu futuro colega Bernardo Jacinto da Veiga[...]todos estes não passaram de simples professores interinos [...]ajudantes do professor efetivo que se não me engano tinha alguma coisa de solicitador e advogado e que se chamava José Antonio Mendes. Tinha uma das pernas cortadas acima do joelho e andava de muletas[...]e quando lhe convinha caminhava com uma tal sutileza que mal se podia ouvir o batido das muletas. E aí do menino que se fiasse nesse batido traidor! Porque quando menos se esperava[...]o mestre fazia meia volta à esquerda e com um simples lança de olhos pilhava com a boca na botija aqueles que fiados na sua ausência tinham-se posto a conversar e a brincar[...]tomava a Santa Luzia que é assim que se chama a palmatória[...]e começava um verdadeiro - vai de roda – sem pronunciar um nome apenas indicando com os olhos ou com a mão a vítima que devia se encaminhar para o sacrifício – ou dizia: venha cá seu mandrião! E assim como um sapo, que atraído pela cobra[...]também o pobre menino ou rapagão ia caminhando[...]por mais que chorasse e pedisse era tempo perdido; porque os bolos tinha que levar.”

Mas com toda a memória da prática disciplinar transcrita acima, Rezende afirma que “ não só deste professor não conserva uma lembrança odienta como ao contrário, sente para com

ele uma espécie de gratidão; pois que naquela aula de mais de cem alunos e dos quais nenhum talvez tinha menos de dez ou doze anos e alguns estavam já barbados, só ele e o colega Evaristo Ferreira de Veiga tinham menos de nove. Pois que esse homem era susceptível de compaixão; se condoia daquelas duas crianças e compreendendo que seria uma crueldade conservá-las durante horas sentadas naqueles duros bancos de madeira; a uma certa hora mandava-lhes que adentrassem pelo interior da casa onde tinham a mais completa liberdade de brincar na horta, como ainda eram servidos de lambiscarias como queijo e biscoitos pela mulher do professor.”

Rezende lembra-se de ter levado só dois bolos e narra o motivo do castigo : “Eu já estava estudando gramática; e um dia julgava ter a lição tão sabida, que não acreditava houvesse na classe quem a desse tão bem como eu e fui colocar-me na ponta do banco para ser o primeiro quando chegasse a hora de dá-la. Mas a minha soberba eu a paguei naquele mesmo dia : eu sabia a lição mas convivendo com gente mais ou menos ignorante eu às vezes algumas coisas pronunciava como via essa gente pronunciar; e assim tendo de repetir um dos exemplos da gramática disse – duas águias avoaram – uma do oriente e outra do ocidente. O mestre perguntou simplesmente – como ? E eu que estava bem certo do exemplo e não tinha a menor consciência de haver errado, o repeti e[ ...]tomei dois bolos.”

Sobre o dia do seu último exame, em que deixou a escola, Rezende relata: “Minha mãe queria por força que eu fosse nesse dia muito bonito, e tanto tempo levou a embonecar-me que cheguei muito tarde. Quando virei a esquina da casa que ficava defronte da escola e que vi a cara do mestre que parecia estar na porta à minha espera, quase que me caiu o coração aos pés. Ele porém, apenas se contentou com o dizer-me: – sempre se espera pela pior figura – e tratou de dar começo ao exame. Os aprovados ou dados como habilitados nesse exame, creio que

fomos sete; e quando terminaram todos os outros exames, fomos chamados à mesa onde se achava o delegado do círculo literário[...]que pôs a tiracolo em cada um dos sete uma fita verde ou azul; e foi assim revestido desta insígnia do saber que todo ancho voltei para casa.”

### **A aula de latim e o Padre Mestre**

Nas suas memórias sobre o ensino de latim em Campanha, Rezende em vários momentos se distancia das memórias de Valladão ao avaliar a prática dos mestres e testemunha a descontinuidade do ensino clássico na cidade.

“Tendo feito o meu exame de primeiras letras em dezembro de 1842, eu me retirei para a nossa fazenda[ ...]até meados de 1843 em que depois das férias do Espírito Santo vim de novo para a cidade para o meu estudo de latim[...] Ainda alguns anos depois da nossa independência, a instrução pública em Minas era extremamente limitada; pois que além de algumas escolas de primeiras letras, que aqui e ali se encontravam e de dois colégios dirigidos por padres e dos quais, um se achava estabelecido em Congonhas do Campo e o outro no Caraça, quase que em toda a província não existia outro qualquer estabelecimento de instrução secundária que não fosse o seminário de Mariana em que se preparavam os padres, e uma simples cadeira de latim em algumas das principais vilas da província. A Campanha era uma dessas vilas[...] Naquele tempo o professor de latim era o Padre João Damasceno Teixeira; e embora não saiba se foi ele o primeiro professor dessa matéria naquele lugar, aquilo que sei entretanto, e que posso afirmar é que não só foi ele o primeiro que ali conheci mas que ainda desde dos primeiros moços da Campanha que se formaram e que foram, em direito os desembargadores Tristão Antonio de Alvarenga e José Cristiano Stockler e, e em medicina o meu primo Joaquim Bueno Goulart de Brum e o meu tio Gaspar José Ferreira Lopes até

tantos outros que ainda muito depois de mim alcançaram um pergaminho, todos foram seus discípulos. Homem muito reservado[...] e misterioso, o padre mestre passava por ser um latinista de primeira força, como sói acontecer a quase todos os mestres na opinião dos seus discípulos. Eu porém... Em todo o caso, me parece que, além dos estudos que eram necessários para a ordenação e de algumas tinturazinhas muito ligeiras de botânica, o Padre Mestre muito pouco mais sabia que algumas noções de história. Todavia, por causa daquela sua reserva[...]ele passava para muita gente como um verdadeiro oráculo[...]Eis pois o homem que deveria ser o meu mestre por cinco anos[...]A aula durava das dez horas à uma[...]eu que na escola quase que nunca tinha passado de pequeno pinto no meio de frangos já bem empenados, no estudo de latim bem me poderia comparar a um garnizé no meio de grandes perus, porque muito raro era ali o estudante que tivesse muito menos de quatorze a dezesseis anos[... ]Não havendo antigamente estudo de latim que não comesçassem sempre pelo Novo Método ou antes pela bem conhecida artinha do Padre Pereira de Figueiredo, que era toda mais ou menos decorada, eu também tive de começar por ela; e no fim mais ou menos de três meses estava com essa artinha decorada[..]foi então considerado como uma verdadeira lança que eu tivesse metido em África, porque o tempo ordinário desta empreitada costumava a ser de oito meses[...]só por este fato pode-se bem avaliar quanto era pouco o que se estudava e qual a razão porque naquele tempo nunca se aprendia o latim em menos de cinco anos. Logo que acabei a artinha, o Padre Mestre me passou para uma decúria que já estava traduzindo o Eutrópio. Quando eu já estava mais ou menos adiantado em latim, não havia na Campanha nenhuma outra cadeira de instrução secundária que eu pudesse frequentar; porque embora ali tivesse havido uma cadeira de filosofia para a qual tinha concorrido o Padre Marinho mas dada ao concorrente Joaquim Lobo Leite Pereira, pouco tempo durou[...]Talvez na mesma ocasião ali houve também uma cadeira de francês, que era

regida por um suíço naturalizado e que se chamava Boaventura Bardy, cuja frequência me parece que não era pequena. Entretanto, assim como a outra, esta também fechou-se, sem que eu nunca chegasse a saber se a aula tinha fechado porque o professor havia se mudado ou se o professor mudou-se porque a aula havia se fechado. O que aprendi de francês sem ser nos livros, unicamente devo ao meu primo Major Francisco de Paula Lopes Ferreira Sobrinho. Nos dias dos meus estudos na Campanha, o Dr. Cândido Bueno da Costa ofereceu-se para ensinar-me a aritmética[...]e com efeito recebi dele algumas lições mas pouco tempo depois esse meu mestre retirou-se e eu quase que não passei das primeiras páginas do Bessout. Eis aqui tudo o que aprendi nas aulas da Campanha.”

### **O acesso ao curso jurídico de São Paulo em 1849**

Deixando o cenário campanhense, Rezende passa a revelar suas memórias sobre sua experiência de curso superior. “Tendo chegado a S.Paulo no tempo justamente em que se faziam os exames de preparatórios e tendo levado da Campanha o meu latim e o meu francês, logo tratei de requerer o exame dessas matérias. A banca de latim compunha-se do Dr. Manoel Joaquim Amaral Gurgel diretor da academia; do Dr. Paulo Emílio, o lente da cadeira e do Padre Mamede o substituto de latim e retórica[...]Indo a S.Paulo sem quase nem saber o que era um exame, disseram-me que requeresse os que eu queria fazer e eu os requeri. Felizmente se não sabia o francês com perfeição eu pelo menos lia sofrivelmente e o traduzia não muito mal. E quanto ao latim, que naquele tempo, já quase ninguém o sabia senão os mineiros, eu podia me considerar um totum-quebas naquela língua; pois quando os outros unicamente sabiam os pontos, eu era o estudante que havia traduzido o Horácio todo, todo o Virgílio, `a exceção das Geórgicas, e ainda por cima o Ovídio quase inteiro. Fui aprovado plenamente.

## 2 - Alfredo de Vilhena Valladão e sua elegia à Campanha:

Pertencente a um dos troncos familiares mais representativos da elite de Campanha, os Valladão de origem portuguesa, Alfredo escreveu a volumosa obra “Campanha da Princesa”, onde a cada capítulo se refere à sua cidade natal como a “Athenas do Sul de Minas”. Creio eu que foi o fundador desta representação, com a qual manteve vivo o imaginário dos campanhenses acerca de sua terra. Ajudou a traduzir as relações identitárias de sua cidade com a cultura clássica, até que as novas circunstâncias histórico-políticas e educacionais viessem a contribuir para a diluição deste imaginário em outro. Valladão entra para o IHGB em 1912 com um primitivo trabalho embrião da sua obra “Campanha da Princesa” cujo estilo historiográfico da época<sup>8</sup> parece representar. Essa obra de Valladão pode ser entendida como limítrofe entre memória e história.

Casadei traz esta nota sobre a fala de Valladão sobre esse primitivo trabalho que o leva ao IHGB e de seu projeto em relação à sua terra:

Em documento de sua pasta no Arquivo do IHGB acha-se o trecho seguinte: Na história de Minas, em relação à Campanha, se observa o mesmo das estradas. A Campanha ficou à margem. A avalanche de historiadores se encaminhou para Vila Rica[...]E é por este motivo que eu me proponho a escrever a história de Campanha, de que este trabalho é o início. (CASADEI, 1987, p. 222)

Nos dois primeiros volumes trata dos aspectos geográficos e históricos de fundação da cidade. Mas se dedica especialmente a realçar os troncos familiares fundadores, descendentes de paulistas e reinóis que viriam a compor o poder local. Situa também a presença da Igreja

---

<sup>8</sup> A história de culto aos “vultos”, ou heróis do passado, caracterizada pela narrativa de eventos políticos, observado por Le Goff como tendo sido consolidada pelo historiador alemão Leopold Von Rank no século XIX, no contexto de formação do Estado-nação

Católica nesse espaço cultural e o papel do clero enquanto partícipe na ereção do imaginário em questão.

No terceiro volume Valladão trata exclusivamente das práticas culturais de Campanha se empenhando em informar sobre suas escolas, sobre o ensino do latim, seus professores, o seminário jesuíta, sobre as associações literárias, sobre a imprensa, sobre o gosto dos campanhenses pela elaboração histórica.

No quarto volume ele expõe sobre o que ele chama de “o fenômeno”, ou seja, aqueles “mais de uma centena” de doutores filhos de Campanha formados nos cursos superiores do país no período entre 1830 e 1940. Levando da terra natal a perfeição do latim, eram aprovados nos exames de preparatórios e faziam o curso com distinção. Faz ele aqui o inventário destes filhos ilustres de Campanha “nas tribunas, nos foros, nas cátedras, nos púlpitos e nas sociedades sábias” do país, conquistadas pelo dom da palavra fácil e pelo civismo.” Segundo ele “uma situação como essa por certo não poderá apresentar nenhuma outra cidade do Brasil.”

É um discurso carregado de subjetivismo e de ufanismo, preocupado em apresentar a sua Campanha como lugar memorável e berço da cultura no sul de Minas. Nele não se encontram as outras camadas sociais nem o seu outro mundo do trabalho. Só o mundo dos bacharéis.

Mas Campanha da Princesa é o documento que me levará a desvelar a representação “Athenas do Sul de Minas” pois, segundo PESAVENTO (1995, p. 15) “no domínio da representação, as coisas ditas, pensadas e expressas têm outro sentido além daquele manifesto.”

Afirma Alfredo Valladão sobre a origem da cultura em sua terra:

De um ponto de vista geral, o assunto... Belas Letras, está focalizado em todo o correr desta obra Campanha da Princesa, da história desta terra em que viveram

Alvarenga Peixoto e Bárbara Heliodora, da história desta terra em que o ensino da língua de Cícero, de Virgílio, de Horácio e de Ovídio, sublimou pela sua perfeição de difusão, constituiu a pedra angular da Athenas Sulmineira .  
(VALLADÃO, 1945, v.4, p.548)

Trago aqui o escopo do conteúdo do terceiro volume afim da interlocução que farei mais adiante, que serviu-me de enunciador de pistas sobre a história de Campanha. Também é nele que se encontra o estilo campanhense que fez escola entre os demais memorialistas, por exemplo, não se refere a um nome sem que este esteja jamais acompanhado de um adjetivo, dentre os quais destaco aqui os “ínclito”, “egrégio” e “preclaro” que também encontro em todos os demais memorialistas do lugar. Além, é claro, de propagar a representação de Campanha como Athenas do Sul de Minas. Enfim, trata-se de um discurso fundador como diz ENI P. ORLANDI, citada por FARIA FILHO e SALLES (2002, p.249) : “o que caracteriza um discurso fundador é que ele cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra.”

### **As práticas culturais e o papel da Igreja em Campanha**

Ao iniciar o seu discurso sobre a cultura em Campanha, Valladão recorre ao argumento da antiguidade da escola de primeiras letras e da aula de latim em sua terra, afirmando que um dos primeiros atos da municipalidade já organizada foi a instituição dessas aulas públicas em 1800. Afirma que a Câmara de Campanha nomeara dois padres: Pe. Manoel Joaquim Pereira de Coimbra para aulas de primeiras letras e Pe. Francisco José de Sampaio para a aula de gramática latina. Nas palavras de Valladão, “aceitam os sacerdotes o cargo em nome da nobre causa”. Informa o autor que os ordenados dos padres seriam pagos quando as nomeações fossem confirmadas pelo Capitão-Mor e por sua Alteza, já que a municipalidade não tinha poderes para

tal. Por decisão régia<sup>9</sup>, as nomeações não são confirmadas. Valladão informa que mesmo assim os padres continuam suas aulas: “Cadeiras regidas por professores dedicados e abnegados, por longo tempo sem qualquer remuneração[...]” Acrescenta: “é bem a Athenas Sul – Mineira que começa a se esboçar.”

Valladão, citando Rocha Pombo, afirma que Campanha já conta com aulas particulares: “na Comarca de Rio das Mortes para oito aulas públicas há quarenta e sete aulas particulares”. Campanha integrou a Comarca do Rio das Mortes até 1839 quando, pelo art.n.5 da lei n.134 de 16 de março se transforma em cabeça da Comarca do Rio Verde.

Valladão enfatiza a notícia do jornal Pregoeiro Constitucional de 29 de dezembro de 1830, na qual é possível quantificar o número de alunos, pois comparece um professor de primeiras letras perante o juiz com seus alunos “em número de mais de cem[...]dentre os quais alguns davam prova do esmero de seu mestre.”

Além da cadeira de latim, nas palavras de Valladão: “de tão gloriosa tradição”, outras se apresentam em Campanha - em 1830 a de francês e, em 1837, a de filosofia e retórica a cargo do “ilustre” Joaquim Lobo Leite Pereira e depois a de história e geografia- “todas elas oficiais e cadeiras particulares também existindo”

Sobre os colégios informa Valladão: “ em 1859 funda-se o Colégio Campanhense sob a direção de Antonio Araújo Lobato professor nomeado para a cadeira pública de latim e francês. Instalado em excelente prédio, contando com competentes professores e ensinando-se todos os preparatórios exigidos para os cursos superiores e estando o ensino de filosofia e retórica ao encargo do ilustre jurista Joaquim Leonel de Rezende Alvim.” Valladão afirma ainda que: “a festa escolar de distribuição de prêmios é marcada para 2 de dezembro, em homenagem a

---

<sup>9</sup> - Trata-se do Alvará das Aulas Régias instituído pelo Marquês de Pombal em 1772.

D. Pedro II amigo dos sábios, protetor das ciências, das artes e sem o ministério do mecenas, do cezar romano, o cezar brasileiro por elas se desvela”, é dito nos discursos.

Valladão identifica, na ocasião da inauguração do Colégio Campanhense (1859), os diversos discursos proferidos pelos homens letrados de diferentes categorias profissionais como advogados, médicos e juizes como Luiz Soares de Gouvêa Horta (estudos aperfeiçoados na Alemanha), que discursa “em latim, pois o auditório é versado na língua de Cícero. Américo Lobo, em férias do segundo ano do curso jurídico de São Paulo e Antonio Ferraz da Luz, médico e poeta formado no Rio de Janeiro e inspetor regional da instrução pública, discursam em seguida Discursos estes “ publicados nos jornais da terra.”

Informa Valladão sobre o movimento separatista de Campanha que, desde o início de sua história, rivaliza com São João Del Rey e depois se antagoniza com Ouro Preto. Ferraz da Luz encabeça a primeira tentativa, dentre as muitas que houve, de constituir-se o Sul uma província separada de Minas com capital em Campanha. São palavras do projeto de Ferraz da Luz: “crisálida incapaz de transformação nas veredas de um futuro feliz pelo peso das contribuições e porque entendia-se que a província não ia além das penedias de Ouro Preto que impunha sua ditadura.” Nunca lograram êxito estes projetos, liberais na sua essência, calcados no iluminismo, a julgar pela oferta desta leitura, já que em Campanha havia uma livraria desde 1830 onde, dentre os títulos, achava-se “O Federalista”. Mas a idéia separatista não sucumbe retornando no início da República, onde o grupo que agora a defende é o mesmo que faz a campanha republicana, especialmente professores e o diretor da I Escola Normal de Campanha, Francisco Honório Brandão. Integravam estes grupos os profissionais liberais, políticos em geral e fazendeiros como os Andrade, família de onde saíam chefes políticos liberais e magistrados

como André Martins de Andrade. Mas professores e juristas sempre estiveram dentre eles, a não ser os Valladão.

Continuando Valladão a informar sobre as práticas do ensino em Campanha:

-A partir de 1859, são extintas as cadeiras oficiais de filosofia e retórica, geografia e história. Esse Colégio Campanhense é o Liceu Campanhense, cujo discurso de inauguração foi referido no quadro n.2- Ensino Clássico.

-Desaparecido o Colégio Campanhense, surge, em 1862 o Colégio da Conceição, onde se ensinava também todos os preparatórios e principalmente “a latinidade em seu mais completo plano: ensino dos prolegômenos, construção gramatical, primeira seleta até a arte poética de Cícero a cargo de eméritos latinistas. Encerra aquele colégio suas atividades porque já se pleiteava um externato e escola normal .”

-Em 1872, instala-se o Externato Oficial, em 1873, a I Escola Normal Oficial (a segunda em Minas) com cadeiras de aulas práticas anexas para meninos e para meninas.

-Nos últimos anos do império, mais dois colégios: Colégio São Luiz Gonzaga, fundado por Padre Almeida Ferrão, depois sucedido pelo Colégio Santo Antonio e o Colégio Veiga, fundado por Ângelo Veiga, formado em Medicina.

Quanto à instrução feminina, Valladão traz a seguinte estatística do jornal Sul de Minas de 9 de outubro: Aulas públicas na Campanha em 1859:

De latim e francês-52 alunos; de segundo grau p/ meninos (53 alunos) e de primeiro grau p/meninas (64 alunas).

O memorialista destaca como extraordinário o número de meninas na escola, honrando “a tradição da cultura feminina iniciada em Campanha com a presença de Barbara Heliadora como uma predestinação, contando com aulas particulares ao lado das públicas.”

Entretanto, a nota revela a discriminação na política de escolarização entre meninos e meninas. Para estas, ensino de primeiras letras de 1.grau.

O memorialista em referência, Valladão, cultua a personagem Bárbara Heliadora e seus laços com a história de Campanha. Ela fora a inspiração para a inserção cultural das mulheres de sua terra, segundo ele.

Continuando Valladão a informar sobre a instrução feminina:

-Em 1870, é fundado por Francisca Cândido Mariano e suas irmãs Anna, Maria, Luiza, Delphina, Mathilde, Emília, Alice e Heliadora, o Colégio Marianno que durará quarenta anos, chegando até a república. Nele funcionava um internato e externato “de muito esmerada instrução religiosa, ensino completo para a época- francês, português, aritmética, história, geografia, música e trabalhos femininos- atendendo a toda Minas e outras Províncias”

Destaca o memorialista uma destas irmãs professoras, D. Mathilde Xavier Marianno que atuava como professora da cadeira de aula prática para meninas na I Escola Normal Oficial de Campanha.

“Não desapareceria o Colégio Marianno no meio culto de Campanha sem que fosse sucedido e ainda para maior sucesso pelo Colégio Nossa Senhora de Sion”- sustenta Valladão. Pela mesma época é extinta a I Escola Normal. O Externato Oficial já o fora em 1889 com a chegada da república. As razões dessa política são a contenção de gastos em favor da expansão do ensino primário e o endividamento do Estado, segundo relatórios de governo.

Acrescenta ainda o memorialista sobre o ensino em Campanha:

-Após a república, surge o Externato particular de Jonas Olynto, ex-aluno do Externato Oficial e da I Escola Normal, ex-seminarista e “lecionando sozinho todos os preparatórios”. Ativo por 15 anos.

-Em 1894, a Companhia de Jesus funda em Campanha o seu noviciado, vindos os seus padres diretores da Itália.

-Em 1908, é fundado o bispado da Campanha, graças ao empenho de D.Almeida Ferrão que funda também o Ginasio Diocesano de Campanha, depois Ginásio São João equiparado ao Ginásio Nacional, ex-Colégio Pedro II do Império.

-Os Jesuítas se retiram de Campanha para São Paulo em 1908.

A última escola sobre a qual Valladão informa é a fundação do primeiro Grupo Escolar da Campanha em 1908.

Reafirmando Valladão: “O brilho da latinidade de Campanha é manifesto em todas as cerimônias - a profusão dos dísticos ali mesmo compostos em lingua latina, quando das aclamações de D. João, de D. Pedro, pelo passamento de D. Maria, nascimentos, casamentos reais e batizados reais. E a beleza e perfeição de redação dos atos oficiais da municipalidade, em consequência do latim, tudo dentro de uma cultura não só capaz de compô-los como também de entendê-los”

Aqui a absoluta apologia de Valladão ao latim e ainda afiança que se disseminava por toda a mocidade, “e pelos desprotegidos da fortuna”.

“Clássicas as virtudes, em que não preciso insistir, do estudo do latim: ginástica do espírito, mercê da ordem inversa e da sintaxe dominante da língua, variedade de cultura pelo trato dos autores, conhecimento da língua máter, projetando-se nas línguas neolatinas, realização de um verdadeiro bacharelato em letras. E em nenhum centro do país ficou isto mais provado do que na Campanha[...]Foi sobre a base da latinidade, com aquela perfeição do ensino ministrado, que se pode erguer ali, essa admirável obra cultural, da qual tão vivos sinais já se encontram nos fastos da história política, administrativa, social e religiosa.”

Traz Valladão ainda, no volume três, todos os professores “exímios latinistas” de Campanha:

- Padre Francisco José de Sampaio- o primeiro professor da aula oficial
- João Evangelista de Alvarenga - filho de Alvarenga Peixoto e Bárbara Heliadora, poeta, “ versado em Horácio, Virgílio e Ovídio.”

- Padre Flavio Antonio de Moraes Salgado - “cuja fama chegou a Roma”
- Padre João Damasceno Teixeira – (o Padre Mestre de Rezende ) “O maior de todos, cuja aposentadoria é assim noticiada no jornal Sul de Minas de 29 de Outubro de 1859, após 25 anos de atuação: “tem a glória de contar com numerosos discípulos ocupando as mais honrosas posições na jurisprudência, na medicina, na advocacia, na magistratura, na administração, na assembléia provincial e geral. O Padre-mestre nunca teve um discípulo reprovado, onde quer que fizesse exame”

- Manoel Ignácio Gomes Valladão – o maior de todos os seus discípulos, destinado a grande destaque no cenário político da Campanha e de Minas.

- Antonio de Araújo Lobato – é nomeado para a vaga de Padre Mestre, “ pois era de Ouro Preto e preferido pelo governador.”

- Antonio José Rodrigues de Moraes – sucedeu a Antonio de Araújo Lobato de 1872 a 1889 já no quadro de professores do Externato Oficial.

Em 1889, com a República é extinta, infelizmente,” nos termos do discurso de Valladão, a cadeira oficial de latim, com a extinção do próprio Externato: “ Relegada pelo novo regime como inútil a cadeira oficial de latim, glória das antigas gerações, símbolo da cultura de Campanha.”

-Será o latim ensinado agora só particularmente e no Colégio Diocesano São João, com a fundação do bispado de Campanha em 1909.

Aqui informa Valladão sobre as práticas do ensino de latim:

Dentro do plano lógico de estudos, eram estas as obras mais usadas:

-A Artinha do Padre Antonio Pereira – desde logo posta na mão dos alunos, “só mais tarde o Novo Método de Castro Lopes, a cada momento referido, despertando tanta curiosidade de vê-lo.”

-A Syntaxe de Padre Rodrigues Dantas e os dicionários Magnum Lexcon e o Saraiva.

Portanto, diz Valladão, “partia-se da gramática com a Artinha até chegar à Syntaxe, o estudo dos autores latinos se desenvolvia das obras mais simples para as complexas. As obras eram de edição portuguesa sem tradução.”

Sobre a leitura dos campanhenses Valladão destaca:

-“Uma livraria, fato certamente único, por aquela época no interior do país se conta na Athenas Sul-Mineira fundada por Bernardo Jacinto de Veiga em 1830” dirigida por Lourenço Xavier da Veiga, os dois irmãos de Evaristo da Veiga, filhos de livreiro do Rio que vêm para Campanha.

-Em 1874, “inaugura-se na Athenas Sul-Mineira a Biblioteca Pública com iniciativa de particulares: possuía dentre outros, Victor Hugo, Alexandre Dumas, Byron, Goethe, literatura nacional e portuguesa, Voltaire, Fénelon. As Cartas Chilenas, dicionários histórico-geográficos, Atlas universal, obras de álgebra, ciências físicas e higiene, história e geografia nacional, dicionários de latim, código penal, os Diálogos de Platão e O Federalista.” Cita os vários oradores da grande festa pela ocasião. Todos a pedir a “palavra”

Quanto às sociedades cultas, diz Valladão: “ Dez anos antes das Conferências da Glória da Corte, em 1863 na Athenas Sul Mineira já se havia fundado a Associação Palestra Campanhense , com sessões semanais abertas, onde se discutia temas culturais. Já em 1831 em Campanha fundara-se a Sociedade Filantrópica Campanhense, a primeira sociedade cultural que existiu em Minas, propugnando a instrução, a assistência e a educação da mulher, anterior às Sociedades Promotoras de Instrução de Ouro Preto (de 1832) e São João Del Rey.”

Consta Valladão que a primeira Enciclopédia Popular foi organizada por Bernardo Saturnino da Veiga em 1879- “ não se conhecendo até à época nada igual.”

Possuiu Campanha desde 1832 uma tipografia e vários jornais desde então sucedendo um ao outro ou contemporâneos. Jornais de conservadores, de liberais e por fim republicanos como “O Colombo”, de Lúcio Mendonça e Francisco Honório Ferreira Brandão, com o que se fez a campanha republicana na Campanha. Curioso foi:

“ A existência do primeiro jornal feminista do Brasil – O Sexo Feminino fundado em Campanha por uma professora da I Escola Normal, Francisca Senhorinha da Motta Diniz, de 1873 a 1874 quando a professora se transfere para a Corte onde passa a editá-lo.”<sup>10</sup>

O gosto pelo assunto histórico desponta em Campanha segundo Valladão a partir de 1825, “quando então uma portaria imperial determinou que as Câmaras Municipais auxiliassem a Silva Lisboa incumbido pelo imperador de escrever a História dos principais sucessos políticos do Brasil; prestar informes em face de seus arquivos e do que pudesse colher em outras fontes dos sucessos ocorridos nos municípios de 1821 a 1825. Completa e perfeita foi a obra realizada por Campanha”.

---

<sup>10</sup> -Recentemente foi defendida uma tese sobre este jornal e sua criadora, a Prof. Francisca Senhorinha Motta Diniz - UFMG

Quanto à religião, assim Valladão associa a história de sua terra à Igreja Católica: “O Códice precioso existente no Arquivo da Catedral de Campanha que é o Livro da Irmandade do Santíssimo Sacramento aberto em 1745 contém os assentamentos do respectivos irmãos. Não há uma assinatura de cruz[...]atestam o trato da pena. Atesta também o fervor religioso dos povoadores de Campanha. A sedução do ouro da terra não teve poder para que seus olhos se desviassem de Deus, erguendo logo a Matriz[...]São cinquenta e nove os primeiros irmãos, ricos homens, sacerdotes, milicianos, mineradores aos quais vão se juntando gente de escol no decorrer do século XVIII como Alvarenga Peixoto, esse vulto extraordinário de nossas letras, autor provável das Cartas Chilenas, que renuncia ao cargo de ouvidor em São João Del Rey e passa para Campanha com sua esposa e filhos. Grande é o número de sacerdotes campanhenses que salientam dotes oratórios na terra natal, no cenário de Minas Gerais, no Rio de Janeiro, e com a vigararia da Vara das Comarcas Eclesiásticas, muitos com honras de Cônego, seja da Capela Imperial, seja da Sé de Mariana ou de São Paulo e de Campanha, mosenhores formados em cânones. Todos eles de elevada cultura não só eclesiástica como humanista, geral, com belas revelações no púlpito, oradores eloquentes, ascendendo no cenário político às câmaras legislativas[...]A Athenas Sul Mineira atraía pelo seu foro e cultura aos juristas e pelas suas tradições religiosas aos sacerdotes, ilustres doutores em cânones. Trouxe o primeiro noviciado jesuíta do Brasil de 1894 a 1908, italianos como o Padre José Maria Natuzzi notável orador e professor enciclopédico que ao final passaria como reitor ao Colégio Santo Ignácio do Rio de Janeiro.”

Valladão identificando alguns nomes: “Campanha berço religioso cultuador das tradições de arte e música barroca, vai enviando seus filhos ao sacerdócio, nos seminários de São Paulo como José Bento Leite Ferreira de Mello, de destaque no cenário político, amigo de

Padre Feijó. Ao Seminário de Mariana serão enviados muitos de seus filhos, ilustres representantes do clero e magistério local como Monsenhor Paulo Moinhos de Vilhena e José Teophilo Moinhos de Vilhena, professor da Escola Norma I, e João Vicente Valladão no curso jurídico de São Paulo.”

Dentre todo o clero campanhense ainda destaca João de Almeida Ferrão, fundador do bispado de Campanha em 1908, que segundo Valladão “declina da escolha de seu nome para substituir o santo sábio D. Silvério Gomes Pimenta no sólio arqui-episcopal de Mariana para não deixar a querida terra natal[...] Fundador de colégios em Campanha, e autor de uma carta pastoral em que prega os fundamentos da encíclica Rerum Novarum de Leão XIII. As tradições religiosas de Minas, em Campanha se conservam.”

### **Os letrados de Campanha: políticos e intelectuais**

Valladão faz um levantamento genealógico e biográfico da “boa sociedade” de Campanha que ele chama de “troncos familiares” em sua obra.

Tomo este levantamento como fonte para interpretar o discurso que encerra a representação Athenas para Campanha. Para este entendimento o conceito de “gerações” me é útil para expor a importância que este levantamento tem para o meu trabalho. É através dele que vou percebendo o agregar dos sobrenomes destes troncos familiares, que se explicaM pelos casamentos e que originam as novas gerações. No histórico de cada geração pode-se perceber o movimento de conservação ou transformação das práticas culturais e políticas diante das circunstâncias de época. Por exemplo, a família Valladão: a segunda geração que é a de Manoel Ignácio Gomes Valladão, que toma como esposa uma Vilhena. São conservadores durante o Império. Entretanto os filhos mais novos terão de adaptar-se às circunstâncias da república.

Alfredo Valladão e seu primo João Bráulio Moinhos de Vilhena Jr. integrarão o staf governamental de um positivista republicano histórico em Minas: João Pinheiro da Silva.

É através deste levantamento realizado por Valladão que também vou percebendo o fluxo destas gerações na busca da manutenção do status- quo no período circunscrito nesta pesquisa. Constatei que a maioria destes nomes estão nos livros de matrícula dos níveis de ensino oferecidos em Campanha que integram também as minhas fontes . Estão também na lista de campanhenses ilustres formados no nível superior e nos cargos da administração e funcionamento do Estado, seja no Império ou na República. Isto explica a minha apropriação do conceito de “mandarim” para nomear essas gerações e traduzir a metáfora Athenas para Campanha.

Eis os troncos familiares ou “gerações” apropriados do Volume 4 da obra de Alfredo Valladão “Campanha da Princesa”:

- Os Veiga:

- Bernardo Jacynto da Veiga e Lourenço Xavier da Veiga - vindos do Rio de Janeiro, filhos de um livreiro, irmãos de Evaristo da Veiga um liberal moderado, que fez, através do seu jornal carioca Aurora Fluminense, a campanha pela abdicação de D.Pedro I, por isto conhecido como o herói do 7 de abril de 1831, data da abdicação. Fixam-se em Campanha em 1822. Lá fundam uma livraria em 1830 e jornal Opinião Campanhense. Bernardo será político governando a província em 1840, aderindo ao “Regresso”, passando de liberal a conservador, combatendo os rebeldes da Revolução Liberal de 1842. Lourenço Xavier da Veiga dirige a livraria, é autodidata, professor, juiz municipal de órfãos, pai dos seguintes filhos:

- Francisca Cândida Ferreira da Veiga- esposa do Capitão Cândido Ignácio Ferreira Lopes que foi deputado na assembleia provincial por vários mandatos, primeiro diretor da I Escola Normal, chefe político conservador de Campanha.

- Evaristo Ferreira da Veiga- jornalista, deputado na assembleia geral e senador do império, conservador, formado em direito em São Paulo e advogado.

- João Pedro da Veiga-

- Lourenço Xavier da Veiga-tenente coronel da guarda nacional

- Bernardo Saturnino da Veiga-fundador e diretor do jornal Monitor Sul Mineiro, editor do Almanaque Sul-mineiro de 1874 e 1884 e da Enciclopédia Popular

- Francisco Luiz da Veiga-formado em direito em São Paulo, advogado, promotor público, juiz municipal, deputado da assembleia provincial e geral, catedrático da Faculdade de Direito de Minas Gerais,quando de sua fundação.

- José Pedro Xavier da Veiga- deputado conservador, jornalista, historiador autor da obra Efemérides Mineiras, diretor fundador do Arquivo Público Mineiro em 1897.

- Saturnino Simplício de Salles Veiga- médico formado no Rio de Janeiro

- Jesuína Gabriela de Veiga

- Ângelo Xavier da Veiga- médico formado no Rio de Janeiro, fundador de colégio e professor em Campanha.

- Júlio Ferreira de Veiga – (parente próximo) formado médico em 1887- diretor do primeiro Grupo Escolar de Campanha, antes porém, professor da I Escola Normal da cidade.

• Os Brandão:

- João Chrisóstomo da Fonseca Reis - casado em segundas núpcias com Ana Sanches Brandão, pais de Martiniano da Silva Reis Brandão – advogado provisionado, chefe do partido liberal, se declarando ao final do império como republicano.

- São filhos de Martiniano:

- Francisco Honório Ferreira Brandão – médico formado no Rio de Janeiro em 1864 pela Faculdade de Medicina, jornalista de “O Colombo”, jornal que fundou, junto com o partido republicano, em 1872, em Campanha após o manifesto republicano. Diretor e professor da I Escola Normal de Campanha.

- Martiniano da Fonseca Reis Brandão – engenheiro formado na Escola Central do Rio de Janeiro em 1862, diretor de obras públicas em Minas, deputado provincial liberal e por fim republicano radical, florianista. Chefiou o movimento separatista de Campanha em relação a Minas em 1892.

- Bárbara Eugênia Brandão.

- Júlio César Ferreira Brandão - médico formado no Rio de Janeiro em 1873.

- Ana Mathilde Brandão - casada com Joaquim Leonel de Rezende Filho.

- Carlos Alberto Ferreira Brandão – médico formado no Rio de Janeiro em 1887.

- Francisco Horta Ferreira Brandão (parente próximo)-redator de “O Colombo.”

• Os Lobo:

- Joaquim Lobo Leite Pereira – professor classificado em primeiro lugar no concurso para a cadeira de filosofia e retórica de São João Del Rei mas, nomeado para Campanha, onde esta cadeira fora criada em 1837, casado com a filha do comendador Francisco Xavier Lopes de Araújo (o Barão de Parima). Deixa o magistério passando a advogado provisionado, com considerável clientela. São seus filhos:

- Américo Lobo Leite Pereira – formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1862, advogado, homem de letras, deputado à Assembléia Geral do Império, propagandista da república, membro do congresso constituinte, senador, ministro do Supremo Tribunal Federal. Poeta e escritor.

- Francisco Lobo Leite Pereira – formado em engenharia pela Escola Central do Rio de Janeiro 1866.

- Fernando Lobo Leite Pereira – formado em 1876 pela Faculdade de Direito de São Paulo – tomou parte na propaganda republicana, republicano radical, advogado em Juiz de Fora, florianista, Ministro do Governo de Floriano Peixoto de 30.11.1891 a 28.12.1893, Ministro do Exterior, Ministro da Justiça e Negócios do Interior ( justiça e instrução estão fundidos nesta pasta)- senador , tendo renunciado em 1898.

- Joaquim Lobo Leite Pereira Filho – formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1879, político, propagandista da república.

- Estevam Lobo Leite Pereira ( neto )– Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1890. Promotor público de Juiz de Fora, advogado em Ouro Preto e Belo Horizonte, catedrático de filosofia do direito da Faculdade de Direito de Minas - autor do trabalho “Criminalidade Infantil” obra pioneira sobre o assunto, deputado no Congresso Federal de 1900 a 1905, advogado no Rio em 1906, promotor público no Distrito Federal, morto aos 38 anos.

- Os Vilhena

- Mathias Gonçalves Moinhos de Vilhena – coronel casado com D. Iria Claudiana Umbelina da Silveira, irmã de Bárbara Heliodora – pais de:

- Mathias Antonio Moinhos de Vilhena – casado com D.Escholástica Joaquina de Oliveira Carvalho - coronel e agricultor, herda considerável herança de seu sogro Domingos de Oliveira Carvalho, rico comerciante de Campanha, “mas perde a fortuna por desambição e auxílio aos pobres” – são seus filhos:

- Monsenhor Paulo Moinhos de Vilhena – ordenado em Mariana

- Cônego José Teophilo Moinhos de Vilhena – ordenado em Mariana em, professor da Escola Normal I e do Externato Oficial de Campanha.

- João Bráulio Moinhos de Vilhena – formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1858, juiz de direito da comarca, fundador da Associação Católica de Campanha, deputado, magistrado, presidente do Tribunal da Relação de Minas em 1887,

- Maria Amália Moinhos de Vilhena – esposa de Manoel Ignácio Gomes Valladão.

- João Braulio Moinhos de Vilhena Jr – formado em 1886 pela Faculdade de Medicina da Bahia, político, secretário de finanças no governo de João Pinheiro.

- Os Valladão

- Vicente Coelho Valladão – origem portuguesa, século XVIII, consagrando-se à mineração, pai de:

- José Vicente Valladão – tenente, comerciante “desambicioso” em Campanha, figura muito acatada na Campanha pelas suas qualidades morais e seus sentimentos cívicos, ocupando posições de destaque na vida local. Exerceu por muitos anos o cargo de juiz de paz, de vereador da comarca municipal, desta fazendo parte em 1831 ao lado de Bernardo Jacynto da Veiga e assinando o manifesto que a mesma dirige ao povo em três de abril em defesa da causa liberal e nacional, vitoriosa por fim em sete de abril junto com Evaristo da Veiga. Fez parte também da filial da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência fundada no Rio de

Janeiro, que em Campanha se estabeleceu. Tesoureiro da Ordem Terceira do Carmo estabelecida em Campanha em 1823. São seus filhos:

- Antonio Valladão e Rita R. Valladão – agricultores

- João Vicente Valladão – ordenado em São Paulo em 1818, sacerdote, vigário paróquia de Conceição dos Guarulhos próximo à capital de São Paulo, onde, dispondo de prestígio político, fez parte da assembléia provincial por mais de trinta anos, consagrado orador sacro.

- Joaquim Herculano Valladão – comerciante.

- Manoel Ignácio Gomes Valladão – “ nascido em Campanha a 10.06.1829, tirado o nome Ignácio Gomes de seu padrinho de batismo, o cirurgião Ignácio Gomes de Midões como era costume naquela época. Entra para a escola pública onde, desde os primeiros estudos se revela uma lúcida e primorosa inteligência que culmina no curso de latinidade - a pedra angular da Athenas Sulmineira – regido pelo notável professor Padre João Damasceno Teixeira, de quem foi o maior aluno. Não acompanhou a turma de 1851 ao ensino superior em São Paulo por não possuir a família os recursos necessários. Para auxiliar a família vai consagrar sua mocidade ao trabalho intenso e incessante no magistério, como professor particular de latim, como escrevente de cartório. Seu pai vê-se na contingência de fechar o estabelecimento comercial, e Manoel assume para si a responsabilidade de uma dívida e todo o encargo da casa paterna. Autodidata, pode colher em autores existentes nas bibliotecas do vigário da vara, Antonio Felipe de Araújo que teve à sua disposição. Aos 21 anos, obtém a provisão para exercer a advocacia em toda a província de Minas. Fez brilhante carreira de advogado, destacando-se nos arrazoados, pedagogo, consumado professor de latinidade. Casa-se com D. Maria Amália Moinhos de Vilhena em 1852. De 1861 a 1868 é vereador da Câmara Municipal de Campanha.

Em 1869, foi distinguido pelo governo imperial com a nomeação de tenente da guarda nacional. De 1873 a 1876 e depois de 1881 a 1884, chega a presidente da câmara. Foi deputado à assembléia provincial em quatro biênios: de 1871 a 1879. De 1886 a 1888, foi diretor da I Escola Normal de Campanha, realizando brilhante trabalho- o período áureo da escola. Chefe político de maior prestígio do partido conservador a que pertencia, na vasta e populosa região do Sul de Minas. Em 1888, o governo imperial condecora-o com a Comenda da Ordem de Cristo. Recusou o título de barão por ser avesso à ostentação e ao fausto que isto exigia. Finalmente, na República, membro da Assembléia Constituinte em 1891 e senador no Congresso do Estado de 1891 a 1898 com efetiva e destacada colaboração na plena conformidade de seus altos títulos intelectuais e sobretudo morais de que era possuidor. Falece em 1899”. São estes os seus filhos:

- Olympio Oscar de Vilhena Valladão – formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1875, presidente da Câmara Municipal de Campanha, secretário de governo na província mineira, deputado à Assembléia Provincial, deputado à Assembléia Geral em várias legislaturas, “destaca-se pelos seus títulos intelectuais e morais , prestígio maior no seio da representação de Minas. Embora lembrado para uma pasta ministerial nas combinações políticas, fiel às suas convicções monarquistas, proclamada a república, afasta-se voluntariamente dela.”

- Escholástica Ernestina Vilhena Valladão – formada pela Escola Normal I de Campanha

- Manoel Ignácio Valladão Jr. – formado engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, exerce o cargo de engenheiro de fiscalização de estadas de ferro, chefe de repartição de obras e águas públicas posteriormente denominada Repartição de Águas e Esgotos da capital federal, onde se aposenta.

- Mathias de Vilhena Valladão – médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1884.

- Maria Amália Valladão – laureada pela Escola Normal I de Campanha.

- José Vicente Valladão – formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1891, advogado na cidade.

- Augusto Olympio G. Valladão – formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1895, professor e advogado em Alfenas, Minas.

- Gabriel de Vilhena Valladão – formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1898, promotor público na comarca de Campanha, inspetor municipal da instrução, deputado pelo Estado de Minas, casado com Maria Antonia Alves, filha de João Luiz Alves. Morto em 1907.

- Alfredo de Vilhena Valladão – formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1895, catedrático da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro, ministro do Tribunal de Contas, sócio benemérito do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, autor de obras jurídicas e históricas. ( cujo perfil intelectual está em apêndice)

Está Alfredo Valladão entre aqueles “mais de uma centena” de campanhenses ilustres que “levando da terra natal os preparatórios prontos”, ingressavam nos mais diversos cursos superiores do país de 1830 a 1930, para estes entravam, formavam-se “com louvor” para refulgir a cidade em que nasceram – a Athenas Sulmineira - atingindo pelo seu civismo e cultura a cátedra, a tribuna, o púlpito e as sociedades sábias do país. A esses eu chamarei, penetrando no âmago da compreensão do que é essa Athenas de “a elite mandarim”.

No início de tal trajetória, eu o identifiquei entre os alunos que estão prestando os exames de suficiência para a matrícula do 1.º ano da I Escola Normal de Campanha, em 5 de

outubro de 1887, em cuja ata consta, além dos professores da época, sob direção de Manoel Ignácio Gomes Valladão (seu pai), o resultado final: “submetidos a exames escritos e orais das matérias que constituem o primeiro grau do ensino primário foram todos aprovados” (APM).<sup>11</sup>

Utilizei este longo relato para realçar destas memórias o espectro cultural que contribuiu para que a representação Athenas sobre Campanha se desse a ver.

Pois segundo afirma Jean-Pierre Riuoux:

A História Cultural é a que fixa o estudo das formas de representação do mundo no seio de um grupo humano cuja natureza pode variar – nacional ou regional, social ou política -, e de que analisa a gestação, a expressão e a transmissão. Como é que os grupos humanos representam ou imaginam o mundo que os rodeia? Um mundo figurado ou sublimado - pelas artes plásticas ou pela literatura -, mas também um mundo codificado – os valores, o lugar do trabalho e do lazer, a relação com os outros -, contornado – o divertimento -, pensado – pelas grandes construções intelectuais -, explicado -, pela ciência – e parcialmente pelas técnicas – dotado de sentido – pelas crenças e os sistemas religiosos ou profanos, e mesmo mitos -, um mundo legado, finalmente, pelas transmissões devidas ao meio, à educação, à instrução. (RIOUX, 1998, p. 20)

## B - A HISTÓRIA

Optei por buscar evidências no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, só das escolas públicas por ser esta a face que me ajudará a concluir se Campanha foi privilegiada com políticas públicas de instrução na época, em relação às demais cidades de Minas Gerais.

Como introdução, antes de trazer as evidências (documentais) da história da educação em Campanha no período, (embora alguns itens já tenham sido citados através de fonte secundária), farei, um resgate dos aspectos históricos, legais e oficiais da instrução primária e normal em Minas, obtidos através do documento coletado no APM.<sup>12</sup>:

---

<sup>11</sup> - APM - IP 97 – Livro 6 -Atas dos Exames da I Escola Normal e Externato de Campanha - 1887/1893

<sup>12</sup> -Relatório do Secretário do Interior ao Presidente do Estado de Minas João Pinheiro da Silva-1907

Antes da primeira lei brasileira, que organizou a instrução pública primária no país de 15 de outubro de 1827, tivemos atuante no Brasil o sistema de ensino dos jesuítas. Expulsos estes pelo Marquês de Pombal em 1759, tivemos a Reforma Pombalina que se expressa também pela ordem régia de 6 de novembro de 1772, que organizou a instrução pública no reino e domínios coloniais. No Brasil são implantadas as “Aulas Régias”- aulas de primeiras letras, cujos professores eram nomeados pelo Rei e pelo Capitão-Mor nos domínios coloniais. Após a Independência, ocorre então o processo de organização do Estado Nacional, em cujo contexto foi criada a Primeira Lei de Ensino Brasileira em 15 de outubro de 1827. Por essa lei a determinação do número e localização das escolas foi incumbida aos presidentes de Província. Foi prescrito o ensino mútuo nas escolas das capitais e cidades mais populosas que tivessem edifícios apropriados.

Os dados levantados sobre o ensino primário em Minas de 1800 a 1826 (APM)<sup>13</sup> são :“ 92 cadeiras de instrução pública criadas e 43 cadeiras providas, com 1647 alunos matriculados e média de frequência de 44%. Não havia instrução primária municipal. As escolas particulares eram 449 com 2701 alunos.”

Em 1834 houve o ato adicional à constituição do império que determinava que as Províncias se responsabilizariam pelo ensino em seu território, ficando para o governo imperial o ensino superior e o ensino localizado na Corte.

A primeira lei mineira sobre a instrução pública primária foi a de n.13 de 1835 de Bernardo Pereira de Vasconcelos em cumprimento ao ato de 1834. Essa lei instituiu o ensino obrigatório, e em parte gratuito, cabendo aos professores, além do ordenado, uma gratificação paga pelos pais. Aula para meninas só em cidades e vilas. Aos negros era vedada a matrícula e

---

<sup>13</sup> - Relatório do Secretário do Interior ao Presidente do Estado de Minas João Pinheiro da Silva - 1907

dos professores se exigia que fossem católicos. A inspeção foi entregue a visitantes às Câmaras Municipais e aos delegados de Comarca que percebiam uma gratificação em dinheiro. Devia ser suprimida a escola que não tivesse frequência de 24 alunos. O ensino primário era de dois graus, de 1. para as povoações e de 2. para as cidades e vilas. Previa o ensino da língua nacional e aritmética.

Os professores deveriam prover-se em concursos perante a presidência da província ou delegados locais, e a exigência para atuar no 2. grau era que estivessem frequentando a Escola Normal, que embora criada pelo art. 6. da Lei 13 de 28 de março de 1835, só em 1840 inicia suas atividades em Ouro Preto. A duração do curso era de dois anos. Observam-se diferentes fases no desenvolvimento dessa Escola: a primeira fase vai de 1840 a 1842, quando foi fechada pelo presidente Bernardo Jacyntho da Veiga e tendo seus materiais recolhidos a mando deste, em razão da Revolução Liberal de 1842. A escola foi vista como foco de liberais. Em 1847, é restabelecida pela Lei n. 311 de 1847 como Colégio Assunção devendo ensinar não só as primeiras letras mas também geometria plana, desenho linear, agrimensura, língua latina e francesa, educação moral, religiosa e doméstica. A segunda fase da Escola Normal Oficial vai de 1849 a 1853, quando é eliminada do orçamento da Província. A sua existência nesse período, esteve ligada à política de educação do Vice-diretor de Instrução Pública Ribeiro Behring. Retornará em 1872 com a política de associação da formação dos professores com a modernização do país.

Em 1835, na administração do ensino em Minas, foi adotado pela Lei n. 13 o sistema de Círculos Literários, o que corresponderia hoje às Delegacias ou Superintendências de Ensino (conforme o Estado). A província de Minas foi dividida, a princípio, em 15 círculos literários. Esses Círculos Literários da época eram blocos de cidades com seus distritos que deveriam enviar

informações sobre o ensino à cidade sede do Círculo. Esta, em geral, era escolhida por influência política.

Conforme os humores de “sua majestade imperial”, ruía o governador da Província, mudava-se o delegado dos Círculos que era escolhido por ele, quando não mudava a sede do próprio círculo.

Pela lei n.435 de 1848, foram criados, na capital, os cargos de diretor e vice-diretor geral da instrução pública, incumbidos da inspeção de todas as escolas, em correspondência com os delegados, para desenvolvê-las.

Desde 1849, esteve em exercício, como vice-diretor da instrução pública, o cônego Antonio José Ribeiro Behring, que incrementou, no ano de 1855, através do Regulamento n.28, o ensino, especialmente de 2º grau, contando sobretudo com os visitantes paroquiais e com os diretores de círculos literários (17 inspetores) que percebiam ajuda de custo e gratificação. Foram criados vários Liceus para atender a este nível de ensino nas cidades.

Mas, em contrapartida, em 1857, já sem Behring, foi expedido o regulamento nº41 que suprimia as escolas que por espaço de dois meses consecutivos, deixassem de ter a freqüência de 24 alunos e permitia, somente na capital, o concurso e o exame dos candidatos a professor. O Regulamento 44 de 1859 e o 49 da lei n.1064 de 1860 suprimiram a diretoria geral da instrução pública e a remuneração aos inspetores. Adotavam para as escolas, o método simultâneo e misto com o individual.

Efetivamente a Escola Normal em Minas Gerais, com currículo previsto em lei, só é estabelecida em 1871 pela Lei n.1769 e apenas em duas cidades: Ouro Preto e em Campanha. Durante o governo de Floriano de Godoy, instalou-se em 1872 a Escola Normal de Ouro Preto e a 7 de setembro de 1873 instalou-se a Escola Normal de Campanha.

Foi registrado neste ano um aumento de escolas primárias e de matrículas. Mas o Regulamento n.84, de 1879, previa frequência obrigatória e supressão das que não tivessem 20 ou 15 alunos por um trimestre. O Regulamento nº100 organiza o ensino em Minas em 1883: ensino primário obrigatório, fundo escolar provincial e municipal para a construção de casas escolares, aquisição de mobiliário e auxílio aos alunos pobres para livros, objetos de escrita, roupa e calçados. Passa os Cursos Normais para três anos. Substitui os delegados literários por inspetores municipais. Estes eram nomeados entre os professores das Escolas Normais, recebiam gratificações e tinham atribuições definidas.

Campanha foi sede de Círculos Literários por muitas vezes, inclusive já no período republicano quando, em 1892, adota-se novamente essa solução. Em 1840, era o 11º Círculo, em 1868, o 16º. Em 1884, continua, por sediar também uma Escola Normal. Será a 5ª Circunscrição Literária na República pelo mesmo motivo. Uma das funções dos inspetores de Círculos era promover os exames de habilitação de professores para o magistério. Quando as Escolas Normais foram fundadas, seus diretores e professores foram encarregados dessa atribuição.

Em 1885, os livros expedidos para a escrituração das Atas das Congregações da Escola Normal e Externato de Campanha já foram rubricados por Manoel Gomes Valladão como Inspetor Municipal. Sob sua direção, estão os professores que, em 1886 participam da campanha republicana na Campanha como Joaquim Leonel de Rezende Alvim e Francisco Honório Brandão. Aliás, como no império, a alternância entre conservadores e liberais na direção da escola é constante até à república.

Em relação ao ensino primário mineiro até a proclamação da República, elaborei o quadro n. 13 no qual é possível verificar sua expansão no período de 1870 a 1905.

**Quadro 13**

**Quadro Histórico da Difusão do Ensino Primário em Minas Gerais - 1870 a 1905**

Instrução Primária Pública										Instrução Primária Municipal		Instrução Primária Particular	
Aluno	Cadeiras Criadas	Cadeiras Providas	Normalistas	Matricula	Media da Matricula	Frequência	Media da Frequência	Alunos aprovados	Media dos alunos aprovados	Escolas Municipais	Matricula das escolas Municipais	Escolas Particulares	Matricula das Escolas Particulares
1870	414	314	–	18.226	53,1	10.423	30,3	1.032	3	–	–	–	–
1871	470	394	–	20.882	53	12.883	32,7	–	–	–	–	–	–
1872	558	327	–	19.750	60,4	10.725	32,8	804	2,6	–	–	–	–
1873	639	503	–	31.689	63	17.152	34	1.207	2,3	–	–	–	–
1874	654	481	–	25.301	58,4	13.842	28,6	1.452	3	–	–	–	–
1875	703	517	–	28.044	51,2	15.317	80,7	3.102	4,2	–	–	–	–
1876	768	616	21	27.596	44,8	15.831	25,7	–	–	–	–	–	–
1877	829	620	25	37.386	30,3	20.200	33,5	1.903	3,7	–	–	148	–
1878	898	743	30	38.784	52,2	21.020	28,3	3.046	4,1	–	–	–	–
1879	-	756	–	35.220	46,6	19.698	20,4	1538	2	–	–	–	–
1880	–	791	60	34.804	44	18.183	23	1.077	2,4	–	–	–	–
1881	1.084	816	–	35580	43,6	20.074	24,6	2.307	2,6	–	–	–	–
1882	1.318	984	–	39.755	40,4	24.700	21,1	3.050	3,1	–	–	–	–
1883	1.396	980	94	41.180	44,27	24.087	25,9	1.395	1,5	–	–	–	–
1884	1.477	941	101	39.992	42,5	17.220	18,3	1.920	2,08	–	–	–	–
1885	1.840	999	117	41.304	42,4	23.556	23,0	2.807	2,8	–	–	–	–
1886	1.552	1.027	127	42.049	41,8	24.370	28,4	3.610	3,5	–	–	–	–
1887	1.619	1.105	184	43.937	39,6	24.510	22,1	1.901	2,0	–	–	–	–
1888	1.684	1.239	197	43.586	35	21.361	17,2	2.020	1,6	–	–	–	–
1890	1.985	1.570	346	56.568	36,3	28.048	17,8	2.418	1,5	–	–	–	–
1891	1.951	1.423	403	53.882	37,35	27.389	19,11	1.503	1,04	–	–	–	–
1892	1.890	1.444	–	49.388	34,20	24.514	16,97	2.831	1,99	–	–	–	–

1893	1.907	1.017	449	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1894	2.077	1.653	462	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1895	2.087	1.883	516	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1896	2.107	1.955	539	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1897	2.120	1.910	573	57.410	50,65	18,4	499	–	–	–	–	–	–
1898	2.138	1.608	518	59.018	–	32.975	–	1.003	–	274	–	–	–
1899	1.475	1.201	603	40.678	–	24.206	–	827	–	–	–	–	–
1900	1.489	1.222	626	68.404	40	37.820	25,4	2.333	1,5	–	–	–	–
1901	1.487	1.204	675	73.457	49,4	31.836	24,1	2.230	1,5	–	5.834	–	5.133
1902	1.492	1.320	703	62.172	47,1	38.016	28,8	2.214	1,7	–	–	–	–
1903	1.492	1.356	743	60.881	41,9	38.640	28,5	1.808	1,4	–	–	–	–
1904	1.402	1.394	804	59.523	42,7	88.474	27,6	2.091	1,5	–	–	–	–
1905	1.492	1.411	903	64.039	45,4	41.188	29,9	1.975	1,4	430	12.115	120	5.266

**Fonte:** APM – Relatório do Secretário do Interior – Manoel Thomas Carvalho de Brito ao Governo João Pinheiro da Silva – MG - 1907

A análise deste quadro permite as seguintes conclusões: 1) Houve um relativo crescimento das cadeiras providas por professores normalistas a partir de 1880 em diante, reflexo da implantação das Escolas Normais Oficiais em Minas, mais acentuadamente a partir dos anos 1890, bem como o do número de alunos matriculados. 2) A média de frequência e de alunos aprovados é extremamente variada no período 1870/1905 de acordo com o quadro. 3) Não há ou não foram fornecidas ao Estado, informações sobre investimento público por parte do município no ensino primário. Há dados sobre esse ítem no ano de 1898 e 1905. 4) Não há informações estatísticas regulares, ano a ano, quanto ao Ensino Particular especialmente.

## **Aulas Públicas de Primeiras Letras em Campanha**

Com relação à existência de escola de primeiras letras em Campanha em 1872,

VEIGA(1872, p. 29) informa : Aulas Públicas para meninas

D. Carolina Possidônia Stockler de Lima

Substituta: D.Rita Eduarda Monteiro

.Aulas Públicas para meninos:

D.Henriqueta Adosinda da Costa Ribas

.Escola Noturna para pretos:

Zeferino Dias Ferraz da Luz

.Professor de Instrução Moral e Religiosa para presos na cadeia:

Padre Carlos Dias Ferraz da Luz

Quanto ao número de matrículas nessas escolas, há uma informação a partir do Jornal Monitor Sul Mineiro de fevereiro de 1872<sup>14</sup>, trazida por um dos memorialistas, que seriam 80 alunos matriculados e que destes pouco mais da quarta parte poderia dispensar a oferta gratuita de material escolar feita “em nobre gesto aos alunos pobres” pelo bacharel Dr.Neco-Manuel Eustáquio Martins de Andrade, latifundiário de vasta escravaria, deputado liberal no Império e República, republicano convicto em Campanha.

Com relação a dados isolados sobre a escola primária pública em Campanha, os quadros – n.3 e n.4, elaborados segundo fontes do APM<sup>15</sup> demonstram:

Quadro n. 3 – Em 1890, as cadeiras públicas de Campanha (cadeiras de cidades, freguesias e povoados pertencentes a Campanha), em que observo alta infreqüência e o dado

---

<sup>14</sup> -CASADEI, A.- Notícias Históricas da Cidade da Campanha-tradição e cultura-p.201-1987

<sup>15</sup> -APM- IP 84 – Quadro de Cadeiras Primárias no Estado de Minas Gerais- 1890

curioso de 1 aula para presos e uma aula noturna, embora na fonte não fossem computadas essas aulas no número de cadeiras da cidade.

Quadro n. 4 - dados referentes a 1905 - sobre o avanço da oferta da escola primária em Campanha, onde observo que são apenas quatro cadeiras urbanas, não há classes mistas, no entanto, o número de 264 alunos matriculados nestas 4 escolas isoladas é expressivo em relação às 12 cadeiras ( de cidades, freguesias e povoados pertencentes a Campanha) que é de 330 alunos, com alta infrequência.

Com relação à Escola Normal é esta a situação até a República. Entre 1872 e 1884 instalam-se oito escolas normais em Minas. São elas:

Ano de Instalação	Cidade
1872	Ouro Preto
1873	Campanha
1877	Diamantina
1880	Montes Claros
1880	Paracatu
1883	Sabará
1883	Uberaba
1884	São João Del Rey

**Fonte:** Relatório do Secretário de Negócios do Interior Dr. Manoel Carvalho de Britto ao Governo João Pinheiro da Silva - 1907

O processo de escolarização vincula-se à afirmação e ao fortalecimento dos Estados modernos. No Brasil oitocentista, a política de escolarização foi um dos elementos centrais da afirmação do Estado nacional. Em Minas Gerais, no discurso fundador de Bernardo Pereira de

Vasconcelos, autor da primeira Lei mineira de ensino, a de n.13 de 28 de março de 1835, dentre outras representações, ele centrou ênfase na formação do professor, através das escolas normais, e na proposição de métodos de ensino para a realização de uma escolarização mais eficiente que contribuisse para a construção do Estado nacional. A Lei n.13 previa a adoção do ensino mútuo. Mas dado ao não atendimento das condições materiais e espaciais próprias deste método, em Minas haverá a conjugação de elementos do método mútuo e individual o que resultou, na verdade, no método simultâneo e são essas práticas que estiveram na base da organização da escola elementar mineira. O espaço, o mobiliário e os materiais necessários ao ensino de acordo com esses métodos, não foram ofertados pela Província na medida da demanda. Até à chegada da idéia dos “grupos escolares”, os professores ainda lutavam para retirar as escolas dos cômodos de suas próprias casas. No início do século XX, ocorrerá o fechamento das Escolas Normais Oficiais de Minas. A formação de professores será por iniciativa das Câmaras Municipais que manterão cursos normais: essas escolas serão fundadas em Barbacena, Minas Novas e Três Pontas. Será feita também pelos Colégios equiparados. Na fala de 1906 do Secretário de Estado dos Negócios do Interior Delfim Moreira: “Não se pode sacrificar o ensino primário em benefício do ensino normal”, mas aponta ele, criticamente “o pleno florescimento da iniciativa privada, ambicionando regalias e equiparações” que, a seu ver, não poderiam ser concedidas antes da instalação da Escola Normal Modelo.

Em 21 de março de 1907, é instalada, na Capital, a Escola Normal Modelo, regulamentada pelo Decreto n.1.960 de 16.12.1906.

## A I Escola Normal Oficial de Campanha



**Figura1** – Capitão Cândido Ignácio Ferreira Lopes  
Primeiro Diretor da I Escola Normal de Campanha  
Acervo Particular: Foto Araújo - Campanha

A I Escola Normal de Campanha foi instalada em 7 de setembro de 1873, durante o governo de Joaquim Floriano de Godói, através da Lei n. 1769 de 1871. Seu primeiro diretor foi o Capitão Cândido Ignácio Ferreira Lopes, político local de atuação filiada ao partido Conservador.

CASADEI (2002, p.76) afirma que: “Ferreira Lopes, em 1873, solicitou ao culto Dr. Tomás Gomes dos Santos, Inspetor de Instrução da província do Rio de Janeiro, cópias do regimento e demais documentos necessários para a instalação de uma Escola Normal” Outros memorialistas chegam a afirmar ter sido grande a influência de Ferreira Lopes junto à política

mineira para trazer esta escola para Campanha e também que teria sido organizada segundo o modelo da primeira escola normal do Brasil, fundada em Niterói, em 1835.

Um outro eco de ligação de Campanha com a primeira Escola Normal do Brasil é trazido por Villela:

O primeiro aluno a prestar exame de conclusão do curso normal na Província do Rio de Janeiro foi José de Souza Lima, que logrou a aprovação plena. A ata da prova lavrada pelo Secretário de Governo assim rezava: Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de mil oitocentos e trinta e sete, nesta Secretaria de Governo da Província do Rio de Janeiro, estando presente o Exmo. Presidente dela Paulino José Soares de Souza, compareceram os Srs. José da Costa Azevedo, Diretor da Escola Normal, o Conselheiro Antonio F.P.H.C.d'Albuquerque, Pe. Mestre José Policarpo [...], Diretor das Escolas de Instrução Primária da Província, Pe. Mestre Ferrão [...] para fim de examinarem o aluno da Escola Normal José de Souza Lima, também presente, e dado por pronto pelo respectivo Diretor das matérias do artigo segundo da Lei Provincial número 10 de quatro de abril de 1835. (VILLELA, 1990, p. 151)

CASADEI (1987, p. 269), divulga informações sobre José de Souza Lima, um jovem campanhense, que, tendo sido levado pelos irmãos Veiga à Corte, onde ficou aos cuidados de Evaristo e trabalhando na loja de livros da família, fora matriculado na Escola Normal de Niterói, era aluno aplicado e inteligente. Foi ele o primeiro da turma que terminou com nove professores[...]sendo em seguida nomeado professor de primeiras letras[...]para a cadeira pública de ensino mútuo de Angra dos Reis em 1837 (grifos meus)

No percurso de existência dessa primeira Escola Normal de Niterói, Villela situa, além do projeto conservador para civilizar e disciplinar o povo dentro da ordem saquarema através da educação, práticas do final da década de 1840 semelhantes às que Campanha adotaria. São: a rotina dos exames e coexistência da formação de professores com Liceu e a anexação de uma escola de primeiras letras à Escola Normal. No caso de Campanha, o Liceu se traduziu em aulas clássicas apenas e levou o nome de Externato.

VEIGA ( 1874, p. 29), traz as primeiras notícias sobre a instrução em Campanha:

Na Campanha funcionam desde 1872: um Externato, onde há cadeiras dos seguintes preparatórios: - latim, francês, inglês, matemáticas, história e geografia; e uma Escola Normal cujo curso é de dois anos, dividido em quatro cadeiras, além das aulas práticas de ambos os sexos anexas à dita escola e regidas por uma professora um professor, incumbindo a mesma escola do ensino dos indivíduos que se propõem ao magistério.

Ainda segundo Veiga, estavam assim distribuídos os cargos quando da instalação da I Escola Normal de Campanha: Inspetor do Círculo Literário-Capitão Cândido Ignácio Ferreira Lopes e também diretor da Escola; Delegado da Instrução Pública: Gustavo O. Pereira; Secretário: Antonio José Rodrigues de Moraes; Porteiro: Américo Josino de Salles

-Professores :

Do 1.Ano: Dr.Joaquim Leonel de Rezende Alvim

Do 2.Ano: José Joaquim da Silva Diniz

Segunda Cadeira: vaga

-Professores da Aula Prática Anexa:

D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz (para o sexo feminino)

Zeferino Dias Ferraz da Luz (para o sexo masculino)

Existe uma contradição entre o que informa Veiga (jornalista e escritor de Campanha) e os dados do APM<sup>16</sup> com relação à data de instalação da I Escola Normal de Campanha que dão como tendo sido no ano de 1873 e não 1872. Sobre o Externato ( de que tratarei mais à frente) a informação se confirma.

O programa de ensino e corpo docente da escola foi mudando obviamente no decorrer dos trinta anos de sua existência entre Império e República. Será fechada pela Lei n. 318 de 16.9.1901 pelo governo republicano de Silviano Brandão por razões que comentarei mais ao final deste tópico.

Eu estou denominando esta escola de I Escola Normal porque, em 1929, será inaugurada uma outra pelo governo de Antonio Carlos que chamarei de II Escola Normal que também estará no escopo desta pesquisa.

O corpo docente da I Escola Normal foi integrado, ao longo da história da escola, por vários dos doutores que são personagens do que chamarei de “elite mandarim” da Athenas do Sul de Minas.

A obtenção dos cargos de magistério estava entre as estratégias dessa elite. Cargos que ocupavam enquanto também participavam da política. Dentre esse corpo docente conviviam liberais, republicanos e conservadores como no período de 1886 a 1889, em que estive na direção da escola Manoel Ignácio Gomes Valladão, um conservador, agraciado pelo imperador com três títulos. Em manifesto publicado a 20 de dezembro de 1889, VIOTTI (1960, v. VII, p.493) citando Américo Werneck, um dos propagandistas da república, assim se refere a Valladão: “ex-Chefe Conservador do Distrito, homem de notáveis aptidões, e porventura o mais terrível cabo-de-guerra que a Monarquia teve outrora nestas regiões do Sul.”

Dentre o corpo discente, grande parte são filhos desta elite, inclusive de professores, que irão compor as novas gerações de mandarins. Também estão futuros professores e professoras da escola como Maria Caetana de Paiva (aluna aos 8 anos de idade da primeira turma da aula prática anexa à escola), Francisco Lentz de Araújo, João Boeno da Costa Macedo, Júlio Augusto de Veiga e outros.

De acordo com VEIGA (1884, p. 84), estavam assim distribuídos os cargos na I Escola Normal, já agregando ex-alunos da escola como docentes:

-Inspetor Municipal: Manoel Eustáquio Martins de Andrade

---

<sup>16</sup> -APM- Relatório do Secretário do Estado dos Negócios do Interior de Minas Gerais- 1907

-Diretor da Escola Normal, Externato e Aulas Práticas Anexas: Dr. Joaquim Leonel de Rezende Alvim.

-Professores da Escola Normal e Externato:

Antonio José Rodrigues de Moraes: Aritmética e Pedagogia na E.Normal e latim no Externato.

Carlos de Moura Teixeira: Música na E. Normal

Dr.Francisco Honório Ferreira Brandão: francês, geografia e história na E.Normal e Matemáticas do Externato.

Pe.Francisco de Paula Araújo Lobato: inglês e francês no Externato

Francisco Roberto Ferreira Lopes: desenho linear na E.Normal

Dr. Joaquim Leonel de Rezende Alvim: Português na E.Normal e geografia no Externato.

João Boeno da Costa Macedo: aula prática anexa do sexo masculino

Maria Caetana de Paiva: aula prática anexa do sexo feminino.

É no livro de frequência do Externato Oficial, que funcionava anexo à I Escola Normal que selecionei o período de 1876 a 1878 como mais representativo da concentração de futuros mandarins. Lá está o aluno Mathias de Vilhena Valladão que, depois de formado em Medicina no Rio de Janeiro, em 1884, virá a ocupar o cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública de Minas, no mesmo período em que seu pai, Comendador Manoel Ignácio Gomes Valladão, está dirigindo a escola, ou seja, nos anos 1886 a 1888.

## **Práticas Educacionais**

Do relatório elaborado pelo Dr. Mathias, em 1887, extrairéi muitas informações sobre essa I Escola Normal. Após uma apresentação amarga sobre o estado do ensino em Minas, assim se expressa ele sobre as escolas normais da província: “As Escolas Normais que poderiam operar neste sentido uma revolução salutar, reabilitando os antigos professores, e fornecendo um pessoal cheio de aptidões para os novos empregos, de pouco nos tem valido, porque, com sua organização atual, defeituosa e incompleta[...]parecem antes instituições criadas para o fim de consagrar e manter a rotina, do que cursos de estudos destinados a elevar o nível da instrução pública.”

Sobre o ensino em Campanha, há informações onde já se pode notar o descuido do poder público com a condição das instalações da I Escola Normal, o que será considerado também pelo Inspetor Dr. Mathias:

Esta cidade possui uma Escola Normal em que se habilitam os que se destinam ao magistério, e um Externato onde são lecionados diversas matérias do ensino secundário; as aulas são dadas em um edifício pertencente à Província e que acha-se em lastimável estado, sem muitas vidraças que possuía, com as paredes estragadas, etc. A instrução primária para meninas é fornecida em duas aulas que tem frequência regular, o que também acontece na escola de meninos igualmente pública. Além dessas há ainda uma aula particular para meninas dirigida Por D. Miguelina de Araújo Lobato, outra para meninos aberta por Eduardo Carlos Pereira; um internato para meninos dirigido pelos Padres João de Almeida Ferrão e Vital Vieira de Glória em que são lecionados diversos preparatórios; um colégio particular para meninas sob a direção de D.Francisca Cândida Marianno. O estudo da música não é descuidado, existe uma banda regular, cerca de 40 pianos em Campanha. (VEIGA, 1884, p.84)

O Inspetor Dr. Mathias lastima-se em seu relatório sobre a deplorável condição material-pedagógica do ensino em Minas de modo geral, mas dá uma nota de satisfação em certo momento assinalando “a valiosa oferta que à instrução da província acaba de fazer o Sr. Barão de Macaúbas[...]pois, recebendo constantemente pedidos de livros de diversas escolas da

província, dirigi-me àquele cavalheiro, lembrando anteriores atos de sua generosidade e solicitando o seu auxílio em favor dos alunos pobres de nossas escolas[...]ao meu convite correspondeu o distinto educador pondo à minha disposição dez mil exemplares de seus excelentes livros escolares[...]e já tem doado mais de 50 mil em diversas vezes.”

Os livros em questão são :

Os livros de leitura do Barão de Macaúbas, Abílio César Borges, que estão entre os livros mais utilizados nas escolas de primeiras letras na província de Minas, juntamente com os de Felisberto de Carvalho. Destacam-se por serem bem ilustrados, o primeiro em preto e branco e o segundo colorido. (MACIEL, 2002)

Logo após o ensino primário, Mathias, em seu relatório, dedica um capítulo especial sobre as escolas normais. Faz críticas severas e aponta algumas soluções. Reafirma que, a seu ver, é esta a função da escola normal: “competem-lhes não só ministrar a instrução profissional, preparando o professor modelo, o aluno mestre, como ainda apurar, pelos concursos, indivíduos aptos para o exercício do magistério[...]máquinas de formar professores e operar a sua seleção.”

Quanto aos vícios da escola normal, afirma: “o primeiro e mais saliente é a ausência de direção[...]a princípio exercia esse cargo o inspetor do círculo em que se engravava a escola normal, mais tarde passou o lugar a ser ocupado por um dos professores do estabelecimento sob nomeação do novo governo e hoje é exercida pelo inspetor municipal que recebe por seu trabalho a gratificação de 400\$000”. Estará excluindo Campanha, naturalmente, onde seu pai atua nesta função na I E.Normal

O Curso Normal durava inicialmente dois anos. Mas, a partir de modificações na legislação, passa a ser dado em três com outras matérias. Durante o período em que o Dr. Mathias foi inspetor, o curso já se compunha de três anos e compreendia as seguintes matérias assim distribuídas por seis cadeiras

Quadro 5 - Currículo das Escolas Normais de Minas Gerais - 1887

Fonte: APM – Relatório de Instrução Pública - 1887

Cadeiras	1º Ano	2º Ano	3º Ano
Primeira	Língua nacional. Leitura expressiva e comentada de trechos clássicos em prosa e verso. Análise lógica e gramatical. Exercícios de construção. (Lições diárias)	Língua nacional. Exercícios e redação e noções de literatura nacional. (três lições por semana)	
Segunda	Aritmética e metrologia. (Lições diárias)	Aritmética. Aplicações e exercícios práticos. Escrituração mercantil. Noções teóricas essenciais. Prática das partidas simples e dobradas. Contas correntes (Três lições por semana)	
Terceira		Pedagogia teórica. História da pedagogia e organização escolar. (Duas lições por semana). Instrução moral religiosa e cívica (Uma lição por semana)	Pedagogia metodológica. Educação moral, física e intelectual. Legislação do ensino. (Três lições por semana)
Quarta		Francês. (cinco lições por semana)	
Quinta			Noções práticas de geometria. Desenho linear e d'imitação
Sexta			Noções de geografia e cosmografia. Geografia do Brasil. (Três lições por semana). História do Brasil. (Duas lições por semana)

Crítica o inspetor Dr. Mathias essa organização curricular das escolas normais, especialmente a presença da Escrituração Mercantil, útil mas não no caso das escolas normais que deveriam aproveitar o tempo para álgebras. Faz longa digressão sobre a função e como deve ser dado o ensino da língua. Sobre a Pedagogia não vê inconveniente em ser dada junto com história sagrada, religiosa e cívica, desde que ocupada por um ministro do culto. Em Campanha é o Cônego José Teóphilo Moinhos de Vilhena, tio do inspetor Dr. Mathias, o regente desta cadeira. Só faz ressalva ao pouco tempo que há para dividir entre tanta coisa junta. Quanto aos exames para serem admitidos à carreira de professor, é um “tirocínio escolar, quase igual ao da academia.” Propõe um curso preparatório das matérias ao aluno entre a escola primária e o curso normal.

Penso que o que inspira o Dr. Mathias é sua formação de médico na Corte na década de 1880, onde já estavam presentes as idéias evolucionistas e positivistas, embora o Dr. Mathias tenha conservado o entendimento sobre o valor da cultura religiosa de sua família.

O Dr. Mathias, por fim, propõe uma nova organização curricular para as escolas normais com as ciências naturais mas manutenção do ensino religioso.

Cadeiras	1º Ano	2º ano	3º ano
Primeira	Língua nacional, literatura corrente prosódia e morfologia e exercício de recitação, análise morfológica.  (lições diárias)	Língua nacional, leitura comentada, sintaxe e construção e ortografia, exercício de redação e análise sintática.  (Lições diárias)	Literatura nacional, composição sobre um assunto dado.  (três lições por semana)
Segunda	Aritmética  (lições diárias)	Revisão de aritmética. Álgebra até equações do 2º grau.  (Três lições por semana)	Geometria plana e no espaço.  (três lições por semana)
Terceira		Pedagogia. História da pedagogia e organização escolar. História sagrada e instrução religiosa.  (Três lições por semana)	Pedagogia. Metodologia, Educação moral, intelectual e física. Legislação do ensino.  (Três Lições por semana)
Quarta	Geografia geral.  (Três lições por semana)	Geografia do Brasil e noções essenciais de história universal.  (Três lições por semana)	Historia do Brasil e especialmente da província de Minas.  (Três lições por semana)
Quinta		Francês  (Três lições por semana)	Francês.  (Três lições por semana)
Sexta			Lógica. Moral. Noções de direito constitucional e de economia política. Noticia da legislação usual.  (Três lições por semana)
Sétima	Cosmografia. Noções de Física e Química.  (Três lições por semana)	Noções de geologia e de botânica.  (Três lições por semana)	Noções de zoologia e agricultura.  (Três lições por semana)

**Quadro 6 - Proposta de Currículo para as Escolas Normais da Província de Minas Gerais Feita pelo Inspetor de Instrução Dr. Mathias de Vilhena Valadão em 1887**

Fonte: Relatório da Inspeção Geral da Instrução Pública - 1887

Finaliza o seu relatório com uma sugestão que faria o desgosto das outras escolas normais mas preservaria a de Ouro Preto, Diamantina e claro, a de Campanha, ao aconselhar: “três escolas normais bem organizadas, uma no centro, outra no sul e outra no norte satisfazem bem, por enquanto, todas as necessidades do ensino público.” E aconselha o fim dos Externatos Oficiais “conservando-se deles só a cadeira de latim para que possam receber alunos que a procuram para o fim de seguirem nos cursos superiores.”

Curioso é que será ele, um conservador, atendido em suas sugestões mas, na Minas republicana. Confrontando o currículo sugerido pelo Inspetor Dr. Mathias para a Escola Normal com o da época em que ele se forma em Medicina no Rio de Janeiro (1884), é possível inferir que esteve em contato com o positivismo, mas não com as sugestões de método de Rui Barbosa para o ensino no Brasil.

Mathias nada diz a respeito do Método Intuitivo em seu relatório e também não descarta a instrução religiosa. Valoriza extremamente o ensino da língua nacional com lições diárias durante os três anos do curso. Ao considerar como necessário o ensino das ciências físicas, manifesta ele uma tendência em defender uma formação mais científica para o professor mineiro. Não chega a ser uma ênfase ao enciclopedismo que se veria na Lei n. 41 de 3 de Agosto de 1892, criada pelo Governo Afonso Pena em Minas. Esta lei incluía em torno de 20 matérias distribuídas durante os quatro anos de duração do curso. Nela estava presente o “Lição de Coisas” como matéria. O currículo proposto pelo Dr. Mathias não revela efemeridade em seu contato com a administração da educação. Demonstra ter refletido sobre a qualidade da formação

do professor tendo em vista os seus reflexos no ensino primário. Foi mais realista e objetivo que a da República

Em 1886, constavam como professores da I Escola Normal ,Externato e Aulas Práticas: Dr. Francisco Honório Ferreira Brandão, Dr. Francisco Bernardes de Gouvêa Filho, Cônego José Teóphilo Moinhos de Vilhena, Dr. Francisco Roberto Ferreira Lopes, João Boeno da Costa Macedo de aula prática masculina, Antonio José Rodrigues de Moraes, Dr. Joaquim Leonel de Rezende Alvim, Carlos de Moura Teixeira, José Gomes de Moraes, Maria Caetana e Maria Claudiana de Paiva de aula prática feminina. ( APM)<sup>17</sup>

Nesse ano, foram estes os livros decididos em reunião para serem “adaptados” no ano letivo: Gramática Portuguesa – Seleta Nacional de Caldas Aulete para o 1.ano e Gramática de Júlio Ribeiro para o 2.ano. Geografia – Elementos de Geografia do Dr. Lacerda e o compêndio de Estácio de Sá e Menezes para o ensino de História do Brasil. (APM)<sup>18</sup>

Esses mesmos livros eram adotados no ensino do Colégio Caraça.

Esse é o único ponto de ligação da história educacional de Campanha com o Colégio Caraça: praticamente os mesmos livros serviam a esse ensino. Dentre as listas de alunos presentes na documentação do Colégio Caraça, analisada por ANDRADE (2000), nenhum aluno campanhense foi encontrado.

---

<sup>17</sup> -APM- IP 96-Livro 9 - Lançamento das Atas da Congregação da Escola Normal e Externato-1886/1895

<sup>18</sup> -APM – IP 96 – Livro 6 - Lançamento das Atas da Congregação da Escola Normal e Externato – 1886/1895

## **A Prática de Exames através da análise de Atas da I Escola Normal**

Segundo as atas analisadas, dentre as atribuições da I E.Normal de Campanha estava a de realizar os exames de seus próprios alunos, os exames vagos requeridos por diversos candidatos ao diploma de Normalista, os requeridos por alguns alunos mestres que se achavam habilitados e os concursos para diferentes cadeiras de instrução primária em diferentes matérias.(APM)<sup>19</sup>

### **Os Exames:**

Havia as datas específicas durante o ano letivo para esses exames (há atas de muitos realizados em outubro).

Em reunião sobre os exames, deliberava-se com a presença do diretor e corpo docente: 1) as datas em que deveriam ser realizados; 2) as datas eram afixadas à porta principal do edifício da escola; 3) sobre quais “pontos” das matérias os exames iriam versar; 4) escalava-se quais seriam os professores examinadores, sempre dois - o de cada matéria e um colega. Eram exames em duas etapas: orais e escritos, em dias consecutivos.

Os procedimentos adotados durante os exames eram o seguinte: devia contar sempre com a presença do Diretor da E.Normal, que, à época, detinha também o cargo de Inspetor Municipal, ou seu suplente, dos professores examinadores escalados, um amanuense (para escriturar as atas) Numa sala da escola recebiam-se os alunos. Fazia-se a chamada, registravam-se os faltosos e, para cada grupo de alunos de cada matéria, um era chamado para tirar à sorte o “ponto”. Distribuía –se folha rubricada pelo diretor ( se escrito ), estabelecia-se o tempo ao fim

---

<sup>19</sup> -APM- IP 97- Livro 6 - Atas dos Exames da Escola Normal e Externato de Campanha-1887/ 1893

do qual eram recolhidas as provas. Se oral, repetia-se o procedimento todo, sendo cada aluno individualmente arguido por 15 minutos pela mesa ou banca.( APM)<sup>20</sup>

### **A Seletividade:**

Quanto aos alunos da própria escola, de acordo com o Regulamento de n.100, de 1883 (APM),<sup>21</sup> deliberava-se, em reunião, com ata o seguinte procedimento: os professores apresentavam a relação de alunos matriculados nas respectivas aulas com suas notas e faltas, donde se tirava uma lista geral dos que se achavam em condições de fazer os exames. Eram discutidos os pontos que seriam usados nos exames das diferentes disciplinas, escaladas as datas dos exames e as mesas ou bancas. Nesses exames seriam embutidos os candidatos às diversas cadeiras primárias que se achavam inscritos para exames.

Os candidatos aprovados eram classificados com as seguintes categorias: Com distinção, Plenamente e Simplesmente. O aluno reprovado ou faltoso no exame tinha um prazo de dois anos para requerê-lo novamente, entendo eu que na categoria de exame vago.(APM)<sup>22</sup>

Interessante foi encontrar dentre as práticas dos exames, a atribuição que a I E.Normal tinha de realizar, além da seleção de professores para o nível primário, também a dos professores para o curso normal e ensino clássico; e ainda a seleção de funcionários para cargos na justiça. E, curiosamente também devia realizar exames de candidatos para obterem “Carta de Advogado” .(APM)<sup>23</sup>

Aos candidatos a empregos na justiça cobrava-se conhecimento de matemática

---

<sup>20</sup> -APM- IP 96-Livro 6 - Lançamento de Atas da Congregação Escola Normal e Externato –1886/1893

<sup>21</sup> -APM- IP 97- Livro 6 -Atas dos Exames Escola Normal e Externato – 1887/1893

<sup>22</sup> -APM- IP 96 – Livro 9 - Lançamento de Atas da Congregação da Escola Normal e Externato – 1886/1895

<sup>23</sup> -APM- IP 90 – Atas de Exames – Concursos no Círculo Literário para emprego na justiça- 1882 – p.106

( geometria) e português (ditado de textos clássicos). Aos candidatos a obterem Carta de Advogado cobrava-se: conhecimentos de geometria plana, português, francês e aplicação prática. Há um relato em ata em que o ponto sorteado pelo candidato no exame de aritmética foi “Descartes”.(APM) <sup>24</sup>

Aos candidatos às cadeiras de ensino primário de 1.grau cobrava-se: gramática portuguesa, aritmética elementar, instrução moral e religiosa, caligrafia e escrita, economia doméstica, leitura e exames práticos na Aula Anexa à E. Normal.

Para os candidatos às cadeiras de ensino primário de 2. grau acrescentavam-se aos conhecimentos acima: geografia e história do Brasil, história sagrada e desenho linear.(APM)<sup>25</sup>

Em 31.10.1889, ocorreu a eleição do novo diretor da E.Normal : vence o Padre Francisco de Paula Araújo Lobato, um liberal, com seis votos e, para vice, o Cônego José Teóphilo Moinhos de Vilhena.

Em dezembro, há uma reunião extraordinária do diretor e corpo docente do Externato e E.Normal por motivo de falecimento do antigo e “ ilustre professor de latim de ambos os estabelecimentos, Antonio José Rodrigues de Moraes”. Deliberaram que o enterro fosse feito às expensas do corpo docente e o diretor propôs que fossem suspensas as aulas por três dias e que se tomasse luto por oito dias.(APM)<sup>26</sup>

Em fevereiro de 1890, nova reunião extraordinária convocada pelo secretário João Boeno da Costa Macedo (para essa função era escolhido alguém do corpo docente), motivo: substituição do livro de matrículas da escola relativo aos anos de 1884 a 1889, que não foi

---

<sup>24</sup> -APM – IP 91 – Livro 20 - Atas de Exames – Exame para obter Carta de Advogado -1893 –p.65

<sup>25</sup> -APM – IP 91 – Livro 20 – Atas de Exames Candidatos às Cadeiras de Professor - 1884/1889- pp 155/158

<sup>26</sup> -APM – IP 97- Livro 6 - Atas dos Exames da Escola Normal e Externato- 1887/1895

entregue ao atual secretário pela administração anterior, por mais que este o rogasse. Delibera-se solicitar à Inspeção Geral da Instrução as providências.(APM)<sup>27</sup>

Outra reunião extraordinária é realizada em 4.8.1890 por motivo de falecimento do Professor Dr. Joaquim Leonel de Rezende Alvim, ex-diretor de ambos os estabelecimentos em período anterior a Valladão, tendo sido sucedido por ele. Republicano convicto, presidia a Palestra Campanhense em 1873, onde fazia preleções sobre a separação de Igreja e Estado. Defendia o ensino misto como mais compatível com a sociedade moderna, tendo-SE empenhado pela vinda de escolas de ensino agrícola e industrial para Campanha através da Sociedade Promotora de Instrução Agrícola que criara em 1872.(APM).<sup>28</sup>

Curiosa é uma ata de exame de 1891 que menciona um exame de caligrafia e ortografia dos alunos de terceiro ano da E.Normal . Distribuídas as folhas de papel rubricadas, “passando a examinadora D.Mathildes a lhes ditar o trecho sorteado, contendo dez linhas, recomendando-lhes que escrevessem três linhas de bastarde, três linhas de bastardinho e o resto em cursivo. Neste mesmo ano nota-se exames de geografia e cosmografia, ciências físicas e naturais, geometria e desenho, aritmética e álgebra.

Ainda minhas observações de atas sobre exames, contemplando, agora, dois tipos destes: o de candidatos à cadeira de latim da E.Normal e Externato, vaga com a morte do professor Rodrigues de Moraes e o de prova prática e oral de desenho de 1. e 2. ano. Para o exame de candidatos à cadeira de latim, concorreram o Padre Almeida Ferrão e dois outros candidatos.Além das provas escritas e orais individuais, ainda houve momento de versar do português para o latim e arguição em latim dos candidatos entre si. Não vence o padre, mas este terá longa trajetória enquanto impulsionador da criação do bispado de Campanha e à frente do

---

<sup>27</sup> -APM- IP 97- idem

ensino secundário sob a república. Para outras cadeiras, preleções perante uma classe eram feitas além de exame oral e escrito. Sobre os desenhos, foram um relax para mim.. Estão em anexo alguns. Encerro minhas observações sobre atas de exames dando conta de que, em 1893, houve um decreto que alterava ligeiramente o procedimento destes: em síntese: – recolhidas as provas, estas deveriam ser julgadas a portas fechadas, escrevendo à margem delas os examinadores as respectivas notas, em seguida eram chamados a prestar o exame oral só os alunos habilitados na prova escrita.

Em tempos de República, foi eliminado dos ofícios o tratamento, “Deus vos Guarde” e as atas, deviam apenas conter só o termo cidadão anterior ao nome da autoridade, sem adjetivos. Em termos lacônicos, o governo republicano mineiro comunica o fechamento dos Externatos Oficiais em Minas e em Campanha

### **O Externato Oficial anexo à I Escola Normal de Campanha**

O jornal campanhense Monitor Sul Mineiro, na edição do dia 25 de fevereiro de 1872, em sua coluna Noticiário de Instrução Pública em Minas, menciona a lei n. 1769 de 4 de abril de 1871 como a que teria autorizado a restaurar o externato dessa cidade. Infere-se daí que já houvera um em Campanha.

Na verdade, diante de dados do APM citados por (MOURÃO, 1956, p.293), o Externato dessa cidade havia sido instalado de acordo com o ofício a seguir:

Diretoria Geral, 17 de dezembro de 1867,  
Ilmo Sr.  
Comunico a V.S.que no dia 23 de novembro próximo passado teve lugar a instalação do Externato da cidade de Campanha.  
Deus guarde V.S.

---

<sup>28</sup> -APM – IP 68- Livro 2 - Atas da Palestra Campanhense-1872

Ilmo. Sr. Inspetor da tesouraria Provincial  
(a)Firmino Antonio de Souza Jr.

Os Externatos Oficiais em Minas inserem-se nas políticas de criação do ensino secundário na província. Eles representam o terceiro momento desta modalidade de ensino em Minas. Na década de 1850, houve os colégios ( tempos do Cônego Behring), seguidos dos Liceus, fechados em 1861 pela Lei n.1064 e, por fim, os Externatos que são criados pelo Regulamento n.56 de 10 de Maio de 1867. Mas, de modo geral, esses três momentos evoluíram da aglutinação de cadeiras de aulas avulsas de ensino clássico, consideradas como modalidade de ensino secundário.

Segundo MOURÃO (1956, p.204), era assim que se formavam os estabelecimentos de grau médio no tempo do Império: um particular o organizava e, a seguir, requeria os favores oficiais à Presidência da Província que, normalmente, começava por anexar à nova instituição as aulas de ensino clássico existentes na cidade. (grifos meus) Mais tarde oficializava-se ou fechava-se o estabelecimento de acordo com novos regulamentos dentro da ciranda político-governamental.

Em relação a Campanha, há uma referência a maio de 1861 feita por MOURÃO (1956, p.314) em que se verifica ser professor de latim e francês o Sr. Antônio de Araújo Lobato. Esse professor já havia sido nomeado por despacho de outubro de 1860 como diretor do Liceu Campanhense, que teria evoluído do Colégio Campanhense para o qual fora expedida licença em 26 de janeiro de 1856 ao diretor Sr.Luís de Medeiros, onde havia oito cadeiras sendo de latim, francês, retórica, filosofia, geografia e história.

Há uma profusão de nomeações no ano de 1867 quando da criação dos Externatos Oficiais em Minas. Para Campanha são nomeados vários professores como o Dr. Joaquim Leonel

de Rezende Alvim, Antonio José Rodrigues de Moraes e o Dr. Francisco Honório Ferreira Brandão segundo as observações de Mourão. Confrontando essas citações de Mourão com as notas de Veiga em seus Almanques Sulmineiros, verifica-se que as providências para a instalação do Externato foram tomadas antes da instalação da I Escola Normal.

Na verdade, foram unidos numa só corporação: Externato (que correspondia aos liceus) e Escola Normal. Este dado lembra a reforma executada na Escola Normal de Niterói e as considerações feitas por VILELLA (1990) sobre a fusão Escola Normal e Liceu que “possuía caráter utilitário”. A semelhança com Campanha reside apenas na fusão, portanto.

-Professores do Externato atuando no Externato de Campanha em 1873:

Latim: Antonio José Rodrigues de Moraes

Geografia e História: Dr. Joaquim Leonel de Rezende Alvim

Inglês, Francês, Matemáticas: vago

Mourão traz ainda várias notas sobre o Externato de Campanha que compilo a seguir:

No relatório do Presidente Manuel Gomes Rebelo Horta, há uma referência à Lei n. 2476 de 9 de novembro de 1878, que autorizou a Província a regular de novo o ensino. No governo de Elias Carvalho, houve dentre outras em Minas, a nomeação de Padre Francisco de Paula Araújo Lobato, professor de francês e inglês para o Externato de Campanha. No mesmo relatório há a renovação do contrato de Carlos Moura Teixeira e Bernardo José Marianno para lecionarem, respectivamente, música e desenho linear com geometria prática. Em outro relatório de 13 de abril de 1885, do Dr. Olegário Herculano D’Aquino de Castro consta a nomeação de Francisco de Paula Araújo Lobato e Francisco Soares Bernardes de Gouvêa para a Escola Normal de Campanha.

De acordo com as instruções oficiais sobre os Externatos, estes deveriam ter um livro de matrículas, para as quais o aluno deveria ter os estudos primários feitos ou deveria prestar exames que o qualificassem nesse nível no próprio Externato. Feita a matrícula (feita em janeiro e vedada aos negros), o aluno poderia escolher normalmente duas matérias de cada vez, prestando os exames de cada uma quando estivesse pronto.

O Externato Oficial de Campanha possuía o seu livro de matrículas e livro de frequência que escolhi entre o volume documental que coletei ( APM )<sup>29</sup> para entender o seu funcionamento. Em sequência aos objetivos do meu tema, selecionei os anos 1876 a 1878 para analisar. Nesta análise observei que a maior parte desses alunos pertencia aos troncos familiares da elite fundadora de Campanha. Constatei também que era um ensino exclusivamente clássico, constando no rol das disciplinas: latim, francês, inglês, geografia, história e matemática. Não havia língua portuguesa. Não havia seriação, não era um curso. As disciplinas eram em si um curso, tinham a função de preparatórios para cada matéria.

Os professores do Externato atuavam também na I Escola Normal; os exames seguiam os mesmos procedimentos legais e as decisões eram tomadas nas mesmas reuniões chamadas de Reunião da Congregação da Escola Normal e Externato Oficial.

Nesse período de 1876 a 1878, selecionado no livro de matrícula do Externato localizei a grande maioria do que eu vou chamar de “mandarins” da década de 1880, que entram para os cursos superiores de São Paulo e Rio de Janeiro. Selecionei então seis alunos que localizei no quadro que fiz para expor os “mandarins: “Campanhenses formados em Cursos Superiores...” sendo três médicos e três advogados. Incluí um aluno que não foi localizado no quadro, portanto não fez faculdade, e então estabeleci um perfil escolar. São eles:

---

<sup>29</sup> -APM- IP 88 – Livro Frequência Diária dos Alunos do Externato Oficial de Campanha-1876/1878

Nomes	Curso Superior	Profissão
1 – Júlio Bueno Ferreira de Veiga	Medicina/ RJ	Prof./Diretor/escola
2 – Mathias de Vilhena Valladão	Medicina/RJ	Médico
3 – Carlos Alberto Ferreira Brandão	Medicina/RJ	Médico
4 - João Bueno da Costa Macedo	---	Prof./Aulas práticas
5 - Joaquim Leonel de Rezende Filho	Direito/SP	Adv./Juiz/Deputado
6 - Álvaro Gomes da Rocha Azevedo	Direito/SP	Advogado
7 - João Pedro da Veiga Filho	Direito/SP	Adivogado

Aluno Ano Ranking das disciplinas cursadas por cada aluno

1	1876/1878	hist./ 9meses- latim/7meses- geog./ 6meses- francês/ 5meses- ingl./3meses
2	1876/1877	geog./6meses- latim/4meses- francês/4meses- mat./3meses
3	1876/1877	francês/7meses- latim/7meses
4	1876/1878	francês/ 7meses- inglês/6meses- geog./4meses- hist./4meses
5	1876	mat./5meses- hist./3meses
6	1876/1878	latim / 8meses
7	1876/1878	geog./7meses- latim/4meses- hist./4meses- francês/2meses

Ranking das disciplinas mais cursadas

Latim / 32 meses – Francês / 25 meses – Geografia / 23 meses – História / 20 meses- e Matemática / 8 meses

O objetivo desta análise foi localizar a base aludida para a Athenas do Sul de Minas ou “a pedra angular da Athenas Sul-mineira” nos termos de Valladão que é a latinidade. Concluí que os alunos realmente optaram quatro vezes mais pelo latim em relação à matemática. Concluí também que:

- a) o aluno 1 Júlio Augusto de Veiga fez a opção mais eclética mas nunca cursou matemática. Fez medicina e retornou à Campanha, ingressando na carreira de magistério-professor da I Escola Normal e diretor do primeiro grupo escolar de Campanha. Muito frequente.
- b) O aluno 2 Mathias de Vilhena Valladão cursou matemática sendo muito frequente e tendo equilibrado o número de meses que cursou cada disciplina. Fez medicina e logo a seguir será investido no cargo de Inspetor de Instrução da Província de Minas no mesmo período em que seu pai Manoel Ignácio Gomes Valladão, chefe político conservador, esteve no cargo de inspetor municipal e diretor da I Escola Normal de Campanha.
- c) O aluno 4 também cursou matemática mas nunca cursou latim. Era muito assíduo e se transformou em professor de aula prática para o sexo masculino da I E.Normal. Não fez curso superior.
- d) Os demais alunos não eram tão frequentes. Fizeram Direito e um deles Joaquim Leonel de Rezende Filho estará no I Congresso Nacional Republicano onde batalhará pela localização do Internato do Ginásio Nacional (Ex Colégio Pedro II do Império) em Campanha que não será instalado, permanecendo no Rio de Janeiro.
- De posse da “latinidade” conquistada na Campanha rumavam os “mandarins” para os Cursos - Jurídico de São Paulo, Medicina no Rio de Janeiro ou Bahia nesta fase anterior à República.

Os Externatos Oficiais, incluindo o de Campanha foram fechados abruptamente pelo primeiro governo republicano mineiro. (APM)-<sup>30</sup>

Curiosamente, observa-se que o que havia proposto o ex-aluno do externato Dr. Mathias de Vilhena Valladão em seu tempo de Inspetor de Instrução Pública em Minas

---

<sup>30</sup> -APM- apud Mourão – códice 1386-15.12.1890

(1886/1888) em relação à essas escolas será executado pela república mineira sem contemplação para Campanha. Serão criados na nova capital, Belo Horizonte, o Ginásio Mineiro e a Escola Normal Modelo.

A I Escola Normal de Campanha, com a qual funcionava o Externato ainda, continuará em atividade por mais alguns anos sob a República.

A nova eleição para diretor da I Escola Normal, ocorrida em 30.9.1890, foi vencida pelo republicano radical e separatista Dr. Francisco Honório Ferreira Brandão por oito votos contra o outro candidato, Cônego José Teóphilo Moinhos de Vilhena, que recebe apenas um voto. Pe. Francisco Araújo Lobato fica como vice e José Gomes de Moraes (professor) como secretário.

Mas uma grande crise viveu a E.Normal de Campanha quando o seu diretor, Dr.Brandão, participa junto a outros correligionários do último Movimento Separatista de Campanha, que julgava a cidade oprimida por Ouro Preto. Nesse movimento, um grupo de políticos declarou a criação do novo Estado de Minas do Sul, com capital em Campanha, durante o governo republicano de Mina, Cesário Alvim, inimigo político de Floriano Peixoto. Cesário Alvim renuncia e o Dr. Brandão será demitido em ofício de 9.3. 1892, durante o governo de Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira. As reuniões extraordinárias se tornam regulares, em que os alunos e alunas aparecem em atitude assumida de não comparecerem às aulas enquanto não se efetivasse a reintegração do ex-diretor. Juntam-se eles com parte da sociedade campanhense num movimento de apreço ao Dr. Brandão. Os professores optam em ata por deixar a escola aberta e a crise se amaina com a eleição de novo diretor- cidadão Carlos Cláudio Barromin, em abril de 1892. Em novembro, o Dr. Brandão é reintegrado à escola. Sob a República, é aprovada nova Lei para o ensino – a de n.77, de dezembro de 1892, que em seu art. 16 passa o

Curso Normal para quatro anos, com programa novo: - higiene e fisiologia, história e economia política, desenho, música e literatura, língua portuguesa, ciências físicas e naturais pedagogia, instrução moral e cívica e legislação do ensino primário nacional. No quarto ano haverá noções de agricultura. Há dificuldades com a elaboração do novo programa em Campanha, e resolve-se adotar o regimento interno da Escola de Paracatu.

Um novo curso será agregado à Escola Normal de Campanha. É o Curso de Agrimensura, que durará apenas entre 1894 e 1895, e terá as disciplinas: trigonometria, física, aritmética e topografia a cargo do novo professor: Dr. João Luiz Alves de cuja trajetória falarei no capítulo 4.

Estará, então, assim o corpo docente da I Escola Normal de Campanha: na direção Prof. Francisco Lobato e como docentes Francisco Honório Brandão, Júlio Augusto F. Veiga, Francisco Lentz de Araújo, Carlos de Moura Ferreira Lopes, José de Souza Soares, Dr. João Luiz Alves, Francisco Roberto Ferreira Lopes, Carlos Barromin, João Boeno de Macedo (aula prática masculina) e Mathilde Xavier Marianno (aula prática feminina).

### **As Aulas Práticas anexas à I Escola Normal de Campanha**

A I Escola Normal inicia suas atividades, em 1873, com duas turmas anexas de aula prática- uma para meninos e outra para meninas. De uma lista de mais de quarenta meninas matriculadas, permaneceram vinte e sete de acordo com o quadro 7 que elaborei com base em documento do APM. As três meninas que encabeçam o livro de matrículas são filhas do primeiro diretor Capitão Cândido Ignácio Ferreira Lopes e têm, como as demais, idades entre 7 e 13 anos. A professora da aula prática feminina era D. Francisca Senhorinha Motta Diniz durante o primeiro ano de funcionamento da escola.

### Quadro 7

#### Matricula da Aula Prática do Sexo Feminino Anexa à Escola Normal de Campanha 1ª Turma – Ano 1873

	Nome	Idade
01	Jesuína da Veiga Ferreira	07
02	Francisca da Veiga Ferreira	08
03	Elisa Gabriella Diniz	11
04	Candida da Veiga Ferreira	13
05	Mathilde de Paula Ferreira Lopes	12
06	Emilia Augusta de Oliveira	13
07	Theodolinda de *	11
08	Maria José Gonçalves Leite	08
09	Maria Candida Marques	07
10	Margarida Gonçalves Leite	11
11	Urbana Cardoso	08
12	* Cezarino Álvares	12
13	Mariana Carolina Gonçalves	14
14	Maria Caetana de Paiva	14
15	Maria Claudina de Paiva	08
16	* América Teixeira	08
17	* Maria da Silva	11
18	Leopoldina Rodrigues	13
19	Joana Rodrigues	09
20	*	11
21	Benvinda Ribeiro	07
22	Maria Cândida Padilha	10
23	Anna Cezarina de Miranda	07
24	Anna Josefa da Fonseca	*
25	* Verdilina Eustáquio do Espírito Santo	06
26	Anna Victória G. Leite	10
27	Maria Cândida dos Reis	*

\* Ilegível

**Fonte:** APM – IP 85 – Livro 4 – Matrícula da Aula Prática do Sexo Feminino – Escola Normal de Campanha

#### Práticas Percebidas

Várias observações foram feitas quando da matrícula dessas crianças. São observações que informam o estágio de aprendizagem com que chegaram essas crianças à escola.

Após o nome de cada uma, constava por exemplo: muito principiante; analfabeta; lendo muito

mal; fazendo 1 operação; soletrando; lendo o catecismo e lendo o segundo livro de leitura. Mas são encontradas observações que revelam cartilhas da época e livros de leitura. São elas: lendo o Expositor, lendo o livro do Abílio, lendo o livro da Infância, lendo o livro da Adolescência, lendo História Sagrada e lendo o Tesouro de Meninos.

De acordo com MACIEL (2002), o expositor aludido é a cartilha portuguesa Expositor Português ou Rudimentos de Ensino da Língua Materna - Abecedário- de Luiz Francisco Midozi, muito usada em Minas no século XIX a partir da década de 1870, antes de se ter cartilhas nacionais. O livro do Abílio, trata-se da coleção de livros de leitura do autor Abílio César Borges que, junto com os livros de Felisberto de Carvalho e Hilário Ribeiro, fizeram parte da trajetória escolar de várias gerações de mineiros desde o século XIX.

BOTTO (1997)<sup>31</sup> faz um extenso levantamento das práticas culturais na escola primária portuguesa do século XIX e localiza o histórico de produção e adoção de vários autores de livros didáticos portugueses que visavam ser adotados também no Brasil, pela escola primária. Em geral, espelhavam a concorrência entre os autores tendo em vista o lucro editorial, no atendimento aos objetivos do projeto da escola pública: instruir moralizando e a prática dos métodos mútuo e simultâneo. São estes os identificados em Campanha através das Atas da I Escola Normal : 1)-Francisco Midozi – O Expositor Português (soletração): 1.edição feita em Londres em 1831. Por causa da atuação política liberal que tivera, Midosi foi perseguido político, preso e teve de migrar para a Inglaterra em 1828. Restaurado o liberalismo em Portugal, Midozi retorna em 1834. “O primeiro livro que se escreveu em Portugal contendo as matérias que deviam constituir o ensino da instrução primária” (grifos meus). Pela descrição de Boto, essa obra contém os princípios de “Pictus Orbis” de Comenius.

2) Júlio Caldas Aulete – Seleta Nacional Caldas Aulete ou Método logográfico de ler, escrever, ortografar e desenhar: Caldas Aulete fora professor da escola primária e normal, deputado por várias legislaturas em Lisboa. A Seleta era dirigida ao ensino secundário e em Campanha, fora adotado no 1.ano do curso da I Escola Normal. Continha descrições extraídas de romances clássicos, biografias de vultos nacionais, parábolas do evangelho, provérbios, etc. (grifos meus) - 3) Catecismo- História Sagrada – “contendo 100 estampas- para instruir e agradar às crianças” (grifos meus) - 4) Luiz Filipe Leite – Tesouro dos meninos.

Os alunos das aulas práticas são da categoria de 2. grau, que, dentro da legislação mineira, a partir da Lei n.13, quer dizer: aulas de cidades ou vilas, sendo as de 1.grau para distritos e povoados. A distinção entre uma e outra, prevista na lei, estava na quantidade maior de conteúdos para as de 2.grau. Mas não foi possível perceber tal diferença. Os alunos eram levados a exames em períodos previstos, perante uma banca constituída pelo diretor e um professor além do da turma. Estes arguíam individualmente aos alunos relacionados pelo respectivo professor como prontos, sobre pontos da matéria dada. Em seguida, arguíam aos outros coletivamente. Afinal revelavam os aprovados dentre os prontos e parabenizavam os demais pelo desempenho. Os aprovados podiam fazer a matrícula no primeiro ano do curso normal. (APM)<sup>32</sup>

Além dos alunos da própria escola e das escolas rurais e distritais, outros candidatos podiam se inscrever para os exames da aula prática com destino à matrícula do 1.ano normal. Encontro nas atas do APM várias inscrições de candidatos para esses exames. Eram considerados como exames vagos.

---

<sup>31</sup> -BOTO, Carlota J.M.C.R – Ler, escrever, contar e se comportar: a escola primária como rito do século XIX português (1820/1910) – cap.4 – v.2 – Tese USP - 1997

<sup>32</sup>- APM- IP 97 – Livro 6 -Atas de Exames das alunas de Aula Prática

Encontro dois “mandarins” muito especiais inscritos no livro de matrícula da Aula Prática Masculina anexa à I Escola Normal: Alfredo de Vilhena Valladão, em 1881, matriculado aos 8 anos de idade, cuja observação sobre o seu nível era: “começando a soletrar”. O outro aluno é Eugênio Vilhena de Moraes, matriculado aos 9 anos, em 1896, filho do professor de Pedagogia da I Escola Normal José Gomes de Moraes.(APM)<sup>33</sup>

Observo que a seleção das crianças não se dava por idade e sim por nível de aprendizagem quando do ato de matrícula.

A professora primária de maior tempo de atuação no magistério de Campanha, tendo atuado no colégio que pertencia à sua família, ao mesmo tempo que atuava na I Escola Normal e, depois desta, como professora e diretora no I Grupo Escolar de Campanha que foi fundado em 1908, é D. Mathilde Xavier Marianno.



**Figura 2** – Profa. Mathilde Xavier Marianno  
Acervo: Centro de Estudos Campanhenses Mons. Lefort - Campanha

---

<sup>33</sup> -APM- IP 89 – Livro 12 - Matrícula de alunos da Aula Prática Masculina- 1881-pp 3 e 77

A I Escola Normal de Campanha foi suspensa pela Lei 318 de 16 de setembro de 1901. Processou a terminalidade do curso para suas últimas turmas nos quatro anos seguintes.

### Quadro 8

#### Terminalidade – I Escola Normal e Aula Prática Anexa – Informações: Últimos anos de atividade

Ano Letivo	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		Alunos da Aula Prática	Total	Diplomados Normalistas		Diretor
	M	F	M	F	M	F	M	F			Alunos EN	Em Exames Vagos	
1902 a 1903	15	35	8	15	19	15	5	22	Não Inform.	134	12	5	Dr. Francisco Honório F. Branão
1903 a 1904	10	18	6	26	12	12	8	13	Não Inform.	105	Não Informado		Dr. Francisco Honório F. Branão
1904 a 1905	33	52	24	25	10	25	4	10	62	247	15	11	Dr. Julio Augusto Ferreira da Veiga
Notas: 1906	<p>- 18 alunos prestaram exames de acordo com o Decreto 1788 de 31/01/1905</p> <p>Instrução dada: foi admitida prestação de exames de matérias do 4º Ano do curso das escolas normais aos alunos que, na ocasião da suspensão haviam concluído o 3º Ano e, aos do 4º Ano, exames que lhes faltavam para completar o curso.</p> <p>- 15 alunos foram aprovados. Os exames ocorreram na última quinzena de outubro de 1905.</p> <p>- Pelo decreto 1788, corria por conta do aluno a despesa com a organização das bancas dos exames.</p>											Dr. Julio Augusto Ferreira da Veiga	

**Fonte:** APM – Relatório do Secretário do Interior Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro ao Presidente do Estado de MG – 1906

O corpo docente da escola, atuante à época do encerramento das atividades, foi colocado em disponibilidade de acordo com a Lei n.395 de 1904.

## Quadro 9

### Relação dos Professores da I Escola Normal de Campanha em disponibilidade com metade de vencimentos

Números	Nomes	Cadeiras que regiam	Escolas	Vencimento anual	Legislação que regula a disponibilidade
1	Dr. Julio Ferreira da Veiga	Ciências físicas e naturais	Campanha	900\$000	Lei nº 395, de 1904.
2	Francisco de Paula Araújo Lobato	Língua Nacional		900\$000	Idem, idem
3	José Gomes de Moraes	Francês		900\$000	Idem, idem
4	Dr. Francisco Honório Ferreira Brandão	Geografia e História		900\$000	Idem, idem
5	Francisco Rabello Ferreira Lopes	Geometria e Desenho		900\$000	Idem, idem
6	D. Mathilde Xavier Marianno	Aula Pratica Mista		900\$000	Idem, idem
7	D. Anna Candida Ribeiro	Inspetora		900\$000	Idem, idem
8	Julio Brandão Sobrinho	Geometria		1.500\$00	Decreto n 7 1354, de 1900

**Fonte:** APM – Relatório do Secretário do Interior – Manoel Thomas Carvalho de Brito ao Governo João Pinheiro da Silva – MG – 1907

O que normalmente tem sido citado como explicação para o fechamento das Escolas Normais pelo governo de Silviano Brandão é a situação financeira calamitosa acarretada ao Estado de Minas pela criação da nova capital.

O jornal “A Campanha”, órgão do Partido Republicano do município, traz a seguinte publicação no dia 11 de dezembro de 1904, que eu só posso entender como estando seus editores tomados de um sentimento aziago e ao mesmo tempo saudosista em relação ao fechamento da I Escola Normal de Campanha:

“Com imenso prazer, transcrevemos em nossas colunas o trecho que sobre a Escola Normal desta cidade e o seu digno diretor, o nosso venerando chefe Dr. Ferreira Brandão, escreveu em “A Notícia,” importante diário do Rio de Janeiro, o Sr. Justino Monteiro – É com verdadeiro desvanecimento que passamos para a nossa folha o honroso e insuspeito conceito de ilustre signatário que visitou este importante estabelecimento de ensino e que escreveu o que sentiu. Já é muito ser-se franco e sincero na quadra atual que atravessamos e que só tem por lema a demolição. Ao nosso prezado chefe Dr. Ferreira Brandão, que tem empregado o melhor de seu esforço e grande porção de sua energia para manter no pé em que se acha o importante e utilíssimo estabelecimento de ensino, as nossas cordiais felicitações.

Numa das cidades de Minas, a Campanha, verifiquei essa ânsia bendita, inata no brasileiro. Fundou-se aí uma Escola Normal e entregaram a sua direção a um espírito superior, o Dr. Ferreira Brandão. O seu primeiro pensamento foi democratizar a escola, pô-la ao alcance da população de uma cidade decaída. Criou um uniforme de uma simplicidade elegante e tanto bastou para obter uma freqüência de centenas de alunos. Apesar do pequeno número de habitantes de Campanha, a Escola Normal é freqüentada por quatrocentos a quinhentos alunos e é um prazer vê-los sair com alegria de um exame farto pela primavera; as raparigas com os seus modestos vestidos de riscadinho azul, caprichosamente talhado tendo como únicos enfeites, nas mangas uns cadarcinhos brancos que servem para marcar o ano a que a aluna pertence. Os rapazes vestem brim branco de algodão. O asseio responde pela higiene que vai d’ alma ao corpo.”

Noto que o autor do artigo está em conflito com a história. O primeiro diretor da I Escola Normal não foi o Dr. Honório Brandão, mas Cândido Ignácio Ferreira Lopes. Brandão fora sim nomeado para dirigir o Externato em 1867, o que talvez explique a origem do conflito.

Essa I E.Normal de Campanha teve no decorrer de sua existência, uma importância enorme, claro que por habilitar professores, mas o seu papel histórico mais significativo foi o de ter sido o “lócus” onde as relações sociais e políticas se davam.

## 2.2.2- A ATHENAS REVISITADA: A EDUCAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO NA CAMPANHA SOB A REPÚBLICA

Como sequência à contextualização para compreender a transformação da representação Athenas para Campanha, trago a cultura republicana oriunda de um momento histórico brasileiro em que se evidencia a transição de uma sociedade de base agrária comercial exportadora para uma sociedade industrial. É neste contexto que novas representações sobre a educação são enunciadas por vários grupos sociais, influenciados por outros imaginários como por exemplo a defesa da idéia de progresso para a sociedade advindo de uma crença na ciência e racionalidade.

Segundo SANTOS<sup>34</sup> “O conceito de República é uma invenção Romana, trabalhada pela tradição francesa pós-revolucionária. Na clássica concepção de Cícero, a República consiste no governo que, voltado para o povo, se dedica à República (o comum de todos”

No Brasil a idéia de república é sistematizada na década de 1870 e expressa pelos vários manifestos republicanos, documentos ligados à formação do Partido Republicano que vai sendo organizado nas províncias. Entretanto, a campanha republicana é promovida por grupos

---

<sup>34</sup> - SANTOS, Edíógenes Aragão dos, Representações e Práticas Escolares na Construção da Escola Republicana: O Olhar Etnocêntrico nos Manuais Escolares – V Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação.

com interesses divergentes em suas propostas. Esses grupos se compõem de intelectuais liberais, cafeicultores, militares positivistas, funcionários públicos e comerciantes.

Em Campanha, também é deflagrada a campanha republicana. É fundado um jornal “O Colombo” para vincular a propaganda republicana e os partidários da idéia, tal qual ocorre em outros lugares, onde fundam o seu clube republicano. É um momento de glória para a cidade pois, vários campanhenses irão ocupar posições notórias nas organizações e instituições da burocracia do Estado republicano.

#### A – A POLÍTICA AO RAIAR DA REPÚBLICA

RODRIGUES (1986) traz vários episódios do movimento republicano em Minas Gerais. Cita especialmente o Manifesto de Diamantina.

O Manifesto de Diamantina<sup>35</sup> constitui mais uma etapa da evolução das idéias políticas mineiras. É o grito da independência dos mineiros e de seus principais ideólogos que pretendem eliminar os males do país reformando as instituições através do sistema republicano. Significa a adesão formal desses políticos ao movimento republicano elaborado e sistematizado pelos paulistas.

O Sul de Minas, que até meados do século XIX guardará relações comerciais e políticas com a corte, durante a campanha republicana desenvolverá, em virtude da proximidade com São Paulo, íntimas ligações com as idéias políticas republicanas advindas da Província paulista. A partir de 1871, fundou-se em Campanha o periódico O Colombo sob a direção de Francisco Honório Ferreira Brandão e Lúcio Mendonça, com o objetivo explícito de defender a

causa republicana. Campanha, que já está dividida em liberais e conservadores, constituirá um núcleo da propaganda republicana bastante atuante. Desse núcleo, constarão boa parte dos docentes da I Escola Normal e Externato, além de seu diretor Dr. Brandão. O Dr. Joaquim Leonel de Rezende Alvim é um dos republicanos mais atuantes. Em discursos proferidos na Associação Cultural Palestra Campanhense Promotora de Instrução, onde segundo atas de 1873 localizadas no APM, está discutindo com seus pares sobre a necessidade de trazer escolas agrícolas e industriais para Campanha.

Em Ouro Preto, a causa republicana receberá de imediato inúmeros adeptos. Alunos e professores da Escola de Minas foram os propagadores mais ardorosos das idéias republicanas. Entretanto, até 1888, as idéias republicanas careciam de um programa partidário político definido. Somente a partir desse ano, com uma convenção realizada naquela cidade, representantes de 47 municípios elaboraram um programa partidário. Assim, oficialmente, surgiu o Partido Republicano em Ouro Preto, organizado na noite de 4 de junho de 1888, secretariado por dois ardorosos republicanos: João Pinheiro da Silva e Antônio Olinto dos Santos Pires.

### **A Política educacional de João Pinheiro da Silva -1890- 1906/1908**

O historiador mineiro BARBOSA (1979) <sup>36</sup> contempla amplamente a política administrativa de João Pinheiro da Silva à frente do governo do Estado de Minas Gerais. Cita como ação mais significativa justamente a sua obra política voltada para a educação

João Pinheiro da Silva governou Minas enquanto vice, e logo a seguir, como governador nomeado no ano de 1890 e depois 7 de setembro de 1906 a 25 de outubro de 1908, quando faleceu.

---

<sup>35</sup> -Manifesto Republicano em Damantina publicado em 11 de fevereiro de 1879 in Ensaios Filosóficos – ver

Desde moço, recém formado, viu-se João Pinheiro cercado de inusitado prestígio, devido em parte à sua cultura. Fizera estudos clássicos, iniciou o curso de engenharia na Escola de Minas mas transferiu-se para São Paulo para cursar Direito onde adotou princípios do positivismo e ideais republicanos que sempre pregou em sua vida austera.

Em 1888, isto é, um ano depois de formado pela Academia de Direito de São Paulo, João Pinheiro liderava o movimento republicano em Minas; nessa época, não havia na Província partido republicano organizado, mas sim grupos de republicanos esparsos, sem organização. Foi justamente em 1888 que se realizou a primeira reunião do Partido Republicano, precisamente em 4 de junho desse ano, na qual saiu eleita a primeira comissão executiva do partido, constituída de Francisco Ferreira Alves, João Pinheiro da Silva, e Leônidas Botelho Damásio. Sua participação no Primeiro Congresso Republicano, realizado em 15 de novembro de 1888, foi decisiva. E, em janeiro de 1889, fundou “O Movimento”, jornal de propaganda das idéias republicanas.

Quando assumiu o governo a primeira vez, em 1890, como vice-governador e, em seguida, como governador nomeado, tinha apenas 29 anos de idade. Cheio de entusiasmo, teve como preocupação constante demonstrar, na prática, as excelências do regime republicano. No pouco tempo em que esteve à frente do governo, deixou a marca da sua administração. Por ato de 6 de maio de 1890, dissolveu o antigo Corpo Policial da Província e criou a polícia do Estado, criou os serviços de estatísticas do Estado, assim como o da Carta Geográfica, este último, com a finalidade de levantar o mapa de Minas Gerais; procurou ainda restaurar algumas denominações históricas; promoveu uma exposição de produtos agrícolas, minerais e industriais, visando incentivar o trabalho dos produtores e fazendeiros em geral; reorganizou a diretoria da Fazenda do Estado.

No exercício do governo, sua preocupação constante, permanente, em todos os seus atos e nos seus pronunciamentos, era demonstrar as excelências dos ideais republicanos e que, na prática, a doutrina republicana podia patentear sua superioridade. Desdobrou sua ação, dispensando especial atenção ao ensino primário e ao profissional, à profissão agrícola e ao desenvolvimento industrial, aos problemas da justiça do sistema penitenciário, construção de estradas etc. A idéia de ensinar aos fazendeiros novos processos agrícolas levou-o a criar e organizar a fazenda-modelo da Gameleira; mandou publicar convite aos fazendeiros para que visitassem a fazenda-modelo, não só , mas autorizou-os a deixar que seus trabalhadores de confiança ali permanecessem por 8 dias a fim de aprenderem o uso das máquinas agrícolas. Estimulou a realização de congressos regionais em que fossem debatidos os problemas mais prementes de cada região. Assim, com sua presença e sob sua presidência, realizaram-se os congressos das municipalidades do Sul, em Itajubá; do Norte, em Diamantina, da Zona da Mata em Leopoldina. Visava ele a estimular os agentes executivos municipais a modificar a forma com que encaravam a administração pública procurando o aumento da produção e melhoria social.

Com o fim de proporcionar informações teóricas e práticas a respeito do emprego de máquinas agrícolas, foi criada a seção de Informações Técnicas. Foi construído um prédio destinado à instalação da Diretoria da Agricultura e, anexo a essa Diretoria passou a funcionar um campo de experimentações e observações, com laboratório de análises, secção de fornecimento de mudas e sementes gratuitamente.

O pensamento DE João Pinheiro, quanto ao sistema penitenciário, constituiu, na época, verdadeira inovação: “O governo entende que deve converter as cadeias em oficinas e as

---

<sup>36</sup> -BARBOSA, Waldemar de Almeida- História de Minas – v.3- Ed. Comunicação – BH -1979

oficinas em escolas práticas de artes e ofícios, para que o recluso, ao voltar para a sociedade, leve consigo uma profissão manual que o habilite para a luta da vida livre e moralizada” e porque “urge modificar o regime de nossas prisões, para pô-lo de acordo com as exigências do Código Penal, da civilização moderna e dos próprios princípios da humanidade.” Promoveu a transformação da velha cadeia de Ouro Preto em Penitenciária Modelo do Estado, com oficinas em que passaram a ser fabricadas calçados, fardamentos etc. Foram três as oficinas que inicialmente criou na Penitenciária de Ouro Preto: sapataria, alfaiataria e carpintaria. Ali passaram a ser fabricadas carteiras escolares, antes adquiridas nos EUA.

Entretanto, a obra que mais projetou o nome de João Pinheiro como administrador foi a reforma e ampliação do ensino primário e profissional. Em 7 de setembro de 1906, assumiu novamente a Presidência de Minas. Auxiliado pelo seu Secretário de Estado dos Negócios do Interior, o Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Brito, através da Lei n.439 de 28 de setembro de 1906, deu nova estrutura ao ensino primário, que ficou dividido em três grupos: escolas isoladas, grupos escolares e escolas-modelo, estas últimas anexas às Escolas Normais. No seu governo, foram criados os primeiros grupos escolares. Foram determinados os horários para as diversas disciplinas do currículo, estabelecidas medidas relativas a frequência, determinadas providências concernentes à higiene nas escolas, fiscalização e estímulo aos professores, com o estabelecimento de prêmios. Foram dispensadas atenções quanto ao pagamento do professorado pelo secretário Carvalho Brito como autorizar coletores estaduais a realizar empréstimos com particulares, no caso de faltar numerário para pagamento de professores, de modo que estes recebessem, sempre em dia, seu pagamento.

A preocupação de dar ao ensino caráter profissional, teve-a João Pinheiro, não apenas no primário, mas também no secundário. A lei nº 463, de 12 de setembro de 1907, redigida pelo

próprio presidente do Estado, determinava no seu art. 1º:”O ensino secundário do Estado de Minas Gerais têm por objetivo cultivar e desenvolver a inteligência, não só para os cursos superiores, mas também para as artes, agricultura e demais indústrias

Convencido de que o aperfeiçoamento do ensino primário dependia da melhoria do professorado, João Pinheiro criou escola Normal Modelo, na Capital e estabeleceu fiscalização severa nas escolas normais existentes no Estado. A esse tempo, algumas escolas normais tinham sido criadas pelas Câmaras Municipais das seguintes cidades: Barbacena, Três Pontas, Itajubá. Em algumas cidades existiam Cursos Normais em Colégios particulares que estavam equiparados à Escola Normal de Belo Horizonte.

Se até a década de 1870, a discussão em torno da organização da escola elementar girava em torno da classe, dos espaços, dos métodos e sua materialidade, a partir desta data surge uma nova influência neste debate. Através da tradução para o português, em 1881, do manual “Lições de Coisas”, da obra americana de Calkins<sup>37</sup> feita por Rui Barbosa, chega ao Brasil a proposta do método intuitivo como solução para o ensino. A respeito do método em questão, informa Faria Filho:

O assim chamado método intuitivo deve essa denominação à importância que os seus defensores davam à intuição, à observação, enquanto momento[...] da aprendizagem humana. Ancorados nas tradições empiristas de entendimento dos processos de produção e elaboração mental dos conhecimentos[...]apropriados e divulgados por Pestalozzi, os defensores do método intuitivo chamaram a atenção para a importância da observação das coisas, dos objetos, da natureza, dos fenômenos e para a necessidade da educação dos sentidos como momentos fundamentais do processo de instrução escolar. (FARIA FILHO, 2003, p.143)

Entre as representações que tinham os republicanos para a educação, figurou o método intuitivo como solução para o ensino brasileiro. Minas irá aderir à experiência de São Paulo adotando o método intuitivo em suas escolas, incluindo Campanha.

### O primeiro Grupo Escolar de Campanha



**Figura 3** - Primeiro Grupo Escolar de Campanha – Dia da inauguração – 1908 –

Acervo Particular: Foto Araújo - Campanha

\* Neste prédio funcionou a I Escola Normal de Campanha -1873

Julguei importante transcrever, embora longa, esta redação de notícia bem no estilo clássico de Campanha, sobre a instalação do primeiro grupo escolar dessa cidade em 1908<sup>38</sup>. A densidade desta citação espelha, além das práticas culturais de Campanha, o momento histórico educacional influenciado pelo ideário republicano. Por ela percebo também as práticas da difusão do ideal de Pátria, do civilismo que compõe este ideário.

---

<sup>37</sup> -Calkins, Norman Allisson – Primary Object Lessons-EUA – traduzida por Rui Barbosa.

Eis a citação:

Com a mais importante solenidade, foi inaugurado no dia 21 do corrente o grupo escolar da Campanha, instituição há muito almejada e que sem dúvida, pela real importância uma nova fase de progresso e engrandecimento vem marcar os anos de história de nossa lendária terra.

O benemérito governo do Estado encarregou o ilustrado e festejado pedagogo José Rangel considerado diretor dos grupos escolares de Juiz de Fora, da organização e instalação de nosso grupo.

Ao meio dia, cerca de quatrocentos alunos dos quinhentos e vinte matriculados formavam-se em frete ao edifício.

O distinto Sr, Júlio da Veiga, diretor do Grupo, acompanhado de quatro distintíssimas professoras, dirigiu-se à residência do Sr. José Rangel para acompanhá-lo até o estabelecimento – foi recebido com flores e executado o hino nacional. Conduzidos todos para o salão inaugural tomou a presidência o ilustre José Rangel, representante oficial do Sr. Carvalho de Brito, operoso Secretário do Interior e aos lados os senhores Lafayette Brandão, distinto inspetor técnico desta circunscrição, Coronel Francisco Bressane de Azevedo, representante deste distrito no Congresso Nacional, Dr. André Martins de Andrade Jr. Inspetor escolar municipal, Coronel Zoroastro de Oliveira, agente executivo do município, Coronel João Bressane de Azevedo considerado sub-administrador dos correios e telégrafos desta cidade e Monsenhor João de Almeida Ferrão, virtuoso vigário geral do bispado e nas cadeiras fronteiriças, o Sr. Dr. Júlio da Veiga diretor do grupo e as professoras D. Maria Amália Valladão Horta, D. Mathilde Marianno, D. Estephânia dos Reis, D. Maria de Andrade Ribeiro, D. Sofia da Costa Araújo, D. Helena Ferreira da Costa, D. Maria Vilhena Moraes e D. Emília Marianno.

José Rangel historiou as inúmeras vantagens dos grupos escolares na modelação do ensino e em nome do governo do Estado declara oficialmente instalado o Grupo Escolar da Campanha e terminou por erguer entusiásticos vivas aos ilustres Dr. João Pinheiro da Silva Presidente do Estado e ao seu digno auxiliar Dr. Carvalho de Brito. Abrilhou o ato a Banda Pedro II e a excelente corporação dos quartetos dirigida pelo maestro Pompeu da Silva e hinos escolares foram cantados pelas professoras do grupo juntamente com os alunos. Antes que o préstito seguisse, em frente ao estabelecimento por dois distintos fotógrafos foram tiradas algumas vistas dos povos ali reunidos. Quase às quatro horas da tarde, terminou a passeata. À noite houve animadas danças que se prolongaram até a madrugada com o maestro Pompeu. Foi oferecida uma mesa de doces pelo Sr. Júlio Veiga ao Sr. José Rangel.

Importado de São Paulo para Minas a idéia dos “grupos escolares”, reunindo num mesmo espaço as escolas isoladas de primeiras letras, cujo projeto de construção ou adaptação do

---

<sup>38</sup> -Jornal Monitor Sul Mineiro -Campanha-26 de abril de 1908-n.513

prédio tinha uma intenção clara de dar a ver a própria República em oposição ao Império. As palavras de FARIA FILHO (2003, p.147) explicitam essa intenção:

Os grupos escolares, concebidos e construídos como verdadeiros templos do saber encarnavam, a um só tempo, todo um conjunto de saberes, de projetos político-educacionais, e punham em circulação o modelo definitivo da educação do século XIX: o das escolas seriadas. Apresentadas como prática e representação que permitiam aos republicanos romper com o passado imperial, os grupos escolares projetavam um futuro em que na República o povo, reconciliado com a nação, plasmaria uma pátria ordeira e progressista.

O primeiro Grupo Escolar da Campanha receberá o nome de Grupo Escolar Zoroastro de Oliveira em 1927, quando ocupará o prédio construído em terreno doado pela prefeitura onde está até os dias de hoje. Antes, à época de sua instalação, funcionou no prédio da I Escola Normal de propriedade do Estado. Como pode-se perceber pela matéria do jornal acima transcrita, foi criado pela política de expansão do ensino promovida pelo governo de João Pinheiro da Silva em Minas.

A reunião de escolas primárias isoladas sob a denominação de Grupo Escolar resultante da reforma do ensino primário levada a efeito, em 1908, é parte da obra educacional de João Pinheiro. Campanha possuía quatro escolas primárias isoladas sobre as quais elaborei o quadro 5 a partir de fonte do (APM) <sup>39</sup> que foram reunidas no Grupo Escolar e criadas mais quatro, contando o Grupo então com oito classes.

Para essas escolas isoladas de Campanha, em 1903, é assinalada a entrega dos seguintes livros aos professores de Minas e de Campanha através do Inspetor Escolar Municipal Dr. Francisco Honório Ferreira Brandão (210 exemplares): Cartilha Nacional de Hilário Ribeiro, segundo e terceiro livros do mesmo autor, coleções (4 volumes) dos livros de leitura de Felisberto

---

<sup>39</sup> -APM – Relatório do Secretário do Interior e Negócios ao Governo João Pinheiro da Silva-1907

de Carvalho, O Coração de Amicis, Primeiro Livro do Abílio, taboada de Backer, Aritmética de Trajano, Geografia de Conturier, História do Brasil de Sílvio Romero e outros.(APM) <sup>40</sup>

No relatório de 1907 há a seguinte alusão:

O regime dos Grupos Escolares deve ser generalizado, de modo que a escola isolada seja uma exceção condenada a desaparecer. Com o Grupo se consegue a divisão do trabalho, a fiscalização permanente, o estímulo dos professores, a execução uniforme do programa de ensino, a atração do aluno para a escola, a frequência assídua, o hábito das crianças viverem em sociedade, corrigindo-se, modificando-se, aperfeiçoando-se, de modo que o ideal republicano de igualdade pode ser atingido naturalmente no trato de poucas gerações. (APM)<sup>41</sup>

Assinala esse mesmo relatório as condições que devem ter os prédios para os Grupos, com amplas condições para a “boa higiene”, moral e de saúde, e oferece três tipos de modelo arquitetônico para a construção e adaptação destes prédios.

Sobre Campanha, traz seguinte nota: “pediram e obtiveram planos de adaptação para seus Grupos Escolares as municipalidades de Diamantina, oito classes[...]Campanha, oito classes”.(APM) <sup>42</sup>

“Desde sua fundação, a escola possui a Caixa Escolar Barão do Rio Branco. Sua biblioteca foi denominada Gladstone Chaves de Melo”, afirma OLIVEIRA (1997, p.14).

No percurso da história do primeiro Grupo Escolar, fica-se sabendo por essa citação de MORAES (p.66), sobre a adoção de determinada cartilha: “Meu querido Grupo Escolar onde aprendi o b-a-ba. Meu livro, todinho na base da soletração, era de Tomaz Galhardo – carinhosamente por nós chamado –tomazgaiado.”

Foi seu primeiro diretor o Dr. Júlio Augusto Ferreira de Veiga, aluno do Externato Oficial de 1876 a 1878 e médico formado no Rio de Janeiro em 1885. Dentre o seu primeiro

---

<sup>40</sup> -APM – Relatório do Secretário do Interior e Negócios Dr. Delfim Moreira – p.93-98- 1903

<sup>41</sup> -APM- Relatório do Secretário do Interior e Negócios ao governo João Pinheiro-1907-- p33-

<sup>42</sup> -APM- Relatório do Secretário do Interior e Negócios Thomaz de Carvalho Brito-1907 p.37

corpo docente constavam as professoras D. Mathilde Xavier Marianno, D.Emília Marianno, D. Sofia Araújo, Maria Amália Valladão Horta, D.Lili Moraes, D. Estefânia Rezende, D.Maria Martins, D. Helena da Costa.

Esse corpo docente está na figura 4, assim identificados:

Em pé – da esquerda para a direita: D.Mathilde Xavier Marianno, D. Emília Marianno, o diretor Dr.Júlio Veiga, d.Sofia Araújo e D. Maria Amália Valladão Horta.

Sentados – da esquerda para a direita: D. Lili Moraes, D. Estefânia Rezende, Dr. Lafayette Brandão, D. Maria Martins e D. Helena Costa.

Em 1925, o Mons. Lefort participa da identificação desses professores nessa foto fazendo as seguintes anotações conservadas pelo Centro de Estudos Campanhenses : “a segunda em cima é D. Emília, minha professora de catecismo; o terceiro em cima é o Dr. Júlio Veiga, meu padrinho de batismo.”



**Figura 4** – Primeiro corpo docente do Grupo Escolar de Campanha – 1908  
Acervo: Centro de Estudos Campanhenses Mons.Lefort - Campanha

D. Mathilde Marianno assume a direção de 1910 a 1917 e, no período de 1917 a 1918, um outro aluno do Externato em 1876/1878, Dr. José Brás Cezarino, também formado em Medicina em 1885, se encontra na direção dessa escola.

Como escola primária estadual, Campanha contará apenas com essa até meados do século XX. Como escola pública de ensino secundário, após o fechamento do Externato e Escola Normal, Campanha não contará com nenhuma até 1929 quando é fundada a II Escola Normal de Campanha. Entretanto dois grandes colégios privados de ensino secundário vão consolidar-se em Campanha durante o século XX: Colégio Sion para moças e Ginásio São João para rapazes.

**Dois Colégios Particulares de Campanha: Colégio Sion e Ginásio São João**  
**Colégio Nodre Dame de Sion**



**Figura 5** – Colégio Notre Dame de Sion – 1908 - Acervo: Centro de Memória do Sul de Minas- Campanha

Em Campanha, simultâneamente ao fechamento da I Escola Normal, foi aberto o Colégio Notre Dame de Sion. O jornal “A Campanha”, de tendência republicana, em 19.de abril de 1904, informa sobre a: “[...]breve instalação nesta cidade do Colégio Sion, filial de importante estabelecimento de educação criado pelas irmãs de Sião[...]informa-nos o nosso prezado amigo e ilustre chefe Dr.Leonel Filho, de quem recebemos o programa e o regulamento do supracitado colégio que as irmãs aqui devem chegar no dia 5 do mês de outubro para inaugurarem o estabelecimento no dia 15.”

Segundo CASADEI (1987, pp 328-329), o Colégio Sion tem, em sua origem, Padre Ratisbone, descendente de família tradicional judaica de Estrasburgo, que se converte ao cristianismo e, em Paris, inicia uma obra educativa cristã para meninas judias. Ao seu lado estará Sofhie Stoulen, fundando a Congregação de Notre Dame de Sion, cuja casa matriz foi localizada na Rua N.D.-Champs, em Paris, por volta de 1854. Espalhará seus colégios para o oriente e ocidente, chegando ao Brasil em 1889 com Colégios no Rio e em Petrópolis, depois São Paulo e, em 1904, em Campanha, no Sul de Minas.

Há informações em CASASANTA (1929), de que em suas práticas pedagógicas de influência francesa, o Colégio Sion mantinha um sistema de premiação – as “fitinhas” – distinção por cores, inspirado na etiqueta do Antigo Regime e na Ilustração de Napoleão.

O Colégio Sion, de fato instala-se em Campanha em outubro de 1904 e, em 1906, já havia solicitado a equiparação à Escola Normal de Belo Horizonte. Receberá alunas de várias partes do país e de Campanha. Dada à suntuosidade da manutenção, não será para camadas populares a não ser pelo sistema das alunas “martinhas”. Não me cabe aqui descrever o universo das práticas culturais dessa escola enquanto particular. Ela me interessa para assinalar que é a alternativa que se pôs para a educação secundária das moças de Campanha por mais de meio século. O Estado de Minas nessa época, mantinha o sistema de equiparação dos Colégios Normais particulares ao da Escola Normal Modelo da capital (art.8 da Lei n.318/1901 que fechou escolas normais públicas), que, em síntese, consistia em ter suas instalações examinadas por pessoas idôneas, ao requisitar a equiparação. Em sendo aprovados, recolhiam aos cofres públicos estaduais taxas específicas referentes às visitas do inspetor e deveriam enviar seus relatórios à Secretaria do Interior. O Colégio Sion de Campanha obtém sua equiparação através do

Doc.n.1862 de 11 de dezembro de 1906 e será fiscalizado pelo inspetor Dr. Gabriel Valladão.

(APM) o Dr. Gabriel Valladão é um dos “mandarins” de Campanha.

### O Ginásio São João



**Figura 6** – Ginásio Santo Antonio - 1908  
Acervo: Centro de Memória do Sul de Minas - Campanha

Pode-se dizer que o Ginásio São João, que oferecia educação secundária para rapazes, evoluiu de outros colégios:

O Ginásio Santo Antonio, fundado em 1906 em Campanha; obtendo a equiparação ao Colégio Pedro II passou a denominar-se Ginásio Municipal até 1910. Fechado, foi restabelecido em caráter particular em 1911 pelo bispo D.João de Almeida Ferrão com o nome Ginásio Diocesano São João.<sup>43</sup>

<sup>43</sup> -Ginásio Municipal São João- Monografia editada pela direção da escola-dezembro-1930-Campanha

A seguir, a figura 7 que também ilustra a existência dessa tradicional escola, traz no centro, sentado na primeira fileira a imagem do bispo D. João de Almeida Ferrão, personagem influente no sistema educacional de Campanha.



**Figura 7** – Ginásio Diocesano São João  
Acervo Particular: Foto Araújo

Durante o período de 1921 a 1926, mereceu o ginásio a concessão das Juntas Examinadoras Oficiais. Em 1927, foi municipalizado pela Lei n.137, firmando-se um contrato entre o Agente Executivo e a diretoria do ginásio para efeitos de sua equiparação ao Colégio Pedro II, que ocorreu em 5.08.1927, sendo a principal regalia desse sistema a de os exames serem feitos perante os próprios professores do estabelecimento sob a inspeção federal permanente.

Mas esse Ginásio, embora “municipalizado”, não pode ser inserido na categoria de escola pública uma vez que, de acordo com seus estatutos, requeria altas taxas aos pais pelo internato e externato, além das despesas de cotidiano pagas por fora. Essas taxas prefixadas eram

pagas em duas parcelas: a 1.º ato da matrícula e 2.º em julho. O pai que matriculasse mais de um filho teria desconto de 10% por filho. Requeria também extenso enxoval para os alunos internos e aos externos o uso obrigatório do uniforme. O ensino de música era considerado extraordinário.

Possuía o Ginásio farto material de laboratório e coleções de zoologia, estrutura para atendimento à educação física e outros itens que fizeram a glória da escola junto com seus afamados professores doutores de Campanha (do clero e parte dos “mandarins”)

Essas coleções de zoologia estão hoje no Museu de Campanha, anexo ao Centro de Estudos Campanhenses Mons.Lefort, pois o ginásio foi desativado em 1964, tal qual o Sion. Julgam os memorialistas que pela vinda da escola secundária pública para Campanha, fenômeno cujo período não está no escopo desta pesquisa.

Tal qual o Sion, enquanto escola particular, não descreverei as práticas educacionais desse ginásio, interessa-me o registro desses educandários para chegar à compreensão do meu problema de pesquisa.

Posso afirmar que quanto ao ensino secundário, a república mineira foi ausente e omissa em relação à oferta desse nível de ensino em Campanha. No período imperial, esse nível de ensino foi assegurado em Campanha. Embora tenha observado que quem mais usufruía desse nível de ensino era quem detinha o imaginário que eu chamei de “mandarim” (que exporei mais à frente). Ou seja, a elite era quem desenvolvia as estratégias de acumular o capital cultural e político, servindo-se da oferta disponível em escolas e dessas alçando-se aos cursos superiores, que lhes possibilitaria estar na ciranda política e nos cargos no serviço público para a manutenção do status-quo.

## B - OS ANOS 20 E A CULTURA REFORMADORA DA EDUCAÇÃO

Os anos 20 acolheram o início de uma transformação cultural significativa no país. Após a Primeira Guerra Mundial, o Brasil passou a intensificar a diversificação de suas relações comerciais e financeiras. A Inglaterra, que saíra cambaleante do conflito mundial, cedeu espaço para os Estados Unidos da América no cenário comercial e financeiro internacional. O Brasil, tradicional cliente de bancos ingleses, passou então a dar preferência aos relacionamentos com os norte-americanos. Acopladas a essas mudanças na vida econômica do país, vieram transformações culturais. A vida e o comportamento do cidadão norte-americano, através de filmes, imprensa, literatura etc, começou a constituir paradigma para boa parcela da intelectualidade brasileira. Essa influência também se estendeu ao campo educacional e pedagógico.

A década de 20 marcou um momento de grande discussão na educação brasileira. O modelo, até então existente, que dava ênfase à formação das elites, foi colocado em xeque. Em seu lugar propunha-se a instituição de um sistema nacional de educação, com ênfase na educação básica, no ensino primário, mas formando um todo articulado, do primário ao superior.

Os educadores que participavam dos debates e discussões nutriam um grande entusiasmo pela educação: acreditavam que, através dela, poderiam modificar a própria sociedade. Por isso, em primeiro lugar, seria preciso montar um moderno e eficiente sistema de educação, em que caberia ao Governo Federal a responsabilidade fundamental.

A força do entusiasmo pela educação espalhou-se até meados dos anos vinte, quando foi atropelada por novo movimento: o otimismo pedagógico.

Todo o ideário pedagógico do Movimento da Escola Nova, principalmente na versão norte-americana encetada pelos educadores John Dewey e Willian Kilpatrick, é trazido ao país

pelo educador Anízio Teixeira, ganhando adeptos nas gerações de intelectuais jovens que se preocupavam com os problemas educacionais.

O ideário escolanovista, incluindo as versões europeias através dos pensadores Ovidy Decroly e Edouard Clàpared conjugava-se muito bem com o nascente otimismo pedagógico, que centrava suas preocupações na reorganização interna das escolas e no redirecionamento dos padrões didáticos e pedagógicos.

Três fatos contribuíram de forma especial para desenvolver os debates acerca da educação: a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924; o inquérito sobre a educação promovido pelo jornal O Estado de São Paulo, levado a efeito por Fernando de Azevedo, em 1926, e as reformas educacionais realizadas por vários Estados, durante a década de 1920.

No final dos anos 20, o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico se completaram e se chocaram, desdobrando-se pela sociedade civil através das Conferências Brasileiras de Educação, promovidas pela ABE. Enquanto, no âmbito da sociedade política, a política educacional vigente tendeu a abandonar o entusiasmo pela educação e adotar o otimismo pedagógico, no âmbito da sociedade civil, o nascimento da ABE retirou do Congresso Nacional o monopólio da discussão educacional, colaborando assim para o afloramento das contradições internas tanto do “entusiasmo” quanto do “otimismo”. A ABE, que reunia tanto professores desconhecidos como nomes já famosos da educação brasileira, colaborou para que tanto o entusiasmo como o otimismo pintassem com cores fortes todo o processo de transformação cultural educacional que ressurgiu na agonia da Primeira República que, posteriormente, deu o tom para os acontecimentos educacionais pós Revolução de 1930.

Dentre os Estados que realizaram reformas educacionais está o Estado de Minas cujo governador à época era Antonio Carlos de Andrada que com seu Secretário do Interior Francisco Luís da Silva Campos, auxiliado por Mário Casasanta, promoveram e executaram nova legislação para o Ensino.

### **A política educacional de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada- 1926/1930**

MORAES (2000, p. 194), em sua tese de doutoramento, informa:

Foi nas propostas de modernização e nas formas de realiza-la que se encontraram Antônio Carlos Andrada e Francisco Campos, ambos legítimos representantes da oligarquia mineira. Frente aos anseios de manutenção do poder, por parte das facções agrárias dominantes e diante das ambições de Antônio Carlos e Francisco Campos em investir na continuidade da carreira política, tornava imperativo atender as exigências do movimento de transição capitalista adaptando a máquina governamental[...]e não ignorar o intenso debate em nível nacional sobre a precariedade das instituições escolares e necessidade de uma profunda renovação no sistema educacional do país.

Assim Antônio Carlos e seu secretário de Ensino Francisco Campos fazem em Minas Gerais a mais ampla e ousada reforma do ensino primário e normal. Os dois movimentos “Entusiasmo e Otimismo Pedagógico”, codificados por Nagle, estão em Minas personificados: ampliar a base de votos e qualificar a mão-de-obra para o capital, via educação. Na reforma mineira, o Estado se fez presente, dos princípios mais gerais, recomendando disciplinas, programas e metodologias, até o uso do diário de classe, dimensão e formato de carteira, a cor das paredes das salas de aula e dos corredores, etc. Objetivo: moldar a instituição escolar aos parâmetros estabelecidos pela nova sociedade que se estruturava, usando o discurso liberal .

A Reforma Francisco Campos foi oficializada através do Regulamento do Ensino- Decreto-Lei n.7.970-A de 15 de outubro de 1927, em seguida, pelos Programas do Ensino Primário – Decreto-Lei n.8.094 de 22 de dezembro de 1927 e pelo Regulamento do Ensino

Normal –Decreto-Lei n.8.162 de 20 de janeiro de 1928, pelos Programas do Ensino Normal – Decreto Lei n.8.225 de 11 de fevereiro de 1928 e finalmente pelo Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento – Decreto-Lei n.8.987 de 22 de fevereiro de 1929.

Essa reforma educacional em Minas se expressou através dos seguintes pontos:

- Entre 1926/30- foram criadas 3.809 escolas primárias.
- 87% de acréscimo de matrícula de alunos até 1928.
- 21 escolas normais oficiais (só havia duas antes).
- 1926- Realização do Congresso de Instrução Pública onde foram divulgadas as diretrizes da reforma. E Intensa sensibilização do professorado e sociedade.
- Escola leiga, gratuita e obrigatória de 7 a 14 anos.
- 1927- Envio de professores à Universidade de Columbia, EUA- centro difusor da Escola Nova onde atuavam Dewey e Kilpatrick para habilitá-los em conferências no ideal escolanovista.
- Cursos na Escola de Aperfeiçoamento e na Escola Normal Oficial incluindo as novas disciplinas Biologia e Higiene, Psicologia Infantil, Metodologia e Práticas Escolares.
- Criação da Revista do Ensino pela Inspeção Geral de Instrução, veículo do novo ideário para os professores.
- Criação de Bibliotecas em cada escola normal enviando a cada uma mil obras entre 1929/30.
- Traz a “missão européia de ensino” em 1929. São eles: Theodore Simon, Alfred Binet, Leon Walter, Edouard Claparède, Helene Antipoff, célebres representantes escolonovistas europeus.

- Criação do Auditorium, Club de Leitura, Pelotão da Saúde e do Escoteirismo, Associações de Mães, Caixa Escolar, Fundo Escolar e Conselhos Municipais de Educação.

- Reforma e regulamentação do Ensino Primário Normal.

- Criação da Escola de Aplicação e do Laboratório de Psicologia onde atuam Binet e Simon- experiência de testes de homogeneização de turmas. O Curso de Aplicação, de acordo com o Regulamento deveria fornecer ao aluno noções úteis que constituem o pressuposto de toda a cultura moderna. Francisco Campos teve como Inspetor Geral da Instrução o mineiro Mário Casasanta que implementa e acompanha a reforma no Estado de Minas Gerais.

Enfim esta reforma estadual será o degrau que levará Campos ao governo Vargas

### **Bases Científicas da Escola Nova**

Conhecida também como “Pedagogia Científica” tem suas raízes em um cabedal amplo de influências. LOURENÇO FILHO (1978, p. 26), afirma que a fé na educação, ou na ação criadora da escola, encontra-se nestas palavras de H.G.Wells de 1920: “ A história do homem torna-se cada vez mais, uma corrida entre a educação e a catástrofe.” No sentido desta frase está o medo da barbárie geradora das guerras e a possibilidade da ciência desvendar como se dá o desenvolvimento biológico, psíquico e social do homem, para que novos caminhos sejam pensados para a sua educação como criadora de um mundo melhor. Um grande interesse pelos estudos da biologia, da psicologia da infância e adolescência e as novas descobertas da medicina foram influenciando a pedagogia. Novos meios e novos fins de educar foram surgindo através

das contribuições das teorias da aprendizagem oriundas da psicologia experimental e do conhecimento objetivo do crescimento. A adaptação social do homem através de uma educação funcional que o tornasse produtivo nas relações de trabalho do sistema capitalista também foi considerada. Enfim como a criança cresce, que fatores pesam mais: genéticos ou ambientais, psíquicos ou sociais, ou ainda a união de todos estes fatores estarão na base da criação dos métodos ativos que centralizam a criança no processo ensino-aprendizagem coadjuvado pelo professor. Todas estas formulações que representam o ideal escolanovista chegam ao Brasil na década de 1920 através dos pioneiros da educação nova, especialmente Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Francisco Campos em Minas Gerais.

## **A II Escola Normal De Campanha**



**Figura 8** – II Escola Normal Oficial - 1930  
Acervo: Centro de Memória do Sul de Minas - Campanha

Com o título “A Nossa Escola Normal”, a revista campanhense “Alvorada” do mês de abril de 1929, carregada do estilo clássico campanhense, informa sobre a festa de instalação da escola em Campanha:

Sob a presidência do benemérito campanhense Dr. Jefferson de Oliveira, ilustre Presidente da Câmara Municipal, instalou-se solenemente, a 20 deste, a nossa Escola Normal, produzindo o discurso oficial o notável professor Juscelino de Aguiar, digníssimo diretor em comissão do novo instituto de ensino. O povo, que enchia literalmente o grande e suntuoso edifício da praça Dr. Jefferson, ouvindo, cheio de santo entusiasmo, numa alegria comunicativa os vários e distintos oradores, parecia ter estampado no rosto um claro sorriso de contentamento, vendo, naquele instante, realizada uma série de suas mais justas aspirações, graças ao governo esclarecido do preclaro Presidente Antonio Carlos.

E a nossa Escola Normal há de ser o viveiro feliz de grande número de almas que, sequiosas do saber, hão de ir ali beber o cultivo espiritual, partindo depois, como professoras, para os mais longínquos recantos do nosso imenso território mineiro[...] <sup>44</sup>

Atribuída a criação desta escola ao governo de Antonio Carlos pelo qual os editores da revista citada agradecem: “Campanha há de saber agradecer imensamente esse gesto de tamanha fidalguia e patriotismo do Exmo. Sr.Dr Antonio Carlos, guardando no coração o nome de tão grande benfeitor e amigo.”<sup>45</sup>

Assim como alguns anos depois da visita de João Pinheiro à Campanha surge nesta cidade o Grupo Escolar, um ano após Antonio Carlos ter visitado a Campanha, sob os aplausos e manifestações públicas, esta cidade recebe a sua II Escola Normal. Chefiava a política na cidade Jefferson de Oliveira.

“Vão em plena execução as reformas que levei a efeito no ensino primário e normal, em consequência dos dispositivos da Lei n.996, de 24 de setembro de 1926”<sup>46</sup>, afirma Antonio Carlos Ribeiro de Andrada em sua mensagem ao Congresso Mineiro de 1929.

Depois de expor pontos essenciais de suas idéias pedagógicas e política de ações para o ensino, nomeia as Escolas Normais de segundo grau que são as da Capital, Ouro Fino, Uberaba e Juiz de Fora e lista as Escolas Normais de primeiro grau que criara no início do ano e afirma à página 76: “Em fevereiro e março do corrente ano, o Governo criou as Escolas Normais de primeiro grau de Curvelo...Pitangui...Ouro Preto...e Campanha, que tem por diretor, em comissão, o sr.. Francisco de Mello Franco.” <sup>47</sup>

Além do diretor Mello Franco, tinha o seguinte corpo docente: Maria José Mello, Ana Cândida Andrade Leite, Vitalina Camargo (D.Tatá), Ordália

---

<sup>44</sup> -Revista Alvorada- Ano 1 – Campanha - Abril - 1929 – n.5 e 6

<sup>45</sup> -idem

<sup>46</sup> -APM- Mensagem do Governo Antonio Carlos Andrada ao Congresso Mineiro - 1929

<sup>47</sup> -idem

F.Oliveira, Emília Evangelina de Moraes (D.Milica), Ana Cândida de Miranda, Artur Fonseca, Manoel Casasanta, Maria José Coelho Netto, Laura Bressane, Júlio Bueno, Francisco Lentz de Araújo, Dr. Nicolau Tolentino de Moraes Navarro, Dr. Edmundo Nogueira, Dr. João Chagas de Miranda, Eduardo Vilhena de Moraes, Sara de Azevedo Borges, Maria Emiliano Cezarino, Pulcheria de Azevedo Oliveira, Elvira Brandão de Andrade, Maria de Lourdes Brandão de Andrade, Maria José Sales, Maria José da Costa Neto, Maria Augusta Navarro, e Oliva Andrade Brandão.(MATOS, p. 60 )

Segundo OLIVEIRA (1997), a II Escola Normal de Campanha foi instalada no sobrado da Praça Jefferson de Oliveira que foi destruído por um incêndio em 30 de maio de 1987 e mantinha um curso primário anexo para que os alunos mestres (3.ano Normal) tivessem aulas práticas exercitando os conhecimentos de metodologia que lhes eram ministrados. O curso era de cinco anos, sendo dois de adaptação e três de formação. Graduava professores para Minas Gerais, pois o curso Normal era estadual e não tinha valor para outro Estado. (grifos meus)

Um hiato de tempo de mais de vinte anos houve entre a I e a II Escola Normal de Campanha. Mas o habitus político das elites dirigentes em Minas e em Campanha se transformava mas não muda. Ter Escola Normal na cidade não era uma questão de direitos dos cidadãos mas sim refletia o poder político pessoal de quem integrava a situação. Vargas não nomeou interventor para Minas até enquanto Olegário Maciel que o apoiara esteve vivo. Com sua morte, em 1933 Benedito Valadares foi nomeado interventor para o Estado. Em 1935 é eleito pela Assembléia mineira e de 1937 a 45, se transforma em “delegado” do regime de Vargas. Ao todo foram onze anos de seu governo em Minas. A nova ordem oligárquica não teve afetos com Campanha e nem com sua Escola Normal. A escola esteve aberta enquanto seu “patrono” Dr. Jefferson de Oliveira teve capital político em Campanha e em Minas.



**Figura 9** – Primeiro corpo docente da II Escola Normal Oficial e autoridades presentes 1930  
Acervo: Centro de Estudos Campanhenses Mons. Lefort – Campanha

Os personagens da figura 9 estão assim identificados:

-Primeira fila – em pé – da esquerda para a direita: Maria José Mello, Ana Cândida Andrade Leite, Vitalina Camargo (conhecida por Da. Tatá), Ordália F. Oliveira e Emília Evangelina de Moraes (conhecida por Da. Milica).

-Fila do meio – em pé – da esquerda para a direita: Ana Cândida de Miranda, Artur Fonseca, Mário Casasanta (o implementador da Reforma Francisco Campos presente em Campanha), Manoel Casasanta, Maria José Coelho Netto, Laura Bressane.

-Assentados – da esquerda para a direita: Júlio Bueno (ex-aluno e professor da I Escola Normal), Pe. Osório, Francisco de Mello Franco (diretor da escola), Deputado Guerino Casasanta, Mons. Hugo Bressane de Araújo e Francisco Lentz de Araújo (ex-aluno e professor da I Escola Normal, presente nas memórias de Fernando de Azevedo)

Pelo conteúdo político que ela transborda, vale a pena fazer esta citação de Oliveira:

A história da Escola Normal esteve sempre interligada à trajetória política do Dr. Jefferson de Oliveira . A política deu voltas, Jefferson de Oliveira se elegeu deputado federal e solidário com Mello Viana e Carvalho de Brito, apoiou Júlio Prestes por São Paulo à Presidência da República. Prestes é eleito[...]alegada a fraude eleitoral, explode a Revolução de 30, Washington Luiz é deposto, o Congresso é fechado e Vargas torna-se ditador[...]As consequências da posição de Jefferson foram terríveis para Campanha. Em represália, o interventor Olegário Maciel [...] transferiu a Escola Normal. Enfim uma cidade muito atingida para se perseguir um político.  
(OLIVEIRA, 1997, p.17)

Reaberta novamente, competiu esta escola com as outras duas que havia em Campanha:

Sion e São João. Será fechada em 1937 em tempos de Estado Novo.

#### C – ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA

A memória pode ser tomada como uma das fontes de informação para a construção do saber histórico por meio de uma inter-relação dinâmica. Chartier afirma que:

A história cultural deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. Rompendo com a antiga idéia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único [...] .dirige-se às práticas que pluralmente, contraditoriamente dão significado ao mundo.  
(CHARTIER, 1990, p.27)

Através destes dois entendimentos, construirei uma síntese das práticas educacionais percebidas por mim nas memórias dos autores que expus e nos documentos que selecionei para compreender o sentido da representação Athenas criada para Campanha.

#### **Práticas educacionais na Campanha – Província-1870/1889**

- **Quanto ao ensino elementar público:** chama a atenção a aula noturna para pretos em período anterior à abolição e a aula de instrução moral e religiosa para presos na cadeia. Não

havia turmas mistas. A escola era isolada, funcionando na casa do professor. Havia o castigo da palmatória mas também o sentimento de infância (criança precisa brincar) O ensino elementar era de dois graus: 1. para distritos e vilas e 2. para a cidade mais populosa. Para as meninas havia a modalidade elementar de 1. grau. Usava-se o silabário “Expositor Português” na alfabetização, mas coleções de livros ilustrados eram utilizados. No currículo constava sistema métrico, aritmética, catecismo e a prática do ditado.

- **Quanto ao ensino secundário público:** havia o ensino clássico com predominância do latim. Não era um curso, não havia seriação, o aluno se matriculava em duas disciplinas de cada vez e prestava os exames. As disciplinas eram: latim, francês, inglês, história, geografia e matemática. Não havia língua portuguesa no currículo. Para o ensino do latim partia-se da “Artinha” que era decorada, passava-se para o Novo Método de Dantas e traduzia-se os clássicos: Cícero, Ovídio e Virgílio. Era frequentado pela elite.
- **Quanto à I Escola Normal:** o que chama a atenção são as atribuições que a escola tinha. Devia selecionar, através de exames, além dos próprios alunos, candidatos às cadeiras de primeiras letras, candidatos para atuar na escola normal e ensino secundário, candidatos aos empregos na justiça e para obtenção de carta de advogado. A rotina da I Escola Normal era intensamente preenchida pela prática dos exames. O curso normal era seriado, tendo evoluído sua duração de dois para três anos, chegando a quatro na república. A grande maioria dos professores eram “doutores”. As mulheres só atuavam no nível elementar. O material requisitado pela escola ao governo era: resmas de papel, botija de tinta, penas de escrever e rolos de barbante. Todas as provas eram enviadas ao Inspetor da Instrução. Os critérios de aprovação nos exames eram: com distinção, plenamente, simplesmente. As aulas práticas anexas do sexo feminino e masculino eram utilizadas como laboratório dos alunos do curso

normal e para selecionar os candidatos às cadeiras de ensino em Minas. A Escola herdou a biblioteca pública que havia em Campanha.

### **Práticas Educacionais na Campanha – República –1889/1930**

- **Quanto ao ensino primário:** as escolas isoladas foram reunidas no Grupo Escolar -8classes  
Chama a atenção, dentre os livros enviados pelo governo, o “Coração” de Amicis – prática do civismo, canto de hinos, culto à Pátria.
- **Quanto ao Ensino secundário público:** não houve oferta neste período.
- **Quanto à I Escola Normal:** continuou suas práticas de exames e formação de professores até 1905. Tanto o corpo docente quanto discente pertenciam à elite.
- A **II Escola Normal** foi instalada em 1929 dentro do ideário escolanovista. Havia a escola de aplicação anexa. O corpo docente era composto também por mulheres. Essa escola esteve ligada ao poder político pessoal do Dr. Jefferson de Oliveira sendo fechada por duas vezes: na Revolução de 1930 e definitivamente no Estado Novo.
- **Quanto ao ensino secundário profissionalizante público:** funcionou por um ano, entre 1893/94, anexo à I Escola Normal
- **As aulas práticas anexas** à I E.Normal foram reunidas no Grupo Escolar.

### **Análise dos dados do Quadro 11 – População e Alunos em Campanha**

- Estão integrados no quadro 11 dados de população extraídos de fontes oficiais e de pesquisadores.
- Os dados sobre alunos em Campanha dos anos de 1890 e 1905 foram extraídos de documentos primários. Quanto aos dados de 1872 e 1929 foram extraídos das revistas de Campanha.
- Como não se dispõe de dados populacionais relativos a Campanha por faixa etária no período desta pesquisa – 1870/1930, fica-se sem parâmetro para confrontação desses dois dados.

<i>Quadro 10 – Entre a Memória e a História – Escolas, Seminários, Instituições Culturais – 1870 - 1930</i>								
Em Campanha – Província – MG – 1870 a 1889								
Data		Públicas			Privadas			Observação
Início	Fim	M	F		M	F		
?	?		X	Aulas de D. Carolina Possidônia Stockler de Lima	X		Colégio Evaristo Gomes de Paiva	
?	?	X		Aulas de D. Henriqueta A.C. Ribas	X		Colégio Prof. Candido S. B. Alvarenga	
	?	X		Aula Noturna para pretos Prof. Zeferino Dias Ferraz da Luz				
?	?	X		Aula para presos na cadeia Prof. Pe. Carlos Ferras da Luz				Instrução Moral e Religiosa
1870						X	Colégio Mariano	
1872	1889	X		Externato Oficial				
1873	1905		X	I Escola Normal				
1873	1905	X		Aula Prática Anexa à E. N.				
1873	1905		X	Aula Prática Anexa à E. N.				
1884					X		Colégio São Luiz Gonzaga	Internato dirigido por Pe. João de Almeida Ferrão
1884	?	?	?	Aulas de D. Maria Joaquina da Silva				
1884	?	?	?	Aulas de D. Maria Lúcia de São José		X	Escola de D. Miguelina de Araújo Lobato	
1886	1888				X		Escola do Pastor Eduardo Carlos Pereira e Joaquim Camargo	Escola Primária e Curso de Português e Latim
1887					X		Colégio Jopper	De duração efêmera
1889					X		Colégio Veiga	
1873	1874						Jornal Feminino editado pela Prof. E. N. Francisca Senhorinha Mota Diniz	1º no Brasil. Em 1874 transfere-se para o RJ

1863	?						Associação Palestra Campanhense	Cria-se a sociedade Promotora da Instrução Agrícola
1874				Biblioteca Pública				Fundada por Bernardo Saturnino da Veiga
1872							Jornal "O Colombo"	Veículo da Propaganda Republicana
<b>Em Campanha – República – MG – 1889 / 1930</b>								
<b>Data</b>		<b>Publicas</b>			<b>Privadas</b>			<b>Observações</b>
Início	Fim	M	F		M	F		
1890					X		Externato Jonas Olynto	Ex-aluno E.N. – ensinava sozinho todos os Preparatórios manteve o ensino de Latim
1893	1894	X		Curso de Agrimensura anexo à E.N.				
1894	1908				X		Noviciado dos Jesuítas	Transferido para São Paulo
1901	1902				X		Escola do Poeta César N. Motta	Curso Primário para rapazes
1904	1906				X		Escola do Prof. Francisco Paes Paulo	Idem
1906	1908				X		Ginásio Santo Antônio	Fundados por Pe. João de Almeida Ferrão
1908	1908				X		Ginásio Diocesano São João	
1908	1964				X		Ginásio São João	
1909					X		Seminário Nossa Senhora das Dores	Em 1908 é fundado o Bispado de Campanha por obra de D. Ferrão – 1º Bispo
1908		X	X	Primeiro grupo Escolar de Campanha Em 1927 recebe o nome de Grupo Escolar de Oliveira				Reuniu as Escolas Isoladas de Primeiras Letras e as Aulas Práticas Anexas à I.E.N.
1904	1968					X	Colégio Notre Dame de Sion	Internato Feminino

1915	?	X			X		Externato Primário e Secundário	Propriedade de vários professores
1918	?				X	X	Escola do Prof. Christiano Leonel de Rezende	Alfabetização de crianças e adultos
1929	1937	X	X	II Escola normal de Campanha com Escola de Aplicação				Fundada com a Reforma Francisco Campos

**Notas:** Campanha possui vários jornais no período 1870/1930 de variadas tendências políticas ou apenas informativos.

**Fontes:** ANDREI, Angélica – Compilação – 2003  
 BUENO, Julio - Almanaque de Campanha – 1900 -VALLADÃO, A.V. – Campanha da Princesa – v.3 – 1943 – G. dos Tribunais  
 VEIGA, Bernardo S. – Almanaque Sulmineiro de 1874 – Ed. Campanha – Almanaque Sulmineiro de 1884 – Ed. Campanha

**Quadro 11 - Dados populacionais e dados de Matrícula nas Escolas de Campanha – 1831/1929**

ANO	Cidade	Total do Termo	Total do Município	Total de MG	Escola Pública Isolada de Primeiras Letras	Grupo Escolar	Escola Normal Oficial	Colégio Sion Particular	Colégio São João Particular
* 1831/1832	5.500	35.476							
1837	2.084	19.791	8.733						
1862		27.472							
1872				2.102.689	80				
1890	10.941		16.185	3.184.099	330				
1900				3.594.471					
1905					264				
1920				5.888.174					
1922	9.129		12.367						
1929						500	200	300	200

**Fontes:** Revista Alvorada – Ano 1 – Abril – n.5 e 6 – 1929 - Campanha – dados aproximados de alunos em 1929

APM – IP – 84 –Quadro de Cadeiras Primárias no Estado de Minas Gerais-1890

APM - Relatório do Secretário do Interior ao Governo João Pinheiro da Silva – 190

CASADEI, A. – Notícias Históricas da Cidade de Campanha – Serviços Gráficos - 1987

### **CAPÍTULO III**

#### **O INTELLECTUAL AUSENTE – FERNANDO DE AZEVEDO**

##### **UMA OUTRA REPRESENTAÇÃO ?**

Enquanto Alfredo de Vilhena Valladão está produzindo sua elegia a Campanha, ou seja, sua grande obra “Campanha da Princesa” em que promove a representação Athenas do Sul de Minas, entre 1937 e 1945 (e faz escola entre os demais), um outro intelectual Fernando de Azevedo, nato em 1894 em São Gonçalo do Sapucaí, criado em Cambuquira, ambas as cidades pertencentes ao termo de Campanha até o final do século XIX, política e culturalmente afinada à esta, também está produzindo sua obra clássica “A Cultura Brasileira”. Em meu juízo são discursos antitéticos no que tange às formulações sobre a educação. São dois intelectuais formados no mesmo universo cultural mas que construíram representações diferentes sobre sua região natal. Valladão, a legitimar a educação clássica, o arcadismo, como o baluarte de sua “Athenas” e Azevedo a denunciá-la como sendo a consubstanciação de um modelo de educação inadequado, que não correspondia mais às necessidades vigentes em seu tempo. Estes dois personagens, Valladão representando o humanismo clássico e Azevedo o humanismo científico, estão num mesmo espaço físico e geográfico, o Rio de Janeiro, a um mesmo tempo, 1927 a 1930, ocupando cargos públicos notórios nas instituições republicanas. Valladão, atuando em sua cátedra na Universidade e no Tribunal. Azevedo, chamado de São Paulo à capital do país (na época o Rio de Janeiro), para o cargo de Diretor Geral de Instrução Pública, para conceber, executar e consolidar uma reforma radical da instrução pública no Distrito Federal. Azevedo, sobrinho neto pelo lado materno de uma figura política das relações campanhenses de Valladão: Francisco Antonio de Lemos da família do barão do Rio Verde, conhecia seguramente Valladão,

que por sua vez silencia em sua obra sobre a presença de Azevedo e de seu decurião Leonel Franca em Campanha ,no Seminário Jesuíta, sediado em Campanha entre 1894 a 1908.

A obra “A Cultura Brasileira”, solicitada pelo IBGE como introdutória do recenseamento sob os Estado Novo foi publicada em 1943, um ano após o terceiro volume da obra de Valladão que trata especificamente da cultura de Campanha e onde ele faz um resgate das escolas, professores, imprensa, sociedades de cultura e principalmente os valores do ensino clássico. Em 1945, Valladão publicará o quarto volume onde ele apresenta o fenômeno “ mais de uma centena de campanhenses ilustres” que personificam, segundo ele, a glória de Campanha.

Observo que entre Valladão e Azevedo se estabelece um paradoxo. Enquanto o primeiro é um defensor das tradições, da educação humanista clássica, no seu meio cultural, participando da criação da representação Athenas, que legitima o sistema educacional de uma época, o segundo, oriundo do mesmo universo cultural se identifica com a ciência, com a razão, com a escola laica, única e gratuita, fará um grande combate ao modelo educacional humanista clássico. Paradoxo também porque: em suas memórias<sup>1</sup>, Azevedo fala com gratidão sobre as figuras de seus anos escolares, mas, “insatisfeito, torturado à procura de caminhos novos, decidido a percorrê-los e sempre disposto a enveredar por outro em que com mais clareza se anunciasse o futuro.”

Azevedo em suas memórias, resgata o ambiente natal:

Mas chegou a hora de sair de Cambuquira a fim de iniciar os estudos preparatórios para o curso ginasial. E fui então mandado ao Colégio Francisco Lentz em São Gonçalo do Sapucaí [...]recebido em casa de minha tia Laura[...]já passava os sábados e domingos ficando nos outros dias da semana, a cargo do Colégio, que trazia o nome de um ilustre educador daquele tempo Francisco Lentz de Araújo. (AZEVEDO, 1971, p.11)

---

<sup>1</sup> -AZEVEDO, Fernando de – História de Minha Vida – Ed.José Olympio – RJ – 1971-

O educador referenciado por Azevedo, é personagem de Campanha. Aluno do Dr. João Luiz Alves no curso de Agrimensura, em 1894, anexo à I Escola Normal de Campanha, e que posteriormente assumiu uma cadeira de professor nessa escola.

Fernando de Azevedo traz em suas memórias do período (1903/1905), as práticas cotidianas escolares:

Estudar, estudava no colégio. Já era para mim, um prazer assistir às aulas, ouvir meus mestres, ler, ler muito e trabalhar. Mas tinha também minhas horas de recreio. E era nelas que as cousas viravam[...]o menino rebelde irrompia[...]e começava no colégio o corre- corre...mas nessas fugas quem me acudia com seus cuidados maternos era a própria senhora Francisco Lentz que me arrebatava às mãos do truculento inspetor de alunos, escondendo-me em qualquer lugar, debaixo da cama, ou num armário. Era a boníssima e inesquecível D. Belmira, que me fazia no colégio, as vezes de mãe..(AZEVEDO, 1971, p.13)

Os anos passados no Colégio Francisco Lentz e posteriormente no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo, de orientação jesuítica, vão reforçar sua rigorosa formação intelectual e moral que marcará a sua vida pública.

Do noviciado de dois anos na “tranquila cidade de Campanha”, integrado à vida religiosa por Leonel Franca, Azevedo é então mandado a uma experiência de magistério no Colégio São Luíz onde não refaz os votos e se desliga da Companhia de Jesus.



**Figura 10-** Noviciado Jesuíta em Campanha-1903  
Acervo: Centro de Memória do Sul de Minas - Campanha

De volta a Minas em 1914, agora em Belo Horizonte, frequenta por três anos o Curso de Direito e exerce a função de professor substituto de latim e psicologia no Ginásio Mineiro. É nessa oportunidade que faz as primeiras críticas sobre o funcionamento desse colégio. Do ideal que lhe ficara dos gregos sobre a educação física, tudo o que vira em Belo Horizonte nesse ensino era o que havia de mais contraditório. Enfim faz as primeiras críticas reformistas do ensino público.

Quero registrar a grande decepção de Fernando de Azevedo ao tentar, por concurso, o ingresso na cadeira de educação física do Ginásio Mineiro. Mesmo saindo-se melhor do que o outro candidato, entretanto, não fica com a vaga, pois teve precedência “as relações de

sociabilidade” corroboradas por uma Lei que permitia ao Governo do Estado nomear qualquer dos candidatos:

Foi nomeado pelo Presidente Delfim Moreira o candidato pelo qual se batia a política de Barbacena, a cuja frente estavam o velho Crispim Jacques Bias Fortes e o seu filho já deputado Bias Fortes[...]Manda chamar-me ao Palácio da Liberdade o presidente[...]teve de nomear o outro candidato por injunções políticas. (AZEVEDO, 1971, pp. 40-41)

Foi essa prática política de Minas que levou Azevedo a cumprir, em outros Estados, os seus ideais de reformador da sociedade junto com outros intelectuais, produzindo as reformas da instrução pública no Rio de Janeiro e redigindo o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932”.

Mas por que esse paradoxo entre Valladão e Azevedo? Não se trata de renegar o ensino clássico, pois ambos pertenceram ao mesmo universo cultural. Trata-se, em relação a Valladão, do apagamento das injunções políticas e sociais na representação que ele construiu sobre Campanha, legitimadora das estratégias de manutenção do status quo da camada social à qual ele pertence. Azevedo por sua vez, as desvela e critica.

De suas memórias, ainda ressalta Azevedo: “Na história de vida de um líder político, um revolucionário, um cientista, ou como, nesse caso, um escritor, jornalista, sociólogo, que fui também, e talvez sobretudo um reformador e político da educação, o que logo ressalta é a própria sociedade em que viveu.”

Azevedo e Valladão vão construir representações diferentes, a partir do lugar que ocupam na sociedade. O primeiro valorizará o imaginário, a tradição e resistirá às mudanças. O segundo, significará um novo tempo que terá a modernização do país, feita nos moldes urbano/industrial. Segundo PESAVENTO(1995, p. 24):

Estiveram no centro do imaginário social do século XIX até o início da Primeira Guerra Mundial, o progresso e a modernização. O progresso, em si é uma

abstração conceitual da realidade empírica: o século XIX viveu a consolidação do sistema de fábrica, a vitória do capitalismo, a difusão das máquinas, o florescimento da sociedade burguesa[...]Expressou-se por ritos e discursos específicos que foram desde as exposições universais aos congressos científicos[...]para chegar às transformações burguesas das cidades[...].O discurso da burguesia triunfante contava com essa idéia[ ..].das excelências do sistema e a sua capacidade de construir um mundo melhor[...]a conquista antecipada do futuro e a meta da sociedade do bem estar foram também uma utopia que acalentou os sonhos do século XIX.

Azevedo vai reinterpretar essa tradição, valorizada por Valladão, à luz das mudanças republicanas, introduzidas após a I Guerra Mundial. Encastelado na ilusão liberal de que a chamada escola nova, tanto nos seus pressupostos pedagógicos (métodos ativos), quanto sociológicos (escola pública laica) e filosóficos (o pragmatismo), preocupar-se-á com a formação de sujeitos que se encaixem no mundo do trabalho sob relações capitalistas. Construirá ele um novo imaginário em que não caberão mais representações do tipo Athenas e nem o tipo de sociedade para a qual foi pensada: do privilégio e dos títulos de honrarias, de tipo clássico, avessa ao cientificismo, na qual só o trabalho intelectual é valorizado.

MONARCHA(1990, p. 76), reinterpretando esse ideário escolanovista, de que Azevedo é um dos mais atuantes ideólogos, diz:

A utopia racional idealizada pelos educadores renovadores, uma das expressões do pensamento esclarecido, procurou negar a história enquanto história de luta de classes, produzindo um imaginário em que o movimento progressivo da história era decorrência do choque contínuo entre o moderno e o arcaico, o racional e o irracional, o novo e o velho, em síntese: entre tradição e renovação.

Como origem da antítese dos dois discursos ainda é possível assinalar que, Valladão e Azevedo seriam personagens de dois momentos históricos da estrutura política, social e cultural da sociedade brasileira na transição de uma sociedade tradicional agrário/ escravocrata para uma sociedade de base urbano/ industrial, onde a instrução passa a ser necessária para o desenvolvimento econômico e participação política. Valladão (embora nascido em 1873) ainda

representaria os valores do momento da sociedade brasileira, organizada em base agrária, com predominância do latifúndio, calcada na exploração do trabalho escravo e de trabalhadores livres pobres. O período colônia/império, na visão de Azevedo, está na origem dos males do Brasil porque nessa época aqui permaneceram relações anacrônicas num mundo já industrializado. A crítica de Azevedo deve-se ao fato de que não há escolas para todos e as que existem não são leigas, nem únicas, nem científicas porque nessa sociedade rural, educação pode ser mero decoro e ilustração.

Num Brasil rural, herdeiro não precisa de formação para o trabalho, podendo ser formado no molde clássico ou letrado, já que vai administrar os bens herdados da família e, se não for herdeiro, mas, distinto, assumirá carreiras liberais e cargos na administração do Estado. Valladão representaria até a década de 1920 da República Velha o coronelismo, originado da distribuição de postos honoríficos da Guarda Nacional, ainda e vigente como sustentáculo da estrutura de poder no Brasil.

A partir de 1920, com a ampliação das camadas médias que, representam a mudança da estratificação social, associada ao fenômeno da urbanização, matriz de que se originam novos valores, viria o antagonismo com os valores predominantes do ruralismo no Brasil. Azevedo representaria esse Brasil moderno, ou de base industrial, urbano, de desenvolvimento das ciências, laico e pragmático. Ou seja, a ilusão liberal de que, transformando a sociedade brasileira aristocrática em uma sociedade de ordem burguesa, os problemas do país estariam resolvidos. Nesse sentido uma educação de molde clássico seria reservado a poucas famílias e não serviria para “moldar” o trabalhador para o regime das fábricas.



**Figura 11-** Inauguração do monumento comemorativo do bi-centenário de Campanha- 1937  
Acervo: Centro de Memória do Sul de Minas - Campanha

A representação Athenas do Sul de Minas, associada às excelências do ensino clássico de Campanha, em 1937, ainda lá estava mas, na memória dos campanhenses.

No bicentenário da cidade lá estava também o seu artífice maior, Alfredo de Vilhena Valladão. No monumento que foi erigido em homenagem à data, eis a expressão por ele criada que sintetiza a representação: “Refulgiu pelo ouro da terra, e pela fé, pela cultura e pelo civismo de seus filhos” - versada para o latim pelo padre jesuíta de Campanha – Augusto Magne: “Auro soli, fide, cultu, civilibusque filiorum, virtutibus effulsit” erguido na mesma praça onde ainda funcionava a II Escola Normal de Campanha.

Talvez tivesse Valladão, já àquela hora, a consciência de que da Athenas do Sul de Minas, que não incluía todas as classes sociais, só o monumento restaria para as futuras gerações. Lembrando NORA ( 1993, p.8): “Se habitássemos ainda nossa memória não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares.”



**Figura 12** - Prédio Histórico onde funcionou a II Escola Normal de Campanha – destruído por um incêndio na década de 1990. Acervo: Centro de Estudos Campanhenses Mons.Lefort – Campanha

**Nota:** Foto ( década de1980) emblemática reportando ao contexto exposto pela pesquisa. Nela aparece o obelisco erigido em homenagem ao bi-centenário de Campanha. Localizados num mesmo espaço dois monumentos de memória que se interligam pelos nexos históricos que eu percebi entre a Escola Normal e a representação Athenas para a cidade de Campanha, traduzida por mim como “Imaginário Mandarin”

## CAPÍTULO IV

### MANDARINS EM CAMPANHA : A ATHENAS DESVELADA

Tendo exposto como se erigiu e como se encaminhou a transformação da representação Athenas do Sul de Minas para a cidade de Campanha, passo agora a desvelar o imaginário a partir do qual se explica essa representação, que constitui o meu problema de pesquisa. Para isso farei uma interlocução com os referenciais da História Cultural e utilizarei da obra de Luiz Antonio Cunha, “A Universidade Temporã”, especialmente o amplo levantamento que ele fez sobre os mecanismos de acesso ao ensino superior no país, a partir da fundação deste, até 1930, assim como a apropriação do conceito de “mandarim” por ele utilizado.

Max Weber foi o pioneiro em trazer à luz o conceito de mandarim ao traçar o perfil dos literatos chineses conhecidos como “mandarins do império”. Um autor mais atual a aplicar este conceito é RINGER (2000)<sup>1</sup> em seu estudo sobre a classe acadêmica alemã do período em que vigorou a República de Weimar.

Cunha se apropria do conceito de “mandarim” através do estudo de Pang e Seckinger descrito sucintamente por ele e que transcrevo aqui.:

Durante dois mil anos na China, os imperadores, reis e chefes políticos locais usavam na sua administração um corpo de funcionários oriundos, preferencialmente, mas não exclusivamente, da nobreza feudal. Depois de uma longa e complexa formação literária, os candidatos a funcionários eram submetidos a exames que os classificavam para os cargos de diversos níveis e que continuavam durante a carreira. Quanto maior o número de exames por que passava, mais alto o cargo ocupado. A simples aprovação dava direito ao recebimento de rendas do Estado, mesmo não tendo sido nomeado para um cargo administrativo. Esse funcionário era o mandarim, sendo o mandarinato o mecanismo de recrutamento, formação e promoção deles através dos exames públicos da sua qualificação literária. Pang e Seckinger usam o termo mandarim para descrever o recrutamento e a formação de agentes políticos controlados centralmente pelo Estado, com a função de unificar o país e forjar uma

---

<sup>-1</sup> -RINGER, Fritz K.-O Declínio dos Mandarins Alemães-Edusp.SP.2000

ideologia de unidade nacional capaz de justificar a continuidade dos sistemas social, econômico e político existente na época do império.<sup>2</sup>

Vejo como pertinente o conceito “mandarim” para expor a representação Athenas do Sul de Minas para a cidade de Campanha porque percebi os nexos existentes entre o “habitus” cultural e as práticas educacionais da elite campanhense e a fundação da representação Athenas para esta cidade que conta, como seu principal propulsor, com Alfredo de Vilhena Valladão. Ao trazer o “fenômeno mais de uma centena de campanhenses ilustres”, a chegar à universidade porque já leva da terra natal a excelência da latinidade aí ensinada e desses cursos, galgando postos: “cátedras, tribunas, sociedades sábias e púlpitos”, ele, Valladão, justifica como mola propulsora deste fenômeno toda a tradição educacional e cultural de Campanha. Para ele, tal tradição estaria ancorada nas práticas do ensino do latim, ou, em seus termos “a pedra angular da Athenas do Sul de Minas”. Valladão (1945, v.4.p.112) assim ilustra essa sua constatação: “O ensino da latinidade cada vez mais se aperfeiçoa, produzindo brilhantes frutos consubstanciados nessa extraordinária corrente de jovens, que vão se encaminhando para os cursos superiores do país.”

Para mim, trata-se de uma representação, pois o que explica o fenômeno, apontado por Valladão, é, na verdade o imaginário constituído da visão de mundo em que a camada social, à qual pertencem esses estudantes, (entendida por mim como sendo a elite de Campanha) não deverá perder a condição de dominante. Para assegurar a manutenção do status-quo, essa elite lançará mão da estratégia de se servir do sistema de ensino disponível, seja particular ou público, no nível secundário, para chegar ao nível superior público e deste, aos altos cargos da burocracia governamental. Muitas vezes, iniciando-se pelo magistério, a Escola Normal

---

<sup>2</sup> -Pang e Seckinger-The Mandarins of Imperial Brazil-Cambridge(EUA) v.14-n.2-1972, apud CUNHA, L.A.- A Universidade Temporã, p.77.Ed.Francisco Alves.RJ.1986

cumpriria a função da oferta dos primeiros cargos distintores. Paralelamente servirá essa estratégia também para se manter essa elite inscrita nos esquemas de disputa política que, transitarão de situações de permanências e mudanças como de Império para República.

O que desnuda a representação construída para Campanha é a seguinte nota de Valladão ao expor os “Lobo” dentre os troncos familiares ou gerações desta elite de Campanha:

“Foros de nobreza, abastança, serviço do Estado: na linha da família, acentuou-se essa tríplice feição de existência, para sobreviver só a última. De uma ou de outra maneira o cidadão estava alerta; cabedais materiais haviam desaparecido; e das origens fidalgas, restarão só apenas os traços e maneiras”<sup>3</sup>

Essa elite de Campanha tinha portanto práticas culturais circunscritas no âmbito de inserção social, política e econômica. Porém estas práticas eram revestidas de legitimação e naturalidade de conduta como se estivessem acessíveis a todas as camadas sociais. Os discursos de memória e as posturas dessa elite transfiguram o real vivido e, não raro, como feitos heróicos perante as demais camadas sociais. Aqui se situa o ponto nevrálgico da questão: o real vivido torna-se representação. Mas estes discursos também são passíveis de interpretação e por uma nota incauta como a acima descrita, e pelo que deixa de ser dito, um outro sentido poderá ser captado.

Entretanto, entre as práticas e as representações, como é possível resgatar as complexas mediações entre o real vivido e as representações produzidas sobre ele pelos homens? Qual é o ponto por onde se inicia a formulação das estratégias que demandam as práticas culturais?

Cunha interpretou como “ideologia do bacharelismo” a concorrência aos títulos acadêmicos fornecidos por um ensino superior regulado pela elite no poder tendo em vista o rateio da inserção política e nos cargos burocráticos no império e na república até 1930.

---

<sup>3</sup> -LOBO, Helio, apud VALLADÃO, A.V.-Campanha da Princesa-v.2-p.136-1940

FAORO (2000, v.I, p.440 ) traz o conceito de “estamento burocrático” para analisar a rede de relações viciadas em que os interesses privados se sobrepõem ao interesse público entre o Estado e a elite dirigente na “inquieta, ardente e apaixonada caça ao emprego público”. Ou seja, o patronato – aparelhamento em que a aristocracia se sustenta. Destaco esta sua fala: “O letrado se torna letrado para conquistar o cargo, para galgar o parlamento, até que o assento no Senado lhe dê o comando partidário e a farda ministerial, pomposa na carruagem solene”.

No caso da elite de Campanha que marco zero é esse que orienta o seu plano de escolhas?

MICELI (2001) diria “reconversão” dos grupos sociais em declínio à sua classe de origem, através da formação intelectual tendo em vista a obtenção de cargos na administração pública.

O conceito de imaginário também me ajuda a pensar sobre esse marco zero por onde as práticas culturais da elite campanhense e as estratégias que as engendram começam a ser intuídas.

O domínio do imaginário é constituído pelo conjunto das representações que exorbitam do limite colocado pelas constatações da experiência e pelos encadeamentos dedutivos que estas autorizam. Isto é, cada cultura, portanto cada sociedade, e até mesmo cada nível de uma sociedade complexa, tem seu imaginário[...]as representações de uma sociedade e de uma época formam um sistema, por sua vez articulado com todos os outros, classificação social e religião inclusive, é obvio, mas também modos de comunicação.(PATLAGEAN, 1990, p. 291)

Ainda para elucidar o conceito de imaginário de que me aproprio para entender a representação Athenas, incluo BACZKO apud FONSECA(2003, p.64) :

O imaginário é um sistema de representações da ordem social, dos atores sociais e das suas relações recíprocas (hierarquia, dominação, obediência, conflito, etc.) bem como das instituições sociais, em particular as que dizem respeito ao exercício do poder.

Segundo FONSECA(2003), Baczko inclui a educação no elenco de mecanismos de difusão, de emissão dos imaginários sem que isso signifique pensá-los na perspectiva da inculcação mecânica de valores. O imaginário para este autor constitui os pontos de referência no sistema simbólico construído por uma sociedade e é através dos imaginários sociais que uma coletividade:

Designa a sua identidade, elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de bom comportamento, designadamente através da instalação de modelos formadores.

Ainda Fonseca citando Baczko: “os imaginários só fazem sentido se difundem e se consolidam quando calcados nas memórias, experiências e referências culturais da coletividade, tudo o que constitui o que ele denomina comunidade da imaginação.”

No ambiente cultural de Campanha, os memorialistas fizeram escola, cultivando o gosto pela história nacional e local, contada sempre a partir de uma visão elitista centrada na cultuação aos “grandes vultos”. Implícito nestes discursos está também o gosto pelas genealogias em que o valor maior era ter na família um ilustre.

Para VALLADÃO (1937, v.I, p.36): “Rara a família, ainda de medianos recursos, que não contasse um filho formado[...]Não haveria sacrifícios que não fizessem os pais, plenamente correspondidos pelos filhos, para que estes pudessem obter um título acadêmico”

Fica patente como internalizadas estavam as práticas oriundas do imaginário “mandarim”, no discurso de Valladão. Ao disseminar a representação Athenas, ele naturaliza de tal modo as estratégias de aquisição do capital cultural e por conseguinte do capital político que naturalizada e legitimada tornava-se a organização da sociedade campanhense.

Quanto às práticas políticas levadas à efeito em Campanha, nelas tendo como base o entendimento de que a escolaridade superior é instrumento de distinção, penso ser apropriada a análise de VEIGA (2003, p.25), a partir de Bourdieu para a elucidação desta prática:

A relação e distância entre cidadãos comuns e os profissionais da política se estabelece a partir de graus diferentes de acesso aos instrumentos da produção política. Bourdieu destaca que o tempo livre e o capital cultural são condições essenciais para a definição dos graus de acesso à participação política; mesmo porque a legitimidade das formas políticas de gestão dos instrumentos de consenso ou da discordância depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos.

Ilustra essa prática em Campanha, ou seja, a detenção do acesso aos instrumentos da produção política associado, à detenção de capital cultural, condição dada só aos que detêm o tempo livre, o fato de que o pai que tenha ascendido à condição de chefe político, ao filho providenciava o curso superior. Como conseqüência, será ele oferecido à disputa por cargos públicos e na política. No partido legenda do pai, será o filho inscrito.

Vejamos o que traz Alfredo Valladão sobre as estratégias da própria família: seu pai, Comendador Manoel Ignácio Gomes Valladão, era descendente de família egressa da exploração do ouro, urbana, que já pertencia à organização de poder local. Seu avô, José Vicente Valladão havia sido vereador, e juiz de paz. A família migra, após a decadência do ouro, para as atividades de comércio. Esgotada também esta fonte, restará a estratégia da detenção do capital cultural e, com a posse deste, o acesso aos cargos públicos para assegurar a inserção na política. Manoel Valladão era da turma do memorialista Rezende, aluno do padre Mestre Damasceno. Ainda jovem, se vê na impossibilidade de seguir estudos superiores em São Paulo como Rezende, em razão da decadência econômica familiar. Valendo-se da função de “coroinha”, lança mão da biblioteca do culto vigário de Campanha, padre Antonio Felipe de Araújo, deixada ao seu dispor,

e, num perfil de autodidata, estuda as obras de direito canônico. Conseguida a função de escrivão cartorial, foi revestido da condição de advogado provisionado. Teve a visão de que melhor seria estar atrelado à ordem. Filiou-se ao partido conservador. Ainda eram os tempos da “conciliação”<sup>4</sup> entre conservadores e liberais, urdida por Honório Hermeto, o Marquês do Paraná.

Assim Valladão resume a prática que objetiva o imaginário “mandarim” internalizado por seu pai :

“Vereador por mais de uma vez, presidente da Câmara Municipal da mesma forma, deputado à Assembléia Provincial em sucessivas legislaturas, Vice-presidente da Província, estava ele a pique de subir à Assembléia Geral do Império e ainda a mais altas posições quando, em 1875, forma-se na Faculdade de Direito de São Paulo seu primeiro filho, Olympio Oscar de Vilhena Valladão. Interrompe sua carreira ascensional passando agora a empregar todo o seu grande prestígio em favor da carreira de seu filho que se desenvolve com sucesso, mercê da influência paterna.” (VALLADÃO, 1940, v.2.p.4439)

Formara Manoel Valladão, em nível superior, seus sete filhos homens: cinco no Curso jurídico de São Paulo, um no Curso de Medicina e outro no de Engenharia, ambos no Rio de Janeiro, até o raiar da República. Todos desenvolveram suas carreiras encaixados nos mais altos postos do serviço público. Valladão(1940, v.2.p.583) explica tudo isso como: “ Cultura à mesa de refeições: levavam da própria casa paterna quase que se pode dizer, estudados e com a maior perfeição, todos os preparatórios necessários para a respectiva matrícula.”

Implícito aqui está o “habitus” e a acumulação do capital cultural por essa família.

Às duas filhas mulheres, Manoel Valladão destinou educação fina para os salões sociais e o curso da I Escola Normal de Campanha.

---

<sup>4</sup> - Prática política urdida pelo Marquês do Paraná conciliando Liberais e Conservadores durante o II Império, após a Revolução Liberal de 1942

CANÊDO (1993, p.14) faz observações pertinentes às práticas de manutenção do capital político reveladoras do alcance dos estudos nas Escolas Normais para as filhas das famílias de homens políticos e elite mineira :

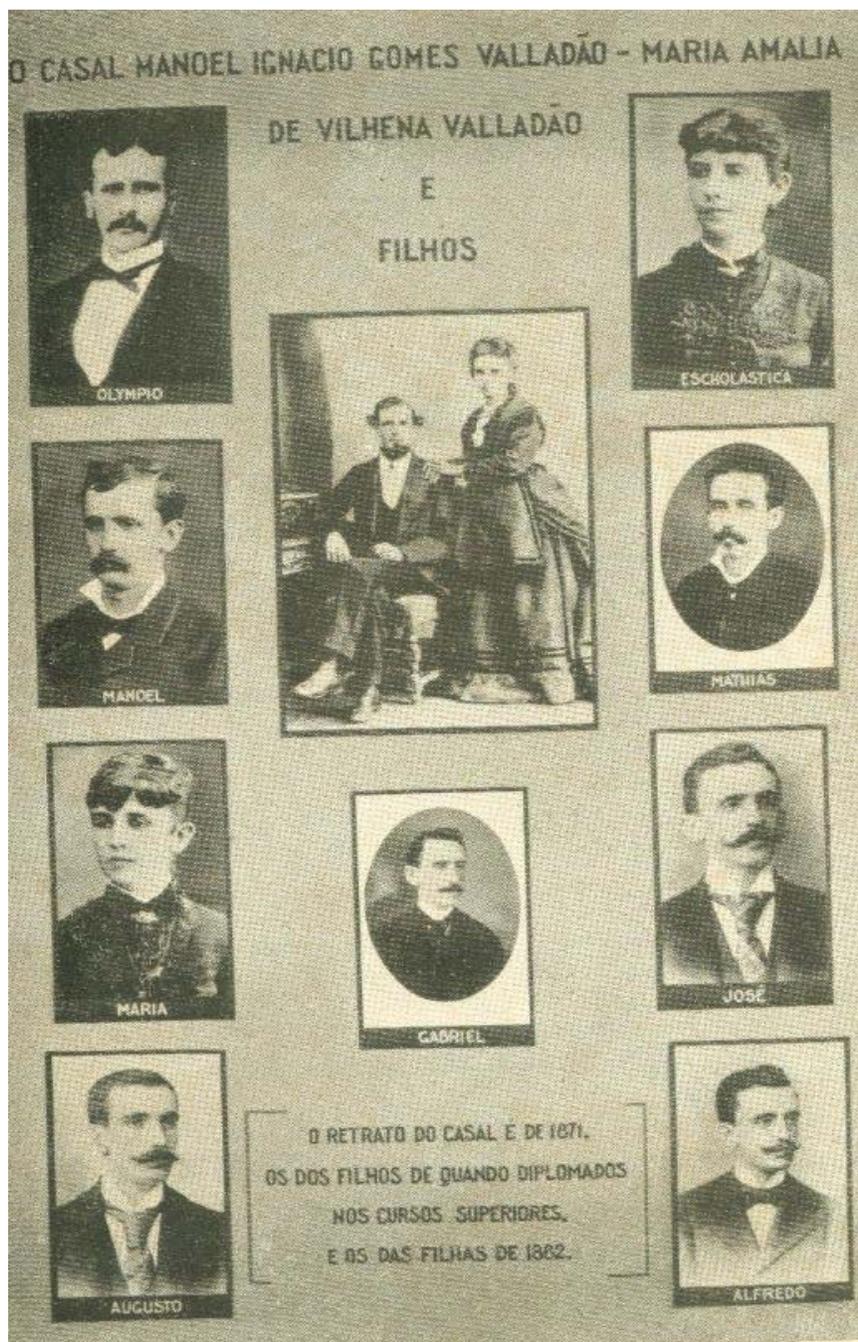
“Após estes estudos, estavam todas prontas para o casamento. O casamento colocava toda a família diante de um problema particular, pois era estratégia importante no jogo onde as mulheres eram trunfos para a perpetuação do patrimônio político.”

Em Campanha, está objetivado esse problema particular, especialmente com relação à família Valladão.

Uma foto integra o discurso de VALLADÃO (1945, v.4). Trata-se de uma foto da família, que eu reproduzo como figura 13. Em minha análise está carregada de aspectos emblemáticos, configurando estas práticas da época: bem no centro o casal: o marido está sentado ( simbolizando o seu lugar de autoridade), ao seu lado em pé está a esposa.

A presença dos filhos ladeando o casal, penso ter sido fruto de uma montagem fotográfica feita por Alfredo Valladão, com o propósito de assegurar a memória da família e, ao mesmo tempo, exemplificar a base da glória de Campanha, a Athenas do Sul de Minas, que eu interpreto como uma representação. Mas, em minha leitura, concluí que serviu para plasmar o imaginário “mandarim” : o casal com todos os filhos homens formados em cursos superiores e na eminência de obter um cargo público ou político. A filha mais velha, Escholástica herdará a função de acompanhar os irmãos mais jovens em seus estudos. A outra filha será encaminhada a um casamento estrategicamente decidido, bem de acordo com o “hábitus” dessa camada social à qual pertence esta família.

Eis a foto em questão:



**Figura 13** -Família Valladão – 1871 (casal) e 1882 (filhos)  
 Fonte: Valladão, A.V.-Campanha da Princesa-v.4- RJ: G.Tribunais-1945

Diferentes autores estudaram a organização do Estado Brasileiro no século XIX, observando que a administração política, muitas vezes, se confundia com as atividades das

peças que a executavam, o que se traduz pela confusão entre a os interesses do público e os interesses do privado. Na interpretação de CARVALHO (1980) “Devido à opção pela manutenção do escravismo, a carreira de funcionário público acabou sendo a vocação de todos”. Fala esta em que vários sentidos estão implícitos. Um deles, a constatação da exiguidade do mercado de trabalho decorrente do parco desenvolvimento econômico, com ausência de industrialização, numa sociedade colonial escravista e sua herança de dependência.

A propósito dos escravos, ao tempo em que Valladão está formando os seus filhos e atuante politicamente, investido da condição de chefe político conservador local, o jornal campanhense, Monitor Sul Mineiro, em edição de 1872, publica o edital chamando os proprietários de escravos para que dêem à matrícula os filhos livres de mulher escrava na Coletoria de Campanha, de acordo com o regulamento de 1.12.1871, e adverte quanto à matrícula de escravos residentes nesse município, ordenado pela lei n.2040 de 28.9.1871: os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados, não forem dados à matrícula até um ano depois do encerramento em 30.9.1873, serão considerados libertos - haverá para cada matrícula 500 réis de emolumento no referido prazo.

VEIGA (1884, p.86) em seu Almanaque Sulmineiro, informa que: “existem matriculados na Coletoria da Campanha: 5.392 escravos sendo: 2.865 homens e 2.527 mulheres. Os ingênuos são em número de 1.511 sendo 748 masculinos e 763 femininos.”

Alfredo Valladão, em sua exaltação à Campanha assinala que um dos campanhenses mais ilustres, o jurista e parlamentar conservador do Império, Perdigão Malheiro (um mandarim) é o autor da obra “Escravidão no Brasil”, a obra matriz do movimento abolicionista. Entretanto, por uma inextricável atitude, não vota ele positivo na Lei do Ventre livre.

Encerra -se nesta nota sobre Perdigão Malheiro a presença dos negros na obra de Valladão. Os negros e livres, mas pobres, em Campanha, não deterão as condições essenciais assinaladas por Bourdieu , ou seja, tempo livre e capital cultural para a participação política evidentemente.

#### 4.1 -MANDARINS DA CAMPANHA IMPERIAL

Como contribuição ao entendimento do percurso feito pelos “mandarins” como estratégia de apreensão do capital cultural e político, trago aqui uma síntese da história do ensino médio e superior permeada pelas memórias de Campanha.

Todos os memorialistas campanhenses citam, com orgulho, a longa lista dos doutores, filhos ilustres de Campanha. Essa lista é iniciada, tomando ainda o final do século XVIII, com o nome do primeiro campanhense que seguiu estudos superiores: Dr. Manoel Faustino de Azevedo – bacharel em filosofia e em matemática em Coimbra. Depois formou-se em medicina pela Universidade de Montpellier na França. Em 1794, volta ao Brasil depois de formado e, após vários anos clinicando do Rio de Janeiro, opta por retornar à terra natal onde desenvolveu, além da carreira de médico, a de juiz de sesmarias<sup>5</sup> e integrou a Câmara de Campanha.

Ao tempo do Dr. Faustino, o Brasil ainda não tinha cursos superiores organizados. Os cursos superiores no Brasil de molde profissionalizante são realidade do tempo Joanino, ou seja, a partir de 1808, pois o que havia desta modalidade de ensino no Brasil, enquanto colônia, era voltado apenas para a formação do clero, feita pelos Jesuítas. No momento Joanino, o que

---

<sup>5</sup> - No ano de 1819, as terras pertencentes ao Termo de Campanha, onde hoje se situa a cidade em que resido, Poços de Caldas, foram entregues, no esquema de Sesmarias, à tradicional família do sul de Minas: os “Junqueira”, cujo documento (carta de Sesmarias) foi assinado pelo Dr. Manoel Faustino de Azevedo, enquanto juiz de Sesmarias de Campanha.

leva D. João VI a fundar no Brasil as primeiras aulas de nível superior é a necessidade de promover a formação de um quadro de funcionários para a burocracia do Estado. Estão elas localizadas na Corte nos estabelecimentos militares – são os cursos de anatomia, cirurgia, engenharia e matemática para as necessidades de defesa e estrutura de atendimento ao exército e ao staff governamental transferido junto com D. João, de Portugal para o Brasil. Mais tarde, tanto o curso de Medicina quanto o de Engenharia que estavam circunscritos ao exército, passaram a ser oferecidos à formação de civis. Vêm a ser então a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica, depois Faculdade de Engenharia do Rio de Janeiro. De acordo com CUNHA(1982, p.76):

Mas outra necessidade se apresenta impulsionando a expansão deste nível superior: a necessidade de formar profissionais para a produção de bens simbólicos. Assim é que são fundados na Corte a Academia de Belas Artes e especialmente os Cursos de Direito fundados em 1827 já no Brasil Independente. Pode-se dizer que o Ensino Superior no Brasil nasceu junto com o Estado Nacional, gerado por ele e para cumprir, predominantemente as funções próprias destes.

Foram então os Cursos de Direito indiscutivelmente os mais responsáveis por formar especialistas na produção de bens simbólicos. Foram fundados em 11 de Agosto de 1827: um em São Paulo, outro em Olinda (depois transferido para Recife), após longas discussões na Assembléia Geral. Os bens simbólicos constituem o arsenal de manipulação de que se reveste o poder simbólico. E a elaboração das leis, o corpus jurídico como um todo é o ápice destes bens simbólicos. O Direito, diz BOURDIEU (1998, p.237):

Consagra a ordem estabelecida ao consagrar uma visão desta ordem que é uma visão do Estado, garantida pelo Estado. Ele atribui aos agentes uma identidade garantida, um estado civil, e sobretudo poderes (ou capacidades) socialmente reconhecidos, portanto, produtivos, mediante a distribuição dos direitos de utilizar esses poderes, títulos (escolares, profissionais etc[...]) O Direito é sem dúvida, a forma por excelência do poder simbólico[...]

Nas discussões parlamentares de 1823, Campanha estivera junto com vários municípios de Minas a pressionar pela vinda de uma Universidade para a Província, alegando que era um dos mais elevados ideais dos inconfidentes.

Ao ser instalada a Faculdade de Direito de São Paulo, já em 1828 quatro filhos de Minas se matriculam: três deles são da vila de Campanha: Tristão Antonio de Alvarenga, Cyrino Antonio de Lemos e José Cristiano Garção Stockler. Os dois primeiros foram magistrados chegando ao posto de desembargador. O terceiro foi secretário do Supremo Tribunal de Justiça. Os três fizeram parte da Assembléia Geral.

Em 1854 por decreto de 28 de abril, os cursos jurídicos foram transformados em Faculdade de Direito.

Era enviada ao Imperador por estas faculdades anualmente, uma lista dos dez estudantes formandos que mais se distinguissem. Da lista do ano de 1855 três dos alunos eram filhos de Campanha: Francisco Ferreira da Veiga, Antonio Simplício de Salles e Francisco de Paula Ferreira de Rezende, juiz cujas memórias escolares ajudam a me aproximar da Athenas. Os dois anteriores foram senador e deputado respectivamente.

As Faculdades de Direito, como os cursos jurídicos, conferiam o grau de bacharel aos estudantes que concluíssem os estudos regulares, e o de doutor aos que, além disso, viessem a defender teses públicas. Segundo CUNHA(1982, p.78)

As escolas superiores, principalmente as de direito, nas quais estavam matriculados, ao fim do império mais da metade dos alunos, desempenhavam papel central no recrutamento e na formação dos “mandarins”. Nas academias, principalmente na de São Paulo e na de Olinda, os jovens oriundos das classes dominantes (dos proprietários de terras e de escravos dos comerciantes) desligavam-se dos padrões culturais provincianos, formando-se segundo uma perspectiva nacional-imperial. Simultaneamente, dava-se informalmente, a integração dos futuros “mandarins” com repercussões nas alianças que fariam durante a carreira.

Alfredo Valladão dedica-se, por longo tempo, a coletar nos Anais do Congresso, nos dos Tribunais, nos arquivos das Cúrias e da Câmara de Campanha, nomes de campanhenses, cuja a presença na vida pública havia sido relevante. Junto com as referências que seleciona em sua memória, constrói o seu discurso. Consta neste discurso ufanista que é sua obra Campanha da Princesa, a longa lista dos ilustres filhos da sua terra natal. Situa a presença destes nos altos postos da carreira do serviço público, entendida por ele como um fenômeno que distingue Campanha de outras cidades. Em suas palavras:

Explica-se o fenômeno pela possibilidade de se estudarem ali mesmo todos os preparatórios exigidos para os cursos superiores nos colégios ali mesmo existentes além do Liceu de Campanha e a seguir no Externato oficial nos cursos particulares e por fim na Escola Normal existente desde 1873. (VALLADÃO, 1945.v.4.p.112)

Com estes dados elaborei um mapa e gráficos para expor, ao final, o que ele chama de fenômeno, base de sua representação Athenas, mas que eu chamo de “mandarins” desvelando a representação. Para isso, preciosa é para mim esta fala de CUNHA(1982, p.78)

Formado, o mandarim começava a sua carreira nomeado para um cargo público ou integrando as listas de candidatos aos mandatos parlamentares, havendo passagens freqüentes entre a administração, o parlamento e a justiça. A nomeação pelo imperador para cargos burocráticos, fora de seu município ou de sua província natal era, em geral, o primeiro degrau da carreira. Podia ser juiz de direito, promotor público, delegado de polícia, secretário ou diretor de repartições públicas dos governos provinciais ou do governo central. A partir daí, sua promoção, implicando transferência para localidades mais prestigiadas e cargos mais altos, dependia sempre do reconhecimento dos chefes, do talento no desempenho do cargo e de lealdade. Os cargos mais elevados a nível provincial (o mais elevado era o de presidente de província) serviam de trampolim para mandatos parlamentares. Quando eram parentes ou protegidos de chefes políticos muito influentes, podiam ingressar diretamente na política, possibilidade que levou Joaquim Nabuco a dizer que no tempo dos estudos de seu pai, José Thomaz Nabuco de Araújo (futuro deputado, conselheiro, quatro vezes ministro, na década de 1830), as faculdades de direito já eram ante-salas da Câmara.

O Ensino no Brasil era predominantemente estatal, mesmo durante o período das aulas régias (aulas criadas pelo rei), que substituíram o sistema de ensino dos jesuítas, expulsos em 1759 dos domínios de Portugal. O Estado Nacional brasileiro era centralista e a função do Ato Adicional de 1834 à Constituição do Império foi resolver os problemas de debilidade do poder central que oportunizou os movimentos rebeldes durante a regência. Por esse documento foi reorganizado o Estado brasileiro de modo a aumentar a capacidade de controle, dando à Constituição alguns traços de federalismo. Foram criadas as Assembléias Provinciais que dividiam com a Assembléia Geral a competência de legislar sobre certas matérias como o ensino. Durante a Regência de Diogo Feijó, foi criada a Guarda Nacional. O memorialista Rezende cita que, ao Padre Feijó, hóspede em casa de seu avô em Campanha, não podia faltar a sobremesa preferida: melado de engenho. O museu de Campanha guarda a casula usada por Padre Feijó em missa lá celebrada por ele. Assembléia Provincial e Guarda Nacional constituíram-se em dois nichos de cargos a ocupar entrando na ciranda da política e de mando local. Quanto ao ensino, o Ato Adicional de 1834 dividiu o setor estatal em duas esferas com a prática: A Assembléia Geral criava e legislava sobre o Ensino Superior em todo o país e escolas situadas na Corte. As Assembléias Provinciais criavam e legislavam sobre o ensino primário e secundário como se fora um acordo tácito.

A esfera nacional tinha grande importância pois, possuía o poder de conferir títulos acadêmicos dotados de validade jurídica em todo o país. O ensino secundário da esfera nacional, o do Colégio Pedro II dava direito ao ingresso em qualquer escola de grau superior, enquanto os egressos das escolas secundárias da esfera provincial eram obrigados à prestação de exames de habilitação junto àquelas escolas...O poder que a esfera nacional exercia sobre a esfera provincial pelo controle dos títulos exercia-se com mais força sobre as escolas privadas. (CUNHA, 1982, pp.87-88)

Isto equivale a dizer que o estado detinha o monopólio de concessão de privilégios profissionais, ao controlar a concessão de diplomas.

Os políticos liberais passaram a defender, em consonância com os ideais liberais de liberdade, de opinião e de crença, a retirada do controle do Estado sobre o ensino particular, dando-lhe equivalência ao ensino estatal. A mesma coisa defendiam os políticos positivistas.

A partir da década de 1870, liberais, conservadores e positivistas convergiam na aspiração genérica da liberdade de ensino superior, por razões ideológicas ou por razões de conveniência prática. A Igreja Católica, oficial no império, não admitia a liberdade de ensino por temer a perda de sua hegemonia. Com a questão religiosa de 1874, a igreja soma forças em favor da liberalização do ensino percebendo que lhe seria vantajoso já que detinha escolas particulares.

Em 1879, o Ministro Carlos Leôncio de Carvalho, professor da Faculdade de Direito de São Paulo, promulgou o decreto n.7.247, instituindo a liberdade de ensino primário e secundário no município da corte e de ensino superior em todo o país, mas não foi aprovado, dele se salvando só a liberdade de crença para os alunos e de frequência, não a concessão de diplomas.

Em que, na verdade consistia o valor do monopólio da concessão de diplomas? é que, com isso, o Estado controlava a formação da força de trabalho habilitada para o desempenho de algumas profissões:

[...]o aumento do número de diplomados poderia produzir, pela diminuição de raridade, a perda do valor intrínseco do diploma, em termos de poder, prestígio e remuneração, para os grupos corporativos por indivíduos oriundos das classes dominantes ou cooptados por elas e interligados com os níveis mais elevados na burocracia do Estado.(CUNHA, 1982, p.94)

E qual era a plataforma dos liberais e positivistas? os liberais defendiam a iniciativa privada em expandir escolas e a perda dos privilégios por título e os positivistas a eles se somaram por pregar a luta contra a igreja oficial, a monarquia e a escravidão. Os positivistas não defendiam a criação de Universidades no Brasil porque julgavam que consumiriam imensos capitais que poderiam elevar o nível dos proletários e porque aumentariam o parasitismo burguês.

### **Origem e evolução dos exames de preparatórios no Império**

Pela significância que tem a categoria “exame” para a exposição desta pesquisa, julgo interessante constar o percurso histórico dessa prática de acesso ao ensino superior no período abordado pela pesquisa.

Quando as escolas superiores estatais e secularizadas (desvinculadas da Igreja Católica ) foram criadas no Brasil, durante a estada da corte portuguesa no Rio, o ensino secundário funcionava em alguns seminários episcopais e num punhado de aulas régias, sem constituírem estas um currículo estabelecido e seriado. Por isso, essas escolas tiveram de montar um mecanismo que funcionasse, ao mesmo tempo, como preparação para o ensino e como verificação do aprendizado: foram as chamadas aulas de preparatórios e conseqüentemente, os exames desses preparatórios.

Os candidatos aos cursos superiores de uma escola qualquer deveriam se matricular nas aulas de preparatórios da faculdade pretendida. Concluídos os estudos, os estudantes faziam os exames de preparatórios, referentes à matérias estudadas. Se aprovados, poderiam se matricular nos cursos superiores da escola; se não, podiam tentar novamente os exames preparatórios no ano seguinte. As aulas de preparatórios não eram obrigatórias. Os exames podiam ser feitos sem se passar por elas, o que era o caso dos estudantes que tivessem cursado

alguma escola secundária ou as aulas régias. Os exames não precisavam ser feitos todos de uma vez, mas o de uma certa matéria um ano e os de outras, no ano seguinte.

Nos cursos jurídicos as disciplinas cobradas nos exames de preparatórios eram a língua latina e francesa, retórica, filosofia racional e moral, aritmética e geometria. O conhecimento perfeito do latim e do francês era considerado um instrumento indispensável para o estudo do direito. Em latim e francês estavam escritas a maioria dos livros a serem utilizados pelo estudante. A retórica era tida como um instrumento profissional de grande valia não só para os advogados no foro, mas também aos que fossem deputados e diplomatas. A filosofia racional forneceria ao estudante meios de pensar [...] a filosofia moral seria o primeiro degrau para o estudo do direito natural, a base da jurisprudência[...]aritmética e geometria matérias de cultura geral [...]

(CUNHA,1982, p.125)

Isto explica a prática e as opções feitas pelos alunos do Externato de Campanha com relação às disciplinas cursadas na década de 1870, expostas por mim em capítulo anterior.

Da época da criação dos cursos superiores até ser criado na corte o Colégio Pedro II em 1837, apenas na faculdade que o candidato queria cursar podiam ser realizados os exames de preparatórios. O curso do Colégio Pedro II de nível secundário, dava direito ao aluno a matricular-se em qualquer faculdade, o que caracterizava um privilégio pois aos outros colégios e Liceus isso era negado. Os alunos de outras escolas secundárias, a partir de 1851 até 1873 ,podiam fazer no Rio esses exames perante a Inspeção de Instrução Primária e Secundária e depois também no Colégio Pedro II. Eram os exames gerais de preparatórios.

Em Campanha, em época anterior à fundação do Liceu Campanhense, havia as aulas isoladas de ensino clássico. A aula de latim lá esteve sempre aberta desde 1837. Entretanto, a de francês, história e geografia nem sempre. Já assinalei em que contexto elas foram perdidas em 1842. O memorialista Rezende dessa ausência se dá conta, só que não soube ele qual a razão de o professor Boaventura Hardy ( que ele diz Bardy) ter -se retirado de Campanha. Conta ele também como chegou a prestar os exames preparatórios em São Paulo, conforme expus em capítulo anterior deste trabalho.

A partir de 1873, esses exames podiam ser feitos também nas capitais das províncias. Onde não houvesse escolas superiores seriam feitos perante delegados do inspetor de instrução e bancas constituídas segundo indicação dos presidentes de províncias. O prazo de validade dos certificados desses exames foi sendo dilatado até se tornar permanente e parcelado. O aluno podia prestar parte dos exames a uma banca e o resto à outra em anos e capitais diferentes. Isto constituía o esquema dos exames parcelados.

Tendo os certificados dos exames, isso era o que bastava para o ingresso na faculdade. Não havia falta de vagas. As modificações que foram feitas nas formas de ingresso no curso superior tiveram o objetivo de facilitar o ingresso nesses cursos com conseqüente queda de qualidade, pois esses exames estavam fora do controle dos docentes.

O esquema dos exames de preparatórios denuncia muitas coisas como, por exemplo, as práticas do privilégio e da exclusão das outras camadas sociais pela ausência de investimentos na expansão do ensino de nível secundário público.

Esse era o painel do ensino superior durante o Império. Cursos Superiores e formas de acesso a eles controlados pelo poder imperial. Esses Cursos estavam localizados no Rio, São Paulo, Recife e Bahia. Em Minas Gerais havia a Escola de Farmácia, criada em 1838, e a Escola de Engenharia de Minas em Ouro Preto, fundada em 1873, e que pertencia à Escola Politécnica do Rio.

A respeito do ensino em Campanha e do acesso dos jovens campanhenses aos cursos superiores, assim se expressa Valladão, configurando a representação Athenas:

O ensino da latinidade cada vez mais se aperfeiçoa, produzindo brilhantes frutos consubstanciados nessa extraordinária corrente de jovens, que vão se encaminhando para os cursos superiores do país.(VALLADÃO, v.2, 1940,p.112)

## 4.2 - MANDARINS DA CAMPANHA REPUBLICANA

Com o objetivo de fazer inserções das memórias de Campanha que me são úteis para expor as práticas do imaginário mandarim, avanço com a síntese histórico-educacional brasileira

As primeiras medidas tomadas no Brasil, depois da proclamação da República, referentes ao ensino, sofreram nítida influência positivista, advinda dos homens que mudaram o regime. Havia um certo capricho em mudar o que o Império havia legado em matéria de instrução. O estabelecimento padrão do ensino secundário perdeu, desde logo, a denominação Pedro II, tornando-se Ginásio Nacional.

Ao ser criado em 1890, o Ministério da Instrução, com seu primeiro titular, o positivista Benjamin Constant, este tratou logo de elaborar reformas de ensino moldadas no enciclopedismo de Augusto Comte. Foi baixado o Decreto n.981 de 8.11.1890 que regulamentou o ensino primário e secundário e o decreto n. 1.075 que regulamentou o Ginásio Nacional. Benjamin Constant foi muito criticado por sua reforma de inspiração positivista que prescrevia um currículo extenso cientificista e tido como inaplicável por ser fora das condições da realidade brasileira. Tentou organizar o ensino secundário com a seriação e, para liquidar com os exames de preparatórios, prescreveu o exame de madureza e a exigência de certificado de estudos secundários para ingresso no curso superior. Mas depois o ministério e sua reforma é desfigurada. É introduzido pelo decreto n.1.232 o adiamento da exigência do certificado que foi substituído pela velha prática dos exames de preparatórios nas disciplinas: português, francês, inglês ou alemão, latim, matemática elementar, geografia e história especialmente do Brasil, física, química e história natural. Esse decreto permitiu cursos secundários nos Estados muito

mais simplificados do que o do Ginásio Nacional. Em dezembro, deixou de existir o Ministério e a Instrução passa para a pasta do Ministério do Interior e Justiça.

Assumindo a Presidência do Brasil, Floriano Peixoto leva para a pasta do Ministério do Exterior (1891) e a seguir (1892-1893) para a pasta do Ministério do Interior Justiça e Instrução, o “mandarim” de Campanha, Dr.Fernando Lobo Leite Pereira – carreira de advogado em Juiz de Fora, republicano radical, longa participação na campanha republicana, florianista, consubstanciando a glória da Athenas.

Na reforma Benjamim Constant reaparece uma solução: os cursos livres, que já vinha da Reforma Leôncio de Carvalho que instituíra os cursos livres e previra as faculdades livres.

NAGLE (2001, p.205) insere em sua obra o momento em que o Ministro campanhense Fernando Lobo está atuando:

Mas a restrição feita pelo Decreto 1.232, limitando a equiparação aos cursos jurídicos, sofrerá alteração com o Código Fernando Lobo-Decreto 1.159 de 3 de dezembro de 1892, agora a equiparação poderá estender-se para outros cursos superiores, norma que se mantém com acréscimos na Reforma Epitácio.

Em 12.6.1893, durante as discussões sobre educação no Congresso, juntam-se para defender a instalação do internato do Ginásio Nacional ( internato e externato do Colégio Pedro II ficavam no Rio) todos os parlamentares de Campanha, os quais apresentarei mais à frente. Floriano silencia. O presidente do Senado, Prudente de Moraes, promulga a Lei 14 de 5 de julho de 1893 transferindo o internato do Ginásio Nacional para Campanha nunca instalado por contingências do orçamento. Segundo Valladão, ficou como uma homenagem à Athenas do Sul de Minas.

Dentre as falas de defesa do referido projeto, destaco esta por denunciar a Athenas como representação, trazida pelo discurso de VALLADÃO (1945, v.4, p.283):

“Sr. Presidente, os que como o nobre deputado residente nesta capital entendem que é demais este instituto de instrução secundária na Campanha, sob o pretexto de que já temos o necessário, não enunciam uma proposição que consulte a realidade dos fatos. Onde se acham esses suficientes e apregoados estabelecimentos, onde estão eles? Estão em perímetro limitadíssimo rodeando a capital do Estado. Começando mais de longe temos o Caraça, Colégio de Congonhas, Ginásio de Barbacena, Colégio de Mariana, Ginásio de Ouro Preto, Escolas Normais de Ouro Preto, Barbacena e Sabará. Tudo isso em poucas horas de estrada de ferro[...].”

Os políticos que apresentam, discutem e de certa forma conquistam a transferência do internato do Ginásio Nacional para Campanha, estão todos na lista de campanhenses ilustres que os memorialistas trazem. Fizeram a glória de Campanha e personificam as bases da representação Athenas no momento da República feita, da campanha republicana tendo participado. Integram o grupo de “mandarins da Campanha Republicana” que estão no Congresso Nacional. Eis os nomes e respectivos cargos:

No Supremo Tribunal Federal: Francisco de Paula Ferreira de Rezende

Senado Federal: Américo Lobo Leite Pereira

Deputados Federais: Joaquim Leonel de Rezende Filho, Alexandre Stockler Pinto de Menezes, Francisco Luiz da Veiga, Américo Gomes Ribeiro da Luz, Francisco Honório Ferreira Brandão.

Além do Ministro da Justiça e Negócios do Interior do governo Floriano – Fernando Lobo Leite Pereira, já mencionado.

O código Epitácio Pessoa – Decreto n. 3.890 é baixado no primeiro dia do século XX. Pretendeu dar aspecto formativo ao ensino secundário deixando de ser este um estágio para o ensino superior. Nos Estados foram fundadas instituições deste nível de ensino pela iniciativa privada. Esse decreto concedia equiparação aos colégios particulares, municipais e estaduais.

Todos deviam seguir o referido código e haveria fiscalização federal nos estabelecimentos enquanto fossem equiparados ao Ginásio padrão da capital. Não conseguiu implantar a seriação.

Em 1911, o Código Epitácio é considerado obsoleto e é substituído pela Lei Orgânica do Ensino Rivadávia Corrêa n.8.659 de 5.4.1911 que deu ampla liberdade aos estabelecimentos de ensino que passaram a ser de estudos para os exames de preparatórios para o ensino superior. Elimina: o privilégio da carta de bacharel em letras do Ginásio Oficial, a exigência de certificado do exame do ginásio, o certificado dos exames de preparatórios e permite só o exame de admissão ao Ensino Superior, caracterizando a desoficialização. MOURÃO (1962, pp.439-440) critica esta lei orgânica como sendo inspirada pela “dissolvente ideologia positivista [...]por uma visão deformada da realidade brasileira[...] pela ampla autonomia dada `as congregações de ensino[...]que só poderia caber em um país muito civilizado”

Esta Lei Orgânica durará apenas quatro anos, sendo substituída pelo Decreto n.11.530 de 18.3.1915 conhecido como Lei Carlos Maximiliano, que permitia os exames parcelados feitos durante as bancas do ginásio estadual, por alunos que não eram do ginásio mas de aulas e de escolas particulares, nas matérias da escolha dos alunos. Esse aspecto caracterizou uma duplicidade de prática no ensino secundário: seriado e parcelado. O aluno freqüentava, à sua escolha, onde decidisse, as matérias e poderia fazer os exames no Colégio Pedro II reintegrado como escola modelo ou nos Ginásios Estaduais.

Em sua pesquisa para o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, MOURÃO (1962, p.443) informa sobre dois decretos “ímorais e nefastos [...] um de 1918 e outro de 1930 que permitiram fossem os alunos considerados aprovados em matérias de que não tivessem prestado os respectivos exames”. O primeiro pelo fechamento das escolas por conta da

gripe espanhola e o segundo por conta da revolução de 1930 “que como se sabe não durou nem um mês”

Enfim, a última reforma da fase que se convencionou chamar Primeira República, a Reforma Rocha Vaz ou Reforma João Luiz Alves, instituída pelo Decreto 16.782-A, de 13.1.1925.

João Luiz Alves chegou ao ápice da carreira como Ministro do Supremo Tribunal Federal, mas, em 1923, foi Ministro da Justiça e Negócios Interiores do Governo de Arthur Bernardes. Na sua trajetória, há uma passagem por dez anos em Campanha, aonde chega em 1890, nomeado Promotor Público e se destaca nessa sociedade, vindo de Juiz de Fora, sua terra natal, já formado em Direito em São Paulo. Em Campanha além da promotoria e advocacia, exerce também o magistério integrando o corpo docente da I Escola Normal, sendo professor de Francisco Lentz de Araújo<sup>6</sup> no Curso de Agrimensura anexo à essa escola. Em 1899 se transfere para Belo Horizonte. João Luiz Alves está presente no discurso de Valladolid, embora não fosse filho de Campanha:

[...] títulos reafirmados na Cátedra da Faculdade de Direito de Minas, no exercício do mandato legislativo no Congresso Federal, no cargo de Ministro da Justiça [...] por fim a Ministro do Supremo Tribunal Federal, desaparecendo logo depois de empossado no cargo. (VALLADÃO, v.4, p. 283)

Essa Reforma de João Luiz Alves cria o Departamento Nacional de Ensino e o Conselho Nacional de Ensino - define um curso ginásial seriado com de seis anos, com frequência obrigatória, com aprovação por série, programa definido e certificado de aprovação ao final do 5. ano como condição para inscrição no exame vestibular para qualquer curso superior, suprimindo os exames parcelados de preparatórios. Foi instituída a equiparação, pelo

---

<sup>6</sup> -Presente nas memórias de Azevedo consideradas no capítulo anterior.

art.261 da lei estendida aos ginásios estaduais e, pelo decreto 268 da mesma lei, aos municipais. Entretanto criou também as juntas nomeadas para os exames dos institutos secundários que as requeressem. Essas juntas começaram a ser nomeadas com elementos escolhidos por injunções políticas.

Mas interessa assinalar que, no contexto de elaboração desta reforma, estão já as premissas do movimento “otimismo pedagógico” categorizado por NAGLE (2001). No ano de 1923, o novo Ministro da Justiça João Luiz Alves provoca um movimento de opinião pública, com o intuito de receber sugestões para o projeto de reforma preparado por Ramiz Galvão, presidente do Conselho Superior de Ensino, as quais não resultaram a formação de um quadro coerente que justificasse alterações no ensino. Mas segundo NAGLE (2001, p.156)

[...]importa dizer, é a partir dessa coleta de dados e da reorganização de 1925, que se inicia propriamente uma discussão mais vigorosa da escola secundária brasileira, especialmente em dois momentos: em 1926 com o inquérito dirigido por Fernando de Azevedo e em 1929 com a III Conferência Nacional de Educação. Nessas duas oportunidades o problema da escola secundária se apresenta polarizado em duas concepções, se forem considerados alguns temas básicos de ambas.

Um dos temas básicos aqui aludido é o tema das humanidades literárias versus humanidades científicas. É de capital importância, pois define os dois principais núcleos de discussão no domínio educacional ou pedagógico; bem como expressa as transformações que se processam na sociedade brasileira em geral de aspirações de inserção na sociedade técnica moderna do século XX. Para o novo padrão que se deseja para o país em que se atrela a educação, está a discussão sobre o que ensinar aos alunos para uma sociedade que se quer transformar em moderna. A oposição entre o espírito literário e o espírito científico se estabelece; nas palavras de Nagle:

Argumenta-se que as humanidade clássicas representam a aristocracia pedagógica literária greco-latina, a cultura formal ou a virtude disciplinar, cujo objetivo era cultivar as faculdades imaginativas e sentimentais, desenvolver o

gosto do belo e apurar as operações intelectuais que mais serviam aos retóricos, aos dialéticos, aos poetas[...Por isso as humanidades clássicas serviram como padrão de formação no período histórico passado, quando estavam ajustadas ao espírito da época. Hoje o mundo mudou...estão superadas[...].nas reformas em diversos sistemas escolares de outros países[...].onde descobriu-se que o modelo mais adequado é aquele que se constrói à base da utilidade e proporciona a formação do espírito científico.(NAGLE, 2001, p.157)

E, se no caso da escola secundária, o novo modelo significa a valorização das humanidades científicas, que vão definir as raízes do otimismo pedagógico da época, tal otimismo, em relação à escola superior, se expressa sob a forma de exaltação das virtudes de um novo regime da organização universitária.

Ainda, segundo Nagle, com relação à escola secundária, a nova lei não atingiu o “núcleo da sua tradicional arquitetura, prendeu-se à medidas moralizadoras e normativas”. A medida mais efetiva foi a seriação. Mas contribui para o reconhecimento de que o ensino secundário deve ser empreendimento público, garantindo à clientela do curso primário o acesso ao ginásio. Mas a ilusão liberal de Fernando Azevedo ainda sustentará o debate sobre a modernização da sociedade brasileira pela modernização do seu sistema educacional. Em 1932 ocorre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de que é ele o principal signatário. Posto o debate, uma longa jornada em direção a uma outra representação sobre o moderno associado ao progresso, numa sociedade capitalista se traduzirá nas grandes reformas educacionais que vários Estados vão promover, dentre eles Minas Gerais.

Com relação à Campanha, de 1890 a 1930, ainda haverá a ascensão dos “mandarins” pois ao jogo de forças da política dos governadores, Campanha comparecerá. A representação Athenas ainda se manterá, mas com outros atores. Mesmo porque os mecanismos de aquisição do capital cultural ainda estão à vista mesmo com todas as reformas do período. Do discurso de Valladão destaco:

Da fonte que brota de Campanha não estancará jamais. Estudantes que Campanha sucessivamente e ininterruptamente serão enviados aos cursos superiores de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e para os seminários. São 172 campanhenses formados nestes cursos e não é pequena a relação que em idênticas condições organizei dos que ascenderam às cátedras de estabelecimentos de ensino superior, dirigiram os mesmos, sociedades sábias e institutos técnicos científicos[...] Fato como este que ocorreu na Campanha em nenhuma outra localidade poderá ser visto.(VALLADÃO, v.1, p.36)

Diante de tal discurso, que revela as bases com que se construiu a representação Athenas do Sul de Minas, apropriada aqui é esta fala de Bourdieu<sup>7</sup>, citada por PESAVENTO (1995, p.18)

A instância das representações é em si, um campo de manifestação de lutas sociais e de jogo de poder. O mundo social é também representação e vontade, e todo discurso contém em si estratégias de interesses determinados. A autoridade de um discurso e a sua eficácia em termos de dominação simbólica vêm de fora: a palavra concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que o enuncia e pretende agir sobre o real.

Ainda mais do discurso de VALLADÃO (1937, v.1, p.37), onde percebo as condições em que a estratégia de apropriação do capital cultural foi visualizada:

[...]quando se organizou os cursos superiores o ouro da Campanha já estava nos seus últimos lampejos; o comércio, a agricultura e a pecuária somente, com seus limitados proventos passariam a constituir ali a fonte de riqueza[...]não se apontavam grandes fortunas; o café ainda não havia no sul de Minas, o que só iria suceder pelas vésperas da república.

De 1890 a 1920, o ensino secundário ainda se dirige aos que pretendem realizar estudos superiores e daí alcançar as profissões liberais e as carreiras políticas e burocráticas, ou seja uma posição social de prestígio.

No período que vai da reforma Benjamin Constant, de 1891 a 1910, ano imediatamente anterior ao da reforma Rivadávia Corrêa, foram criadas no Brasil 27 escolas superiores: 9 de medicina, obstetrícia, odontologia e farmácia, 8 de direito, 4 de engenharia, 3 de

---

<sup>7</sup> -BOURDIEU, P. – Ce que parler veut dire.– pp. 109,124,144-Paris, Fayard-1982

economia e três de agronomia. Dentre elas a Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais onde, nessa época muitos campanhenses se formaram ao invés de irem para o de São Paulo.

Serve a Fernando Lobo esta fala de CUNHA (1986, p.183): “ Foi sempre um anelo da burguesia a aristocratização pelos títulos; perdidas as fornadas das condecorações e dos ornatos da fidalguia medieval, o título acadêmico transformou-se no sonho dourado de quase todas as famílias brasileiras”

O segundo momento de “pico” de campanhenses a se formarem nas universidades é justamente nas décadas de 1900 e 1910, que coincide com a expansão da universidade livre e da Lei Orgânica Rivadávia que abolia os privilégios do Colégio Pedro II e dos estabelecimentos equiparados de garantir aos seus egressos matrículas nas escolas superiores.

Na análise de CUNHA (1986, p.185)

A abolição dos controles sobre o ensino e em consequência sobre os títulos produziu a perda da raridade deles e daí, a sua progressiva incapacidade de indicar os indivíduos e os grupos merecedores das posições que conferem mais poder, remuneração e prestígio.

Talvez esteja nesta fala de Cunha o argumento que reforça a superação da representação Athenas. Mas, percebido em tempo o inconveniente da perda da raridade, a representação poderá seguir ainda por mais algum tempo

A Reforma Carlos Maximiliano teve o objetivo de conter a avalanche de diplomas superiores pelo retorno aos mecanismos de controle do fluxo a este nível de ensino controlando a equiparação e estabelecendo a exigência de certificado de ensino secundário. Contenção que foi mantida pela Reforma João Luiz Alves ou Rocha Vaz

Parafraseando alguns autores, o ensino secundário para a elite, no Brasil, era uma coisa resolvida. Cumpria a sua função de propedêutico em relação ao ensino superior onde a

profissionalização de dava para esta camada social. Para Valladão, a discussão e a paulatina exclusão do ensino do latim , visto por ele como pedra angular da Athenas, que eu classifico como representação, significou um importante fator da decadência de Campanha, ao lado das injunções políticas que permearam as transformações da sociedade. A troca de uma oligarquia por outra no poder, engendra outras representações para a educação.

**Quadro 14 - Reformas Educacionais Federais de 1890 a 1930**

Ano	Reforma	Lei / Decreto	Órgão p / Educação	Nível de Ensino	Aspectos	Observação
1890	Benjamim Constant - É criado o Ministério da Instrução Correios e Telégrafos	Dec. n° 981  Dec. n° 1075	Ministério da Instrução Correios e Telégrafos	Primário o Secundário	- Inspiração positiva - Currículo Cientifista - Exame de Madureza para ingresso no Ensino Superior - Exigência de certificados de estudos secundários. - Introdução da seriação - Regulamenta o ginásio nacional (ex. Colégio Pedro II)	- Reforma desfigurada pelo decreto n° 1232 que reintroduz os exames de preparatórios
1892	Código Fernando Lobo	Dec. n° 1.159	Ministério do Interior Justiça e Instrução	Superior	- Inspiração Liberal- é ampliada a equiparação para outros cursos superiores das Faculdades	A equiparação só era concedida aos cursos jurídicos

					Livres (Particulares)	
1893	Prudente de Morais	Lei nº 14	Ministério do Interior Justiça e Instrução	Secundário	- Transfere o internato do Ginásio Nacional para Campanha	- Nunca instalado
1901	Código Epitácio Pessoa	Dec. 3.890	Ministério do Interior Justiça e Instrução	Secundário Superior	- Concedia equiparação dos colégios estaduais, municipais e particulares - Fiscalização federal dos estabelecimentos equiparados	- não implanta a seriação
1911	Lei Orgânica Rivadavia Correa	Lei nº 8.659	Ministério do Interior Justiça e Instrução	Todos	- caracteriza a desoficialização do ensino - amplia liberdade ao estabelecimento de ensino - elimina a exigência de certificado do exame do ginásio e dos exames de preparatórios	- exige apenas o exame de admissão no Ensino Superior
1915	Lei Carlos Maximiliano	Dec. 11.530	Ministério do Interior Justiça e Instrução	Secundário Superior	- Permitia os exames de preparatórios parcelados - Retorno da denominação Colégio Pedro II como escola modelo - Duplicidade de prática no ensino secundário: seriação e parcelado. - O exame parcelado	- Nos Estados, os Ginásios Estaduais recrutavam as bancas de professores para os exames parcelados

					caracterizava a preparação livre do aluno em cada matéria	
1925	João Luiz Alves ou Rocha Vaz	Dec.n ° 16.782 – A Art. n° 261 Art.n° 268	- Ministério do Interior Justiça e Instrução - Cria o Departamento Nacional de Ensino e o Conselho Nacional de Ensino	Todos	- Frequência obrigatória - Seriação com 6 anos para o curso secundário - Aprovação por série - -Concedia equiparação aos Ginásios Estaduais -Concedia também equiparação aos Ginásios Municipais	- Extinguiu os exames de preparatórios - Criou as juntas para os exames dos colégios particulares – nomeados politicamente

**Fontes:**

NAGLE, Jorge – Educação e Sociedade na Primeira República – DP&A Ed.-2.ed.

MOURÃO, Paulo K.C– O Ensino em Minas Gerias no Tempo da República –Centro Regional de Pesquisas Educacionais-MG -1962

VALLADÃO, Alfredo – Campanha da Princesa – V. III – Gráfica dos Tribunais – RJ - 1940

#### 4.3 – ANÁLISE DOS GRÁFICOS

O **GRÁFICO 1** representa o total de campanhenses formados por década no período de um século – de 1830 a 1829.

O **GRÁFICO 2** representa o total de campanhenses formados por cursos.

Estes campanhenses estão se formando nos Seminários, nos Cursos Jurídicos, de Medicina e de Engenharia do Tempo do Império e nas Faculdades que evoluíram destes até à República e também nas Universidades Livres criadas dentro do projeto republicano em que se juntaram liberais e positivistas. Durante a república, os campanhenses continuam a se formar em nível superior e ainda participando do rateio do jogo político e da ocupação de cargos e a lista dos filhos ilustres a fazer a glória da Athenas chega aos anos 1940, ao tempo em que Valladão está editando o seu quarto volume de “Campanha da Princesa”. Mas restrinjo-me a 1930 que é o limite de tempo previsto na minha pesquisa.

Portadores do imaginário “mandarim”, que se constitui da prática das estratégias de auferir o capital cultural necessário que simultaneamente lhes favorecerá o capital político afim de lhes garantir os postos significativos nos quadros da burocracia estatal no império ou na república, bem como nas disputas pela representação política, destes cursos retornarão para concretizar este imaginário.

Farei uma análise simultânea do gráfico 1 e do gráfico 2.

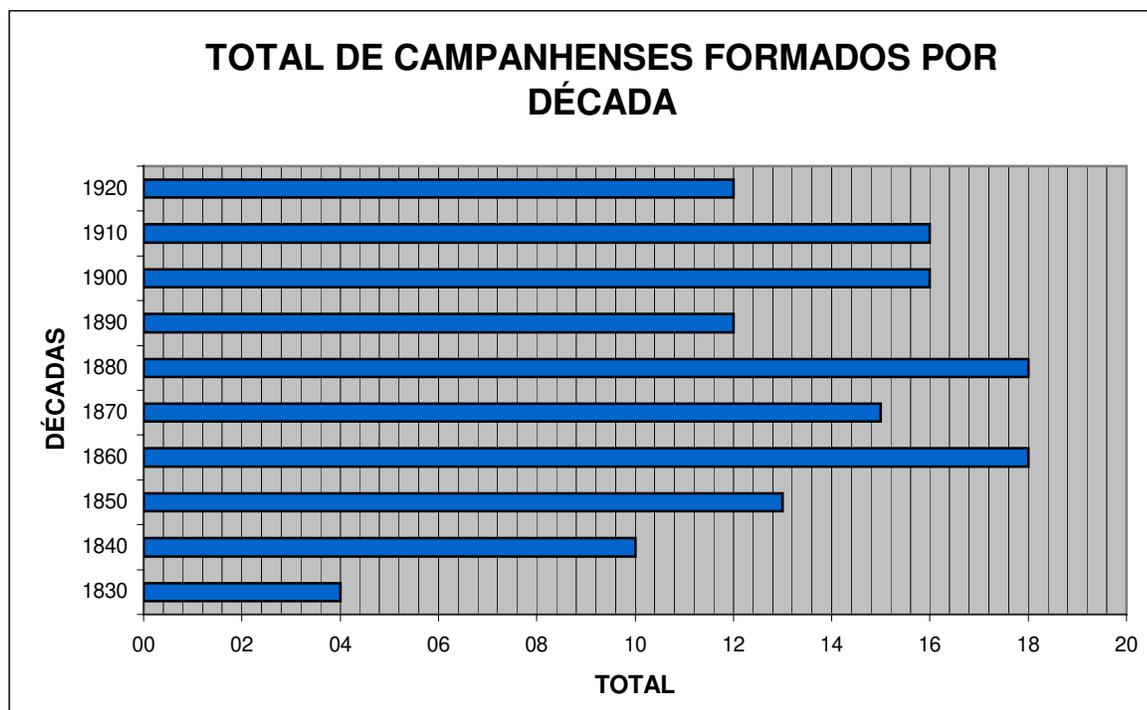
Considerarei os elementos que expus no ítem – C – HISTÓRIA.

Esses elementos versam sobre as escolas disponíveis em Campanha, de nível secundário ao tempo do império e república, nas quais os Campanhenses estão obtendo a formação secundária propedêutica para os cursos superiores do país:

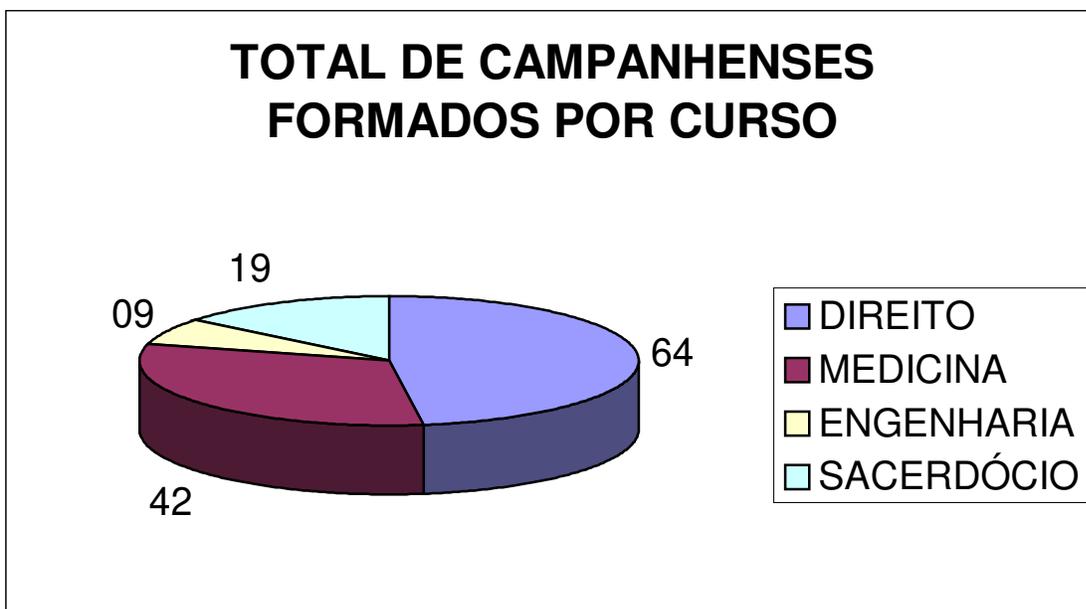
- O que favoreceu a concentração na década de 1860, na minha análise poderá ter sido a abertura em Campanha do Liceu Campanhense ( 1859 de acordo com fontes do APM) que promovia o ensino clássico exigido para os exames de acesso aos cursos superiores. Nesta década, de acordo com o mapa que acompanha os gráficos, a concentração se deu no Curso de Direito de São Paulo. Alguns desses formandos foram localizados nas memórias de Rezende
- O que favoreceu a concentração na década de 1880 também poderá ter sido a criação do Externato Oficial de Campanha ( Junto com a I Escola Normal em 1873 de acordo com fontes do APM) também promovendo o ensino clássico. Mas nesta década a concentração se dá nos Cursos de Medicina do Rio e alguns na Bahia. Foram localizados nos livros de frequência do Externato na década de 1870 98% dos formandos de Campanha no nível superior.
- Quanto à concentração nas sucessivas décadas de 1900 a 1920 poderá ter sido a política liberal republicana de abertura para a instalação das universidades livres. Há campanhenses, de acordo com o mapa, estão se formando nestas universidades. Houve nestas décadas opção eclética quanto aos cursos.
- Quanto aos Seminários, os campanhenses foram deixando de se ordenar por São Paulo e passam a se ordenar pelo Seminário de Mariana.
- A opção pelo Curso de Engenharia é reduzidíssima perante os demais cursos. Talvez seja pela incompatibilidade com o ensino clássico dado em Campanha.
- Não há alunos que tenham feito no período considerado os Cursos de Engenharia da Escola de Minas de Ouro Preto e nem o Curso de Farmácia em MG.

- Acoplados os nomes dos formandos às memórias, pode-se concluir que a grande maioria pertencia aos troncos familiares que compunham a elite de Campanha.
- Todos estes formandos estão inscritos na representação Athenas do Sul de Minas de acordo com as memórias/ história de Alfredo Valladão
- Personificaram a representação Athenas mas minha interpretação é que esta representação se traduz pelo que eu chamei de imaginário “mandarim”.

**Gráfico 1 – Fonte:** VALLADÃO, Alfredo V. Campanha da Princesa. SP: G. dos Tribunais. 1945, v.4



**Gráfico 2: Fonte:** VALLADÃO, Alfredo V.-Campanha da Princesa. SP: G.Tribunais.1945, v.4



## **QUADRO 12**

**Fonte:** VALLADÃO, Alfredo de V. **Campanha da Princesa**. São Paulo:G.Tribunais. 1945, v. 4.

O **QUADRO 12** que organizei demonstra o “fenômeno de mais de uma centena de campanhenses ilustres a ocupar as cátedras, tribunas, púlpitos e sociedades cultas, a reluzir a sua terra natal em todo o país”, divulgado por Alfredo de Vilhena Valladão em sua obra *Campanha da Princesa*. Ao organizar este quadro, pretendi demonstrar a predominância das gerações das famílias da elite campanhense como integrantes deste “fenômeno” apontado por Valladão. Estabeleci um cruzamento destes nomes com a matrícula no Externato Oficial de Campanha no período 1876 a 1888, com as atas de exames da I Escola Normal e matrícula da Aula Prática Masculina anexa. A partir da organização deste quadro elaborei os gráficos 1 e 2 já analisados. Fica evidente o nexó entre o fenômeno com a I Escola Normal de Campanha, seja através de seus professores, diretores e alunos, seja através das práticas dos exames para cargos públicos que eram atribuição desta escola, além de formar professores.

Quadro 12

**CAMPANHENSES FORMADOS NOS CURSOS SUPERIORES E SEMINÁRIOS BRASILEIROS**  
**PERÍODO:1830 A 1929**

ANO		DIREITO		MEDICINA		ENGENHARIA		SACERDÓCIO	TOTAL DÉC.
1830							MG	José Fortunato da Silva	
1832	SP	Tristão Antônio de Alvarenga							
1835	SP	José Antônio de Castro							
1839							SP	João Vicente Valladão	
									<b>04</b>
1840			RJ	Joaquim B. Goulart Brum			RJ	Antônio Felipe de Araújo	
1842			RJ	Gaspar J. Ferreira Lopes					
1843			RJ	Antônio Dias Ferraz da Luz					
1844			RJ	João Dias Ferraz da Luz					
1846			RJ	Bento José Labre					
1847							MG	João de Deus Oliveira	
1848	SP	Agostinho Marques P. Malheiro	RJ	José Xavier Lopes de Araújo			MG	José Romão de S.Fernandes	
									<b>10</b>
1850							MG	Francisco de Paula Victor	
1855	SP	Antônio Simplicio de Salles							
1855	SP	Bernardo Jacinto da Veiga							
1855	SP	Evaristo Ferreira da Veiga							
1855	SP	Francisco de Paula F. Rezende	RJ	José Antônio de F. Lisboa	RJ	Francisco Xavier L. de Araújo			
1856			RJ	Francisco Xavier da Veiga					
1858	SP	Christiano M. Stockler de Lima							
1858	SP	João Braulio Moinhos de Vilhena							
1859	SP	Pedro N. Xavier de Paula	RJ	Thomaz Thanner			MG	José Paulino da Silva	
									<b>13</b>
1861	SP	Cândido José Marianno Jr.							
1861	SP	Claudio J. Stockler de Lima							
1861	SP	Felisardo Pinheiro C. Muller					MG	José Theophilo M. de Vilhena	

1862	SP	Américo Lobo Leite Pereira			RJ	Martiniano da F. Reis Brandão		
1863	SP	Felício José de Miranda						
1864			RJ	Francisco H. Ferreira Brandão				
1865	SP	José Christiano Stockler de Lima						
1866	SP	Francisco Luiz da Veiga			RJ	Francisco Lobo Leite Ferreira	MG	João Pedro Ferreira Lopes
1867	SP	Severino E. R. De Rezende						
1868	SP	Antônio Augusto R. Serapião					MG	Carlos Dias Ferraz da Luz
1868	SP	Antônio J. Monteiro Queiroz Jr.					MG	João Batista das Neves
1868	SP	André Martins de Andrade						
<b>18</b>								

1870	SP	Manoel E. Martins de Andrade						
1871							MG	Paulo Emílio Moinhos de Vilhena
1872			RJ	Estevam Ribeiro de Rezende				
1873			RJ	Julio Cesar Ferreira Brandão				
1874					RJ	Alfredo Carlos M. De Campos	MG	Ignacio Candido da Costa
1875	SP	Olympio Oscar de V. Valladão						
1876			RJ	Francisco de Sales Cardose				
1876	SP	Fernando Lobo Leite Pereira	RJ	Saturnino S. Salles Veiga			MG	João de Almeida Ferrão
1877							MG	Vital Vieira da Glória
1879			BA	Américo Gomes R. da Luz				
1879			BA	Gaspar José F. Lopes 2				
1879			BA	Joaquim Lobo Leite Pereira				
<b>15</b>								
1881			RJ	Eustachio Garcão Stockler			MG	Luiz José de Paiva
1882			RJ	Mathias Ant. M. de Vilhena	RJ	Manoel F. Gomes Valladão Jr.		
1882			BA	Francisco P. B. Soares Horta	RJ	João Baptista P. Paiva		
1883	SP	Joaquim Leonel de Rezende Filho						
1884			RJ	Antônio de Souza Soares				
1884			RJ	Mathias de Vilhena Valladão				
1885			RJ	José Braz Cesarino				

1885			RJ	Julio Augusto F. da Veiga				
1886			RJ	Ângelo Xavier da Veiga				
1886			RJ	Antônio M. Xavier Lisboa				
1886	SP	João Pedro da Veiga Filho	BA	João Braulio M. De Vilhena Jr.				
1887			RJ	Alexandre Stockler P. Menezes				
1887			RJ	Carlos Alberto Ferreira Brandão				
1888	SP	Álvaro Gomes da Rocha Azevedo						
								<b>18</b>
1890	SP	Estevam Lobo Leite Ferreira						
1891	SP	Gabriel J. Rodrigues de Rezende						
1891	SP	José Vicente Valladão						
1892	SP	Carlos Augusto Ferreira Brandão	RJ	Vital Brasil Mineiro Campanha				
1893	SP	André Martins de Andrade Jr.						
1893	SP	Francisco Honório F. Brandão Fº						
1894	SP	José Maria de Moura Leite Jr.						
1895	SP	Augusto Olympio G. Valladão						
1895	SP	Alfredo de Vilhena Valladão						
1897					RJ	Arlindo G. Ribeiro da Luz		
1898	SP	Gabriel de Vilhena Valladão						
								<b>12</b>
1901	MG	Julio Octaviano Ferreira						
1904					SP	João Pedro da Veiga Miranda	MG	Joaquim de Souza Soares
1905	MG	Epiphanio de Magalhães Macedo						
1905	MG	Fernando de Magalhães Macedo						
1906	MG	Antônio Martins de Andrade						
1907	SP	Joaquim Leonel de R. Alvim 2						
1907	SP	José Augusto de Souza e Silva						
1907	SP	Martiniano Leonel de Rezende						

1907	MG	Paulo Braulio de Vilhena						
1907	SP	Manoel de O. Andrade Filho						
1908	SP	Taylor de Oliveira	RJ	Jefferson de Oliveira			MG	Leonidas João Ferreira
1908			RJ	Olympio Ribeiro da Luz				
1909	MG	Julio Braulio de Vilhena						
								<b>16</b>
1910	SP	Abner de Araújo Macedo						
1911	RJ	Eugênio de Vilhena Moraes						
1912			RJ	Gastão Octaviano Ferreira				
1912	RJ	Evaristo Ferreira da Veiga 2	RJ	Rodolpho Vilhena de Moraes				
1913			RJ	Felippe Brandão				
1916	MG	Cisalpino de Souza e Silva						
1916	MG	Nicolau de Moraes Navarro						
1917	MG	José Braz Cesarino Filho						
1918	RJ	Nelson de Oliveira Veiga						
1919	MG	Dario Braulio M. de Vilhena						
1919	RJ	Carlos Ferreira da Costa						
1919	RJ	Daniel de Alvarenga Barrios						
1919	RJ	Edgard da Veiga Ferreira						
1919	RJ	José Borges Neto					MG	João Baptista da Silveira
								<b>16</b>
1921	SP	Domingos Vilhena de Moraes	MG	Eugênio de Souza e Silva				
1921	RJ	Fábio Leonel de Rezende						
1924			RJ	Jahir de Moraes Miranda				
1925	MG	Edmundo Nogueira	RJ	Ernesto Coelho Neto				
1926	RJ	João Luiz Alves Valladão						
1927			SP	Zoroastro de Oliveira Filho				
1929			RJ	José de Gouveia Vilhena				
1929			RJ	Manoel Alves Valladão				
1929			MG	João Albino de Almeida	RJ	Benjamin Horta B. de Andrade		
								<b>12</b>
<b>TOT CUR</b>		<b>64</b>		<b>42</b>		<b>9</b>		<b>19</b>
								<b>134</b>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos sentidos evocados diante da referência Athenas do Sul de Minas para Campanha, o primeiro que ascende é o da curiosidade sobre o porquê da associação dessa cidade com o célebre berço da civilização ocidental. Quer se trate de um ouvinte ou leitor, leigo ou esclarecido que diante da referência está. Ao de mediana instrução, a resposta que lhe acudiria seria: em Campanha a cultura clássica deve ter sido íntima dos campanhenses. Se versado em história urbana do país: - Ah!, era um epíteto comum em certa época – já houve a Athenas do Brasil - Rio de Janeiro e também a Athenas do Maranhão - São Luís e quiçá mais outras. Mas, se for um leitor especializado em história da educação, ou em história da literatura, ou em ambas, estará diante de um dilema: múltiplas variáveis concorrerem ou se complementarão dentro de uma possível resposta. Diante estando de uma “Athenas” do Brasil, do Maranhão ou de Campanha, o que acudirá a esse leitor: Helenismo? Herança escolástica? Jesuitismo no ensino? Arcadismo? Romanismo? Metáfora? Representação? Essas seriam algumas das faces a considerar no investimento de uma resposta. Como é diante de Campanha como a “Athenas do Sul de Minas” que me coloquei, trarei sobre ela algumas considerações finais.

Preciso dizer que o mergulho que fiz nesse universo cultural e o que dele extraí representa o meu discurso histórico. E coloco-me na perspectiva de Le Goff que diz que o passado não muda, o que muda são as interpretações que dele fazem os historiadores mediante os documentos que elegem para elucidá-lo. Nesta pesquisa, elegi as memórias de campanhenses sobre sua terra natal para me aproximar da Athenas e, para isso, recolhi documentos oficiais nos

arquivos públicos do Estado e local. Dei-lhes uma interpretação a partir das perguntas que lhes fiz e das respostas que obtive. Outros poderão fazer outras perguntas aos mesmos documentos e outras interpretações poderão redundar em outra história. Penso que os campanhenses compreenderão este plano em que as coisas se colocam dentro de um trabalho acadêmico. Não gostaria de ferir-lhes o orgulho e a identidade tão bem construída a partir de um imaginário que eu traduzi como representação e a desvelei dentro de um cabedal teórico que lhes está ao alcance. À eles a minha admiração e o meu senso de que fui apenas um grão de areia a mergulhar no universo cultural que lhes é tão caro.

No caminho que percorri para desvelar a Athenas, trabalhei com as memórias do lugar e com documentos oficiais, caracterizando a articulação texto e contexto. Li os textos dos memorialistas situando-os no contexto trazido por historiadores em suas obras e à luz de documentos oficiais. Para entender como se erigiu a representação Athenas para Campanha ,decidi que seria necessário pesquisar o sistema escolar dessa cidade já que, aos olhos dos intelectuais do lugar, eram essas escolas e especialmente o brilho do ensino do latim a base da “Athenas”. Às escolas particulares só tive acesso através desses memorialistas, mas quanto às escolas públicas do período em questão, procurei analisar seus documentos para trazer evidências. Era-me útil tratar só das escolas públicas porque precisava verificar se Campanha havia sido privilegiada por políticas públicas extras em relação à oferta de ensino nas demais localidades de Minas. Não me empenhei em fazer um estudo comparativo objetivado, apenas me situei a partir do referencial bibliográfico o que já foi suficiente para perceber que Campanha não obteve nenhuma atenção a mais em relação à demais cidades quanto aos investimentos públicos. Tanto no período imperial quanto no republicano, no recorte de tempo da pesquisa, o trato que foi dado a Campanha foi o previsto dentro do escopo da legislação. Mas, o detalhe que observei: quem mais se servia das oportunidades da escola pública eram os campanhenses das camadas

sociais mais altas, paralelamente ao uso das ofertas de escola particular. Na ausência da oferta pública, havia a oferta privada sempre, em Campanha. A frequência às aulas nessas escolas era passo importante na aquisição do capital cultural pois assim o capital político seria favorecido. Mas ambas as bases, do capital cultural e do capital político, já vinham de casa, de seu “habitus” enquanto classe distinta. A seguir esses jovens de Campanha se dirigiam aos cursos superiores disponíveis no país no período. Procurei demonstrar, através de síntese do trabalho de historiadores da educação brasileira e mineira, que as práticas de incursão no ensino superior do país, à época, atreladas às práticas do ensino secundário, com seu ensino clássico e os esquemas de exames de preparatórios e depois exames de parcelados se circunscreviam dentro de decisões pensadas em nível político para controle de títulos profissionais. Isso era levado a efeito com o objetivo de rateio da representação política e obtenção de cargos públicos. As elites de Campanha a essas práticas aderiram como estratégia para resguardar a manutenção do seu status-quo numa Campanha já sem os recursos do ouro, como penso que demonstrei através do discurso de Alfredo Valladão. Mas a esse discurso em que a Athenas é tangível enquanto representação, procurei dar um trato teórico como sendo um imaginário a que Cunha e outros traduzem como a ideologia do bacharelismo. Expus a prática desse imaginário através do conceito de mandarim, buscado em Weber, Ringer e Cunha. Ou seja, expus em mapa e gráfico a longa lista dos filhos ilustres de Campanha que se formaram em nível superior e auferiram postos-chaves nas instituições públicas como tribunais, faculdades, escolas, associações públicas de cultura e principalmente na política em todos os níveis. Tratei a glória de Campanha, base da representação Athenas, como estratégias dentro do imaginário que traduzi como mandarim.

Como a representação foi erigida, procurei levantar essa questão analisando o ensino clássico em Campanha, o qual condicionava a aprovação para os cursos superiores e, através dos memorialistas, conhecer um pouco do circuito cultural de Campanha e seus atores. Procurei situar

a condição de Campanha quanto ao ensino de latim, em relação às outras cidades, até meados do século XIX e o que observei é que a distinção de Campanha estava na antiguidade de suas cadeiras. Foi possível perceber também que nesse imaginário que cria a Athenas estão ecos do arcadismo mineiro. Quanto à I e à II Escola Normal de Campanha há um claro nexos entre estas, enquanto “locus” estratégico e o “habitus” político desta elite de Campanha.

Quanto ao modo como a representação foi transformada, procurei, situar o contexto de discussões em torno da educação nos anos vinte a trinta em que Fernando de Azevedo a mim se coloca como o agente da derrocada da Athenas de modo sutil, perspicaz, enquanto que Francisco Campos de modo concreto. Em relação a este desencadear reformador proposto por Azevedo e outros, ou seja o ideário escolanovista em que prevê uma educação de cunho utilitário para um Brasil moderno, expus a reforma levada a efeito em Minas e objetivada em Campanha. Portanto acato o escolanovismo enquanto agente reformador da Athenas.

A propósito da transformação da Athenas e também de um entendimento sobre os nexos entre história e memória, observei a ausência de Azevedo das memórias de Valladolid, tão cioso do inventário dos ilustres da sua terra natal. João Luiz Alves, um não campanhense, mas com passagem notória na cidade, está presente em seu discurso. Quanto a Azevedo, filho notório da região, em Valladolid, há silêncio!

Da fala do ouvidor-mor Cypriano da Rocha associada à fundação da cidade de Campanha, destaquei: “mandei construir Intendência e justiças que será preciso e fica-se entendido de fazer igreja”. Esse é o substrato mais primário das estratégias dos personagens da Athenas. Entenderam os memorialistas de Campanha que os denunciastas da prática da mineração ilegal no local eram os próprios mineradores (para se legalizarem e ao mesmo tempo fugirem à punição) que se dispuseram a acompanhar o ouvidor na fiscalização. Mas esse dado aparece nos discursos enquanto astúcia. A essa astúcia chamei de estratégia. Como também foi uma

estratégia, para se tornarem independentes da Comarca do Rio das Mortes, cuja sede era São João Del Rei (com quem Campanha se rivalizava), o oferecimento espontâneo da Câmara, de um terço das rendas à princesa Carlota Joaquina. Foi um êxito! Campanha passa à Vila de Campanha da Princesa, senhora de um imenso termo, ou seja, território sob seu domínio, que correspondeu a toda região do sul de Minas, de onde se desmembraram todas as demais cidades de hoje da região. A terceira estratégia é a que apresentei como sendo o imaginário “mandarim”, que está oculto sob a “glória do latim” ensinado em Campanha, que autoriza a Athenas do Sul de Minas como representação que procurei desvelar. A metáfora “Athenas do Sul de Minas” pode ser compreendida através da metáfora militar de “estratégias” trazida por Bourdieu. Enfim, a Athenas nasce de uma primeira estratégia de um grupo que originará as gerações de grupos dominantes que seguirão com a prática de estratégias sempre no encalço de manter sua distinção perante as demais camadas sociais de Campanha. É o fruto dessas estratégias que personificou a representação “Athenas” criada por estes grupos, integrando uma identidade para a cidade de Campanha, cuja glória permanece hoje nos lugares de memória a atrair os pesquisadores no labor da ciência História.

Nesses quatro últimos anos, cinco pesquisadores tiveram Campanha como objeto de suas pesquisas. Três delas já foram defendidas e esta, que agora encerro com essas considerações finais, será a quarta, embora eu a tenha iniciado antes das demais. Nesse sentido o Dr. Alfredo de Vilhena Valladão terá conquistado o seu intento: tirar sua terra natal, das margens para o centro da história de Minas. Não por este meu desprezioso trabalho, mas de certo modo, ele, Dr. Valladão é responsável pela minha tese, pois me inspirou a realizá-la através de sua obra Campanha da Princesa. Por ele cultivo um sentimento especial, misto de respeito e gratidão. O título de Mestre em Educação, buscado por mim (pois também busco distinções, aludindo aqui

ao próprio tema da pesquisa), também será dele, como de todos os outros memorialistas de Campanha, que vêm contribuindo com a História.

Volvendo agora à História da Educação: penso que trouxe um pouco da história da escola e da cultura de minha região natal, assim como os seus atores, os homens, para a discussão. Mas, finalizando este trabalho de pesquisa, há uma consideração legítima de ser feita, e eu a farei com estas palavras:

*“A história é datada e a escola também. Sabemos que os sistemas de valores presentes numa sociedade num determinado momento histórico se reproduzem e são transmitidos através dos procedimentos, valores, normas, institucionais ou não, sem mudança aparente de uma geração à outra.”*

*[Ediógenes Aragão dos Santos]*

## APÊNDICE

### **Perfis de alguns intelectuais e suas respectivas obras aos quais Valladão chama de filhos ilustres da Campanha:**

#### **Alfredo de Vilhena Valladão**

Não utilizarei aqui o perfil de si mesmo, incluído entre os demais filhos de Campanha, que Valladão apresenta em sua obra. Trarei dele aqui uma biografia (que adaptei), publicada pela Revista do IHGMG, por ocasião de seu passamento em 17 de novembro de 1959. O Ministro Alfredo Vilhena Valladão, que nasceu em Campanha, Minas Gerais, descendente de tradicional família mineira, aprendeu no lar, as lições de integridade moral, de retidão de caráter, de dignidade e honra a que se somavam excepcional saber jurídico e profunda cultura humanística. Compreensivo, magnânimo, aliava as qualidades de coração às manifestações de inteligência e cultura. Historiador de largo pulso, profundo conhecedor dos fastos da terra natal e de Minas, revelara sempre alma cavalheiresca, a finura de espírito, a doçura cordial de mestre em toda a extensão da palavra.

Desaparece aos 86 anos de idade, falecido na Casa de Saúde São Sebastião no Rio de Janeiro. Foi professor da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais e da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Jurista, escritor e historiador, tinha várias obras publicadas, entre as quais “Projeto do Código das Águas”, “Tribunal de Contas”, “Direito das Águas”, “Ministério Público”, “Campanha da Princesa- 4 volumes-”, “Brasil e Chile na Época do Império, Amizade sem Exemplo”, este publicado em 1959.

Quando, em 1905, o Ministro Valladão entrou para o Tribunal de Contas da União, era o mesmo uma instituição nova em nosso país, criada pela República, e mal definida na Constituição de 1891, exigindo especiais estudos na doutrina, na jurisprudência e na legislação

dos outros países, estudos a que se dedicou e não apenas para o perfeito exercício do cargo de representante do Ministério Público, mas ainda para escrever trabalhos de doutrina sobre os principais assuntos do Tribunal e de crítica às disposições legais vigentes indicando as remodelações que se impunham. Em 1908 fez parte do Congresso Jurídico Brasileiro quando na seção de Direito Civil, sustentou a doutrina da unificação do Direito Privado. Em 1943, fez parte do Congresso Jurídico Nacional comemorativo do Centenário do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, sendo eleito Presidente da Seção de Águas de Minas. Era vice-presidente do IHGB e pertencia ao IHMG. Jornalista consumado, militou na imprensa desde 1901, colaborando em quase todos os jornais do Rio. Condecorado com a Medalha da Ordem da Inconfidência Mineira. Teve seu nome inscrito no Livro da Ordem do Mérito, durante o Governo Dutra. Deixa três filhos: o Professor Haroldo Teixeira Valladão, da Universidade do Brasil e da Universidade Católica do Rio de Janeiro; o Ministro Alfredo Teixeira Valladão, diplomata e o Dr. Edgard Teixeira Valladão, Juiz de Direito aposentado.

Como início de tal trajetória, encontro-o entre os alunos que estão prestando os exames de suficiência para a matrícula ao 1. ano da Congregação Escola Normal e Externato Oficial de Campanha, em 5 de outubro de 1887, em cuja ata consta, além dos professores da época, sob direção de Manoel Ignácio Gomes Valladão (seu pai), o seguinte resultado final: “submetidos a exames escritos e orais das matérias que constituem o primeiro grau do ensino primário foram todos aprovados.”<sup>1</sup> Tinha ele 13 anos. Ainda menino, aos 8 anos, consta ele em um outro documento de 1881- na p.3 – o Livro de Matrícula da Aula Prática Masculina anexa à I Escola Normal de Campanha<sup>2</sup> cujas observações feitas a seu respeito são “começando a

---

<sup>1</sup> - APM – IP 97 - Atas dos Exames da Escola Normal de Campanha – 1887/

<sup>2</sup> - APM – IP 89 - Livro de Matrícula da Aula Prática Masculina da I Escola Normal de Campanha - 1881

soletrar” , jornada que ainda não encerrou, pois hoje sua obra, Campanha da Princesa é meu objeto de pesquisa e me possibilitará o título de Mestre.

### **Agostinho Marques Perdigão Malheiro**

Nascido em Campanha, de onde parte para fazer os seus estudos. Tendo feito o curso do Colégio Pedro II na corte, forma-se a seguir em Direito em São Paulo no ano de 1848 “com tal brilho que pôde conquistar logo, em 1849 o grau de doutor”. Sua grande obra, que o imortalizou, foi - A Escravidão no Brasil – de caráter jurídico, histórico e social, condenando a propriedade escrava e que constituiu o maior fator da campanha pela abolição, “o livro mais fecundo e benfazejo que se tem escrito no Brasil”, diria Nabuco, citado por Valladão, donde o epíteto glorioso que lhe ficou de “jurisconsulto da abolição”.

Mas essa obra é antecedida por outras de caráter histórico e jurídico. Segundo Valladão, “Mal saído dos bancos acadêmicos, entra para o Instituto Histórico Brasileiro em 1850”. Autor de obras clássicas de Teoria do Direito, “um dos maiores jurisconsultos do país, segundo Lafayette”, ainda de acordo com Valladão. Foi procurador da Fazenda , deputado à assembléia geral do Império por duas legislaturas até 1868. Era conservador e monarquista. Tendo instruído a causa abolicionista, entretanto, não vota a favor da Lei do Ventre Livre, por não concordar com os termos da mesma.

Foi presidente do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil de 1861 a 1865.

### **José Pedro Xavier de Veiga**

Em virtude de saúde frágil, não pôde sair de Campanha para os cursos jurídicos. Monarquista e depois conservador, deputado à Assembléia Provincial de Minas, nos períodos de

1872 a 1879 e depois de 1882 a 1883. Na República, é eleito senador para o Congresso mineiro de 1891 a 1894. Apresenta importante emenda sobre a matéria de ensino, estabelecido sob a República como leigo e gratuito nos estabelecimentos públicos. Sobre essa disposição ele propõe que ela seja substituída para: “o ensino primário será gratuito e exercido livremente.” Justifica ele: “com a separação da Igreja do Estado, ficou inteiramente vedado às legislaturas fazer concessões a um culto qualquer em prejuízo do outro. Eliminando o caráter leigo do ensino, a lei sobre a instrução poderá determinar que a aula de religião nas escolas seja não só permitida mas obrigatória por parte dos professores e facultativa aos alunos a frequência respectiva”. Julga Valladão que Xavier de Veiga assim se antecipa a Rui Barbosa que, “só anos mais tarde, em discurso de paraninfo no Colégio de Jesuítas de Friburgo, pregaria tal adaptação.” Renuncia ao seu mandato para assumir a organização e direção do Arquivo Público Mineiro, criado por lei em 1895, onde cria a revista do arquivo, a RAPM. Em 1897, produz a volumosa obra – Efemérides Mineiras – com a qual entra para o Instituto Histórico Brasileiro. Também é historiador da imprensa de Minas. Essa obra foi reeditada em 1998 pela Fundação João Pinheiro de Estudos Históricos em Belo Horizonte e integra o projeto editorial “Coleção Mineiriana”

### **Américo Lobo Leite Pereira**

Cursa o ensino secundário no Colégio Pedro II, na Corte, e Direito em São Paulo, tendo-se formado em 1862. Advogado e político, com mandato nas câmaras gerais do Império, defende os princípios do liberalismo histórico. Na Câmara Federal da República, na tribuna constituinte, defensor máximo do princípio democrático e do princípio federativo, contendendo com o próprio Rui Barbosa em 1891, enquanto senador. Em 1894, é nomeado juiz do Supremo Tribunal Federal, revelando grande afinidade com o juiz norte-americano Marshall. Orador imbatível e, enquanto homem de letras, poeta e tradutor de autores estrangeiros.

### **Vital Brasil Mineiro da Campanha**

Para Valladão, filho “que traz no próprio nome o timbre da terra natal, a Athenas do Sul de Minas” Figura da medicina experimental, funda e dirige o Instituto Butantan, onde completa a obra, iniciada por Calmette, da soroterapia anti-oftídica, ainda “antes de haver frequentado os institutos científicos do Velho Mundo aos quais procura, já aureolado pela glória, para comunicar-lhes pessoalmente a sua obra aqui consumada, projetando-se além das nossas fronteiras, formando linha com Pasteur, Roux, Kock, Calmett como benfeitor da humanidade.” Formado em medicina no Rio de Janeiro em 1892.

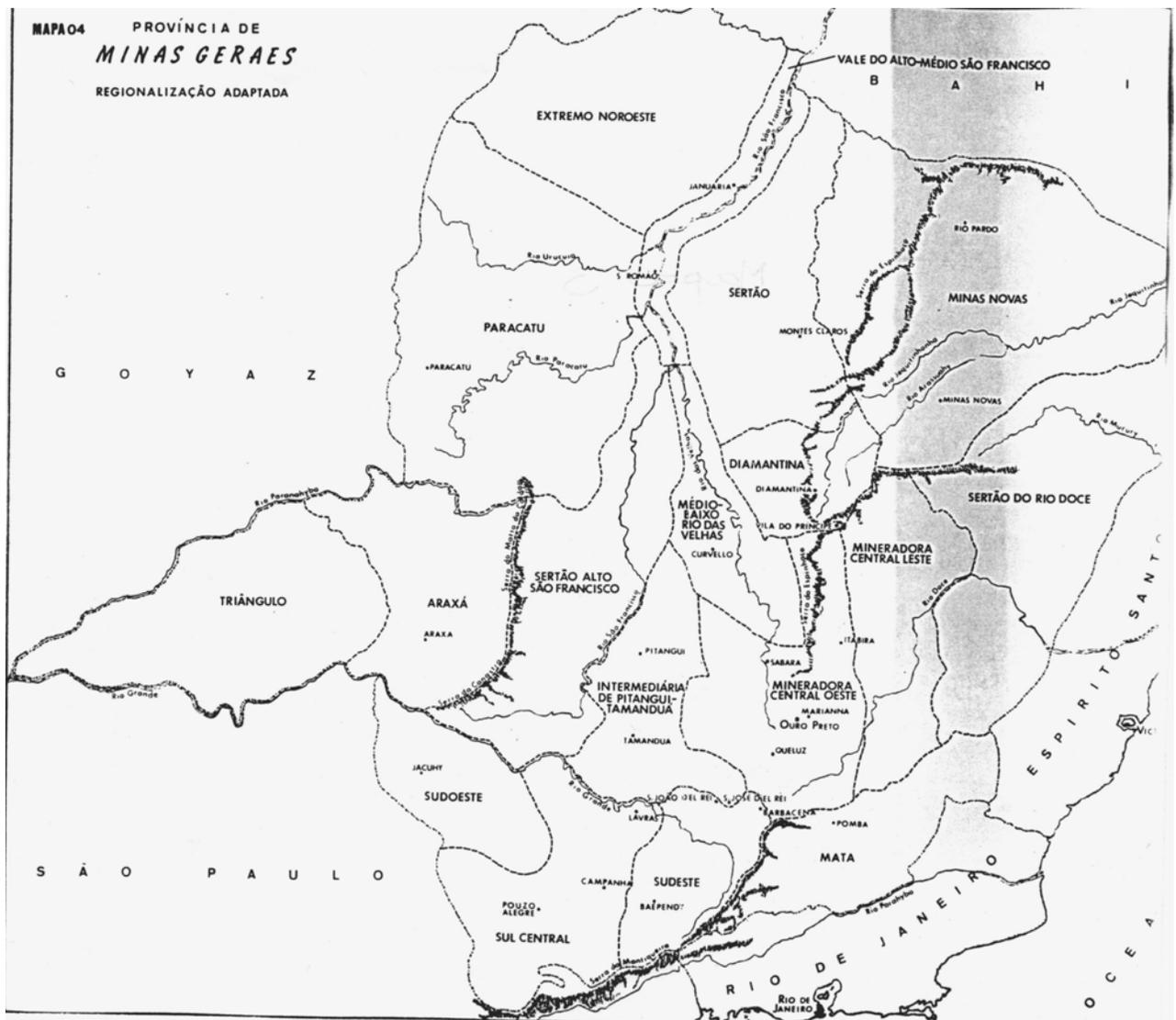
### **Eugênio Vilhena de Moraes**

Advogado formado em 1911, no Rio de Janeiro. Filho do professor José Gomes de Moraes na I Escola Normal de Campanha. Em 1896, aos nove anos de idade, encontra-se matriculado na turma de aula prática masculina anexa à EN. Professor de humanidades em sucessivas gerações no Colégio Jesuíta Santo Ignácio no Rio de Janeiro. Atuou como professor interino no Colégio Pedro II e na Escola Normal do Rio. Autor do panfleto de filosofia que determinou a revisão do ensino desse conteúdo no Colégio Pedro II- através de sua obra “Pela cartilha de Comte”. Gramático, pedagogo, historiador, tendo entrado para o Instituto Histórico Brasileiro em 1921 com a obra: “Qual a influência dos Jesuítas em nossas letras?” – e, em seguida produziu várias obras sobre o personagem Duque de Caxias, também acolhidas pelo IHGB. Foi diretor do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, na década de 1930. É considerado como um pedagogo, na cidade de Campanha.



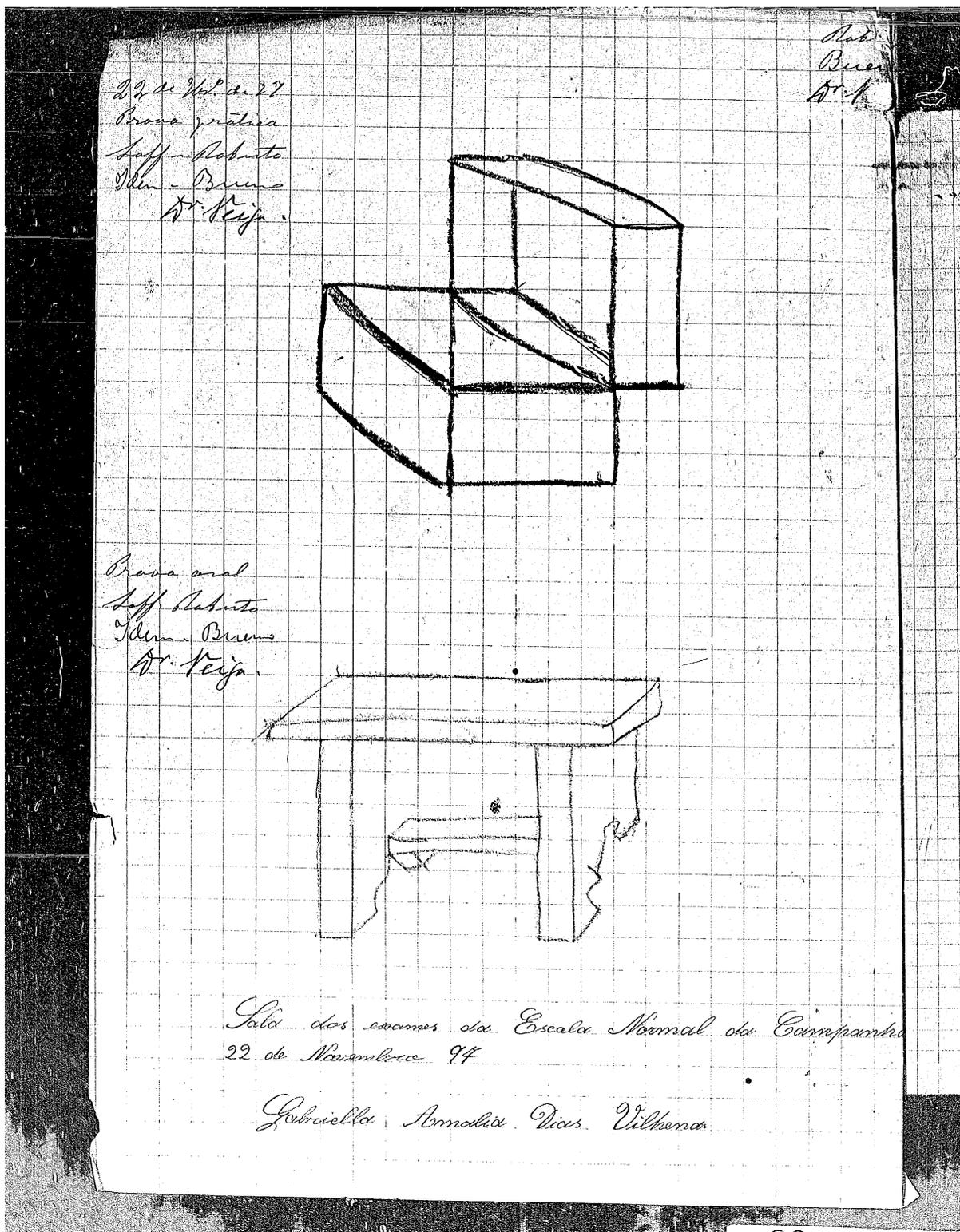






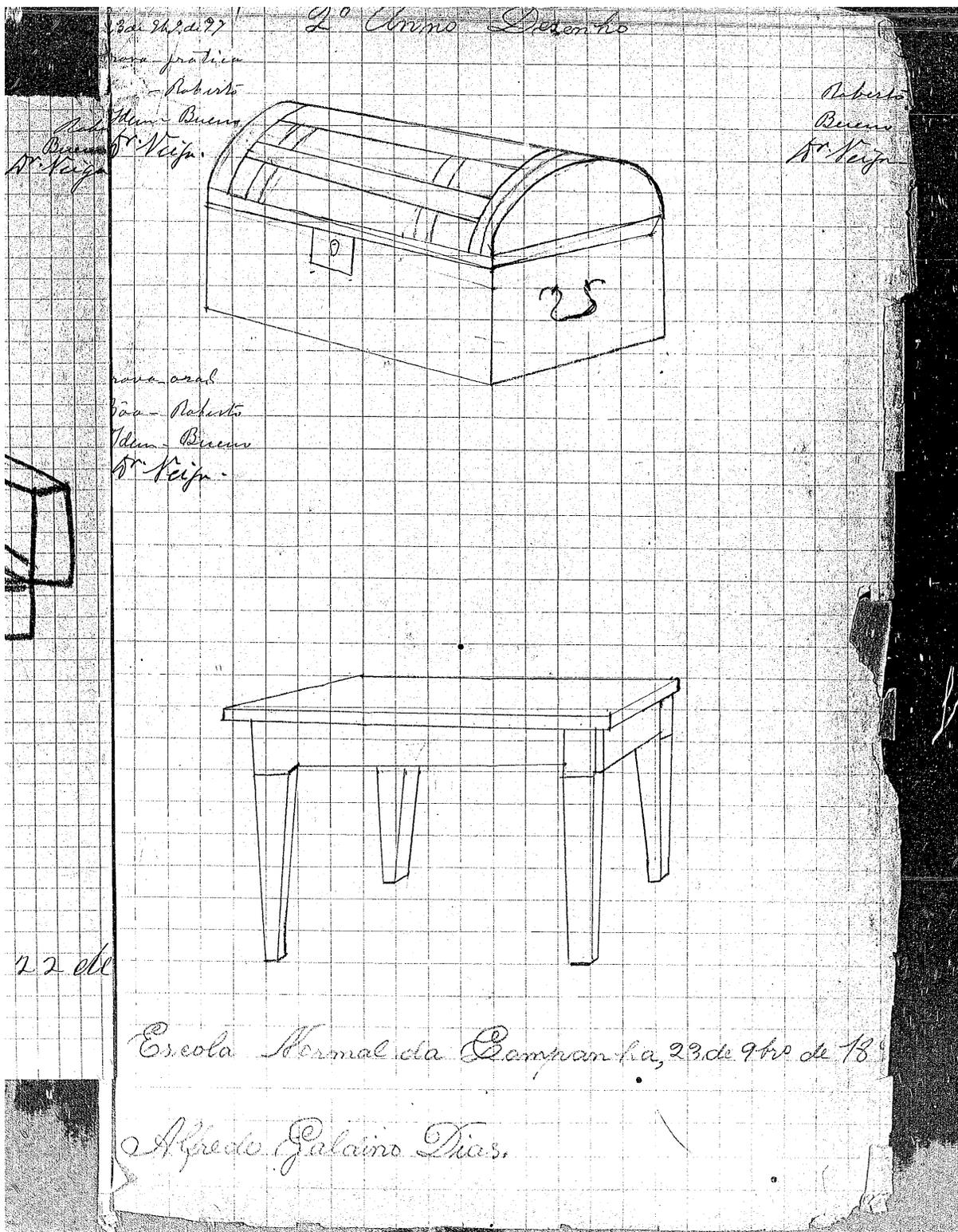
**Mapa 03: Região Sul de Minas – divisão em Sub-Regiões: Sul-Central; Sudoeste; Sudeste**

Fonte: PAIVA, Clotilde A – **População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX – 1830/32 -1996** – Mapa 4 – Regionalização adaptada -Tese de doutoramento - USP – 1996



**Figura 15**

Fonte: APM –Exame de desenho do 1.º Ano – I Escola Normal de Campanha - 1897



**Figura 16**

Fonte- APM – Exame de desenho do 2.º Ano - I Escola Normal de Campanha - 1907

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

### FONTE PRIMÁRIA

#### Documentos coletados no Arquivo Público Mineiro – APM:

#### Código Instrução Pública:

- . IP n.68 – 1872 – Atas da Sociedade Palestra Campanhense
- . IP n.71 – 1884 - Mapa de Frequência de Alunos do Externato Oficial de Campanha
- . IP n.80 – 1890 – Quadro de Cadeiras Primárias e Frequência dos Alunos de Minas Gerais
- . IP n.84 - 1868/1883 - Livro da Inspeção e Matrícula de Delegados do 16. Círculo Literário Campanha
- . IP n.84 – 1883 – Livro de Frequência de Alunos dos Círculos Literários da Província de Minas Gerais
- . IP n.85 - 1873/1889 – Livro n.4 – Matrícula da Aula Prática do Sexo Feminino, anexa à Escola Normal de Campanha
- . IP n.88 – 1876/1879 – Livro de Frequência Diária dos Alunos do Externato Oficial de Campanha
- . IP n.89 – 1881/1896 – Livro de Matrícula de Alunos da Aula Prática Masculina anexa à Escola Normal de Campanha
- . IP n.90 – 1882/1893 – Livro de Atas de Exames de Candidatos aos cargos públicos: de professores, funcionários da justiça e obtenção de Carta de Advogado
- . IP n.91 – 1884 - Livro de Atas de Exames de Candidatos às Cadeiras de 1. e 2. Grau
- . IP n.92 – 1883/1888 – Livro de Matrícula de Alunos do Externato Oficial de Campanha
- . IP n.93 - 1892 – Livro de Atas de Exames de Candidatos ao Cargo de Professor no Curso Normal de Campanha
- . IP n.94 – Livro de Termo de Posse da Cadeira e Juramento de Professores da Escola Normal de Campanha
- . IP n.95 - Livro de Ponto de Professores da Escola Normal de Campanha
- . IP n.96 – 1886/1894 – Livro de Lançamento de Atas da Congregação da Escola Normal e Externato Oficial de Campanha

. IP n.97 – 1887/1893 – Livro de Atas de Exames dos Alunos da Escola Normal e Externato Oficial de Campanha

### **Coleção Assuntos Mineiros :**

. V.10 - Discurso Pronunciado por Ocasião da Abertura do Colégio Lyceu Campanhense

### **Relatórios de Governo sobre a Instrução Pública:**

.Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública Dr.Mathias de Vilhena Valladão – ao Presidente da Província de Minas Gerais - Ouro Preto- 20.04.1887

. Relatórios do Secretario de Estado dos Negócios do Interior Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro ao Presidente do Estado de Minas Gerais – Anos: 1903 – 1904 – 1905 – 1906 - BH

. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior Dr. Manoel Thomaz de Britto ao Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. João Pinheiro da Silva – Ano: 1907 - BH

Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais Antonio Carlos Ribeiro de Andrada ao Congresso Mineiro – Ano: 1929 - BH

. **Revista do Arquivo Público Mineiro** – RAPM. Belo Horizonte  
volume 1-ano XXIV-1983 – pp 347/388

### **Documentos coletados no Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort:**

#### **Livros sobre Campanha – Memórias:**

. ANDRESS, Angélica- Escolas da Campanha - monografia

. BUENO, Júlio. **Almanaque do Município da Campanha-1900** -Tipografia Colombo-1941

. CASADEI, Antonio. **Notícias Históricas da Cidade de Campanha**. Serviços Gráficos-1987

. CASADEI, Thalita O. **Aspectos Históricos da Cidade da Campanha**. ONG Sebo Cultural

. **Gynasio Municipal São João** – Memória - 1930

. LEFORT, Mons. **Cidade da Campanha**. Monografia Histórica-1968

. MATTOS, Haroldo C. **Síntese Histórica dos Correios da Campanha** – Memória. Campanha

.OLIVEIRA, Roberto Jefferson. **Campanhenses Ilustres**. Número Especial –Prefeitura Municipal. Campanha (MG) -1997

.MORAIS, Vinícius Vilhena de. **Lendas e Fatos da Campanha** – Memória-Biblioteca Munic.

----- **Campanha que Conheci e Vivi** – Memória-Biblioteca Munic.

. REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas Recordações**. Coleção Documentos Brasileiros, Imprensa Oficial de Belo Horizonte - 1987

.VALLADÃO, Alfredo de Vilhena. **Campanha da Princesa** – Rio de Janeiro: Leuzinger S/A– volumes: I- 1937, II- 1940. São Paulo: Gráfica dos Tribunais- volumes: III- 1942, IV- 1945

### **Revistas e Jornais de Campanha:**

. Revista Alvorada – Campanha n.5 e 6 – Março 1928, Abril 1929

. Jornal “O Monitor Sul Mineiro” – edições: 25.02.1872, n.513 de 26.04.1908, 08.05, 16.10 e 25.12.1904

. Jornal “A Campanha” – edições: 19.09.1904 e 11.12.1904

. Jornal “Sul de Minas” -n.22 – 8 de novembro de 1936

. **Álbum Chorográfico Municipal do Estado de Minas Gerais** – Imprensa Oficial – BH - 1927

### **Documentos consultados no Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas:**

.CABRAL, Mário V. da Veiga . **Compêndio de Chorografia do Brasil** – RJ - 1928

. MATOS, José Raimundo da C. **Corografia Histórica da Província de Minas** – v.1-n.3 -1979

. VALLADÃO, Alfredo de V. - “Campanha da Princesa” – volumes 1,2,3 e 4

. **Revista do Instituto Histórico Geográfico de MG**. B. Horizonte- v.VII – 1960 e v.VIII -1961

### **FONTE SECUNDÁRIA**

. ANDRADE, Mariza G. de. **A Educação Exilada – Colégio do Caraça**. BH: Autêntica, 2000.

.ARANHA, M.L.A. **História da Educação**. São Paulo: Ed.Moderna-2005, cap.4 e5, pp.39 a 67.

.AZEVEDO, Fernando de. **História de Minha Vida**. Rio de Janeiro: José Olympio –1971.

-----**A Cultura Brasileira**. Brasília -Ed.UnB –1963.

- . AZZI, Riolando - **História da Educação Católica do Brasil** – São Paulo, Cambuci: SIMAR.
- . BARBOSA, Waldemar de A. **História de Minas Gerais**. B.Horizonte: Ed.Comunicação, 1979.
- . BARREIRO, Eduardo Canabrava. **As Vilas Del Rei e a Cidadania de Tiradentes**. R.Janeiro: José Olympio, 1976, 71-75 pp.
- . BARRETO, Vicente. **Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro**-Ed.UnB-1982.
- . BORGES, Vera Lúcia A. **A Ideologia do Caráter Nacional da Educação em Minas – Revista do Ensino- 1925/1929** – Campinas, Dissertação de Mestrado, UNICAMP – 1993.
- . BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico** – Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil –1998.
- **Questões de Sociologia** – Rio de Janeiro: Ed.Marco Zero -1983.
- Espírito de Estado, gênese e estrutura do campo burocrático, in **Razões Práticas, sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus. 1997, pp 91-124.
- Capital cultural e comunicação pedagógica. In **A Reprodução**. v.2, R. de Janeiro: Francisco Alves. 1975, pp 79-118.
- . BOTO, Carlota J.M.C.R – **Ler, Escrever, Contar e se Comportar: a escola primária como rito do século XIX português (1820/1910)** v.2 – São Paulo, Tese Doutorado, USP – 1997.
- . BOSI, Afredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 2.ed. São Paulo: Ed.Cultrix.
- . BOSI, Ecléa . **Memória e Sociedade, lembrança de velhos**. São Paulo: Ed.TAQ – 1979.
- . BURKE, Peter. **A Escrita da História, novas perspectivas**. 7.ed. São Paulo: Ed.UNESP.
- **O que é História Cultural ?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor – 2004.
- . CÂMARA, Marcelo. **O Parecer de Ruy**. Brasília, Dist. Senador Darcy Ribeiro-Carta n.5-1992.
- . CAMPOS, Rui R. O Espaço Geográfico e o Pensamento da Grécia Clássica –**Archetypon**. Candido Mendes, ano 3, n.7- 1994.
- . CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem- A elite política imperial** – Rio de Janeiro: Ed.Campus- 1980.
- **Teatro de Sombras - A política imperial**. R.J: Ed.UFRJ.
- . CARVALHO, Marta M.C. **A Escola e a República** – São Paulo: Ed.Brasiliense –1989.
- Molde Nacional e Fôrma Cívica**. São Paulo: EDUSF- 1998.

-----A Configuração da Historiografia Educacional Brasileira. In FREITAS, Marcos Cezar- (org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. S.Paulo: Contexto-2001.

.CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade** – Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro – São Paulo: Publifolha – 2000.

. CANÊDO, Letícia B. – **Memorial** – Universidade Estadual de Campinas – 1993

----- Estratégias familiares na produção social de uma qualificação política – in **Educação e Sociedade**. Campinas, n.39 – agosto de 1991.

.CARDOSO, Ciro F. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal-1990-5.ed.

----- e VAINFAS, R. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus – 9. ed.

.CASTANHO, Sérgio E. M. Memória, Tempo Presente e Prospecção do Futuro. **Revista Resgate**, Campinas, 13 - 2004 –pp75-92.

. CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.

.CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa- in **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n.2 – 1990.

. COSTA, Emília V. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos** - EdUNESP-1998-7ed.

. CUNHA, Luiz Antonio. **A Universidade Temporã**. Rio de Janeiro: Francisco Alves-1986-2 ed.

. CURY, Carlos R.Jamil. **Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e Liberais**. São Paulo: Cortez, 1988-4.ed.

.CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 9.ed.

.**Dicionário de Ciências Sociais**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1987, p.86.

.DOSSE, François. **A História em Migalhas**. Campinas: Ed.Unicamp-1994.

.FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. v.1, Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro, São Paulo: Publifolha, 2000.

. FARIA FILHO, Luciano M. Instrução Elementar no Século XIX – in LOPES e FARIA FILHO, **500 Anos de Educação no Brasil**. B. Horizonte: Autêntica, 2003.

----- e SALES, Zeli E.S.- **Escolarização da Infância Brasileira: a contribuição do bacharel Bernardo Pereira Vasconcelos** – in FREITAS, M.C. E KUHLMANN Jr.M. (org) **Os Intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

. FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002.

. FOUCAULT, M. – **Vigiar e Punir – Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977.

-----**Microfísica do Poder**. Tradução: Roberto Machado. R.J.: Graal-15.ed.

.FRANÇA, Júnia Lessa. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. B.Horizonte: UFMG-2003.

.GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira.-1978-2 ed.

-----**Concepção Dialética da História**. S.Paulo: Civilização Brasileira, 7.ed.

.GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais – Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras – 1995.

.IGLÉSIAS, Francisco. **Periodização da História de Minas** – in **Revista Brasileira de Estudos Políticos** – pp 181/194

----- **Política Econômica do Governo Provincial Mineiro – 1835/1889**- Rio de Janeiro: MEC, 1958.

. LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed.Unicamp, 1994.

----- **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

. LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação** - Prefeitura do Rio de Janeiro, 1992.

. LOURENÇO FILHO, M.B.**Introdução ao Estudo da Escola Nova**. S.P.Melhoramentos,12 ed.

-----**A Pedagogia de Ruy Barbosa**. S.P.:Melhoramentos, 1954.

.MACIEL, Francisca Izabel P. **A História da Alfabetização em Minas Gerais**. Museu da Escola – B.Horizonte, Secretaria de Estado da Educação (MG) 2002.

.MATOS, Henrique C.J. **Introdução à História da Igreja**. B.Horizonte: O Lutador, 1997.

.MAXUELL, K.**Marquês de Pombal, o paradoxo do Iluminismo**. R.Janeiro: Paz e Terra, 1996.

.MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- .MONARCHA, Carlos. **A Reinvenção da Cidade e da Multidão**. São Paulo: Cortez, 1990.
- .MORAES, Maria Célia M. **Reformas de Ensino, Modernização Administrada: a experiência de Francisco Campos -anos vinte e trinta**. São Paulo: Ed.UFSC, 2000.
- .MOTTA, Márcia Maria M. História e Memórias. in MATTOS, M.B. (org). **História, Pensar e Fazer**. Niterói: UFF/CAPES, 1998– cap.4 pp 74 a 89.
- .MOURÃO, Paulo Krüger C. **O Ensino em Minas Gerais no Tempo do Império**. B.Horizonte: Ed. Centro Regional de Pesquisas Educacionais-1959
- O Ensino em Minas Gerais no Tempo da República**. B.Horizonte: Ed.Centro Regional de Pesquisas Educacionais-1962
- .MOURÃO, Mário. **Poços de Caldas - Síntese Histórico Social**. São Paulo: Oficinas Gráficas de Saraiva, 1951.
- .NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República** . Rio de Janeiro: DP&A-2 ed.
- .NORA, Pierre. Entre a Memória e a História. **Projeto História**, 10 – São Paulo: PUC – 1993, pp.7 - 29.
- .**OCEANOS** – A Construção do Brasil Urbano - volume 41–Ano 2000 – Biblioteca Otávio Ianni – Seção Obras Raras/Arte - IFCH – UNICAMP-Campinas. disponível em <http://www.cncdp.pt.oceanos>
- .ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso -Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes-1999
- .PAIVA, Clotilde A. **População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX**. Tese de Doutorado, USP- São Paulo, 1996.
- .PATTO, Maria H. S.- Estado, Ciência e Política na Primeira República -A desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**- pp 13-35 –1999.
- .PASCOAL, Isaias. **Economia Agrária e Poder Político no Sul de Minas** -Tese de Mestrado-IFCH-UNICAMP- Campinas, 2000.
- .PAIM, Antonio. **História das Idéias Filosóficas no Brasil** . São Paulo: EDUSP, 1974.
- .PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário-**Revista Brasileira de História**, v.15, n.29, 1995, pp 9-27.
- .PESSOA, Reynaldo Xavier C. **O Ideal Republicano e seu Papel Histórico no segundo Reinado-1870-1889**. Edições Arquivo do Estado de SP-1983.

.PRIMITIVO, Moacyr. **A Instrução e as Províncias - 1834-1889-3**. v.Rio de Janeiro: Cia.Editora Nacional-1940.

.RINGER, Fritz K. O tipo Mandarim – in **O Declínio dos Mandarins Alemães**. Edusp, 2000.

.RIOUX, Jean Pierre e SIRINELLI, Jean François. **Para uma Nova História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa - 1998

.RIVERA, Bueno. **Pioneiros e Expoentes de Minas Gerais**. B.Horizonte: Guia Rivera Ltda.

.RODRIGUES, José Carlos. **Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX** – B. Horizonte: Edt Itatiaia, 1986.

.SAVIANI, Demerval (org). **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas: Ed.Associados, 2004.

.SANTOS, Ediógenes Aragão dos. **Representações e Práticas Escolares na Construção da Escola Republicana: O Olhar Etnocêntrico nos Manuais Escolares** – V Congresso Luso – Brasileiro de História da Educação.

.SCHWARCZ, Lilia M. **O Espetáculo das Raças**. São Paulo: Companhia das Letras-2001.

.XAVIER, Maria Elizabete S.P. **Poder Político e Educação de Elite**. São Paulo: Cortez -3 ed.

.VEIGA, Bernardo Saturnino. **Almanach Sul Mineiro** – 1874 – Campanha (MG)

----- **Almanach Sul Mineiro** – 1884 – Campanha (MG)

.VEIGA, Cynthia G. e FONSECA, Thais N. de L.-(org.) **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Ed.Autêntica-2003.

.VEIGA, José Pedro Xavier. **Efemérides Mineiras -1664-1897**. Belo Horizonte: Ed.Fundação Cultural João Pinheiro-1998-2 ed.-v.1 e 2.

.VILLELA, Heloisa de Oliveira S. **A Primeira Escola Normal do Brasil- uma contribuição à história da formação de professores**. Tese de Mestrado - Universidade Federal Fluminense – Niterói – 1990.